UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES
Programa de Pós-graduação em Mudança Social e Participação Política

ROGÉRIO JUVÊNCIO FERRO

***Vamos lá falar:* um estudo psicopolítico da consciência política a partir
das percepções sobre o fenômeno da corrupção em Moçambique**

SÃO PAULO
2015

ROGÉRIO JUVÊNCIO FERRO

Vamos lá falar: um estudo psicopolítico da consciência política a partir das percepções sobre o fenômeno da corrupção em Moçambique

Dissertação apresentada à Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciências pelo Programa de Pós-graduação em Mudança Social e Participação Política.

Versão corrigida contendo as alterações sugeridas pela comissão julgadora em 21 de novembro de 2014. A versão original encontra-se no acervo reservado na Biblioteca da EACH/USP e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP (BDTD), de acordo com a Resolução CoPGr 6080, de 13 de outubro de 2011.

Área de concentração: Mudança Social e Participação Política

Orientador: Prof. Dr. Alessandro Soares da Silva

**São Paulo
2015**

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO

(Universidade de São Paulo. Escola de Artes, Ciências e Humanidades Biblioteca)

Ferro, Rogério Juvêncio

Vamos lá falar : um estudo psicopolítico da consciência política a partir das percepções sobre o fenômeno da corrupção em Moçambique / Rogério Juvêncio Ferro ; orientador, Alessandro Soares da Silva. – São Paulo, 2015
224 f. : il.

Dissertação (Mestrado em Ciências) - Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, em 2014
Versão corrigida

1. Psicologia política. 2. Psicologia política - Moçambique. 3. Corrupção - Moçambique. 4. Participação política – Moçambique. I. Silva, Alessandro Soares da, orient. II. Título.

CDD 22.ed. – 320.019

FERRO, R. J. *Vamos lá falar*: um estudo psicopolítico da consciência política a partir das percepções sobre o fenômeno da corrupção em Moçambique. Dissertação apresentada à Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciências do Programa de Pós-graduação em Mudança Social e Participação Política.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Alessandro Soares da Silva (orientador)

Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP)
Programa de Pós-graduação em Mudança Social e Participação Política (ProMusPP)

Assinatura: _____

Prof. Dr. Dennis de Oliveira

Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP)
Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP)
Programa de Pós-graduação em Mudança Social e Participação Política (ProMusPP)

Assinatura: _____

Prof^a. Dr^a Ana Paula Soares da Silva

Programa de Pós-graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FFCLRP-USP)

Assinatura: _____

Resumo

FERRO, R. J. *Vamos lá falar: um estudo psicopolítico da consciência política a partir das percepções sobre o fenômeno da corrupção em Moçambique*. 2015. 224 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Programa de Pós-graduação em Mudança Social e Participação Política, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014.

Neste trabalho, procuro identificar elementos constitutivos de uma consciência política de moçambicanas e moçambicanos, especialmente quando estes se referem ao fenômeno da corrupção em seu país. Para isso, faço uma análise psicopolítica das percepções que aqueles – enquanto atores sociais e sujeitos da sua própria história – têm sobre o problema em causa. Minha hipótese é a de que, apesar de determinantes para a compreensão e uma abordagem localizada do fenômeno, fatores históricos que permeiam e influenciam a atmosfera sociopolítica contemporânea do país têm sido pouco considerados não só em empreendimentos acadêmicos que tratam do tema em Moçambique, mas também em análises, ações, legislação e políticas públicas cuja intenção é fazer frente a este mal social.

Palavras-chave: Moçambique. Corrupção. Consciência política. Percepções. Sentidos. Participação Política. Psicologia política

Abstract

FERRO, R. J. *Let's talk*: a psychopolitics study of the political consciousness from the perceptions about the corruption phenomenon in Mozambique. 2015. 224 f. Dissertation (Master in Science) - Postgraduate Programme in Social Change and Political Participation, School of Arts, Sciences and Humanities, University of São Paulo. São Paulo, 2014.

This study aims to identify the inherent elements of the political consciousness of Mozambicans, specially when they refer to the corruption phenomenon in their own country. To do this, I make a psychopolitics analysis of their perceptions – while social actors and actors of their own history – about the mentioned problem. My hypothesis is that the historical factors that underlie and influence the contemporary socio-political atmosphere of the country, in spite of be seen as crucial for a comprehension and for a localized approach of the phenomenon, they have been few considered not only in academic researches, but also in analytical reports about the theme, social actions, legislation and public policies whose intention is to face this social evil.

Keywords: Mozambique. Corruption. Political consciousness. Perceptions. Meaning. Political participation. Political psychology.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
-------------------------	-----------

CAPÍTULO I

MOÇAMBIQUE EM MOVIMENTO: DADOS, HISTÓRIA, DILEMAS, DESAFIOS	25
---	-----------

1.1. Da colônia ao Estado nacional: violências, resistências, heranças.....	32
1.1.1. O nascimento de uma nação?	33
1.1.2. A independência: Estado, nação e identidade moçambicana	40
1.1.3. <i>Massinguita</i> : da independência à guerra	47
1.1.4. A <i>Khululeko</i> : entre a independência e a dependência	52
1.2. Corrupção em Moçambique: legislação, políticas públicas e ações de enfrentamento	59

CAPÍTULO II

CONSIDERAÇÕES CONCEITUAIS E TEÓRICAS PARA O ESTUDO DA CORRUPÇÃO	75
--	-----------

2.1. Desvendando o mito da supervalorização da corrupção	77
2.2. O debate internacional sobre a corrupção: breve revisão literária	82
2.3. Corrupção: um problema da república	92
2.4. Por uma concepção interdisciplinar da corrupção: da psicologia social à psicologia política	97

CAPÍTULO III

PROCEDIMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA PESQUISA SOBRE A CORRUPÇÃO NA PERSPECTIVA DA PSICOLOGIA POLÍTICA	105
--	------------

3.1. O estudo da corrupção a partir do enfoque interdisciplinar da psicologia política	106
3.2. Corrupção em Moçambique: participação, percepção e consciência política	116
3.2.1. Participação.....	117
3.2.2. Percepção.....	121
3.2.3. Consciência política.....	125
3.3. Pesquisado a corrupção em Moçambique: percurso metodológico	132
3.3.1. Seleção dos entrevistados	133
3.3.2. As entrevistas e os entrevistados	135
3.3.3. As categorias analíticas para a análise das percepções constitutivas dos sentidos da corrupção em Moçambique	140

CAPÍTULO IV

CONSCIÊNCIA POLÍTICA: PERCEPÇÕES, DIZERES, SABERES E SENTIDOS DA

CORRUPÇÃO EM MOÇAMBIQUE 146

4.1. Crenças, valores e expectativas sociais..... 147

4.2. Identidade coletiva 153

4.3. Identificação de adversários e interesses antagônicos 168

4.4. Eficácia política 173

4.5. Sentimento de justiça e injustiça 179

4.6. Vontade de agir coletivamente 186

4.7. Metas de ação Coletiva 191

4.8. Descrevendo uma consciência política heterogênea 195

4.8.1. Elementos de uma consciência política subalternizada 197

4.8.2. Transgressão e resistência: por uma consciência política transformadora 202

APONTAMENTOS FINAIS 208

BIBLIOGRAFIA 210

À Ana Paula!

Por ontem, por hoje e pelo que, certamente, há de vir...

Nda pata mwyendo...

[*Muito obrigado ou muito agradecido* em sena, idioma falado na região Centro de Moçambique]

... a meus pais, Helena Ofélia Cuna e Manuel Mifino Ferro, sobretudo, pela competência de, pelo exemplo, se combinarem para forjar a pessoa que venho me tornando. No cotidiano da vida, me inspiro na dona Ofélia para encarar as dificuldades e superá-las na base da teimosia que lhe é característica e que, inegavelmente, herdei. Minha mãe sempre teve gosto por desafios e se desafiou a, muito cedo, me empurrar pro mundo. Talvez por isso, vim parar tão longe! Antes de sair de casa, entretanto, tomei o cuidado de observar a postura serena, o senso de justiça e o respeito que seu Ferro sempre dispensou aos outros. A cada dia – com muita dificuldade, é verdade! – procuro me apropriar desses valores do “velho”, como carinhosamente o tratamos lá em casa. Certamente, não fossem eles, esta caminhada de pouco mais de três décadas poderia ter terminado bem antes. Literalmente!

... a Ana Paula Mendonça, a mulher cuja beleza fascinou como nunca meus olhos e que se transformou no amor da minha vida. Agradeço a ela, sobretudo, pelo amor que me dedica. É nela que estive o suporte para a possibilidade que tive de, mesmo diante das inúmeras demandas ordinárias da vida, fazer escolhas confortáveis e prazerosas como dedicar três anos das nossas vidas a esta dissertação que você tem em mãos. Não bastasse, ela consolidou seu posto me dando o mais grandioso dos presentes: Ayoluwa, meu tesouro, minha primogênita, a “alegria da nossa família.

... a Ayo, que chegou tão poderosa e suprema que mesmo me roubando horas de sono, de trabalho e de ócio se fez minha musa inspiradora na reta final deste trabalho. Aliás, uma fase especialmente difícil.

... a Manuel Carlos Ferro, meu irmão mais velho e Martinho Luís Cuna, meu tio mais próximo e querido. Juntos, aos trancos e barrancos, conscientes ou não, mas, com muita sabedoria, foram capazes de suprir a ausência de meus pais ao longo da adolescência. Sob seus cuidados aprendi a diversificar o significado de família. Deles soube também que, apesar da dureza da vida é justo e necessário procurar vivê-la com prazer e que é a responsabilidade que preserva o prazer da vida.

... a meus irmãos Márcia Luísa Chinenca, Ilídio Valentim Ferro, Maria Aracel Chinenca (em memória), Cândido Emanuel Mifino Ferro e, novamente, Manuel Carlos Ferro, pela grandiosa capacidade que sempre tiveram de abdicar para que não me faltasse (quero ser caçula eternamente!).

... por extensão, às minhas cunhadas, Iolanda Matchabe, Albertina Dista Jeremias e Vitória Virgínia Matsinhe, por se fazerem sempre presentes com muito carinho e afeto.

... a todos meus sobrinhos e sobrinhas, especialmente os mais imediatos: Kutchena, Khetiwa, N'weti, Tinhycó, Wendy, Iwesú e Tawonga. Mesmo sem saber, a cada dia, eles fortalecem minha certeza de que vale a pena lutar por um mundo que entenda e aceite as diferenças não como um defeito, mas como algo necessário e rico. Amo muito todos vocês!

... aos quatro clãs que direta e indiretamente injetaram energias positivas neste trabalho e ajudaram a tornar esta etapa da minha vida possível: do lado de lá do Índico, os Ferro e os Cuna. Do lado de cá, os Mendonça e os Costa Pedro, especialmente aos meus sogros Maria Cristina de Oliveira Mendonça Costa Pedro e Newman Costa Pedro e, meu cunhado, Newman Jr.

... aos Madjolidos, pela cumplicidade jamais abalada apesar do tempo (que passa sem dó) e da distância. Vocês fazem com que eu me sinta em casa sempre!

... ao meu orientador Alessandro Soares da Silva pelo entusiasmo com que recebeu este projeto, por acreditar nele desde o início e, às vezes, até mais do que eu. Dele veio a firmeza para que jamais, ao longo destes três anos, sequer duvidasse da relevância de levar esta pesquisa até o fim.

... à professora Flávia Inês Schilling e ao professor Marcelo Afonso Ribeiro (membros da banca de qualificação) pelas valiosas contribuições que tornaram este texto mais consistente e propositivo. Espero ter conseguido incorporar corretamente suas recomendações.

... à professora Ana Paula Soares da Silva e ao professor Dennis de Oliveira (membros da banca de defesa) pela leitura atenciosa da versão do texto para defesa e pelas importantes e pertinentes recomendações para esta que é, de fato, a versão final desta dissertação. Igualmente, espero ter respondido de acordo.

... às entrevistadas e aos entrevistados que, mesmo sendo moradores do lugar onde cada vez mais “time is money meu irmão!”, pacientemente e sem promessas de “money” dedicaram seu valioso tempo a responder ao questionário que suscita as reflexões desta pesquisa. No Brasil, dir-se-ia que eles “pagaram para responder ao questionário”.

... aos demais professores do Programa de Pós-graduação em Mudança Social e Participação Política. Em especial, ao professor Dennis de Oliveira que, direta e indiretamente, contribuiu substancialmente para a concretização deste trabalho, quer

seja durante as aulas, quer seja indicando leituras complementares ou conversando informalmente sobre a delicada arte que é fazer ciência com militância.

... aos professores e amigos Oxay e Acácio Almeida pela atenção e pelo incentivo para que escolhesse o ensino e a pesquisa como profissão.

... à Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal do Ensino Superior (Capes) pela bolsa de estudos que permitiu que me dedicasse integralmente ao mestrado.

... aos colegas do Grupo de Pesquisa em Psicologia Política, Políticas Públicas e Multiculturalismo (Gepsipolim) pela troca (de experiências, de visões de mundo, de aspirações, de frustrações e de realizações) e pela disponibilidade de ouvir histórias e estórias de Moçambique sem que, necessariamente, fosse do interesse de vocês. Com certeza, vocês não têm noção de como contribuíram para a concretização deste empreendimento.

... aos meus padrinhos de casamento, especialmente à Ana Cristina Cruz e Alex Cardoso, por estarem por perto em todos os momentos. Vocês são demais!

... ao Oxay e ao Mbuta pela amizade, pelas oportunidades, pela inspiração e, principalmente, pelos longos, exaustivos, repetitivos e chatos papos sobre nossa condição na Terra dos outros. Tenham a certeza de que muitas das reflexões que fizemos enriqueceram este trabalho.

... ao Galdino, ao Uvanderison e ao Flávio, pela troca sempre enriquecedora.

Por último, e nem por isso menos importante...

... aos não citados que de perto ou de longe, direta e indiretamente, me querem bem e, portanto, tem sua parcela de contribuição para este feito que me é muito significativo.

INTRODUÇÃO

*O meu pai é manhembana, a minha mãe era masena, o meu avó era macua e eu namoro com maronga.
Sou filho de muitas águas correndo em muitos canos...*
Ghorwane

Em certa medida, toda pesquisa acadêmica – e com esta não é diferente – nasce de inquietações de âmbito particular aos respectivos pesquisadores. Antes de explicar como esse processo se deu em relação a esta dissertação, antecipo que, enquanto autor deste trabalho, me sinto privilegiado por ter a possibilidade de observar e procurar entender o fenômeno da corrupção em Moçambique a partir de uma espécie de *ponto de convergência* entre duas realidades: a moçambicana e a brasileira. Não quer isso dizer que se está diante de uma análise comparativa. Trata-se, antes, de um estudo produzido por um moçambicano que olha para seu país de origem com *outro olhar*.

Esse “outro olhar” resulta do fato de que, geograficamente, estou fora de Moçambique. Mas, é mais do que isso: ao longo de mais de uma década de diáspora, vem se construindo em mim uma identidade híbrida, que é forjada, principalmente, a partir de uma interação mais imediata e mais direta com a vivência brasileira. E, dessa experiência, corriqueiramente, emanam questionamentos que, quase sempre, remetem a comparações entre a realidade de origem e a realidade de chegada. A maioria destes questionamentos são efêmeros, sem grandes elaborações nem consequências consideráveis. Só que, alguns outros, se instalam, persistem, provocam, incomodam, ficam ali... suspensas, latentes, como que clamando por um aprofundamento, por uma explicação...

Pois bem! Foi assim que me peguei refletindo sobre o fato de, apesar de Moçambique e Brasil serem duas ordens democráticas, a questão da participação política me parecia, pelo menos à priori, mais evidente, mais presente no dia a dia do Brasil do que no de Moçambique. *Porque será que os brasileiros participam mais?* – me perguntava. Mas, em seguida, a dúvida da dúvida: *Será que, de fato, eles participam mais?* Outro dado para problematizar ainda mais a comparação simplista inicial: *Seremos nós moçambicanos, cidadãos passivos... Seria possível uma alienação deste tipo após uma trajetória heroica de um povo que, literalmente, “a ferro e fogo (... e a sangue)” conquistou sua liberdade?*

Estas colocações foram ganhando minha atenção em decorrência das ações protagonizadas Brasil afora por populares, grupos organizados, Organizações Não Governamentais (ONGs) e outras instituições do terceiro setor quando estes manifestavam seu repúdio ao famoso “escândalo do mensalão” – como ficou conhecido o caso de corrupção política mediante compra de votos de parlamentares no Congresso Nacional, fato que, inegavelmente, ficará marcada na cena política brasileira da primeira década do século 21.

Há ainda o relevante detalhe de que tais ações despertavam especial interesse da mídia que, por sua vez, fez uma ampla cobertura, colocando o problema da corrupção na pauta do dia e, talvez, como nunca antes visto na história do país. Antes de prosseguir, me permito breves parênteses para esclarecer que não vou me referir aqui aos méritos dos serviços prestados pela imprensa brasileira em relação a este caso. Entretanto, assinalo para o fato de que, enquanto fato jornalístico, esse acontecimento suscitou, por outro lado, um importante debate sobre a qualidade da cobertura da imprensa hegemônica brasileira diante de um “acontecimento histórico da vida política brasileira”. Continuando... Os manifestantes exigiam do Estado brasileiro, entre outros, uma punição exemplar dos corruptos e, mais do que isso, queriam que o Estado promovesse uma reforma política capaz de evitar que casos semelhantes voltassem a acontecer. Definitivamente, no Brasil, eu vivia uma experiência nova, inclusive como jornalista em atividade.

Pelo menos de imediato, não localizava na minha memória, registro de algo parecido em Moçambique. *Seríamos omissos em relação ao problema da corrupção?* – me perguntava. De fato, a corrupção é algo bem presente (também) em Moçambique. Aliás, mais do que isso: análises de entidades internacionais colocavam e continuam colocando Moçambique entre os “mais corruptos” países do planeta, fato amplamente reproduzido em estudos acadêmicos e instituições públicas e privadas no país? Mais ainda: nossa pobreza e nossas mazelas sociais seriam, segundo estas análises, resultado da tolerância de moçambicanas e moçambicanos em relação às “cunhas”, às “costas quentes” (nepotismo); ou ao nosso costume de “falar como homem”, de “bater na mesa” (suborno); ou ainda de legitimar a ideia de que “o cabrito como onde está amarrado” (peculato)... Enfim, práticas muitas vezes expressas pelo “vamos lá falar” – jargão popular usado como forma de sugerir ou convidar o outro para a prática corrupta e/ou ilícita.

Ora, mas o que moçambicanas e os moçambicanos pensam sobre a corrupção em seu país? Que sentidos eles atribuem a este problema e como eles articulam suas vidas diante deste fenômeno?

Fundamentalmente, esta última questão, tirou o foco que vinha dispensando à questão da participação política em Moçambique no que diz respeito à corrupção. Meu interesse se deslocou, ou melhor, se especificou e passei me interessar especialmente pela compreensão de elementos próprios do universo da corrupção em Moçambique. *Quais as percepções que os atores sociais locais têm sobre o problema da corrupção? Como a corrupção se articula e que sentidos ela ganha na dinâmica local e/ou como a corrupção articula a dinâmica local? Até que ponto essas últimas duas questões poderiam iluminar as possibilidades de enfrentamento a este mal social?*

Decorre daí que, a corrupção, ou melhor, o fenômeno da corrupção em Moçambique, é o tema central desta dissertação de mestrado em ciências com ênfase em estudos de mudança social e participação política. Aqui, meu objetivo mais geral é o de compreender a consciência política de moçambicanas e moçambicanos, especialmente quando estes refletem sobre o problema da corrupção. Em busca deste propósito, faço uma reflexão interdisciplinar que, através das lentes da psicologia política, analisa as percepções a partir das quais aqueles atores sociais – enquanto sujeitos de enunciados relativos à corrupção em seu país – atribuem sentidos ao fenômeno em causa, sempre convergindo o debate para uma realidade multicultural, pós-colonial e de um processo democrático incipiente, tal é o caso de Moçambique.

É legítimo que me seja questionado o porquê de considerar, ainda que por hipótese, a existência de elementos ou causas próprios da corrupção em Moçambique. Ou melhor, em que ela (a corrupção em Moçambique) se diferenciaria das demais? Estas questões estão tratadas ao longo do primeiro capítulo deste trabalho e cujo título é “Moçambique em movimento: dados, história, dilemas, desafios”. Ali, procuro retratar a atmosfera sociopolítica do país, empreendimento necessário na medida em que, este trabalho é uma tentativa de uma leitura diferenciada da corrupção em Moçambique. Ou seja, ao partir do conceito problematizante de corrupção elaborado pela socióloga brasileira Flávia Inês Schilling (1999) – um termo generoso que acolhe uma diversidade de práticas, temas e preocupações que variam no tempo histórico e em cada sociedade – naquele capítulo, pretendo situar o problema em uma perspectiva local e, para isso, é fundamental dar a conhecer o Moçambique de que falo.

De fato, a meu ver, Moçambique vive uma espécie de simbiose temporal forçada. Aliás, como apontou o antropólogo brasileiro Omar Ribeiro Thomaz “Em Moçambique, o passado é presente. As conversas cotidianas são entremeadas constantemente por referências temporais, algumas difusas, outras precisas, mas todas cruciais para a compreensão dos acontecimentos presentes” (THOMAZ, 2009, p. 15). O autor sintetiza uma forte aspeito do Moçambique contemporâneo, visto que, enquanto nação burocraticamente autônoma, o país tem menos de meio século de história, com o agravante de que metade deles foram vividos debaixo de uma sangrenta e devastadora guerra civil que teve início um ano depois de conquistada a independência colonial de Portugal, em 1975. Este conflito inviabilizou diversas ações, projetos e políticas públicas de combate à pobreza absoluta.

A paz chegou em 1992 e o acordo assinado perspectivava o nascimento de um Estado democrático de direito. Seguiu-se que, na condição de dependente econômico, cultural e político (FERNANDES, 2008; CASTEL-BRANCO, 2011) o país progrediu, mas sem grandes resultados em relação à luta contra a pobreza (HANLON, 2002). Instituições multilaterais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, ONGs nacionais e internacionais, diversos intelectuais nacionais e estrangeiros, além das políticas públicas locais consideram a corrupção um dos fatores que mais influenciam àquele paradoxo. Por outro lado, poucas análises ou estudos sobre os desafios e dilemas do Moçambique contemporâneo conseguem se sustentar sem cair na genérica culpabilização da corrupção como o responsável pelos insucessos registrados. Autores moçambicanos como o filósofo Severino Elias Ngoenha (1992, 1993, 1998, 2011) o sociólogo Elísio Macamo (1998 e 2008) e o cientista político Sérgio Chichava (2008), consideram que as intensas, rápidas e sucessivas mudanças sociopolíticas ocorridas em Moçambique nos últimos 40 anos guardam, se não respostas, fatores que, se considerados, podem ajudar a formular questões capazes de suscitar debates que, de fato, dialogam com as problemáticas moçambicanas de ordem sociopolítica: é a isto que procuro me referir no primeiro capítulo.

Chamo a atenção para o fato de que aqui, não busco nem considero uma definição fechada ou acabada da corrupção. Segue-se que, por motivos meramente didáticos, parto do conceito genérico que relaciona a corrupção com o exercício do cargo ou a gestão do bem público, conforme a formulação do cientista político estadunidense Joseph Samuel Nye (1967), que a entende como um conceito que agrupa comportamentos e práticas que fogem dos deveres formais inerentes ao cargo público

em razão de vantagens pecuniárias ou de *status*, oferecidos a seu titular, familiares ou amigos íntimos; ou que viola as normas contrárias ao exercício de certas modalidades de influência, do interesse de particulares. Neste sentido, o autor menciona o suborno, o nepotismo e o peculato como as principais práticas ilícitas, ilegais e ilegítimas, o que, segundo Schilling (1999), o senso comum, genericamente, atribui o nome de corrupção. Concebo a corrupção, portanto, como um problema permanente no tempo histórico e, como sugerem alguns autores, inerente à condição humana. São várias, entretanto, as interpretações que se fazem a respeito da corrupção: trata-se de um fenômeno individual e/ou social que se constitui problemático para uns, porque interfere negativamente nos pressupostos básicos necessários ao bom funcionamento da sociedade e; para outros, um problema resultante do mau funcionamento da mesma.

“No aspecto individual, supõe-se uma natureza humana sendo desviada de seu curso. No aspecto social, supõe-se uma sociedade com normas claras, gerais e operantes, com as leis homogeneamente compreendidas e aceitas e com o ato corruptor vindo a degradar o estado das coisas” (SCHILLING, 1999, p. 26). Há ainda aqueles que, como o economista estadunidense Samuel Huntington (1975), mesmo reconhecendo a corrupção como um problema, se esforçam para argumentar em favor de seus efeitos positivos ou compensatórios para a vida em determinadas sociedades e/ou circunstâncias sociopolíticas.

Como se pode ver, a discussão em torno do conceito da corrupção é complexa e extensa. Por isso, no segundo capítulo deste trabalho – “Considerações conceituais e teóricas para o estudo da corrupção” – tratarei de demonstrar qual arsenal teórico será usado na abordagem do conceito neste trabalho, sempre limitando a exposição aos propósitos da presente dissertação. Por hora, é suficiente pontuar que meu enfoque está direcionado ao caráter sociológico da corrupção... Isso, pelo simples fato de que, para que o ato ou ação corrupta se concretize, é indispensável a interação livre e consentida entre interesses particulares de um ou mais indivíduos corruptores (que propõem a prática ou ação corrupta) e um ou mais indivíduos corruptos (que a consentem ou a possibilitam). Ora, em sentido estrito, é social aquilo que se configura a partir de sentimentos, comportamentos e manifestações resultantes das interações humanas e que os sujeitos envolvidos as entendam como significativas.

Neste trabalho, portanto, parto de uma abordagem sociológica da corrupção. Assim, o desafio a que me proponho aqui não é o de estudar casos de corrupção em Moçambique, menos ainda de fazer registros ou análises de episódios ou dispensar

atenção a individualidades e/ou entidades envolvidas em esquemas sabidamente corruptos. Ao contrário, ficarei satisfeito se, ao final deste empreendimento, for capaz de apontar alguns dos elementos da vida cotidiana moçambicana que, de alguma forma, explicam, sustentam, legitimam ou perpetuam as práticas corruptas localmente. Se, ao mesmo tempo, conseguir sugerir caminhos para futuros estudos que objetivam as causas sociológicas da corrupção em Moçambique, tanto melhor.

Não por outra razão, esta dissertação é tecida interdisciplinarmente através das lentes psicologia política, visto que a entendo como um campo fértil para reflexões sobre o comportamento político nas sociedades contemporâneas e proponente de uma esfera de debate que considera as condições objetivas e subjetivas de determinada análise. Conforme observou o filósofo brasileiro e estudioso da psicologia política Alessandro Soares da Silva (2008), este “campo do saber” possibilita a interação de diferentes abordagens teóricas que agem como codeterminantes e, consequentemente, é útil para a compreensão de comportamentos individuais e coletivos, dos discursos, das ações sociais e das representações que constituem antagonismos políticos no campo social. Deste modo, a linha teórica adotada nesta pesquisa é formulada sob os pressupostos da psicologia política enquanto campo interdisciplinar de produção de conhecimento.

A explanação e as justificativas para esta escolha estão formuladas no terceiro capítulo, que chamo de “Procedimentos teórico-metodológicos da pesquisa sobre a corrupção na perspectiva da psicologia política”. A tradição interdisciplinar responde satisfatoriamente às pretensões desta pesquisa na medida em que permite a interação entre os diversos conceitos, aspectos e atores sociais a serem considerados na análise, possibilidade que dificilmente seria concretizada dentro das limitações próprias da tradição disciplinar. Dito de outra forma, a perspectiva disciplinar, se aplicada aos propósitos deste trabalho, prejudicaria uma visão mais detalhada e menos generalizada sobre o objeto em causa. Para esta escolha pesou o fato de o projeto que resultou nesta dissertação ter sido continuamente encubado e aperfeiçoado durante as discussões que travei com colegas pesquisadores do Grupo de Estudos em Psicologia Política, Políticas Públicas e Multiculturalismo (Gepsipolim). Trata-se de uma iniciativa louvável, já que desafia seus membros – a maioria deles, tal como eu, estudantes do Programa de Pós-graduação em Mudança Social e Participação Política da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (ProMuSPP/Each-USP) – a se aventurarem pelos caminhos da pesquisa interdisciplinar.

Na medida em que a psicologia política não é uma disciplina ou campo de produção de conhecimento fechado, estático e nem com teorizações e métodos supostamente originais e próprios, ela se enquadra na proposta teórica da interdisciplinaridade. Soma-se a esta escolha o fato de, segundo Silva (2008), a característica ou qualidade principal da psicologia política é a de oferecer amplas e ricas possibilidades para a compreensão de fenômenos e processos políticos, articulando-os com processos subjetivos individuais e coletivos próprios do campo da psicologia enquanto entidade disciplinar.

Posto isto, a psicologia política tem o propósito de, entre outros, conhecer os processos e fenômenos psicológicos da política, além de sustentar a compreensão da política como uma atividade essencialmente humana. Tudo isso possibilita a observação de aspectos determinantes da ação política individual e coletiva e seus efeitos sobre a vida em sociedade. De fato, pretendo apontar para o seguinte aspecto: uma leitura psicopolítica do fenômeno da corrupção em Moçambique viabiliza mais concretamente as possibilidades de uma observação privilegiada da interface entre a realidade sociopolítica e econômica local e o quanto elas moldam os sentidos que os respectivos atores sociais atribuem ao fenômeno aqui estudado. Tanto isso é possível que um dos mais tradicionais e renomados psicólogos políticos contemporâneos, o galego José Manuel Sabucedo, define a psicologia política como o...

[...] estudo das crenças, representações ou sentidos comuns que os cidadãos têm sobre a [vida] política, e o comportamento que estes, seja por ação ou omissão, tratem de incidir ou contribuir para a manutenção ou mudança de uma determinada ordem sócio-política (SABUCEDO apud LHULLIER, 1997, p. 209).

Entendo que as pretensões deste trabalho estão amplamente acolhidas pela definição de Sabucedo, visto que, de forma geral, faço uma convergência de conceitos e temáticas arrecadados de diversas áreas do saber para, enfim, entender posicionamentos, ou melhor, a consciência política de moçambicanas e moçambicanos referente ao problema da corrupção configurados a partir dos sentidos que àqueles atribuem a este mal social. A amplitude dos objetos estudados e das teorias consideradas dentro da psicologia política faz dela...

Uma disciplina acadêmica fruto da especial confluência entre a Psicologia e a Ciência Política, visto que outros estudos se associam na sua produção. Ela se constitui no interstício das fronteiras disciplinares e muitas vezes se vê refém

de sua própria identidade, mas com possibilidades efetivas de dar respostas a questões que a tradição disciplinar não tem conseguido responder (ROSA e SILVA, 2012, p. 11).

Reforço que, diante do propósito de perceber os processos sociais e políticos – e também simbólicos – a que a corrupção pode estar relacionada em Moçambique, a análise psicopolítica é, a meu ver, o caminho teórico metodológico que melhor responderia ou evidenciaria particularidades referentes ao fenômeno da corrupção localmente, sem, no entanto, negar sua universalização enquanto fenômeno social.

Ao quarto e último capítulo chamo de “Consciência política: percepções, dizeres, saberes e sentidos da corrupção em Moçambique”. É a parte do trabalho que efetivamente traz o protagonismo dos sujeitos desta pesquisa, visto que as reflexões destes, expressas através de discursos sobre como eles percebem o problema da corrupção em Moçambique, são o objeto central deste estudo. Na medida em que para Salvador Antonio Mireles Sandoval, historiador e cientista político estadunidense radicado no Brasil, a socialização política é o “processo social pelo qual os indivíduos ao longo de suas vidas adquirem e mudam seus valores, crenças e expectativas sobre o mundo e os acontecimentos políticos” (SANDOVAL apud COSTA, 2012, p. 7), a análise aqui, busca compreender, principalmente, como moçambicanas e moçambicanos percebem a corrupção e, de que elementos ou fatores da vida cotidiana estes mesmos sujeitos lançam mão para com ela “negociar” a sociabilidade (no sentido sociopolítico apontado por Sandoval).

Tal análise é feita a partir do Modelo Analítico para o Estudo da Consciência Política proposto pelo próprio Sandoval (2001). Tendo como base de partida os estudos do sociólogo francês Alain Touraine, o autor formula este modelo para o entendimento teórico sobre a análise empírica de consciência política do indivíduo. Baseado em sete dimensões de análise e que aqui servem de “fio condutor” para a leitura dos dados coletados, o esquema proposto por Sandoval dialoga harmoniosa e amplamente com as escolhas epistemológicas e metodológicas deste trabalho. Por outro lado, as sete dimensões permitem uma análise da problemática da corrupção em Moçambique a partir de reflexões que são individuais e subjetivas e que têm uma espécie de “sete denominadores comuns”.

Considero importante salientar que neste trabalho, reivindico e procedo em defesa do tipo de produção de conhecimento cuja perspectiva concebe os africanos como sujeitos que atuam sobre os fenômenos que lhes são intrínsecos, sendo assim,

responsáveis pela sua própria imagem cultural e de acordo com seus próprios interesses humanos (ASANTE, 2009). Com isso, quero dizer que adoto um posicionamento epistemológico afrocentrado, ou seja, um posicionamento adverso ao fato de que os africanos vêm atuando na margem da experiência eurocêntrica e são tidos como periféricos em relação à atividade intelectual tida como *real*. Meu argumento é de que na perspectiva afrocentrada, a produção do conhecimento está sempre em função da libertação dos africanos e “[este] paradigma deve ativar a consciência africana para ter alguma liberdade” (MAZAMA, 2009, p. 113-114).

Evidentemente, esta meta não é nova: foi estabelecida por diversos intelectuais afrocêntricos – em sua maioria de origem africana – como Léopold-Sédar Senghor, Cheik Anta Diop, Franz Fanon, Aimé Césaire, René Depestre, Joseph Ki-Zerbo, Abdias Nascimento, Martín Bernal e Eliquia M’bokolo. Suas obras encontram ressonância nas ações de líderes africanos de movimentos de independências coloniais como Kwame Nkrumah, em Gana; Eduardo Mondlane, em Moçambique, Agostinho Neto, em Angola; Stive Biko, na África do Sul, Patrice Lumumba, no Congo e Amílcar Cabral, na Guiné-Bissau e em Cabo-Verde. Mas é o historiador e filósofo estadunidense de origem africana Molefi Kete Asante que, desde as décadas 1970 e 1980 tem elaborado e sistematizado uma abordagem intelectual baseada na centralidade da experiência africana, conferindo-lhe relevância epistemológica e que vem desenvolvendo o conceito de afrocentricidade enquanto um novo paradigma.

Para finalizar este texto introdutório, quero pontuar que o racionalismo crítico de Karl Popper, filósofo austríaco radicado na Inglaterra, orienta para a ideia de que todo conhecimento é falível, corrigível e, portanto, virtualmente provisório. Reforçando esta ideia, previno o leitor que este trabalho está longe de buscar verdades absolutas sobre a corrupção em Moçambique e, menos ainda de traçar fórmulas preconcebidas e aplicáveis em ações e/ou políticas públicas de enfrentamento deste mal. Pelo contrário, busco fazer uma intervenção crítica a partir de alguns dos vários aspectos particulares que podem ajudar a compreender o problema no contexto sociopolítico moçambicano e, assim, contribuir para o desenho de um projeto maior do desenvolvimento real de Moçambique e da África.

Posto isto, antecipo minhas desculpas por eventuais falhas cometidas aqui. Toda e qualquer crítica a este trabalho, será encarada como uma tentativa de corrigi-lo, de contribuir para sua melhora e, por conseguinte, para um Moçambique melhor. É fato também que as formulações que avanço aqui têm validade provisória, porque ancoradas

dentro de uma localização histórico temporal específica. Seu prazo de validade está condicionado às confrontações e aos debates que este trabalho possa suscitar. Não é preciso dizer que tal diálogo é, obviamente, muito bem vindo. Aliás, não por outro motivo – mesmo reconhecendo que esta dissertação foi construída a partir de um diálogo com diversos autores que me servem de referência para suportar minhas idéias; com a orientação inestimável do professor Prof. Dr. Alessandro Soares da Silva, coadjuvado pelos membros das bancas Prof. Dr^a. Flávia Inês Schilling, Prof. Dr. Marcelo Afonso Ribeiro, Prof. Dr. Dennis de Oliveira e a Prof. Dr^a Ana Paula Soares da Silva; além de incorporar sugestões de professores e colegas do programa, dos entrevistados que pacientemente se dedicaram a responder ao questionário, de amigos e de familiares que discutiram comigo aspetos que, muitas vezes, não era de seu interesse – este texto é escrito essencialmente na primeira pessoa do singular. Gostaria que essa escolha fosse entendida, não como uma atitude pretenciosa que reivindica protagonismo individual, mas como uma forma que visa preservar as posições intelectuais de todos aqui relacionados, na medida em que jamais poderei garantir que suas ideias foram transcritas, traduzidas ou interpretadas com a fidelidade desejável.

Assim, reafirmo e reconheço todas as contribuições como fundamentais para a concretização deste desafio, mas, como canta o rapper paulistano Rappin Hood, “Se eu estou com o microfone, é tudo no meu nome”.

Boa leitura!

CAPÍTULO I

MOÇAMBIQUE EM MOVIMENTO: DADOS, HISTÓRIA, DILEMAS, DESAFIOS

Em Moçambique, o passado é presente. As conversas cotidianas são entremeadas constantemente por referências temporais, algumas difusas, outras precisas, mas todas cruciais para a compreensão dos acontecimentos presentes. Quando nos aproximamos do “mato”, são frequentes as histórias dos tempos das guerras antigas, das conquistas que começaram “naqueles tempos”, mas que alimentam desconfianças contemporâneas, histórias dos antepassados que não foram devidamente enterrados e que, portanto, retornam, atormentando seus descendentes, exigindo o pagamento de velhas dívidas. [...] A construção de Moçambique passa pelas histórias “daqueles tempos” e pelas histórias do “tempo colônia”, as quais se cruzam com as histórias do período socialista [...] e com aquelas do “tempo atual”.

Omar Ribeiro Thomaz

O tema deste trabalho é o fenômeno da corrupção em Moçambique. Entretanto, antes mesmo de abordá-lo, penso que é importante oferecer referenciais socioculturais, econômicos e políticos de Moçambique como forma aproximar o leitor do ambiente onde o fenômeno estudado ocorre. Este *cerimonial* tem menos a pretensão de retratar Moçambique – o que seria uma tarefa, no mínimo, ingrata, dada sua característica dinâmica, diversa e particular – e mais a de reforçar a ideia da necessidade de se considerar a importância das relações sociais e políticas para o a abordagem do fenômeno da corrupção. Posto isto, uma primeira precisão: concebo a corrupção enquanto um fenômeno social porque elemento resultante das interações sociais (RIOS, 1987; OLIVEIRA, 1994; SCHILLING, 1999).

Assim, neste primeiro capítulo, procurarei me referir, principalmente, às implicações para Moçambique das intensas, rápidas e sucessivas mudanças sociopolíticas ocorridas no país nas últimas quatro décadas: a guerra anticolonial, que culminou com a independência do país em 1975; a tentativa de implantação de um projeto socialista formulado por um Estado totalitário cujo sucesso emperrou em uma guerra civil¹ quer perdurou por quase 20 anos e; finalmente, a subsequente guinada brusca para uma democracia multipartidária instalada às pressas em troca de investimentos estrangeiros ligados à ordem capitalista global dos anos 1990. Entendo que estes elementos históricos não podem ficar à margem deste empreendimento porque, como observou Thomaz (2009), estes acontecimentos se deram “naqueles

¹ O termo é usado aqui segundo a mesma concepção dada por João Paulo Borges Coelho em *A ‘Literatura Quantitativa’ e a Interpretação do Conflito Armado em Moçambique (1976-1992)*, p. 1-3: “A definição mais corrente para “guerra civil” refere um conflito militar no interior de um território nacional entre o Estado e um ou mais grupos, do qual resulta pelo menos um total de mil mortos diretos, para algumas análises ou 25 mortos diretos mensais, para outras [...]”.

tempos”, mas “alimentam desconfianças contemporâneas” fundamentais para a compreensão da cena sociopolítica moçambicana. Além disso, a necessidade desse resgate histórico se impõe, na medida em que, como apontarei+ mais adiante, a análise do fenômeno da corrupção é especialmente difícil e complexa porque, enquanto fenômeno social, a corrupção permeia, de forma simultânea, as dimensões cultural, econômica e política da vida em sociedade. Assim, a descrição que se segue ressalta, em especial, particularidades que, a meu ver, mais diretamente podem iluminar a compreensão dos sentidos atribuídos ao fenômeno da corrupção em seu país. Aqui, quero ressaltar que me refiro à moçambicanas e moçambicanos para me referir aos indivíduos ou “subgrupos” que não ocupam nenhum lugar e/ou situação social privilegiada... Que não possuem, a priori, poder de decisão e nem recursos para tal. Ou seja, pessoas que não foram investidas de autoridade e que, portanto, suas opiniões sobre determinado assunto são, tacitamente, sem valor. A este grupo de entrevistados, contrapõem-se os seus representantes legítimos (líderes, delegados, chefes etc.) ou as pessoas que, de um modo ou de outro, detêm o poder de decisão e os recursos para tal.

Abaixo, a *Figura 1* localiza geograficamente Moçambique no mapa do mundo.

FIGURA 1 – LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DE MOÇAMBIQUE

Na *Figura 2* o mapa de Moçambique fornece dados sobre a distribuição geográfica dos diferentes grupos étnicos espalhados pelo país. É bom lembrar que esta é apenas uma das classificações étnico-culturais possíveis na medida em que diferem de autor para autor. Ornellas (1901), por exemplo, diferentemente da classificação

apresentada no mapa, classifica em quatro as matrizes étnicas pertencentes ao território moçambicano: Macua, Mocaranga, Tonga e Zulu. Estas por sua vez se subdividem, gerando subgrupos. Segundo esta classificação, os Macuas ocuparam de forma prevalecente regiões entre o Rovuma e o Zambeze e entre o Niassa e o Índico (região Norte); os Mocarangas o planalto central entre o Zambeze e o Save (região Centro), os Tongas e os Zulus-ajau o sul do Save (região Sul), sendo que esta última é considerada uma etnia originária da África do Sul que invadiu o território ocupado pelos Tonga. Em Ornellas (1901), o principal parâmetro utilizado para esta classificação advém dos usos e costumes partilhados por estes grupos, como também do padrão lexical comum existente na língua falada por eles. Contudo, em meio a elementos comuns estes grupos conservam peculiaridades que os singularizam e são estes elementos distintivos que provocam as categorizações étnicas mais complexas chegando ao nível das linhagens e/ou clãs.

FIGURA 2 – MOÇAMBIQUE: PRINCIPAIS GRUPOS ÉTNICOS

A *Figura 3* mostra a atual divisão político-administrativa bem como dados quantitativos da distribuição geográfica da população ao longo do território nacional. Basicamente, o país é dividido em dez províncias: Maputo, Inhambane e Gaza ao Sul; Sofala, Tete e Manica ao Centro e Zambézia, Nampula, Niassa e Cabo Delgado ao Norte. Por sua vez, estas províncias são constituídas, cada uma, uma cidade capital e diversos distritos administrativos.

FIGURA 3 – MOÇAMBIQUE: ATUAL DIVISÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA E DISTRIBUIÇÃO POPULACIONAL

Já a *Tabela 1* é uma tentativa de oferecer, de forma sintética, informações básicas e preliminares sobre a história, a sociedade e a economia de Moçambique.

TABELA 1 – MOÇAMBIQUE: INFORMAÇÕES BÁSICAS PRELIMINARES

		Observações
Nome Oficial	República de Moçambique	Com a independência, foi fundada a República Popular de Moçambique, de regime totalitário e dirigido pela Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo). A democratização do país em 1992 instalou o multipartidarismo e o país passou a chamar-se República de Moçambique.
Data da Independência	25 de junho de 1975	O marechal Samora Moisés Machel, então dirigente máximo da Frelimo, proclama a República Popular de Moçambique e torna-se seu primeiro presidente.
Regime	Democracia Parlamentarista	Ao todo, estão legalizados pouco mais de 50 partidos políticos em Moçambique com destaque para três deles: a Frelimo, que está no poder desde a independência, a Resistência Nacional de Moçambique (Renamo) e a União Democrática de Moçambique (MDM).
Área	799,3 km ²	Metade do território é ocupado por florestas e 5,7% é terra arável.
Capital	Província de Maputo	As outras províncias são [do Sul ao Norte]: Gaza, Inhambane, Sofala, Manica, Tete, Zambézia, Nampula, Niassa e Cabo Delgado.
Moeda	Metical	1,00 USD está para 30,00 MTn.
Fronteiras	África do Sul, Malawi, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabué	O litoral, cuja extensão é de cerca de 2500 km, é banhado pelo Oceano Índico.
Índice de Percepção da Corrupção	119º lugar	A classificação considera uma lista de 175 países.
População	24 milhões de pessoas	Em 2012, mais de metade dos moçambicanos tinham menos que 15 anos de idade e a esperança média de vida no país era de 49 anos; as mulheres são a maioria da população (51%).
Densidade Populacional (hab./km²)	29,6	Em 2012, a população urbana era de apenas 38%.
Taxa de Analfabetismo	48,10%	Em 2012 havia pouco mais de 15 mil escolas de nível primário; perto de 600 de nível secundário; 88 de ensino técnico e 19 unidades públicas de ensino superior.

Língua Oficial	Português	Com a fundação da República Popular de Moçambique, o português foi instituído como "Língua de Unidade Nacional", decisão política que visava unir os cinco os principais grupos linguísticos abarcados pelas fronteiras nacionais: Emakhuwa, Xichangana, Elomwe, Cisena e Echuwabo; considerando as diversas variações de cada uma delas, em Moçambique são faladas, atualmente, pouco mais de 40 idiomas nacionais.
Grupos Étnicos	[do Sul ao Norte] Tsongas, Chopes, Bitongas, Shonas, Maraves, Macuas, Yao, Macondes e Swahilis	Pode-se adotar o princípio básico de que as diversas subunidades étnicas que compõem determinado *grupo têm, cada uma, sua própria língua que, ao mesmo tempo, convergem para um mesmo grupo linguístico.
Principal Atividade Econômica	Agricultura	Cerca de 80% da população economicamente ativa está envolvida com a atividade agrícola; os principais plantações são de tabaco, açúcar, algodão, arroz, cana de açúcar, mandioca e hortifruti.
Principais Produtos de Exportação	Alumínio, energia hidrelétrica, carvão mineral, castanha de caju, algodão, açúcar, citrinos e madeira	A fraca industrialização do país faz com que, quase que integralmente, as principais riquezas do país sejam destinadas para a exportação sem nenhum valor agregado, situação que poderia ser diferente com indústrias de manufatura e de transformação nacionais.
Principais Parceiros Comerciais	África do Sul, Holanda, Índia, Portugal, China e Japão	A lista não contempla os países ou blocos com maior Investimento Estrangeiro Direto (IED) como a União Europeia, os Estados Unidos da América e o Brasil; considera apenas àqueles que se destacam quando se observa a balança comercial de Moçambique.
PIB	14,2 bilhões USD	O PIB per capita é de 661,9 USD; os setores de serviços e indústria (especialmente a extrativa) são os que mais contribuem para este índice; entre 2009 e 2014, o PIB cresceu sempre acima de 6%.

A ideia, repito, é que os dados das figuras 1, 2 e 3, bem como da tabela 1, auxiliem o leitor ao longo desta narrativa que se segue, já que, abalizam a discussão aqui proposta. Evidentemente, trata-se de uma seleção subjetiva do que considere relevante para os propósitos aqui perseguidos, ou seja, vários outros elementos e/ou informações poderiam, perfeitamente, ser citados e, dentre os relacionados, muitos poderiam, por outro lado, ser suprimidos.

1.1. Da colônia ao Estado nacional: violências, resistências, heranças

Wuthlari ri kumiwa a ndlheleni!

[“A sabedoria vem da caminhada!”, provérbio changane, idioma falando ao Sul de Moçambique]

A história ensina que a busca de Vasco da Gama pela Rota do Oriente efetivou um dos primeiros contatos entre os nativos da África Oriental e os europeus. Foi durante esta viagem que, em 1498, as embarcações do navegador português atracaram na costa da atual província de Inhambane, no Sul de Moçambique. Sabe-se também que a comunicação entre os viajantes e as populações locais não passou de gesticulações e mímicas e, como não se mostraram agressivos, antes de retomarem a viagem, os visitantes foram acolhidos e alimentados. Retornaram pouco depois, desta vez, para, por meio da força, impor sua presença, língua, cultura e, sob a chancela da dominação imperialista – base da industrialização europeia – saquear, explorar, escravizar, violentar e humilhar os africanos. Os efeitos deste triste episódio da história da humanidade persistem no tempo e se constituem como componente importante para a leitura da realidade africana atual. Afinal, os traumas sobre mulheres e homens africanos ocorreram de forma sistemática e marcaram a trajetória histórica (e heroica!) destes povos, projetando-se na memória destes e condicionando comportamentos individuais e coletivos das atuais gerações². Como bem alertou o historiador burquinabe Joseph Ki-Zerbo (2009):

O tráfico dos negros foi o ponto de partida de uma desaceleração, um arrastamento, uma paragem da história africana. Não falo da história na África, mas de uma inversão, uma reviravolta da história africana. Se ignorarmos o que aconteceu com o tráfico de negros, nunca compreenderemos nada sobre a África [contemporânea] (KI-ZERBO, 2009, p. 25).

Franz Fanon (2008), médico-psiquiatra martiniquenho e dono de incontornável obra que deu e dá suporte intelectual às lutas da resistência africana contra a opressão colonial e racial na África, foi mais incisivo:

O branco, chegando a Madagascar, tumultuou os horizontes e os mecanismos psicológicos. Todo o mundo já o disse, para o negro, a alteridade não é outro

² Para um aprofundamento sobre essa questão, sugiro a leitura de *Pele negra, máscaras brancas*, de Frantz Fanon, especialmente o capítulo intitulado “Sobre o pretense complexo de dependência do colonizado” e de *Os Condenados da Terra*, do mesmo autor.

negro, é o branco. Uma ilha como Madagascar, invadida de um dia para o outro pelos “pioneiros da civilização”, mesmo que esses pioneiros tenham se comportado da melhor maneira possível, sofreu uma desestruturação. [...] provocou uma ferida absoluta. As consequências dessa irrupção europeia em Madagascar não são apenas psicológicas, pois, todo mundo já o disse, há relações internas entre a consciência e o contexto social (FANON, 2008, p. 93).

Esta inferência de Fanon é localizada, mas, ao mesmo tempo, perpassa o conjunto da sua obra que, em linhas gerais, busca compreender e discutir as consequências psíquicas e psicológicas em mulheres e homens colonizados, em mulheres e homens negros vítimas da violência física e ideológica pautada pelo racismo. Neste trabalho, tomo o pressuposto de Fanon como suporte da reflexão que passo a fazer sobre o período colonial em Moçambique, sempre encaminhando a discussão para seus desdobramentos em um contexto mais atual e mais especificamente para o tema desta dissertação.

1.1.1. O nascimento de uma nação?

Em Moçambique, foi a dominação colonial que produziu a comunidade territorial e criou a base para uma coesão psicológica, fundamentada na experiência da discriminação, exploração, trabalho forçado e outros aspectos do sistema colonial.

Eduardo Mondlane

Da mesma forma que a Conferência de Berlim – realizada pelas potências imperialistas entre 1885 e 1886 para repartir entre elas o território africano, transformando-as em parcelas coloniais – não respeitou as fronteiras geopolíticas e as relações sociais, políticas e econômicas anteriormente estabelecidas pelas sociedades pré-coloniais; internamente, no território que passou a ser chamado de Moçambique, os portugueses fizeram o mesmo. Pode-se dizer que foi a partir dos anos 1930 que a administração colonial se fez, efetivamente, presente em todo o território moçambicano. E o fez, segundo Eduardo Chivambo Mondlane, antropólogo moçambicano e primeiro presidente da Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), “destruindo, muitas vezes fisicamente, a estrutura do poder tradicional” (MONDLANE, 1975, p. 123). Alguns anos antes, a derrota do Rei de Barwe, tradicional grupo social situado na região da atual província de Tete, ao centro-oeste de Moçambique, havia marcado “o fim das sublevações armadas segundo moldes sócio-políticos tradicionais em Moçambique”

(HEDGES, 1999, p. 17), que consistiam, essencialmente, em insurreições armadas e êxodos maciços para os países vizinhos como os atuais Zimbabué, Malawi e Tanzânia.

Vencida a guerra contra os Barwe, o regime colonial deslocou sua atenção das lideranças tradicionais para indivíduos e grupos nativos mais diretamente ligados à estrutura político-administrativa colonial, ou seja, a atenção se deslocou para os pequenos centros urbanos. Mondlane (1975), aponta que nessa fase, a repressão endureceu para assegurar a expansão da produção, como expressa o relato abaixo, colhido em finais da década de 1950. Nele, Albino Maheche, um enfermeiro no hospital de Nampula, no norte da colônia, descreve a violência que era sistematicamente perpetrada pelos agentes do sistema colonial:

[...] era hábito vermos nos hospital de Nampula, homens e mulheres com nádegas escavadas, com feridas, ou seja, úlceras, porque esse administrador [refere-se ao administrador de Murrupula, N.R.] usava um chicote, preparado com restos de pneus velhos e cabo especial, que servia para torturar as pessoas que fugiam ao cultivo do algodão e do arroz. [...] Na cidade de Nampula era hábito ver pessoas acorrentadas [...] Em plena cidade, os presos andavam quase nus. Conseguíamos vê-los assim quando regressavam aos calabouços vindos do trabalho forçado. [...] Aquilo era espectáculo nas ruas de Nampula, na época, para as pessoas que não tinham habituado a ver coisa igual. As pessoas admiravam-se porque passavam acorrentadas em filas de 20/30 pessoas, na ida e regresso da machamba para os calabouços. Alguns desses indivíduos faziam parte daqueles que eram apanhados a fugir ao cultivo de algodão e arroz (apud HEDGES, 1999, p. 150).

No meio urbano, as relações socioeconômicas também eram pautadas pela opressão e, a segregação racial³ estava na base de toda a legislação vigente na colônia:

[...] as cidades se caracterizavam pela coexistência de duas áreas distintas: o centro de administração, comércio etc; e os subúrbios, que se formaram à medida que as cidades foram crescendo. Na primeira, vivia a população branca e um reduzido número de negros, indianos, chineses e mulatos, que formavam o conjunto dos funcionários, dos comerciantes e primeiras indústrias, dos profissionais independentes e dos artesões e operários. Nos subúrbios, viviam os trabalhadores braçais da construção civil e aterros, das obras públicas, do porto e dos caminhos de ferro. Esta população constituía o efetivo dos trabalhadores de carácter permanente nas cidades. À medida que o sistema de trabalho forçado se ia consolidando, trabalhadores migrantes, recrutados nas zonas rurais, e recebendo salários extremamente baixos, eram alojados nos compounds dos vários serviços como portos, caminhos de ferro e obras públicas, por exemplo (HEDGES, 1999, p.8-9).

³ O termo é usado aqui e ao longo deste trabalho, segundo a concepção de (GUIMARÃES, 2002, p. 50): “raça não é apenas uma categoria política necessária para organizar a resistência ao racismo [...] mas também uma categoria analítica indispensável, a única que revela que as discriminações e desigualdades que a noção [...] de ‘cor’ [da pele] enseja são efetivamente raciais e não apenas de ‘classe’”.

Ainda de acordo com historiador inglês radicado em Moçambique David Hedges, entre 1933 e 1954, foram violentamente reprimidas greves e manifestações políticas que se constituíam como forma de reivindicação por melhores salários e melhores condições de trabalho, bem como contra a prática do trabalho forçado. Por outro lado, as prisões por vadiagem também eram recorrentes, já que, sem trabalhar, os nativos eram legalmente destituídos da condição de “indígenas” – categoria do sistema jurídico colonial que vigorou entre 1897 e finais dos anos 1960. Basicamente, o indígena era o nativo apto para circular e trabalhar no meio urbano, onde sua presença só era aceita mediante a apresentação de um certificado de permissão. *Acima* destes, estavam os “assimilados” que, conforme o vocabulário jurídico-colonial, tinham conseguido se “emancipar” de seus “usos e costumes” adquirindo, assim, “valores culturais ocidentais”. Estes, por sua vez, executavam tarefas de maior “prestígio” que iam de porteiro e servente em restaurantes e clubes da elite branca a serviços de “baixo escalão” nas administrações e repartições públicas.

Diante deste cenário, em que consistiam, de fato, as reivindicações daqueles que passaram a ser chamados de moçambicanas e moçambicanos? Que ideal de mundo desejavam para si – e para os seus – ao resistir às práticas de subjugação como o trabalho forçado, a repressão política e social a que foram submetidos, principalmente, nos últimos cem anos da dominação portuguesa? Este período é especialmente significativo já que diversas análises indicam que foi ao longo dele que, de forma mais incisiva, emergiu entre moçambicanas e moçambicanos, o doloroso processo da busca e da construção da ideia de nação moçambicana independente do colonialismo português. Esta formulação, com a qual coaduno, está presente não só em Mondlane (1975) como em trabalhos de outros autores moçambicanos como o filósofo Severino Elias Ngoenha (1998), o sociólogo Carlos Serra (2000) e o antropólogo José Luís Cabaço (2009). Ambos entendem que – em maior e menor grau – o sentimento de revolta e o desejo de liberdade resultantes das experiências vividas debaixo do sistema colonial português, contribuíram sobremaneira para a emergência do nacionalismo moçambicano. A história, entretanto, registrou acontecimentos que relativizam essa noção, como ficará claro mais adiante.

Por hora, é mais importante referir que, antes dos anos 1960, as reivindicações que originavam os conflitos contra a dominação colonial, tanto no meio rural como urbano, eram em defesa de interesses mais particulares. Ou seja, por um lado, no meio rural, os reinados pré-coloniais lutavam pela manutenção da sua autoridade regional e;

por outro, no meio urbano, os grevistas empregados nas companhias portuguesas, reivindicavam melhores condições de trabalho. Esta delimitação das ações se dava porque, muitas vezes, em ambos os casos, sequer havia a noção do “território moçambicano”, daí que o questionamento não alcançava, necessariamente, a estrutura político-administrativa colonial como um todo.

Foi o Massacre de Mueda, ocorrido em 16 de junho de 1960 no distrito de Mueda, na atual província de Niassa, extremo norte de Moçambique que “Veio a ocupar um lugar-chave na história da luta anticolonial moçambicana, contribuindo significativamente para a consciencialização popular de que a resistência pacífica era em vão” (HEDGES, 1999, p. 242). Na ocasião, centenas de trabalhadores que se manifestaram contra a prisão de seus pares após uma reunião com a administração colonial foram feridos e mortos a tiros e baionetas.

Outros acontecimentos contribuíram para a mobilização política moçambicana no mesmo ano. Se 1960 foi o ano das “independências”, em que 17 colônias africanas se tornaram independentes, foi também o ano do massacre de Sharpeville (21 de Março) e do banimento do ANC na África do Sul, que marcou o fim de qualquer possibilidade de luta pacífica nesse país. [...] No norte de Angola, o levantamento que se iniciou, em meados de Março de 1961, foi brutalmente reprimido pelo regime português, mostrando de novo as intenções colonialistas portuguesas [...]. Em Moçambique, notícias destes acontecimentos foram acompanhadas por uma crescente e intensa repressão pelo regime colonial, o que, por sua vez, provocou a afluência de uma nova onda de refugiados, especialmente ao Tanganhica, em 1961 (HEDGES, 1999, p. 242-243).

Muito provavelmente, foram estes acontecimentos que, em conjunto, levaram Mondlane (1975) a considerar que o nacionalismo moçambicano, como todo nacionalismo africano, nasceu da amarga experiência da colonização europeia.

A fonte de unidade nacional é o sofrimento em comum durante os últimos cinquenta anos passados debaixo do domínio efetivo português. A afirmação nacionalista não nasceu duma comunidade estável, historicamente significando unidade cultural, econômica, territorial e linguística. Em Moçambique, foi a dominação colonial que produziu a comunidade territorial e criou a base para uma coesão psicológica, fundamentada na experiência da discriminação, exploração, trabalho forçado e outros aspectos do sistema colonial (MONDLANE, 1975, p.121).

Entretanto, Hedges (1999), Serra (2000), Chichava (2008) Cabaço (2009), entre outros, entendem que, no início do século XX, a resistência à administração colonial portuguesa, quer no meio rural como urbano, não estava necessariamente ligada à ideia de defesa, construção ou preservação de uma nação. Ou seja, além do opressor, o único

aspecto em comum entre as diversas lutas é que elas se davam dentro do território que os portugueses inscreveram no mapa mundial como Moçambique. Isto quer dizer que a ideia do coletivo era mais imediata, fragmentada, restrita a membros de cada um dos diversos grupos etnolinguísticos, reinados ou trabalhadores da mesma companhia. As distâncias entre os aglomerados populacionais e a fraca densidade populacional no Moçambique colonial acentuou esta (de)limitação e *arrefeceu* os estímulos para que se vislumbresse algo além da unidade social mais imediata.

Em muitas áreas onde a população é diminuta e pouco densa, o contato entre o poder colonial e o povo era tão superficial que existia pouca experiência pessoal da dominação. Havia no Niassa Oriental alguns grupos que nunca tinham visto os portugueses antes da deflagração da atual guerra. Nessas áreas, a população tinha pouca noção de pertencer fosse a uma nação ou a uma colônia, e ao princípio foi-lhe difícil compreender a luta. Todavia a chegada do exército português mudou rapidamente esta situação (MONDLANE, 1975, p. 122).

Estimativas demográficas apresentadas por Hedges (1999) reforçam o raciocínio de Mondlane (1975): entre 1900 e 1930, houve um crescimento de um total de três milhões de habitantes para 4,2 milhões e, deste número, apenas cerca de 100 mil pessoas viviam em centros urbanos. Isso quer dizer que pouco mais de 2% da população tinha contato direto, constante e sistemático com os portugueses. Nesse período, Lourenço Marques – atual cidade de Maputo – tinha algo em torno de 42,7 mil habitantes; Beira (23,6); Inhambane (10,5); Quelimane (9,8) e Ilha de Moçambique (6,8) e, estes eram os principais centros urbanos, onde, de forma mais contundente se dava a dinâmica da exploração colonial naquele período.

Nas cidades, o poder colonial era visto mais de perto. Era mais fácil de compreender que a força do colonizador era constituída sobre a nossa fraqueza e que os seus progressos dependiam da mão de obra do africano. Talvez a própria ausência de ambiente tribal ajudasse a incitar a uma visão nacional, estimulasse esse grupo a ver Moçambique como terra de todos os moçambicanos, os fizesse compreender a força da unidade. (MONDLANE, 1975, p. 126).

Foi, portanto, só na década de 1960, que “o movimento [de fato, anticolonial] começou a adquirir caráter mais político, tornando-se totalmente hostil às autoridades [coloniais]” (MONDLANE, 1975, p. 125). Nesse contexto, há uma fuga massiva da força de trabalho para os territórios vizinhos, onde é criada, em 1962, a Frelimo.

Fundada em Dar Es Salam, capital da Tanzânia, ex-colônia inglesa localizada ao norte de Moçambique, a Frelimo se constituiu a partir da fusão de três grupos políticos de moçambicanas e moçambicanos exilados nos países africanos independentes ou em processo de independência: a União Nacional Democrática de Moçambique (Udenamo); a União Nacional Africana de Moçambique (Manu) e União Nacional para Moçambique Independente (Unami). O primeiro tinha como seus fundadores emigrantes *shonas* no atual Zimbábue e cuja maioria era originária das atuais províncias de Manica e Sofala, como é o caso de seu presidente, o reverendo Uria Timóteo Simango. O segundo, liderado por Mateus Mole e Malinga Milinga, era um movimento formado essencialmente por emigrantes *macondes* no Quênia e na Tanzânia. Já o terceiro, era comandado por Baltazar da Costa Chagonga, originário de Tete, e reunia maioritariamente *senas* daquela província.

Os moçambicanos do Sul que vieram a compor as fileiras da Frelimo eram, na sua maioria, *changanas* das províncias de Maputo, Gaza a Inhambane. Entre eles, os jovens estudantes Joaquim Alberto Chissano e Marcelino dos Santos, cujo engajamento político começou em finais da década de 1950 e culminou com a fundação, em Loureço Marques, do Núcleo dos Estudantes Africanos de Moçambique (Nesam). Boa parte dos membros da Nesam tiveram a oportunidade de seguir estudando na Europa, onde fundaram a União Nacional de Estudantes Moçambicanos (Unemo). Este grupo teve apoio de Eduardo Mondlane – outro *changanas* – então professor na Universidade de Siracusa, nos Estados Unidos da América. Este, na diáspora, já havia estabelecido contato com outras lideranças das lutas anticoloniais africanas como Amílcar Cabral, Agostinho Neto e Julius Nyerere. Mondlane viajou dos Estados Unidos à Europa com o propósito de se reunir com a Unemo: começa aí seu projeto de articulação da independência de Moçambique, estabelecendo, principalmente por meio de Joaquim Chissano, contatos com os três movimentos que viriam constituir a Frelimo alguns anos depois.

Foram essas associações, nas quais se juntavam nos países vizinhos trabalhadores das plantações, mineiros, artesões, modestos servidores, pequenos comerciantes e refugiados da miséria e dos maus tratos, estimulados pelo fervor das ideias africanistas no contexto dos países anfitriões [...] dando corpo às primeiras formas de contestação activa do poder colonial no pós-guerra [...]. Seus aderentes, ao se tornarem alvo da máquina repressiva colonial, foram ganhando experiência política. Eles impuseram uma dinâmica renovada às organizações de origem, provocaram reestruturações, alianças, fusões e, no processo, tornaram-se lideranças (CABAÇO, 2009, p. 282).

É coerente, portanto, considerar a ideia de que o pensamento das lideranças dos diversos grupos políticos – cuja base era étnicolinguística (e geográfica) – que, posteriormente se uniram, constituindo a Frelimo eram, predominantemente, protonacionalistas⁴. O conceito distingue uma fase anterior (a dos micronacionalismos) que, se inserida em um processo de conscientização nacional, pode, eventualmente, se transformar e ganhar a ideia estruturada de nação. De fato, não se encontram contra-argumentos para a suposição de que só no seio da Frelimo, moçambicanas e moçambicanos criaram uma proposta política e militar para a conquista da totalidade do território moçambicano e que, ali, se deu o início da construção de um imaginário de nação moçambicana.

Dito isto, eis a questão que mais interessa a este estudo: mesmo com a independência de Moçambique conquistada militarmente pela Frelimo, persiste o questionamento, ou melhor, “a desconfiança”, conforme prefere colocar Thomaz (2009), de que, sem pertencer a nenhum dos grupos políticos que formaram a Frelimo, Eduardo Chivambo Mondlane, um *changane* de Chibuto, na província de Gaza, ao Sul de Moçambique – cujo mérito, é verdade, está na articulação intelectual dos três movimentos para a formação de uma frente única – foi eleito o 1º presidente do movimento. Além disso, hoje é oficialmente reconhecido como o “arquiteto da unidade nacional moçambicana” e, em 3 de fevereiro, dia de sua morte, é celebrado o feriado dos Heróis Moçambicanos. Já o reverendo Uria Simango, um *shona* de Maropanche, na província de Sofala, região central do país, que foi presidente da extinta Udenamo e, posteriormente, vice de Mondlane – acusado pela liderança da Frelimo de “reacionário”, “traidor” e “vende pátria” – após a morte de Mondlane, jamais ocupou sua posição na presidência da Frelimo conforme previsto nos estatutos do movimento.

Só mais recentemente, no início dos anos 2000, rompendo um longo período de hegemonia da *história oficial* em Moçambique, uma sistemática contestação às acusações feitas ao reverendo foi publicada. Trata-se da obra “Uria Simango, um homem, uma causa”, de Berbabé Lucas Ncomo.

É pertinente, portanto, a síntese do cientista político moçambicano Sérgio Chichava (2008). Ela aponta que Mondlane e Simango estavam no topo de uma

⁴ A *protonação* [...] É própria de uma sociedade heterogênea. O poder político faz dela objeto de lutas, de negociações, de transações permanentes. A protonação opera ao nível da consciência coletiva, é uma espécie de consenso. É um consenso extremamente frágil, mas que existe. [...] Não é uma consciência alternativa, que rompe com o sistema de violência simbólica do capital financeiro internacional (ZIEGLER, 1985, p. 475- 476; citado por CABAÇO, 2009, p. 283).

liderança “maioritariamente, composta por indivíduos do Sul de Moçambique” (CHICHAHA, 2008, p. 4).

Seria este o primeiro caso de favorecimento ilícito em uma estrutura política constituída e dirigida por mulheres e homens que começavam a se entender como moçambicanas e moçambicanos? Até que ponto este dado, que está localizado no período da luta armada da independência de Moçambique, guarda relação com as desconfianças e as acusações do que poderia se chamar de *nepotismo étnico* a que a Frelimo vem enfrentando ao longo da sua existência? Que elementos deste fato são relevantes para a discussão sobre a corrupção em Moçambique?

São questões pertinentes, visto que, desde os tempos mais remotos até os mais atuais, os conflitos étnicos em Moçambique “exprimem uma relação diferenciada de certos grupos sociais com o Estado, manifestando-se quando determinados grupos étnicos se veem prejudicados e discriminados no acesso a recursos” (Idem, p. 1). É daí que Chichava conclui que, naquela época, “Moçambique como nação não existia, e provavelmente, ainda não existe, porque não é necessariamente vivido como tal por todos os moçambicanos” (Idem, p. 6).

1.1.2. A independência: Estado, nação e identidade moçambicana

É preciso matar a tribo para construir a nação.
Samora Machel

Foi em 25 de junho de 1975 que o então líder da Frelimo Samora Moisés Machel, em comício realizado no Estádio da Machava, província de Maputo, anunciou o fim da dominação colonial e proclamou a independência de Moçambique: nascia assim o Estado moçambicano, órgão máximo da então República Popular de Moçambique e que tinha o próprio Machel como seu primeiro presidente. Por sua vez, a Frelimo, passou de movimento de luta armada a único partido político do país. Sua estrutura dirigente se confundia com o aparelho do Estado, configurando-se em uma espécie de Estado/Partido. Instalava-se, deste modo, um regime totalitário em Moçambique.

“Um só sindicato, uma só organização da mulher e uma só organização da juventude, todos obedecendo à linha do partido, foram criados. A divisa era um só povo, uma só nação, uma só língua, um só partido” (CHICHAHA, 2008, p. 8): é

basicamente nisto que consistia a ideia de unidade nacional moçambicana... A supressão e a esterilização das históricas diferenças culturais, políticas e ideológicas em benefício de uma nação una e indivisível. Foi sob essa governação centralizada e autoritária que o Estado/Partido procurou colocar em prática seu suposto projeto socialista desenhado a partir de uma orientação marxista-leninista, diretriz que o movimento já vinha seguindo desde a guerra colonial, como sugere a declaração de Mondlane em uma entrevista concedida em 1968, sete anos antes da proclamação da independência:

Uma base comum que todos tínhamos quando formamos a FRELIMO era o ódio ao colonialismo, a necessidade de destruir a estrutura colonial e impor uma nova estrutura social [...] mas que tipo de estrutura social ninguém sabia. Alguns sabiam, tinham ideias teóricas, mas mesmo esses foram transformados pela luta. Há uma evolução do pensamento que se operou durante os últimos seis anos que me pode autorizar, que eu me autorizo a mim mesmo concluir, que a FRELIMO é agora, realmente, muito mais socialista, revolucionária e progressista do que nunca, e a tendência agora é mais em direcção ao socialismo do tipo marxista-leninista (*citado por CABAÇO, 2009, p. 311-312*).

De fato, essa poderia até ser a tendência dos contornos das ações da Frelimo, principalmente se se considerar que o apoio político-militar era dispensado pelo bloco socialista no contexto global da guerra fria. Entretanto, a meu ver, ainda que esse tenha sido a intenção da Frelimo, o que se viu, na prática, foi um reducionismo do ideário marxista-leninista na medida em que, um dos principais – se não o principal – pressuposto deste é a socialização total e completa dos meios de produção. Ou seja, cumprida a tarefa de nacionalização desses meios, não houve, posteriormente, a socialização dos mesmos. Assim, ao cumprir com apenas uma etapa do processo, desenhou-se em no Moçambique independente um Estado/Partido autocrático e, dado os contornos da realidade específica, se fortaleceu enquanto uma elite étnica alicerçada pela hegemonia do poder político e econômico.

Com o Estado/Partido moçambicano formalmente estabelecido, a mais imediata tarefa da Frelimo consistia em garantir a governabilidade. Para isso, era necessário invisibilizar e deslegitimar os conflitos de ordem ideológico-políticos configurados a partir de uma realidade multiétnica. O principal deles, aliás, referia-se às velhas desconfianças e acusações direcionadas ao movimento nos tempos da guerra de libertação e que passaram a ser canalizadas ao Estado moçambicano: a estrutura dirigente era composta majoritariamente por integrantes da região Sul do país. Lideranças políticas das regiões Centro e Norte e que estiveram na base da formação da

Frelimo, responsabilizavam a classe dirigente do partido de “impor um ‘nacionalismo elitista’ ditado pelos do sul no seio da FRELIMO”, além de cometer arbitrariedades e crimes para assegurar e circunscrever o poder entre os “homens do sul” (NCOMO, 2004, p. 134).

Lembre-se que, com a morte de Mondlane em fevereiro de 1969, Uria Simango, então vice-presidente do movimento, deveria substituí-lo. Em vez dessa sucessão “natural”, um triunvirato – composto pelo próprio Simango e Samora Machel e Marcelino dos Santos (sendo os dois últimos do Sul) – foi constituído para dirigir o grupo. Esta decisão de última hora acentuou as divergências internas, sobretudo entre os três membros da cúpula presidencial. Em decorrência destes fatos, em novembro de 1969, Uria Simango publicou um documento intitulado “Situação sombria na Frelimo”, no qual denunciava que no movimento, os privilégios baseados na proximidade e identidade étnica entre os dirigentes do sul era uma dos principais responsáveis pela crise pela qual o movimento passava.

Desde 1966, tem havido a tendência de um grupo – infelizmente composto por pessoas do Sul que incluía o primeiro presidente da FRELIMO – reunir sozinho, tomar decisões, e impô-las a outros por vias de manipulações. O falecido presidente da FRELIMO foi criticado por algumas pessoas conscientes do Sul de que tais métodos de funcionamento poderiam no fim trazer problemas. Não se deu nenhuma consideração a essa advertência. Este grupo continua com este método, muitas reuniões tomaram lugar na casa da Janet [esposa de Eduardo Mondlane] e só pessoas da tribo é que participam. Devemos entender que não há nenhuma tribo em Moçambique que é superior a outras. Estamos a lutar de modo a eliminar a superioridade rática do branco ou o direito de um dado grupo oprimir e explorar outros grupos. Todas tribos devem merecer igual tratamento, oportunidade e direito, agora, durante a luta, e depois da independência (SIMANGO, 2004, p. 412).

Na sequência da publicação deste texto, Uria Simango foi expulso da Frelimo e posteriormente executado “em um dia impreciso do período que vai de Maio de 1977 e Junho de 1980” (NCOMO, 2004, p. 25). Com efeito, essas acusações levantadas por Simango começaram a transpor o círculo político-militar – expondo a *dicotomia étnica* que caracterizava a estrutura da Frelimo – e ganharam eco entre a população como um todo, principalmente entre os que habitavam o meio urbano.

É diante desta encruzilhada que o Estado/Partido moçambicano buscava meios práticos que respondessem a questões como: de que forma unir, em torno de um objetivo único, a pluralidade étnica, linguística e cultural inscritas no território moçambicano? De acordo com os desígnios da Frelimo, o que se pretendia era agregá-

las em torno de uma ideologia de “unidade” e “solidariedade” para a construção da nação moçambicana. Vale lembrar que até então, a tradição militar tinha sido a “primeira [e única] forma autónoma ‘moderna’ de organização dos moçambicanos” (CABAÇO, 2009, p. 318).

Parece-me que, neste caso, cabe a reflexão do filósofo canadense Charles Taylor (1998), segundo a qual, a transição para uma sociedade independente deveria acarretar a inserção de variáveis próprias de realidades multiculturais, entre elas, a dialética entre as ideias de *igual dignidade* diante da *diferença*. De acordo com este autor, a primeira “visa igualdade universal, um cabaz idêntico de direitos e imunidades”, enquanto a segunda exige “o reconhecimento da identidade única deste ou daquele indivíduo ou grupo” (TAYLOR, 1998, p. 58). Neste sentido, Cabaço (2009) avança que

Essa é uma tensão permanente, mas que se reflete de forma mais aguda nos países de recente independência com sociedades multiétnicas, nos quais a emergente sociedade civil é urbana e, portanto, incapaz de representar cabalmente a diversidade perante a tendência centripeta e hegemônica do Estado-Nação. As manifestações de carácter ‘étnico’ que se manifestam nessa sociedade civil urbana traduzem muito menos uma reivindicação de diálogo cultural e representam muito mais formas de luta pelo poder entre as elites ‘modernas’ (CABAÇO, 2009, p. 322).

Posto isto, impõe-se a necessidade de assumir de antemão que a tradição militar – que *a priori* remete a cenários cuja relação entre o Estado e a sociedade se baseia na dominação, na obediência, na uniformidade, no pensamento único e na ausência das liberdades civil e política – dificilmente funcionaria como um catalisador, um ponto de partida para a criação da desejada nação moçambicana consubstanciada no imaginário de uma identidade comum moçambicana. Sabe-se, inclusive, que a implantação e expansão do Estado-nação moderno implica, necessariamente, um diálogo anterior com o problema da *identidade* e da *igualdade* (mais recentemente, tem se falado em *equidade* em vez de *igualdade*). O primeiro remete a uma ideia de nacionalidade que se estabelece como elemento decisivo da identidade pessoal e objeto de lealdade e de comprometimento comuns e; o segundo remete ao reconhecimento de pressupostos próprios da cidadania. Considero que, em Moçambique, estas possibilidades (ainda) não se concretizaram, o que pode ser explicado, pelo menos em parte, pela síntese do intelectual e político senegalês Léopold-Sédar Senghor, (2011), segundo a qual “na África, o Estado precedeu a nação” (apud CAHEN, apud WICK, 2011, p. 76).

Como se pode observar, o conceito de “nação” vem se estabelecendo como elemento importante aqui, por isso mesmo, entendo que se faz necessário um posicionamento que delimita a perspectiva pela qual venho usando este conceito. A literatura oferece diversas considerações analíticas sobre a conceituação de nação. Com efeito, aqui, parto de duas delas para, posteriormente, conciliá-las em uma terceira.

A primeira tem seus argumentos de legitimação nacional ancorados em princípios considerados modernistas, baseia suas formulações em elementos subjetivos e instintivos fundamentadas na percepção da nação como produto da vontade popular e como forma de organização social característica da sociedade moderna (GELLNER, 1983). Já a segunda, denominada essencialista ou primordialista, parte do princípio que os fenômenos nacionais existem independentemente das representações voluntaristas. Ou seja, procura estabelecer continuidades entre aspetos objetivos e a definição nacional, através da ênfase nos laços primordiais tais como etnia, língua, cultura e laços sanguíneos (SMITH, 1993). Uma terceira vertente, defendida por autores como Norbert Elias (1989), Stuart Hall (2006) e Eric Hobsbawm (2007), entretanto, assume uma postura mais intermediária àquelas duas primeiras. Esta visão procura sustentar que, inseridas em um complexo processo de intercâmbio e mútuas concessões, as duas posições, combinadas, são constitutivas não só dos discursos sobre nação, mas também oferecem aportes e perspectivas de apreensão dos pressupostos através dos quais as identidades nacionais – e transnacionais – são construídas.

É sobre esta terceira vertente, mas com forte inclinação para a primeira, que estou conceituando nação e nela me apoio para então, sair em busca de fatores que, eventualmente, atribuiriam sentido à existência de um processo de afirmação nacionalista em Moçambique, de uma “identidade moçambicana”, de uma “moçambicanidade”. Ou seja, inspirado em Hall, meu argumento é o de que a nação e a identidade nacional moçambicanas não são coisas com as quais nascemos, mas são formadas e transformadas no interior das nossas representações e das diversas e conflitantes trajetórias socioculturais das diversas grupos sociais circunscritos dentro da fronteira nacional. Segue-se, portanto, que a nação não é apenas uma identidade política, mas algo que produz sentidos – “um sistema de representação cultural” (HALL, 2006, p. 48-49).

Assim, a liberdade de moçambicanas e moçambicanos ou dos diversos povos moçambicanos, seria o fator catalisador do processo de afirmação nacionalista em Moçambique, o que, eventualmente, levaria a uma construção da nação, da identidade

moçambicana, da “moçambicanidade”. Quer isto dizer que, só as liberdades configuradas na observância dos direitos civis e políticos e, no caso específico da sociedade multiétnica e multilinguística de Moçambique, dos direitos à manifestação e à representatividade da diversidade cultural – ambos considerados aqui como o termômetro para a manutenção do equilíbrio de poder entre as diversas microcomunidades abrangidas pelo território que se constituiu como Moçambique – poderiam ambientar um processo de “moçambicanização” de moçambicanas e moçambicanos. Ao contrário, como alertou o filósofo francês Jean-Paul Sartre, se o impulso socialista de uma revolução nacional for detido e então a “burguesia colonizada tomar o poder, o novo Estado, a despeito de uma soberania formal, continuará nas mãos dos imperialistas” (SARTRE, 2010, p. 27). Dessa forma, o que se ouviu do então presidente Machel foi: *É preciso matar a tribo para construir a nação*. De fato, um projeto de modernização a princípio, injusto. Foi com esta posição radical que a Frelimo buscou *sintetizar* as diferenças e, assim, construir a nação moçambicana. Na concepção do projeto frelimista, a tribo era considerada arcaica, um atraso. Era vista como incompatível com os tempos modernos e sucumbiria com a emergência do “Homem Novo⁵”, alfabetizado, vivendo na aldeia comunal e falando português. Sobre a língua portuguesa, importa pontuar que ela foi usada pelo Estado moçambicano como o mais importante elemento para a construção da identidade nacional, marginalizando-se, em um primeiro momento, completamente as línguas locais a tal ponto de ser oficialmente proibida a comunicação por meio das línguas locais nas escolas e demais instituições públicas.

À semelhança de outros regimes africanos que defendiam o partido único em detrimento do pluralismo político e social – oficialmente por medo de acordar ou exacerbar os particularismos identitários –, ou, como diziam alguns líderes africanos, por temer que cada grupo étnico criasse seu próprio partido, a FRELIMO negava todo tipo de diversidade: religiosa, étnica, racial, política, linguística, social e outras (CHICHAVA, 2008, p. 7-8).

E, as palavras de ordem, repetidamente pronunciadas em comícios e reuniões partidárias, eram “abaixo o racismo”, o “tribalismo”, o “regionalismo”, o

⁵ O modelo do “Homem Novo” da Frelimo foi projetado para ser uma negação ao “colonial”, ao “tradicional”, “feudal” “atrasado”. Preconizava uma rápida convergência das identidades dos diferentes grupos etnolinguísticos numa realidade modernizadora, capaz de desestruturar as principais referências tradicionais (ritos, símbolos, relações de parentesco tradicionais africanas, hierarquias de linhagens etc). Por outro lado, a prática da educação científica, nos valores nacionalistas, nos rituais militares, nos símbolos patrióticos, nas relações interpessoais de solidariedade e camaradagem, na hierarquia e organização que a situação da guerra impunha, poderia construir uma nova nação, única e indivisível em termos identitários.

“divisionismo”, o “obscurantismo” etc. Entretanto, Ngoenha (1998), Chichava (2008) e Cabaço (2009) ponderam a interpretação de autores como Cahen (1990), Geffray (1991) e Fry (1994; 2001), e entendem que o projeto da criação do “Homem Novo” é desprovido do sentido assimilacionista. É mais prudente, defendem os primeiros, considerar que a radicalidade das ações da Frelimo se fundavam na gênese própria de um projeto militarista, visto que se estruturava em torno de valores e comportamentos próprios da organização da força combatente.

Fato é que, como aponta Fanon (2010), “O nacionalismo, se não é explicitado, enriquecido e aprofundado, se não se transforma muito rapidamente em consciência política e social, em humanismo, leva a um impasse”. Ou seja, parece ter havido um desvio do sentido revolucionário cometido pela Frelimo e que é recorrente nas elites políticas de países africanos que vivenciavam a experiência da independência à época. Estes tendem a encerrar “a consciência nacional num formalismo esterilizante” em vez da opção pelo “engajamento maciço dos homens e das mulheres em tarefas esclarecidas e fecundas que dão conteúdo e densidade a uma consciência.” (FANON, 2010, p. 234).

É neste mesmo sentido que Chichava (2008) sustenta que os conflitos étnicos em Moçambique exprimem uma relação diferenciada de certos grupos sociais com o Estado, manifestando-se em relação ao sentimento de rejeição deste no acesso a recursos não só econômicos como políticos.

Já Hobsbawn (2007) observa que a unificação nacional que muitas revoluções africanas buscavam quando lutavam para se verem livres da exploração colonial já havia falido no ocidente e que, caso fosse bem sucedida na África, sua permanência seria apenas temporária e transitória, principalmente devido às transformações que a economia mundial sofreu nesse período e que começava a ter forte influência no continente negro. O historiador aponta que na Europa – “pátria original do nacionalismo” – as transformações da economia mundial “estão desfazendo o que as guerras do século XX, com seus genocídios e transferências em massa de populações, parecem produzir, ou seja, um mosaico de Estados nacionais etnicamente homogêneos” (HOBBSAWN, 2007, p. 90).

Entendo que elementos como “nação” e “identidade nacional” – abordados aqui sem o devido aprofundamento, é verdade – são pouco considerados em estudos ou debates de ordem sociopolítica e econômica em e sobre Moçambique. Por considerar que eles condicionam sobremaneira os discursos políticos e, por conseguinte, a discussão sobre a corrupção, julguei pertinente incluí-los, na medida em que, a

compreensão holística do sujeito e o seu meio são premissas fundamentais para a formulação de qualquer problema político.

Como se há de conceber a “coisa pública” em Moçambique – fator importante para a discussão sobre a corrupção – se, no tempo da colônia, moçambicanas e moçambicanos das diferentes regiões e etnias mal se conheciam e, no período pós-independência, os conflitos resultantes de disputas do poder político e econômico os afastaram ainda mais de uma ideia de unidade (nação) e fortaleceram a ideia de grupos com interesses divergentes? Como formular políticas públicas de enfrentamento à corrupção em Moçambique se o conceito de nação é obscuro, confuso, ou, no limite, discutível. Como afirmou Fanon (2010), antes mesmo de se preocupar com qualquer outra coisa, um governo que se quer nacional deve “dar dignidade a cada cidadão, mobiliar os cérebros, encher os olhos de coisas humanas, desenvolver um panorama humano, porque habitado por homens conscientes e soberanos” (FANON, 2010, p. 235). Ao contrário, observa-se que as velhas acusações de favorecimento com base na proximidade étnica dentro da estrutura do Partido/Estado em Moçambique, “com efeito [...] continua a ser uma questão omnipresente nos discursos das elites [políticas, acadêmicas, etc.] moçambicanas” (CHICHAVA, 2008, p.1).

1.1.3. *Massinguita*: da independência à guerra!

[Expressão usada no sul de Moçambique para se referir a atos e/ou experiências que sinalizam maus presságios e/ou agouros]

Se quisermos um dia ser artistas da nossa História, e ser reconhecidos como tais, temos de nos aceitar primeiro a nós mesmos, e reconhecer e valorizar a nossa diferença.

Severino Elias Ngoenha

A nova realidade político-social das sociedades africanas proporcionada pela vida no período pós-colonial, manifesta, em maior ou menor grau, o despertar destes povos e de suas respectivas lideranças intelectuais e políticas, para a apropriação da liberdade. Esse fator é verificável, quer no plano das práticas como no dos discursos. As lideranças carregam a certeza obstinada da necessidade de correr atrás do tempo perdido e, no extremo, quase que puxando o futuro em direção ao presente, impuseram “ao tempo, aos territórios e aos homens grandes projetos, mobilizações e utopias para vencer todas as adversidades” (BORGES, 2001, p. 225).

Em Moçambique não foi diferente. Conforme apontado anteriormente, logo após a conquista da independência, o governo da Frelimo, consubstanciado nas decisões do

seu III Congresso, realizado em 1977, em Maputo, oficializou a varredura de toda e qualquer oposição política e assumiu-se como partido único do país, conduzindo-o a partir de pressupostos supostamente próprios da filosofia marxista-leninista. Este foi o caminho encontrado pela Frelimo para criar, entre moçambicanas e moçambicanos, o sentimento comum e hegemônico de pertencimento à nação, contrapondo-se aos diversos micronacionalismos étnicos. Assim, foram neutralizadas todas e quaisquer ideias, pensamentos e ações particularistas e localistas com base na identidade étnica. Obsessivamente perseguido, este projeto acarretou consequências que eram, em certa medida, previsíveis: o ódio, a revolta e a insurreição das minorias simbólicas – “minorias” no sentido de pessoas ou grupos de pessoas desprovidos do poder decisório social e político – legalmente impedidas de reconhecer e revisitar suas trajetórias sócio-históricas.

De fato, o governo da Frelimo não permitia uma oposição política, o que, na prática, reafirma a hegemonia política e econômica do país nas mãos de moçambicanos do Sul, visto que, uma eventual oposição política refletiria, necessariamente, uma disputa étnica resultante da sistemática ausência de determinados grupos étnicos nos espaços públicos decisórios: direções provinciais e nacionais de empresas estatais e de serviços burocráticos do Estado, ministérios, governos distritais e provinciais, entre outros. Sabe-se, no governo totalitário da Frelimo inexistiam mecanismos legais que permitissem manifestações e muito menos reivindicações contra tais disparidades e, sabe-se também que, exatamente por isso, pairava uma insatisfação política entre os grupos étnicos localizados nas regiões Centro e Norte Moçambique (Ncomo, 2004; Chichava, 2008; Ngoenha, 2009; Cabaço, 2009).

Outro fator determinante para esta tensão política é que a economia de Moçambique no final do século XIX, com a emergência do capitalismo colonial, era baseada em serviços, centrada na exploração de portos e ferrovias que, essencialmente, escoavam produtos oriundos de Malawi, Zimbábue e África do Sul com destino aos mercados europeus e americanos. A construção dessa infraestrutura pelo Estado colonial, por um lado, se concentrou na região sul, fortificando econômica e politicamente essa região, que se beneficiava da grande ascensão econômica da África do Sul. Esse fator influenciou, por exemplo, na decisão de se transferir a capital da província ultramarina de Moçambique da Ilha de Moçambique, no Norte, para Lourenço Marques (atual Maputo), no Sul. Por outro lado, nenhuma ferrovia que ligasse as regiões Sul e Norte foi construída. Mais: na impossibilidade econômica de rentabilizar esta região, o

Estado português cedeu-a, por aluguel, a companhias concessionárias de capital estrangeiro, que trouxeram pouco ou nenhum progresso. De forma resumida, significa dizer que, se no período colonial o poderio econômico e político de Moçambique concentrados no Sul se dissipavam quanto mais se caminhasse em direção ao Norte e essa realidade jamais mudou.

Podemos, pois, datar dessa época (finais do século XIX), a origem de ressentimentos das elites dessas regiões em relação ao sul. A hegemonia do sul sobre as outras regiões vem daí, e exprime as mudanças regionais decorrentes do desenvolvimento do *Rand* e do Transval [referência à África do Sul]. De certa maneira, a marginalidade ou a marginalização dessas regiões [centro e norte] e de suas elites vem daí (CHICHAVA, 2008, p. 5-6).

Na prática, para os grupos excluídos, que constituíam parte significativa de moçambicanas e moçambicanos, as barreiras impostas pela Frelimo impedindo seu acesso ao poder cultural, econômico e, principalmente, político, representava a continuidade da uma realidade opressora, caracterizada pelo desprivilegio. Para estes grupos, era preciso, portanto, superar essa situação. A luta precisava continuar. Para eles...

A independência significou, no fundo, a transição de uma ditadura fascista para uma de índole comunista. O partido único de Salazar/Caetano – a União Nacional (ANP) – foi substituído por uma auto-intitulada vanguarda revolucionária: a PIDE/DGS passou a designar-se SNASP. E o decreto presidencial que instituiu essa nova polícia foi descrito por um sonante jurista moçambicano como uma “monstruosidade jurídica” pois conferia-lhe amplos poderes para prender e mandar prender à revelia dos tribunais e impedir que as pessoas que caíssem sob sua alçada estivessem abrangidas pela cláusula do Processo Penal que estipulava que um detido tinha 7 dias para constituir defesa e de arrolar testemunhas (NCOMO, 2005).

O pensamento de Amílcar Cabral enfatizava que pessoas não lutam por ideias ou coisas que estejam na mente dos outros, mas por coisas práticas como a paz, melhores condições de vida e pelo futuro de seus filhos. A ideia central de Cabral – e que ajuda a compreender, pelo menos em parte, os atuais conflitos que se dão no continente – é que conceitos como liberdade, fraternidade e igualdade “são palavras vazias para as pessoas se não significam uma melhoria real em suas vidas” (apud LOPES, 2011, p. 8). Esta parece ser a realidade de parte significativa de moçambicanas e moçambicanos do Centro e Norte de Moçambique após a conquista da independência.

Esta conjugação de fatores levou a que outro grande conflito armado deflagrasse em Moçambique. Entre 1976 e 1992, uma guerra interna adiou o sonho da tão esperada

liberdade e progresso do país que, durante as duas décadas subsequentes, sofreu diversos infortúnios. Tudo começou quando um grupo de dissidentes da Frelimo – que no início da década de 1980 se constituiria como Resistência Nacional de Moçambique (Renamo) – inconformadas com diversas práticas da Frelimo, se articularam enquanto grupo de guerrilha, primeiro em Zimbábue, perto da fronteira com Moçambique. Pouco anos depois, a sede do grupo se transfere para África do Sul, onde recebe apoio do governo segregacionista sul-africano, antes de se estabelecerem de forma definitiva, em 1986, no distrito de Gorongosa, província de Sofala, no Centro de Moçambique.

De fato, até 1983 com o apoio dos governos brancos e racistas do Zimbábue e da África do Sul, a Renamo perpetrou ataques a aldeias e infraestruturas sociais em Moçambique, fazendo vítimas mortais e enterrando minas terrestres em estradas e campos de cultivo. Ações como estas desestabilizaram a já fraca economia moçambicana, não só porque o governo se viu obrigado a concentrar importantes recursos na máquina da guerra, mas principalmente porque levaram ao êxodo de milhares de pessoas do campo para as cidades e para países vizinhos, diminuindo assim a produção agrícola, principal atividade econômica do país. A resistência perde força quando em 1983, a Frelimo assina um acordo de boa vizinhança com o governo racista sul-africano, que ficou conhecido como o Acordo de Nkomati⁶. Três anos mais tarde, já na atual Gorongosa, distrito da província de Sofala, região central do país, a Renamo ressurge e expande suas ações militares para todas as províncias de Moçambique, inviabilizando a política de socialização do campo por meio das aldeias comunais e áreas de produção agrícola estatais que eram fundamentais para a administração da Frelimo.

Atualmente, ainda é forte em Moçambique o debate acadêmico e político sobre as causas deste conflito. Uns defendem que ele teria resultado da ambição inconsequente e individual de um pequeno número de insurgentes da Frelimo que teria cedido aos aliciamentos dos governos racistas do Zimbábue e da África do Sul. Estes, é fato, viam na desestabilização do governo moçambicano possibilidades imediatas de aniquilamento das influências comunistas na região. Outros defendem uma explicação a partir de uma racionalidade econômica e política. Entendem que, haveria uma decisão anterior a esse apoio do exterior, ou seja, parte significativa de moçambicanas e

⁶Também conhecido por acordo de “Não Agressão” ou de “Boa Vizinhança”, o Acordo de Nkomati foi assinado a 16 de março de 1984. Nele, o governo da Frelimo, liderado por Samora Machel, se comprometia a cessar o apoio fornecido ao Partido Nacional Africano (ANC) que lutava contra o regime do *apartheid* na África do Sul e tinha bases de treinamento em Moçambique. Por outro lado, o então presidente sul-africano Pieter Botha faria o mesmo em relação à RENAMO. O acordo, entretanto, não passou de mera formalidade, com efeitos práticos nulos.

moçambicanos se viu na obrigação de rebelar-se contra o Estado e contra a exclusão aos ganhos material ou político e que, o apoio externo seria uma consequência inserida em uma lógica própria de situação de guerra.

O historiador moçambicano Egídio Vaz (2012) conjuga as duas opiniões, divide o conflito em dois períodos e vai mais além, inserindo o conflito na esfera da ordem política mundial vigente à época. Argumenta que o primeiro período do conflito estendeu-se de 1977 até a assinatura do Acordo de Nkomati, em 1984. “Esse período foi marcado pela falta de um discurso coerente, de uma causa, e caracterizou-se pela matança, pela destruição e pelo enfraquecimento da infraestrutura nacional”. De acordo com o historiador, o segundo período começou já nos finais da década de 1980 com a queda do Muro de Berlim e a desagregação da União Soviética. “Aqui, a Renamo apropriou-se de novos valores: a democracia e a liberdade”. A partir deste momento “estávamos perante uma guerra civil, dirigida pelos moçambicanos com uma agenda política”. Foi esta “nova postura da Renamo que impulsionou o governo da Frelimo a adotar a democracia como novo sistema político no país” (citado por Deutsche Welle, 2012).

De uma ou de outra forma, a guerra teve também causas internas que podem ser encontradas na forma como o governo da FRELIMO geriu o seu povo nos primeiros momentos da sua independência, nomeadamente com a matança indiscriminada de todos aqueles que a enfrentavam e punham em causa a linha ideológica da FRELIMO. Por um lado. Mas, por outro, pelo afunilamento das formas e da visão do desenvolvimento do país, o que não agradou a alguns setores, inclusive pela forma como desprezou a cultura. Há aspetos que foram muito bem explorados e otimizados pela RENAMO ao longo da sua guerra (VAZ, 2012).

Dados de um relatório produzido pela Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade de Moçambique em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Infância (Unicef) que aborda sobretudo a acriança afetada pela guerra civil moçambicana – mais conhecido como “Relatório Machel” – apontam que, após quase duas décadas de derramamento de sangue, o conflito fez 1 milhão de mortos, dos quais 45% eram crianças com idade inferior a 15 anos. Entre os feridos que deram entrada em unidades sanitárias, 23% eram crianças e, das cerca de 50 mil pessoas amputadas, 7 mil eram crianças e mulheres. A guerra provocou também o deslocamento interno de 4,5 milhões de pessoas e o refúgio no exterior de outras 1,5 milhão. Além das vítimas humanas, o conflito destruiu ou inviabilizou infraestruturas de 150 aldeias e localidades: 1.800 escolas, metade das rodovias e das unidades sanitárias, estimando-se um prejuízo

na ordem de 7 bilhões de dólares americanos para a economia nacional. Ao final do conflito havia 250 mil crianças órfãs ou desacompanhadas. A este número, soma-se àquelas que participaram ativamente do conflito: dos 92.881 soldados e guerrilheiros desmobilizados após o Acordo Geral de Paz de 1992, cerca de 28% tinham menos de 18 anos, 4.678 menos de 13 anos, 6.828 estavam entre 14 e 15 anos e 13.982 entre 16 e 17 anos. Sabe-se, entretanto, que grande maioria delas

[...] foram submetidas a repetidas experiências traumáticas: ameaças de morte, terror, agressões, processos sistemáticos de desumanização, fome, sede, mal nutrição, exploração pelo trabalho, abuso sexual [...]. No que toca à sua personalidade, foram verificados os seguintes distúrbios: falta de confiança nos adultos e em si próprias, falta de perspectiva de futuro e/ou perspectiva pessimista, isolamento, depressão, resignação, altos índices de agressividade, perda de sensibilidade, regressão, introversão, fobias diversas e sintomas neuróticos diversos (SERRA, 2003, p. 9).

É preciso reter e levar sempre em consideração que tanto as crianças órfãs e desacompanhadas, bem como aquelas que foram desmobilizadas durante o processo do acordo de paz, estão entre os indivíduos que constituem a sociedade moçambicana de hoje.

1.1.4. A *Khululeko*: entre a independência e a dependência

[Verbo zulo que, ao pé da letra, significa *paz*. É também usado em situações tensas para sugerir relaxamento, descanso, calma]

[...] é aparente para mim que a desalienação efetiva do negro vincula-se ao reconhecimento imediato das realidades sociais e econômicas. Se existe um complexo de inferioridade, ele é resultado de um processo duplo: primeiramente, econômico; subsequentemente, a internalização, ou melhor, a epidermalização dessa inferioridade.

Franz Fanon

Conforme relatado, entre os inícios das décadas de 60 e 90 do século passado, a história de Moçambique foi marcada por uma permanente realidade de conflito armado: de 1964 a 1974, a luta pela independência colonial conduzida pela Frelimo e, conquistada a independência, a partir de 1976 até 1992, foi desencadeada uma devastadora guerra civil opondo o exército governamental da Frelimo e a Renamo. Portanto, mesmo com a independência colonial, devido à guerra, o projeto socialista da Frelimo não teve a menor chance de lograr resultados positivos e o país se viu mergulhado em uma crise generalizada, da qual, finalmente, ambas as partes

vislumbraram possibilidades de superá-la a partir do diálogo, abandonando assim trincheiras: deste modo, em 4 de outubro de 1992, as partes outrora beligerantes assinaram em Roma, capital italiana, o Acordo Geral de Paz (AGP) e, oficialmente, a República Popular de Moçambique passou a simplesmente República de Moçambique.

É preciso observar que, na prática, este acordo consagrou medidas oficializadas dois anos antes pela nova Constituição da República: o governo da Frelimo, que, entretanto, já havia abandonado o marxismo-leninismo, vinha preconizando mudanças internas que visavam acelerar um processo de liberalização econômica e política do país. Por sua vez, estas ações constituíam os pressupostos básicos para que o “grito de socorro” emitido à comunidade internacional fosse atendido. Concretamente, com a Constituição de 1990, foram oficializadas, entre outros pontos, o multipartidarismo, as liberdades democráticas fundamentais e a economia de mercado, principais exigências do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, entidades as quais Moçambique ratificou seus primeiros acordos em 1987⁷, o que mergulharia o país em um estado permanente e generalizado de dependência multidimensional, estrutural e dinâmica da ajuda externa⁸.

Importa referir também que as exigências dessas entidades monetárias respondiam igualmente aos anseios políticos historicamente reivindicados pela Renamo. Em diversas negociações anteriores, ainda na década de 1980, a Renamo havia se recusado a reconhecer o sistema monopartidário em troca da simples anistia política e da integração social e econômica de seus membros. Esta posição da Renamo foi permanentemente informada pela imprensa oficial moçambicana com sendo uma demonstração objetiva da falta de “vontade política” da Renamo em resolver o conflito e, desse modo, causar entre moçambicanas e moçambicanos, o sentimento de descrença e antipatia a este grupo. Lembre-se, foi também neste período que o acordo de Nkomati

⁷Em 1987, um acordo de Moçambique com o Banco Mundial introduziu um programa de ajustamento estrutural rigoroso que conduziu o país para uma economia de mercado. Com a ajuda da comunidade internacional, um importante programa social e de reabilitação de infraestruturas iniciou e, em paralelo, começou o reparo do tecido social destruído pela guerra.

⁸Para o economista moçambicano Carlos Nuno Castel-Branco, “a dependência de ajuda externa é *multidimensional* quando afeta a cultura institucional, o pensamento, as políticas e as opções dos sistemas de governação, bem como as interações entre os agentes, as opções de políticas públicas, o financiamento dessas políticas, etc. Assim, o caráter multidimensional de dependência de ajuda externa significa que a dependência vai para além dos recursos financeiros básicos (financiamento de défice público, da balança de pagamentos e de investimentos na economia) e das capacidades básicas (técnicas, de gestão, de informação e monitoria, de desenvolvimento e análise de política) para incluir muitos outros aspetos da vida. A dependência de ajuda é *estrutural* quando as funções básicas do Estado, da economia e da sociedade são dependentes da ajuda externa. Finalmente, a dependência da ajuda é *dinâmica* quando o padrão de desenvolvimento que é multidimensional e estruturalmente dependente da ajuda gera novas e mais profundas dependências de ajuda, ao invés de as reduzir” (CASTEL-BRANCO, 2011, p. 402). Doravante, neste trabalho, para simplificar, o conceito de “dependência multidimensional, estrutural e dinâmica da ajuda” vou me referir a donativos e créditos internacionais, bilaterais ou multilaterais destinados ao desenvolvimento econômico e social, sejam estes meios canalizados por via de ajuda geral ao orçamento do Estado, a programas de desenvolvimento do governo ou canalizados por meio de projetos individuais empresariais ora como *dependência de ajuda externa*, *dependência de ajuda internacional*, *dependência de ajuda* ou, simplesmente, *ajuda*, salvo se especificado de outro modo.

foi assinado. Em suma, claramente, mais do que uma negociação com a Renamo – institucionalizando liberdades políticas por meio do reconhecimento da democracia em Moçambique – a Frelimo estava mais interessada em proporcionar ao país – e à região – um clima de estabilidade política, tornando-o hábil para recepção de ajuda financeira, humanitária e, principalmente, de investimentos comerciais internacionais. Com efeito, desde a assinatura do AGP até o momento, foram realizados quatro processos eleitorais para a escolha do presidente da República, todas vencidas pela Frelimo; quatro escrutínios para os 250 assentos na Assembleia da República; três voltas eleitorais para os Conselhos e para os presidentes dos Conselhos Municipais.

Além disso, a curva dos números da economia teve uma reversão radical positiva. Baseados, principalmente nas taxas do Produto Interno Bruto (PIB), que nos últimos 10 anos cresceram entre 6% a 14% e na aparente estabilidade política, a imprensa e entidades internacionais, têm apontado Moçambique como “um exemplo de sucesso na África”. Localmente, esse tipo de discurso ganha ressonância entre as elites econômica e política. Entretanto, diante desta euforia, há que ser mais cauteloso e buscar olhar para esses números levando em consideração que

[...] Deve-se compreender de antemão que é precisamente pela magnitude das carências sofridas por Moçambique que alguns resultados de estratégias políticas e progressos sociais despontam tão nitidamente nos seus indicadores. Um exemplo genérico que pode esclarecer esse fenômeno, no campo econômico da produção nacional, é que um pequeno investimento pontual tem ali a capacidade de alterar o Produto Interno Bruto (PIB) do país (CACCIA-BAVA & THOMAZ, 2001, p. 22).

Obviamente, não se trata de simplesmente ignorar ou negar as vantagens que a paz, as reformas políticas, e a ajuda externa trouxeram para a transformação e o crescimento da economia moçambicana. Trata-se, isso sim, de colocar, como bem fizeram Caccia-Bava & Thomaz (2001), a necessidade de considerar que taxas de crescimento de 5%, 10% e 14% em países de rendimento médio e elevado são extraordinárias, mas que o mesmo não se aplica em economias que praticamente emergem da letargia, como é o caso moçambicano. Sem pretender fazer aqui uma revisão exaustiva da literatura sobre o otimismo pouco fundamentado com que a economia moçambicana tem sido apreciada, vale a colocação de um dado comparativo entre Moçambique e Botswana, outro país da região austral da África. A comparação consta de uma pesquisa desenvolvida em 2003 pelo Centro de Estudos da População da

Universidade Eduardo Mondlane, com o objetivo de avaliar o potencial de um eventual retorno ao conflito armado em Moçambique. O estudo alerta que

Desde 1966, ano da independência do Botswana, o PIB deste país cresceu a uma taxa média de 5% a 7%; isto durante cerca de quatro décadas e, não apenas, de forma errática, em meia dúzia de anos. Por isso Botswana viu o seu PIB per capita crescer de US\$80, na altura da sua independência, para aproximadamente US\$4000 em 2000; ou seja, uma melhoria do padrão de vida em cerca de 50 vezes ao longo de quatro décadas. Atualmente, o Botswana, com uma população do tamanho da população das cidades de Maputo e Matola produz 1,5 vezes mais do que Moçambique e 5 vezes mais do que aquelas duas cidades juntas. Em contrapartida, três décadas depois da independência, Moçambique tem ainda uma renda per capita inferior a que tinha antes de 1975 [quando conquistou a independência]. (BRITO, FRANCISCO, PEREIRA & ROSÁRIO, 2003, p. 45).

É verdade que a diferença dos números reclamam análises mais aprofundadas e particulares, já que, em Botswana, houve um processo “pacífico” de independência e, no período subsequente não passou pelos infortúnios que moçambicanos e moçambicanas provaram. Fato é que, já no período que sucedeu a guerra civil moçambicana, mas ainda no contexto de dependência externa, o país registrou progressos e, entre 2001 e 2008, o Produto Interno Bruto variou de 6,8 % para 13,1 % (WORLD BANK, 2008). No entanto, esse crescimento econômico parece ter influência mínima localmente, visto que a economia continua com problemas estruturais e não responde a lógica anunciada de combate à pobreza absoluta⁹. Entre 2000 e 2006, 90% da população moçambicana, cerca de 19 milhões de pessoas, ainda viviam com menos de dois dólares por dia (PNUD, 2008). No campo político, se o AGP proporcionou a pacificação da sociedade, sendo este um êxito inegável, os processos democráticos de inclusão e da participação política, que deveriam dar sequência ao acordo, ficaram muito aquém do que se espera de um regime verdadeiramente democrático.

Os dispositivos de inclusão e controle que eram as várias comissões reunindo os representantes do governo e da Renamo em conjunto com elementos das Nações Unidas, não tinham nenhuma forma de continuidade para além do momento eleitoral e em nenhum ponto [do acordo] estavam previstas formas de partilha do poder. Neste processo, os dispositivos de participação da Renamo no controle de setores essenciais da vida do país, como por exemplo, a polícia e restantes forças de defesa e segurança, simplesmente desapareceram, remetendo este partido a uma situação de efetiva

⁹ Em 2001, o governo moçambicano lançou o Programa de Ação Para a Redução da Pobreza Absoluta (Parpa 2001-2005). O foco das ações priorizava o desenvolvimento do capital humano na educação e saúde, a melhoria na governação, o melhoramento das infraestruturas básicas e da agricultura, do meio rural. Este plano foi relançado em 2006, para o período entre 2006 e 2009 e, posteriormente, em 2010, para o período entre 2010 e 2014.

marginalização em relação ao poder (BRITO, FRANCISCO, PEREIRA & ROSÁRIO, 2003, p. 19).

Deste modo, quer nacional como internacionalmente, diversas entidades do terceiro setor, imprensa e políticos, além de estudos conduzidos por pesquisadores como Chichava (2003), Forquilha & Orre (2011) e Castel-Branco (2011) vêm alertando sobre desvios – ou falhas – fundamentais na construção do processo democrático e os perigos que daí poderiam advir.

Nos anos mais recentes, a desconfiança tem conhecido um recrudescimento notável e preocupante, as assimetrias de desenvolvimento não cessaram de se agravar, as linhas de fractura históricas começaram de novo a dar sinais de reactivação e a violência pode desencadear a qualquer momento (BRITO, FRANCISCO, PEREIRA & ROSÁRIO, 2003, p. 3).

Estudos e análises políticas de Brito et. al (2003), Chichava (2003) e Castel-Branco (2011) apontam que um provável retorno ao conflito armado em Moçambique seria resultado de fatores ligados a causas estruturais como a persistência – já no regime democrático – do carácter centralizador do Partido/Estado e da quase exclusividade do acesso aos recursos económicos e de poder pela “elite do Sul”. Há também fatores que dizem respeito à governabilidade. Aqui, o estudo da Universidade Eduardo Mondlane aponta um fraco desempenho do governo em áreas sensíveis como saúde e educação e, por outro lado, indica que “o sistema político moçambicano é claramente bipartidário”, que “os pequenos partidos políticos não têm capacidade para influenciar a vida política nacional”, que as organizações da sociedade civil têm atuação fraca e que, em geral, “são próximas do partido no poder”.

Outro dado apontado se refere à vulnerabilidade da paz moçambicana. Estima-se que, apesar do processo de desmobilização dos ex-guerrilheiros da Renamo e sua integração nas Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM) ter sido “bem sucedido” – entenda-se, no sentido de eliminar possibilidades imediatas de ex-combatentes se rearmarem, já que não foi garantida e reintegração social e económica total dos ex-guerrilheiros – e da relativa estabilidade social e política demonstrada, “assiste-se desde 1999 a uma tendência para o agravamento dos conflitos políticos” (BRITO, FRANCISCO, PEREIRA & ROSÁRIO, 2003, p. 3-5).

O que se observa é que, de fato, a condição de dependente de ajuda externa do país – e com isso, a necessidade de atender pronta e positivamente a uma agenda e

metas impostas pelos doadores internacionais – camuflou, em Moçambique, uma democracia *para o inglês ver* e que, na prática, não responde às reais demandas políticas locais conforme relatei acima. Uma discussão em torno dessa questão deve fazer alusões e questionamentos à “importação” da democracia moçambicana e à sua real aplicabilidade e resultados. Não há dúvidas, a democracia continua sendo o melhor regime político vivenciado pelo país, entretanto, é necessário – fundamental até – que esse ambiente político suscite uma forte e intensa corrente de pensamentos, discursos e práticas que visem sua apropriação, ou seja, uma corrente que vislumbre a conquista de um processo de construção de uma democracia moçambicana autônoma e cada vez mais participativa. Afinal, Moçambique – e, salvo raras exceções, todos os países da África – estabeleceu sua dinâmica política a partir do modelo de democracia representativa ocidental imposta por Estados e agências de fomento igualmente ocidentais em troca de ajuda internacional para o desenvolvimento. Os interesses destes, se lidos de forma objetiva, se circunscrevem dentro da lógica do imperialismo capitalista e, por isso, colaboram politicamente com Moçambique para garantir que, dentro do contexto da luta contra a pobreza no continente, a ajuda financeira por eles oferecida possibilite um ambiente favorável às suas pretensões neoliberais.

Ocorre que na visão de Ngoenha (2011) – e, particularmente, partilho dela – a democracia moçambicana é, em certa medida, ilegítima, na medida em que, por exemplo, ao comparecerem massivamente às urnas nas primeiras eleições presidenciais moçambicanas realizadas em 1994, mais do que legitimar as novas forças políticas ou uma nova forma de governo, os moçambicanos se manifestaram pela vontade de dar fim à guerra civil que já se estendia por longos 16 anos. “Com efeito, ninguém pode legitimar o que não conhece, e nenhuma legitimidade é possível se ela não parte e não se alimenta do substrato mental, cultural e filosófico do povo que deve supostamente governar e representar”. Por outro lado, as estatísticas dos primeiros anos da década de 1990 indicavam que “mais de noventa por cento de cidadãos moçambicanos não possuem os apetrechos intelectuais necessários para participarem e, por conseguinte, legitimarem uma democracia, cujos paradigmas respondem a pressupostos culturais e históricos ocidentais” (NGOENHA, 2011, p. 22-23).

Ao se referir à pretensa homogeneidade democrática mundial, Hobsbawn (2007) observa que a política é o principal campo da atividade humana que praticamente não foi afetado pela globalização, corroborando assim com o posicionamento de Ngoenha (2011) quando este se refere à legitimidade da democracia em Moçambique.

A difusão de valores e de instituições através da sua súbita imposição por uma força estranha é tarefa quase impossível, a menos que já estejam presentes no local condições que as tornem adaptáveis e sua introdução, aceitável. A democracia, os valores ocidentais e os direitos humanos não são como produtos tecnológicos de importação, cujos benefícios são óbvios desde o início e que são adotados de uma mesma maneira por todos que têm condições de usa-los, como uma pacífica bicicleta ou um mortífero AK 47, ou serviços técnicos, como os aeroportos. Se fosse, haveria maior similaridade política entre os numerosos Estados da Europa, da Ásia e da África, todos vivendo (teoricamente) sob a égide de construções democráticas similares (HOBBSAWN, 2007, p. 18-19).

Deste modo, é imprescindível questionar a legitimidade e, portanto, a eficácia da implantação da ordem democrática representativa em Moçambique diante das incontestáveis diferenças entre as trajetórias sócio-históricas em relação ao lugar onde ela foi criada. Acredito também que a realidade democrática, ao romper de forma abrupta com o regime socialista e totalitário, esconde, na perspectiva histórica resquícios ou elementos culturais próprios de processos de transição que foram atropelados pela urgente necessidade de ajuda econômica do ocidente. Por isso mesmo, como afirma Ngoenha (1988), após a independência, nós os moçambicanos vivemos uma época de paradoxos. Argumenta que, como hoje, nunca se falou tanto em identidade moçambicana, mas ao mesmo tempo, nunca, desde a proclamação da independência, tal identidade esteve tão ameaçada como hoje.

Do exterior, pela limitação da soberania que comporta a internacionalização das trocas e a inter-dependência das economias; do interior, pela ideologia produtivista que exalta o indivíduo e os seus interesses, mas ignora os cidadãos e os seus ideais [...] O intervencionismo da comunidade internacional parece meter em causa a própria ideia da soberania. Mas, a evolução interna da nossa recente democracia, onde a vida coletiva parece concentra-se sobre a acumulação de riquezas e de micro-nacionalismos exasperantes, tende a minar a ideia política e moral, que está na origem da moçambicanidade. (NGOENHA, 1988, p. 19).

Neste sentido, percebo que, pelo menos de imediato, nada assegura que a *moçambicanidade* terá, no futuro próximo, a capacidade de subsidiar as relações sociais equânimes entre os diferentes grupos étnico e sociais em Moçambique. Como bem disse Fanon (2010), a descolonização é simplesmente a substituição de uma “espécie” de homens por outra “espécie” de homens. Sugere então que, o que se quer nesse processo transcende a mera substituição, ou seja, quer-se a “transição”. “Sem transição, há substituição total, completa, absoluta” (FANON, 2010, p. 51). Assim, o Partido/Estado moçambicano repete a ação repressora para o controle das massas, mas “não para ter

certeza que elas realmente participam dos negócios da nação, mas para lhes lembrar constantemente que o poder espera delas obediência e disciplina” (FANON, 2010, p. 210).

De fato, na contemporaneidade da vida cotidiana moçambicana, há manifestações – explícitas ou não, conscientes ou não – que, cada vez mais, procuram dar vazão às demandas próprias dos micronacionalismos e, estas, aos trancos e barrancos, ganham crescente visibilidade dentro do campo político e das diferentes facetas do campo social. As dificuldades a este processo são impostas, em grande parte, pela lógica dominante do capitalismo neoliberal que *uniformiza, superficializa e despreza* dizeres, saberes, percepções e ações subjetivas, concretizando em Moçambique o que é comumente chamado de *colonialismo de retorno* ou *neocolonialismo*. Assim, a soberania do Estado moçambicano e as consequentes liberdades econômicas e políticas são fundamentais para que moçambicanas e moçambicanos encontrem canais e formas de mobilização que, além de questionar a legitimidade do atual discurso democrático no país, encontrem e proponham estratégias eficazes de mobilização para um processo conjunto de construção de uma nação pós-colonial que, desta vez, sabidamente, aposta no modelo democrático próprio para a gerência da vida coletiva.

1.2. Corrupção em Moçambique: legislação, políticas públicas e ações de enfrentamento

A corrupção é um assunto sério demais para ser apenas tratado por moralistas. O assunto é um grande desafio intelectual. Não há outro assunto no país que ultrapassa a corrupção nas barreiras que ele erige à sua volta quando chega o momento de ser discutido.

Elísio Macamo

A busca por soluções para eliminar ou conter a corrupção em níveis aceitáveis e a sensibilização do olhar de diversos atores sociais para seus efeitos negativos sobre o progresso do país são os enfoques que, historicamente, dominaram a abordagem do problema da corrupção em Moçambique. Entretanto, a racionalidade deste debate tem sido prejudicada por uma espécie de “maré moral”, para usar a expressão do sociólogo moçambicano Elísio Macamo. Esta observação pontua que há uma forte resistência em aceitar que determinado ato corrupto ou sucessivos atos corruptos de um indivíduo ou de um grupo de indivíduos (por maior que seja esse grupo), não determina, necessariamente, o caráter moral da coletividade moçambicana – ou de qualquer outro

grupo social ou político. Prossegue que, colocações generalizantes do tipo *moçambicanos são corruptos* ou *Moçambique é um país corrupto*, bem como aquelas que tendem a comparações como *há corrupção em muitos países, mas aqui em Moçambique já é demais*; além de presumirem uma “degeneração moral” da sociedade moçambicana, estão longe de encerrar uma discussão relevante sobre o assunto. Este estudo, entretanto, procura indicar elementos que, justamente, buscam compreender o que leva a essas percepções e as formulações dos sentidos correspondentes.

Em Moçambique, o posicionamento de lideranças políticas, as políticas públicas, os levantamentos e análises de instituições (nacionais e internacionais) do terceiro setor, bem como estudos acadêmicos que se debruçam sobre a problemática da corrupção no país, em menor ou maior grau, também partem daquelas colocações e, tendem, salvo raras exceções, a uma excessiva e precipitada *culpabilização* da corrupção pelo insucesso de todo e quaisquer ação, projeto ou política pública traçados em benefício da nação. Mais uma vez, quero pontuar que, este estudo, mesmo compartilhando, em certa medida, do ponto de partida daqueles outros, pretende fugir dessa tendência.

A ineficiência, o oportunismo natural das pessoas, a falta de meios, a fraqueza na formação, enfim, os problemas típicos do sub-desenvolvimento são transformados em manifestações claras de uma amoralidade congênita. Julgar. O ministério tal não atingiu as metas? É por causa da corrupção. O ministro tal violou as normas de funcionamento? É da corrupção. Não se consegue encontrar o requerimento? É por causa da corrupção. O espírito do deixa-andar resiste e falta ao respeito ao presidente? Foi subornado pela corrupção. A pobreza absoluta é insolente? É da corrupção. Julgar (MACAMO, 2008, p. 132).

Assim, em Moçambique, as instituições públicas seriam as catalizadoras das práticas corruptas. Afinal, estes órgãos são entendidos como frágeis, inconsistentes e incoerentes; material e intelectualmente incapazes; além de excessivamente burocráticos e autoritários. Em geral, esta linha de raciocínio costuma terminar apontando a suposta fraca participação de moçambicanas e moçambicanos nos negócios do Estado como o ponto de partida do problema e, no final, a corrupção “é a causa e efeito de si própria” (MACAMO, 2008, p. 132).

De fato, são raras as ações, estudos ou análises que fazem o caminho contrário àquele: que buscam compreender a dinâmica da corrupção em Moçambique a partir da concepção que sujeitos individuais e coletivos têm sobre esta problemática, focalizando na análise dos elementos argumentativos que estes convocam para o debate sobre a corrupção, tal é o caso desta dissertação. Parafraseando Macamo (2008), falar e

escrever sobre a corrupção contra o senso comum no meu país, ou seja, contra a *maré moral* predominante, ajuda-me a plantar os pés na terra e, de sobra, serve para reafirmar o meu interesse numa esfera pública sã e crítica.

Como forma de inibir argumentações aleatórias próprias da retórica anticorrupção no contexto de desenvolvimento e induzir aquelas que, inda que emotivas e subjetivas, estão ancoradas em um contexto sócio-histórico específico, procurei racionalizar este necessário debate. Para isso, esta discussão está sustentada na ideia do fenômeno da corrupção como uma contraordem à organização sociopolítica republicana. Dito de outra forma, parto do pressuposto de que a corrupção é um mal, um problema social, um assunto merecedor de atenção dos diversos atores sociais e políticos porque – ou quando – ela ocorre em uma sociedade oficialmente organizada sob os pressupostos da república. Como se pode depreender, a ideia da república – *coisa pública* – é um conceito central nesta discussão e, por isso mesmo, no segundo capítulo desta dissertação – que é inteiramente dedicado a uma exposição teórica dos principais conceitos que, em conjunto, compõem a discussão sobre a corrupção – explicarei, inclusive, o que estou entendendo por república. Por hora, seguirei fazendo um breve e limitado mapeamento de; (1) pronunciamentos, levantamentos e análises oficiais e de organismos do terceiro setor, legislação e políticas públicas de enfrentamento da corrupção no país e; (2) trabalhos acadêmicos que, explicitamente, dissertam sobre o tema da corrupção.

Não seria exagerado afirmar que, desde logo, o Estado moçambicano se posicionou radicalmente contra a corrupção no país. Samora Moisés Machel, então presidente da ex-República Popular de Moçambique, já no discurso de tomada de posse do Governo de Transição proferido no dia 20 de Setembro de 1974, referiu-se à preocupação eminente do Estado moçambicano em combater à corrupção no país.

O poder, as facilidades que rodeiam os governantes pode corromper facilmente o homem mais firme. Por isso queremos que vivam modestamente e com o povo, não façam da tarefa recebida um privilégio e um meio de acumular bens e distribuir favores [...]. A corrupção material, moral e ideológica, o suborno, a busca de conforto, as cunhas, o nepotismo, isto é, os favores na base de amizade e em particular das preferências nos empregos aos seus familiares, amigos ou à gente da sua região, fazem parte do sistema que estamos a destruir (MACHEL, 1974, p. 1).

No ano seguinte, o Estado popularizou a luta contra a corrupção incentivando a denúncia. Neste âmbito, aos cidadãos era reservado o direito de publicar na editoria

Cartas dos Leitores, da Revista Tempo – periódico semanal de circulação nacional – denúncias de abusos de todos os tipos. Na decorrência desta experiência, o presidente inspirou uma espécie de teoria do “inimigo interno”. O objetivo era listar e condenar política, criminal e moralmente pensamentos, atitudes e ações individuais e coletivas que ameaçavam as realizações revolucionárias a serem protagonizadas pelo *homem novo*.

Antes de prosseguir, entretanto, vale pontuar que o Samora Machel, internacionalmente reconhecido como ávido defensor da industrialização dos países africanos como forma de estimular a emergência de um mercado regional autossuficiente e autónomo em relação ao Ocidente e protagonista de históricos e acalorados debates e pronunciamentos contra o imperialismo e o racismo que fustigavam o continente negro; internamente, sua figura divide opiniões: alguns preferem lembrá-lo mais como um homem de guerrilha vitorioso; dono de um pragmatismo prudente que, no contexto da guerra fria, não se fechou completamente ao investimento externo e, ao mesmo tempo, seus projetos de desenvolvimento não ficaram dependentes daqueles. Outros estão mais propensos a recordar Samora como líder que não foi capaz de, politicamente, conceber uma ideia de nação moçambicana fundada no reconhecimento da diversidade étnica e da importância de uma representatividade política desta nas esferas de tomadas de decisão sobre a *coisa pública*, relegando sistematicamente determinados grupos étnicos a um ostracismo social e político. Na minha visão, Samora é necessariamente composto das duas facetas, entretanto, a segunda, porque problemática, é que mais interessa aqui.

Assim, em fevereiro de 1978, no Pavilhão do Clube Sporting, em Maputo, Machel, na presença de trabalhadores da educação, pronunciou um de seus vigorosos discursos contra aqueles que dificultavam o processo de construção do *homem novo* por meio de “ofensivas reacionárias” nas escolas. Aqui, importa referir que, tratando-se de um governo centralizado, homogêneo, personificado e autoritário, quando o marechal falava, ouvia-se a voz do Partido/Estado. Segue-se que, seu discurso continha uma moral excludente, uma lógica binária de “eles” e “nós”. *Eles* eram os “reacionários”, “infiltrados”, “agentes desestabilizadores”, “lacaio do inimigo” e comportavam um conjunto de atitudes a serem eliminadas, entre elas, a “preguiça”, a “indisciplina”, o “regionalismo”, o “chauvinismo” e a “corrupção”. *Nós* eram, basicamente, os que não se contrapunham às diretrizes do Partido/Estado e, por conseguinte, estavam aptos a dar seu contributo para a edificação e progresso da República Popular de Moçambique.

Com efeito, uma autêntica campanha pedagógica e moralizadora foi levada a cabo por meio de uma propaganda da Frelimo que idealizou e popularizou uma caricatura, cuja personagem, o Xiconhoca, era o portador de todas as negatividades que definiam o “inimigo interno”.

FIGURA 4 – XICONHOCA, O INIMIGO DO POVO

Ora, é pertinente pontuar que, se por um lado o *Xiconhoca* representava o indivíduo “preguiçoso”, “individualista”, “bêbado”, “explorador” e “corrupto”, constituindo-se como elemento inviabilizador do projeto do *homem novo*; por outro, eram também considerados *Xiconhocas* as lideranças de ações políticas que, aberta ou clandestinamente, defendiam a pluralidade na estrutura política e governamental do Moçambique pós-colonial como reflexo da diversidade étnica e linguística do país. Ou seja, durante o governo de Machel, por tabela, era considerado corrupto todo o indivíduo e/ou ação individual e coletiva que ia de encontro às diretrizes do Partido/Estado.

Em 1979, o governo da Frelimo, ainda sob o comando de Machel, aprovou, em 11 de janeiro, uma lei que punia de forma especial o peculato: a Lei n.º 1/79, ou *Lei sobre Desvio de Fundos do Estado*. Seus dispositivos serviram de base para a formalização da *Ofensiva Política e Organizacional*, ação desencadeada pelo Estado moçambicano para, segundo a Sessão Alargada do Conselho de Ministros, realizada de 6 a 7 de Fevereiro de 1980, criar as condições para que, efetivamente, se pudesse fazer dos anos 1980, a década da vitória sobre o subdesenvolvimento. Para isso, era necessário que o governo

identificasse e neutralizasse os principais obstáculos no sector público, entre eles, a “corrupção”, o “nepotismo”, o “burocratismo”, o “parasitismo”, o “espírito de rotina” e todas as formas de “divisionismo”, como o “racismo”, o “tribalismo” e o “regionalismo”. Assim sendo, sob a liderança de Machel, as ações – predominantemente repreensivas – que visavam eliminar ou controlar a corrupção no país, estavam menos ancoradas no argumento da ilegalidade e mais na defesa de uma moral individual e coletiva que fosse capaz de fazer com que os agentes do Estado enxergassem os benefícios de uma postura idônea perante a coisa pública.

Com a morte de Samora Machel em 19 de outubro de 1986, sucedeu-lhe Joaquim Alberto Chissano, que ficaria na presidência pelas próximas duas décadas. De cara, Chissano, pelo lado da Frelimo, liderou as negociações pacíficas pelo fim à guerra civil, desencadeando o processo de democratização do país: Moçambique passou de regime totalitário e de economia centralizada de Samora para uma abertura política e econômica. Com a guinada, emergiram, sobretudo nos centros urbanos moçambicanos, verdadeiras ilhas de bem-estar e de luxo. Moçambicanos e moçambicanas precisaram lidar com o problema da desigualdade social e econômica fruto de uma explosão de mercados formais e informais de alimentos; vestuário; transporte; saúde; terras e loteamentos; riquezas naturais como madeiras e pedras preciosas e; segurança. Este último emerge como resultado do crescente índice de criminalidade que se registrava. Enfim, as cidades deram vida a um complexo “mundo informal” que é – como bem observou o sociólogo moçambicano Carlos Serra – “nosso verdadeiro mundo formal”.

[...] mundo da mestiçagem, heterogênea panóplia de actores, de práticas e de processos, federados todos na marginalidade em relação ao oficial e à lei mas sem quebrar os laços com ambos, onde tudo se vende [...] numa permanente negociação sem recibo, onde os preços são feitos e refeitos a cada instante ao sabor do poder estruturante do aleatório, onde o inesperado e a ambivalência são a regra, onde a racionalidade econômica e a impiedosa luta pela sobrevivência pagam tributo à *afeição*, ao dom e as redes de solidariedade [...] (SERRA, 2003, p. 17).

Esta nova realidade impôs a continuação da luta anticorrupção. Durante o mandato de Chissano, foi lançada a *Estratégia Global da Reforma do Sector Público* e, no discurso pronunciado na cerimônia que anunciava a estratégia, realizado em 25 de junho de 2001 no bairro de Bagamoyo, localizado na região periférica da cidade de Maputo, o presidente avaliou que o mau funcionamento dos serviços públicos precisava de mudanças que elevassem os “padrões morais e éticos dos funcionários públicos”,

tornado este setor, entre outros, “transparente” e “intransigente no combate às práticas corruptas ou fraudulentas”. Para isso, era necessário incorporar no setor público um “corpo de funcionários e trabalhadores dotados de uma forte moral e ética de servir os cidadãos e não se servirem a si próprios” (CHISSANO, 2001, p. 7).

A corrupção desestabiliza as instituições, esvazia a confiança da sociedade, do Estado e atenta contra a própria unidade nacional; inibe o desenvolvimento do sector público/privado, afastando o investimento externo e coloca em risco a própria continuidade da ajuda cooperação internacional; reduz ainda a confiança dos cidadãos perante o Governo e nas instituições do Estado afecta a legitimidade, a legalidade dos actos administrativos do sistema governativo, prejudica na essência a efectividade e os resultados concretos das políticas públicas (CHISSANO, 2001, p. 44).

De acordo com Semo (2012), foi no âmbito desta reforma e a preocupação de combater com rigor e com todas as armas disponíveis o fenómeno da corrupção que o Estado moçambicano criou, através da Lei nº. 09/2002, o *Sistema de Administração e Finanças do Estado (Sistafe)* – uma “política pública” que “por um lado [...] veio criar um novo ambiente e uma nova dinâmica no relacionamento entre o Estado e o Sector Privado e entre as próprias instituições do Estado. E por outro lado [...] veio reduzir as práticas de corrupção [...]”. Contudo, “não as eliminou na totalidade, pois requer a combinação de outras medidas preventivas” (SEMO, 2012, p. v).

É verdade que como Samora Machel, Joaquim Chissano continuou apostando na conscientização moral e ética dos funcionários públicos como forma de enfrentar a corrupção no país. Entretanto, no discurso – e ações – do segundo, percebem-se elementos que indicam que este apostava também na modernização da máquina pública, procurando inserir nela a cultura de uma administração aberta e transparente da coisa pública.

Apesar dos esforços empreendidos, segundo a *Ética Moçambique* (2001) era cada vez maior o número de moçambicanas e moçambicanos com a percepção de que os “níveis assustadores” da corrupção e da impunidade cresciam no país e, de fato, alguns acontecimentos contribuíram para isso. Entre eles, os assassinatos do jornalista e editor do extinto jornal *Metical* Carlos Cardoso, em dezembro de 2000, como resultado da investigação que fazia sobre um esquema de corrupção bancária (segundo suas suspeitas, cerca de 400 milhões de dólares teriam sido desviados do sistema bancário moçambicano na década de 1990) e; do jovem presidente do Conselho de Administração do Banco Austral Antônio Siba Siba Macuácuá, no ano seguinte. Este

procurava estabilizar a situação econômica do banco fazendo com que os inadimplentes – entre eles, nomes ligados aos poderes político, executivo e econômico de Moçambique – pagassem suas dívidas. Siba Siba chegou a publicar a lista com mais de 1200 nomes de devedores em jornal de maior circulação no país.

Em razão destas mortes, a sociedade civil se mobilizou, cobrou severidade e brevidade nas investigações e a imprensa local cobriu os casos com afinco – um marco da luta popular organizada contra corrupção institucional e o crime organizado em Moçambique. Estas manifestações ecoaram além-fronteiras: a comunidade internacional, por meio de entidades como o Banco Mundial, o Fórum Econômico Mundial, a Comissão Internacional de Direitos Humanos, a Organização das Nações Unidas, a Transparência Internacional, a União Africana, a União Europeia e, individualmente, os principais países doadores de Moçambique emitiram publicamente duras críticas ao governo de Moçambique, alegadamente por este não adotar medidas extraordinárias necessárias para esclarecer os casos e assim, coibir o crime organizado e combater a ideia de impunidade. Diante de tamanha pressão, o executivo moçambicano precisou agir e as investigações sobre o primeiro crime – dada a articulação e o reconhecimento profissional internacional de que a vítima gozava – receberam atenção especial, os responsáveis materiais e intelectuais foram identificados, presos, julgados – com transmissão televisiva em rede nacional – e exemplarmente condenados. O segundo caso, parece ter caído no esquecimento e continua sem desfecho.

Esta onda de pressões internas e externas sobre o executivo moçambicano, de fato, foi irreversível e as diversas entidades que trabalham direta e indiretamente pela superação da miséria e da injustiça social em Moçambique reforçaram sua convicção de que a corrupção é o principal fator do paradoxo entre o crescimento econômico de Moçambique a partir de 1992 e a permanência dos índices de pobreza.

Foi na decorrência destes acontecimentos que, Marcelo Mosse, jovem jornalista, cientista político e ex-assistente de Carlos Cardoso fundou o Centro de Integridade Pública (CIP) – a primeira instituição não governamental moçambicana criada com objetivo explícito de combater à corrupção por meio da participação. Essencialmente, o CIP atua colocando na pauta nacional questões como, até que ponto o fenômeno da corrupção compromete as aspirações de desenvolvimento de Moçambique e; que ações concretas podem ter lugar para reduzir, ou mesmo eliminar sua ocorrência. Para responder a estas questões, o CIP desenvolve um jornalismo investigativo, estudos e análises com o propósito de sugerir mecanismos sólidos de transparência na governança

pública. Na sua página na internet, o CIP explica que, estão entre seus objetivos: “a promoção da integridade, da transparência, da ética e da boa governação na esfera pública, assim como a promoção dos direitos humanos em Moçambique”. Para tal, o CIP “integra-se no papel que a sociedade civil é chamada a desempenhar numa sociedade democrática, apoiando-se nos valores da transparência, responsabilidade e altos padrões morais e éticos”. Mais incisivos ainda são os seus os objetivos específicos:

[1] Reunir informação e promover a investigação na área da corrupção, da governação, da integridade, da transparência e da defesa dos direitos humanos, usando a pesquisa académica e o jornalismo investigativo; [2] Dar assistência e facilitar a participação da sociedade civil em campanhas de promoção da ética e da transparência em Moçambique [...], através de capacitação, conscientização, assistência direta, formação em jornalismo investigativo e direitos humanos, e monitoria da gestão do bem público; [3] Promover, através de debates e campanhas públicas, o desenvolvimento de práticas mais transparentes na gestão do bem público a todos os níveis da intervenção estatal (CIP-MOÇAMBIQUE, 2008).

Em 2001, a Ética Moçambique, publica o relatório *Estudo sobre a Corrupção em Moçambique*. O documento apresenta uma avaliação da experiência da corrupção no país, seus efeitos na confiança dos cidadãos em relação às instituições sociais e do Estado e, finalmente, faz as recomendações e medidas estratégicas para o combate ao mal. Assim, aponta o desconhecimento e as distorções no entendimento e uso da legislação vigente; as distorções no entendimento dos deveres do Estado e os direitos do cidadão; o medo e; as dificuldades de acesso aos serviços públicos criados pelas redes de influencia como as principais causas dos “altos índices de corrupção” no país. No que se refere às estratégias de combate, o relatório começa por apontar que a pequena corrupção é a que mais predomina em Moçambique, atingindo serviços públicos básicos, segurança, saúde, educação e emprego e, portanto, as recomendações para o combate a este mal estariam centradas no cidadão, a quem devem recair ações que visam “i) a reconquista da confiança dos cidadãos nas instituições do Estado, a curto prazo e; ii) a educação cívica e o apoio ao desenvolvimento de deontologias de negócios, a médio e longo prazos” (ÉTICA MOÇAMBIQUE, 2001, p. 7). Chamo atenção para o fato de que este relatório expressa – ainda que não de maneira explícita e sem o necessário detalhamento – o entendimento de que é necessária a promoção de valores sociais que fundamente e orientem os cidadãos para a ação política como fator fundamental para a eliminação da corrupção em Moçambique.

Em 2003, o relatório sobre competitividade em África do Fórum Económico Mundial colocava Moçambique no 19º lugar de uma lista de 21 países no que concerne a pagamentos irregulares nas importações e importações, no 17º no favorecimento a altos funcionários governamentais por causa das suas decisões e em 17º no que dizia respeito à falta de independência do sector judiciário.

Quatro anos depois, em 2005, a Agência Estadunidense para o Desenvolvimento Internacional (Usaid, sigla em inglês) publica o estudo *Avaliação da Corrupção: Moçambique Relatório Final* com o propósito de entender o porquê da corrupção no país, relacionado esta questão com a natureza da democracia em Moçambique. Ou seja, o estudo toma em consideração o contexto sociopolítico e económico do país, procurado extrair dele elementos que facilitam e/ou inibem a ocorrência do fenómeno diante do quadro legal e regulador vigente e do protagonismo do eleitorado. Além disso, o relatório faz uma análise das ações e programas anticorrupção em andamento (USAID, 2005). Com base nisso, o documento conclui que os baixos níveis salariais e as más condições de trabalho tornam os “funcionários de nível júnior” mais propensos a praticarem atos corruptos e vê na fiscalização efetiva do governo e da população em geral, a chave para a redução da corrupção administrativa e institucional. Para a Usaid, de forma geral, a predominância da corrupção em Moçambique está diretamente ligada à sua frágil democracia na medida em que verifica-se, entre outros, “[...] o domínio de todos os braços do governo por um único partido, facto que mina o controlo e a fiscalização; a inexistência da prestação de contas directa aos cidadãos; [...] frágeis mecanismos de controlo para detectar abusos; a impunidade de indivíduos ricos e com ligações políticas; [...] a inexistência de um envolvimento significativo da sociedade no governo e nos partidos (USAID, 2005, p. 65). Assim, conclui o relatório que há uma tolerância popular ao fenómeno da corrupção resultante do receio que moçambicanos e moçambicanas têm de denunciar tais atos. Isto ocorre porque, entre estes, predomina a perspectiva popular de que, havendo retaliações dos denunciados – como, aliás, é costume – da mesma forma em que há poucas ou nenhuma formas efetivas de combate ao problema; haveriam poucas ou nenhuma formas de proteção aos denunciantes, manifestando-se no país, uma cultura generalizada de não reclamar (USAID, 2005, p. 8).

Na medida em que os dois relatórios foram amplamente explorados pela imprensa local, a temática da corrupção entrou na agenda política e, como observou o Mosse

(2004), durante a campanha para as eleições presidenciais de 2004, a corrupção ocupava lugar de destaque no debate político eleitoral.

A paz e a estabilidade foram sempre os aspectos de fundo na mobilização política, mas nestas eleições gerais, o combate à corrupção é um dos principais trunfos. Todos os candidatos prometem combater a corrupção, mas nenhuma das propostas apresenta uma compreensão profunda do fenómeno (MOSSE, 2004, p. 3).

Mais uma vez, a Frelimo venceu o escrutínio e elegeu Armando Emilio Guebuza para Presidente da República no quinquênio 2004-2009. Em seu discurso de tomada de posse, o novo presidente reafirmou que o combate à corrupção continuaria.

A grande corrupção desvia os benefícios dos povos, os recursos que podiam gerar riquezas e minimizar os efeitos de pobreza absoluta. Prejudica a imagem do país e compromete a credibilidade do nosso Estado a nível internacional. Toda e qualquer manifestação do fenómeno da corrupção deve ser combatida com igual e combatida com indignação, intransigência sem tolerância (GUEBUZA, 2004, p.1).

E, ainda no primeiro ano do mandato, seu governo criou a Unidade Anticorrupção (UAC), instituição ligada à Procuradoria Geral da República, cujo objetivo consistia em melhorar o sistema de gestão das finanças públicas. Este governo buscou especificar ainda mais as ações referentes ao combate à corrupção e, em 17 de junho de 2004, foi aprovada pela Assembleia da República a Lei nº 6/2004 – a chamada Lei Anticorrupção, mais uma tentativa de reforçar o quadro legal vigente para o combate aos crimes de corrupção e participação económica ilícita. A nova legislação introduziu mecanismos complementares de combate à corrupção, o principal deles, o Gabinete Central de Combate a Corrupção (GCCC), órgão criado para substituir a UAC. O GCCC, por sua vez, possui representações regionais e provinciais e a ele foi conferido, entre outros, competência para investigar crimes de corrupção.

Entretanto, “o GCCC continua desprovido de competência para acusar os crimes que investiga e instrui, o que até certo ponto esvazia a razão da sua existência e criação” (FAEL, 2008). Por outro lado, “enriquecimento ilícito, tráfico de influência e conflito de interesses no setor público são alguns crimes cuja punição não está prevista tanto na Lei nº 6/2004 como em todo sistema legislativo em vigor no país, mesmo estes sendo considerados crimes de corrupção nas convenções internacionais ratificadas por Moçambique” (FAEL, 2008). Para conferir eficácia e transparência às ações do GCCC o CIP tem recomendado, entre outros, a revisão das leis ordinárias que regem o

funcionamento do sistema judiciário de modo a afastar a influência do poder executivo sobre o seu funcionamento e criação de dispositivos legais que permitam combater formas de corrupção que não são enquadradas na atual legislação (FAEL, 2008).

Diante desta realidade, estabeleceu-se um amplo consenso sobre a necessidade que o país tem de atualizar sua engenharia legal anticorrupção, primeiramente para passar a responder, efetivamente, às configurações do fenómeno localmente e; em segundo lugar, para incorporar na legislação doméstica os diversos protocolos internacionais que ratificou. Entre eles, o protocolo anticorrupção da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC, sigla em inglês), em 2004; bem como as convenções da União Africana (UA), em 2006 e; da Organização das Nações Unidas (ONU), no ano seguinte.

Assim, em junho de 2011, o Conselho de Ministros, respondendo às exigências impostas pelo G19 (Grupo dos Parceiros do Orçamento Geral do Estado Moçambicano) para que o país seguisse os pressupostos de uma boa governação, elaborou e submeteu para a aprovação da Assembleia da República o Pacote Anticorrupção – uma espécie de revisão da legislação anticorrupção moçambicana. O documento contém cinco componentes:

[1] Revisão do Código Penal, que inclui uma actualização dos crimes de corrupção (...). [2] Revisão do Código do Processo Penal, que inclui alterações aos métodos de investigação, permitindo, entre outras, escutas telefónicas e acções encobertas que passam a ser usadas como prova em processo penal. Inclui também novas alternativas à pena de prisão. [3] Revisão da lei que regula o Ministério Público para facilitar a criminalização da corrupção e cobre os novos tribunais de recurso (...). [4] Uma Lei de Proteção de Testemunhas (...). [5] Um Código de Ética do Servidor Público, que inclui o conflito de interesses e declaração de bens (HANLON, 2011, p. 1).

É importante registrar a atuação do CIP para a concretude do Pacote Anticorrupção: por meio de uma extensa produção jornalística, estudos e análises, o CIP denunciou e relatou casos de corrupção que permitiram ao grande público, o acesso a informações sobre a corrupção em Moçambique. Esse movimento culminou com propostas concretas de combate á corrupção e que foram aceitas, incorporadas e ampliadas pela Unidade Técnica da Reforma Legal (UtreL), entidade ligada ao Ministério da Justiça. Desde outubro de 2011, o Pacote está em tramitação na Assembleia da República.

No campo académico, identifiquei trabalhos que têm como tema central o fenómeno da corrupção em Moçambique. Dos listados aqui são, na totalidade,

desenvolvidos por alunas e alunos da maior e mais antiga universidade pública de Moçambique – a Universidade Eduardo Mondlane (UEM) – em forma de relatórios e/ou monografias de conclusão de cursos de licenciatura e, portanto, as propostas de análise são propositadamente pontuais e específicas. Além destes, relaciono aqui apenas um trabalho em nível de mestrado e realizado por uma pesquisadora estrangeira e de fora de Moçambique.

Quero pontuar que, por quase três anos me dediquei a encontrar referências ou estudos em nível de mestrado, doutorado ou pós-doutorado que, de forma explícita, discutem o fenômeno da corrupção em Moçambique. Entretanto, meus esforços não lograram sucesso; o que, obviamente, não significa que inexistam. Passo então a uma breve descrição com análises pontuais do material que tive contato.

O mais remoto destes trabalhos data de 1997. Trata-se de uma monografia de licenciatura apresentada à Faculdade de Economia por Bento Filipe Chimole. Intitulada *Papelório, Demoras e Corrupção? Avaliação da Organização e Procedimentos na Alfândega do Porto de Maputo* o autor defende que a Alfândega do Porto de Maputo está “[...] altamente burocratizada, o que origina demoras, contrabando e corrupção [...]” (CHIMOLE, 1997, p. vi) e recomenda que os serviços aduaneiros sejam informatizados como forma de conter a corrupção. Chimole (1997) conclui então que “a concessão da gestão da Alfândega de Maputo à *Crown Agents* [um grupo londrino de consultoria internacional] é oportuna” (*idem*, p. 28). Esta tese parece estar ancorada na chamada teoria do *rente-seeking*. A partir dela, Susan Rose-Ackerman – cientista política estadunidense autora de uma extensa obra sobre o tema da corrupção – entende a corrupção como uma ação que encontra motivação na proporção em que as falhas de mercado nascem da excessiva burocracia estatal e “[...] fazem com que os agentes públicos se comportem de maneira *rente-seeking*, ou seja, maximizando seu bem estar econômico, seja seguindo as regras do sistema, seja não as seguindo” (FILGUEIRAS, 2008, p. 18).

Dois outros trabalhos sobre a corrupção foram desenvolvidos, desta vez, com enfoque no setor da saúde. O primeiro deles foi apresentado ao Departamento de Administração Pública e Ciência Política com o título *Análise do fenómeno da corrupção no setor da saúde: o caso do Hospital Central de Maputo*, de Edson Cortês e data de 2005. O estudo parte do pressuposto de que a transição para a democracia em Moçambique “[...] deu maior visibilidade às práticas corruptas no seio do setor público e da sociedade em geral [...]”, uma vez que, o anterior governo centralizado em um

partido forte e homogêneo “[...] não tolerava as manifestações dessas práticas” (CORTÊS, 2005, p. 7). Conclui, portanto, que há três variáveis que estão na origem das práticas corruptas: “a fraca capacidade institucional [...], baixos salários auferidos na função pública [...] e, por fim, como consequência das duas primeiras, [...] a perda dos objetivos organizacionais que pode contribuir para a desmoralização dos funcionários públicos, falta de interesse, etc.” (Idem, p. 5). Além de conceber a corrupção como um comportamento desviante dos atores sociais quando estes se relacionam com sistemas ou instituições políticas debilitadas (Huntington, 1975), este trabalho estabelece uma relação comparativa deste fenômeno nos sistemas totalitário e democrático. A base analítica para esta comparação foi sistematizada pelo antropólogo português Boaventura Sousa Santos (1996), autor que propõe que a corrupção é mais suscetível de se alastrar nas sociedades democráticas e, para sustentar tal afirmação aponta duas razões principais: a primeira é que a amplitude das classes políticas (e seus sujeitos) nas sociedades democráticas por um lado fragilizam mecanismos de controle e fiscalização e, por outro, aumentam as possibilidades de “promiscuidade entre poder econômico e poder político” (SANTOS, 1996, p. 36). A segunda diz respeito às competições políticas (eleições) próprias de regimes democráticos. Aqui, mais uma vez, segundo Santos (1996), o poder econômico teria forte influência sobre o círculo político na medida em que “os centros de poder econômico é que financiam as campanhas políticas” (Idem, p. 36).

O segundo estudo sobre a corrupção no setor da saúde foi apresentado em 2008 por Kátia Cidália Manjate ao Departamento de Sociologia. Denominado “*Cultura da Corrupção*” no setor da saúde: o caso do Hospital Geral José Macamo (2000 – 2006), o estudo guarda certa proximidade com esta dissertação na medida em que pretende dar seu contributo ao debate sobre a corrupção e, para isso, foca nas questões ligadas às percepções e estratégias utilizadas pelos envolvidos nestas práticas. Centrada no indivíduo e suas percepções, Manjate (2008) procura entender o “papel que estes desempenham na disseminação das práticas corruptas” (MANJATE, 2008, p. 18) e analisa “[...] as motivações, os valores e a linguagem que estão por detrás das práticas da corrupção no setor da saúde [...]” (Idem, p. 2). Ao longo do trabalho, Manjate (2008) levanta uma série de “aspectos de debate que possam servir em análises ou estudos futuros sobre o fenômeno em questão” (Idem, p. 3), ou seja, elementos presentes nos discursos de “pessoas responsáveis pela formulação e implementação de políticas públicas (grupo que inclui administradores, políticos, órgãos representantes do Estado

aos vários escalões), organizações internacionais de cooperação bilateral ou multilateral, instituições públicas, os meios de comunicação, bem como múltiplos estratos da sociedade civil” (Idem, p. 2).

Mais recentemente, em 2011, Vitor Aires Monteiro obteve o grau de licenciatura em administração pública com o trabalho *O Papel da Comunidade Local no Combate à Corrupção no Setor da Saúde: caso do Distrito de Boane (2009 – 2010)* que investiga o nível de participação daquela comunidade no processo de enfrentamento do problema da corrupção no sector da educação. Tal como Chimole (1997) e Cortês (2005), Monteiro (2011) também *institucionaliza* o problema e aponta “a fraqueza das instituições responsáveis pela fiscalização e inspeção administrativa e a deficiente informação dos mecanismos legais sobre o combate a corrupção no sector público” (MONTEIRO, 2011, p. 11) como “factores que contribuem para prática da corrupção no SE [setor da educação] no DB [distrito de Boane]” (Idem, p. 11). Diferente de Chimole (1997), Cortês (2005) e Monteiro (2011) e mais próxima do Manjate (2008); a monografia de licenciatura em antropologia de Rosina Januário Zuanze Semo – *O SISTAFE como instrumento de combate à corrupção: Um estudo antropológico sobre as percepções e representações sociais, face à sua introdução na Função Pública* – de 2012, trata “de uma análise antropológica sobre uma política pública” (SEMO, 2012, p. iv). A autora procura identificar as narrativas associadas à introdução de uma política pública; compreender as percepções e representações sociais associadas à introdução desta como instrumento de combate à corrupção e; examinar em que medida este instrumento contribui para a reforma do setor público. Semo (2012) centra suas atenções no sujeito e, por isso, se refere à “visão que os funcionários, implementadores e beneficiários têm sobre a introdução, implementação, funcionamento, procedimentos, regras e normas que este sistema [SISTAFE] exige” (SEMO, 2012. p. 20) para, finalmente considerar que, ainda que esta política tenha criado um ambiente mais dinâmico e moderno de relacionamento entre o Estado e diversos outros setores da sociedade e tenha logrado reduzir as práticas de corrupção, ela “[...] não as eliminou na totalidade [...]”, pois, “[...] é um sistema que por si só não faz o trabalho, depende do homem para o seu funcionamento” (SEMO, 2012, p. 33).

Ademais, dois outros estudos abordam de forma menos incisiva o problema da corrupção em Moçambique. “50 para a polícia e 50 para o ladrão”: *representações sobre a polícia de proteção e gestão quotidiana do crime no bairro de Bunhiça-Matola* de Nurdino Cassiano Macata, é uma monografia de licenciatura em ciências sociais

defendida em 2011. O estudo aborda o lugar do suborno nas representações que se tem a gestão do crime na cidade de Maputo e; o outro, da Faculdade de Economia, apresentada no ano 2000 por Ivone António Pelembe Matule intitulado *Crédito mal parado em Moçambique: dimensões, causas e soluções*, investiga as consequências econômicas da gestão fraudulenta do crédito bancário em Moçambique.

Internacionalmente, tomei contato com o trabalho *A corrupção no Estado Pós-Colonial em África: duas visões literárias*, uma dissertação de mestrado apresentada em 2004 ao Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, em Portugal, pela pesquisadora portuguesa Ana Maria Duarte Frade. Trata-se de um estudo comparado da corrupção em duas nações pós-coloniais africanas a partir das literaturas de Pepetela (Angola) e Mia Couto (Moçambique). O trabalho começa considerando que “a corrupção não conhece fronteiras geográficas nem históricas e resiste constantemente às mudanças institucionais” (FRADE, 2007, p.13). Entretanto, no final, não resiste àquela *maré moral* a que se referiu Macamo e conclui que Angola e Moçambique são dois bons exemplos de onde a corrupção se tornou “[...] um mal endêmico. Uma verdadeira epidemia que chega a confundir-se com o modo normal do funcionamento do próprio Estado” (*idem*, p.120). A autora acrescenta ainda que nestes países, “À desgraça material juntou-se a desgraça humana” (*Idem*, p.120) visto que a “fome, a miséria, a economia paralela, a sobrevivência à custa de expedientes, a tibieza do Estado [...] são o solo fértil para o germinar fácil das sementes da corrupção [...]” (*Idem*, p.120).

Como pontuei em diversos momentos até aqui, com esta dissertação pretendo proporcionar uma alternativa às visões do fenómeno da corrupção que têm sido adotadas nas diversas esferas de decisão em Moçambique. Para sustentar a minha proposta, começo por delimitar os conceitos e teorias que considero neste estudo, tarefa a qual me dedico no capítulo que se segue.

CAPÍTULO II

CONSIDERAÇÕES CONCEITUAIS E TEÓRICAS PARA O ESTUDO DA CORRUPÇÃO

É na intenção de contribuir, embora modestamente, para esse debate, que apresentamos aqui a nossa opinião sobre os fundamentos e objetivos da libertação nacional relacionados com a estrutura social. Essa opinião é ditada pela nossa própria experiência de luta e pela apreciação crítica das experiências alheias. Aqueles que verão nela um caráter teórico, temos de lembrar que toda a prática fecunda uma teoria. É que, se é verdade que uma revolução pode falhar, mesmo que seja nutrida de teorias perfeitamente concebidas, ainda ninguém praticou vitoriosamente uma Revolução sem uma teoria revolucionária.
Amílcar Cabral

É numeroso, diversificado e, a rigor, infinito, o conjunto de práticas e/ou ações tidas como ilícitas, ilegais e ilegítimas e que, o senso comum, genericamente, nomeia de corrupção. Especialmente em Moçambique, além do suborno, do nepotismo e do peculato, os resultados negativos de práticas como superfaturamento, falsificação ideológica, falta de transparência na gestão pública, enriquecimento ilícito, tráfico de influência e conflito de interesses no setor público, ineficiência da burocracia dos órgãos do Estado ou má gestão de recursos humanos e/ou financeiros, venda ilícita de bens públicos, apropriação privada de bens públicos, aliciamento político, falsificação de resultados eleitorais, sonegação, inadimplência, extorsão, contrabando, desfalque, fraudes, irregularidades, manipulação... Também são depositados, de forma aleatória e/ou precipitada, na conta da corrupção.

Se por um lado a sociedade tende a abrigar por debaixo do guarda chuvas da corrupção àquela abundante variedade de ações, por outro, a tradição do pensamento social e político não foi capaz de chegar a um consenso universal a respeito do que vem a ser corrupção (Nye, 1967; Johnston, 1987; Schilling, 1999) e, menos ainda, estabeleceu uma teoria política da corrupção (Filgueiras, 2008; Avritzer, 2008). A dificuldade em conceber tal teoria está no fato de que “pensar uma teoria política da corrupção não significa pensar apenas as possibilidades descritivas dos conceitos políticos, mas também, o horizonte normativo que cada teoria procura expressar, dados os problemas práticos que elas procuram resolver” (FILGUEIRAS, 2008, p. 354). Quer isto dizer que um eventual quadro da teoria política da corrupção deveria ser capaz de abarcar a diversidade de modos como esse conceito foi pensado ao longo da história do pensamento político, sempre considerando cada uma das experiências em que as teorias

teriam sido produzidas, bem como o horizonte de expectativas que elas representavam a quando da sua produção.

Não tenho ambição alguma de perseguir e muito menos de traçar aqui uma teoria política da corrupção. Para os propósitos deste trabalho, é suficiente apontar para o fato de que, ao longo da história, paralelamente ao complexo desafio de se traçar uma teoria política da corrupção, estabeleceram-se diferentes abordagens do problema, aparentemente, sempre com fins normativos e, por isso, a dificuldade de defini-la universalmente. Aliás, basta lembrar que, em geral, a discussão sobre corrupção se inicia ou é causada pela observação de desvios aos padrões da normalidade e, quase sempre, a partir de elementos práticos, concretos e objetivos. Entretanto, “à justa indignação contra aqueles que são responsáveis pelos atos corruptos, segue-se com frequência uma condenação moral que, embora essencial, não dá conta de toda a complexidade do fenômeno” (AVRITZER et al.; 2008, p. 11) – mais adiante, no subcapítulo 2.2. *O Debate Internacional sobre a Corrupção: breve revisão literária*, atendo-me mais detidamente a este aspecto.

Na esteira desse impasse, a corrupção vem se estabelecendo em diversas sociedades como a responsável por quase totalidade das insatisfações e reivindicações populares relativas, principalmente às respectivas administrações públicas e/ou representantes políticos.

Posto isto, em vez de simplesmente transcrever aqui as diferentes definições já elaboradas – aspecto que implicitamente me referi no capítulo anterior durante a exposição das bases conceituais e epistemológicas dos trabalhos e ações relativos à corrupção em Moçambique – e, finalmente eleger a que mais proximamente responde às pretensões deste estudo, como, aliás, é de praxe neste tipo de trabalho, preferi – porque julguei mais produtivo – fazer uma explanação, ainda que breve, de um dos fatores que fazem da corrupção um tema de abordagem especialmente difícil e complexa – o “mito da supervalorização do problema da corrupção”.

E, para desvendá-lo argumentarei, principalmente, a partir de elementos que apontam para a viabilidade de se considerarem os aspectos positivos da corrupção. Entendo que, desta forma, mais do que simplesmente explicar o termo através de um conjunto de palavras, poderei abordar a corrupção na sua amplitude e na sua especificidade e, a partir daí, formular questionamentos relevantes e que, eventualmente, podem possibilitar uma alternativa epistemológica cabível aos propósitos desta dissertação. Feito isto, para efeitos meramente didáticos, esboçarei e

registrarei aqui, não exatamente uma definição, mas uma síntese do raciocínio que venho apresentando sobre como conceber o fenômeno da corrupção.

2.1. Desvendando o mito da supervalorização da corrupção

A corrupção é a causa e efeito de si própria, tipo Deus. (...) A ineficiência, o oportunismo natural das pessoas, a falta de meios, a fraqueza na formação, enfim, os problemas típicos do sub-desenvolvimento são transformados em manifestações claras de uma amoralidade congênita. (...) A retórica anti-corrupção no contexto do desenvolvimento atingiu patamares de discussão que há muito deixaram de ser úteis. Quando na discussão de um assunto sério o mais incrível e aventureiro é que parece mais plausível, é sinal de que chegou o momento de fazermos um compasso de espera. Caso contrário rendemo-nos à hipocrisia.
Elísio Macamo

Em Moçambique, o mito da supervalorização do problema da corrupção se relaciona com a popularidade dos discursos que a engrandecem, apresentando-a como a maior e, por vezes, única responsável pela pobreza, injustiças e desigualdades sociais e econômicas. Estes discursos foram e são recorrentemente adotados por diversas lideranças políticas (Machel, 1974; Chissano, 2001; Guebuza, 2004), instituições nacionais e internacionais (Ética Moçambique 2001; Usaid, 2005; World Economic Forum, 2013), trabalhos de analistas e acadêmicos (Mosse, 2004; Fael, 2008; Hanlon, 2001, 2002) e, finalmente, reproduzidos pela imprensa nacional (Savana, 2008, 2011, 2012; O País, 2011, 2013) e internacional (Folha de S. Paulo, 2007; Correio Brasiliense, 2007) quando se referem ao problema da corrupção em Moçambique. Tanto é assim que, como atesta o jornalista e pesquisador moçambicano Marcelo Mosse (2004), desde 1992, com a instalação do regime democrático, o combate à corrupção tornou-se o principal trunfo para a conquista de votos, especificamente a partir do período que antecedeu as terceiras eleições presidenciais ocorridas em 2004:

A paz e a estabilidade foram sempre os aspectos de fundo na mobilização política, mas nesta terceiras eleições gerais, o combate à corrupção é um dos principais trunfos. Todos os candidatos prometem combater a corrupção, mas nenhuma das propostas apresenta uma compreensão profundo do fenômeno (MOSSE, 2004: 3).

Claramente, trata-se de uma estratégia cínica e oportunista da classe política, que mercantiliza um falso dilema, mas que encontra grande aceitação popular: *a corrupção é o problema decisivo para o atraso social, econômico e político. Portanto, eliminá-la significaria vencer, finalmente, todos os entraves ao desenvolvimento. Posto isto, todas*

as atenções e esforços deveriam ser direcionados, de forma prioritária, para o combate a este mal. Sou contrário a esta ideia e entendo que sua aceitação está enraizada na sumária atribuição aleatória do nome de corrupção à variedade de práticas sociais e políticas condenáveis. Basta reparar que qualquer carência de verba em obras ou serviços públicos são facilmente percebidas pelo coletivo de beneficiados e, estes, imediatamente atribuem suas insatisfações à corrupção, ainda que determinadas adversidades possam ter origem na incompetência administrativa ou no simples roubo de verba pública pelo funcionário detentor de determinado cargo.

Um exemplo gritante neste sentido é que ajuda a desvendar o “mito da supervalorização do problema da corrupção” é um estudo que utilizou as compras públicas para discutir o desperdício no gasto do setor público em diversos órgãos e instâncias dos países da Comunidade Europeia, no período compreendido entre 2000 e 2005 (BANDIERA et al., 2009, p. 1278 apud MOTTA, 2010, p. 4-5). A pesquisa se propunha a chamar atenção para o erro comum de se atribuir responsabilidade quase que exclusiva à corrupção pelo desperdício observado no setor público e, para isso, separou o conceito de “desperdício” em dois tipos: (1) *o desperdício ativo*, aquele que beneficia direta ou indiretamente o tomador de decisão e tem como exemplo clássico a corrupção nos contratos, ou seja, quando funcionários públicos inflam o preço pago por um determinado bem em troca de suborno; (2) *o desperdício passivo*, aquele sem benefício para os tomadores de decisão e pode derivar do fato de os funcionários públicos simplesmente não possuírem habilidades necessárias para minimizar os custos ou de não terem incentivos para isso, mesmo sendo capazes de fazê-lo. Dentre as várias conclusões apresentadas pela pesquisa, uma das mais provocativas e que de certa forma embasa a crítica às formulações precipitadas e oportunas que engrandecem a corrupção é a de que “83% do desperdício analisado era de caráter passivo” (MOTTA, 2010, p. 2).

Evidentemente, trazer o resultado daquele estudo para esta discussão, não significa argumentar nem sugerir que se abandone o combate à corrupção nem mesmo que se desvie a atenção a ela dispensada. Com isso, quero apenas alertar para o fato de que é preciso considerar, ainda que por mero benefício da dúvida, a relevância de outros aspectos que podem concorrer para carências e ineficiências das instituições públicas.

Da mesma forma, reafirmo que entendo a corrupção como um mal, um problema. Entretanto, não ignoro ponderações que apontam para a funcionalidade da corrupção, destacando que, eventualmente, sob determinados aspectos, este mal tem seu lado negativo compensado por outros efeitos (Huntington, 1975; Leite, 1987). Embora

polêmico, este ponto de vista é incontornável para qualquer discussão que atente à complexidade do fenômeno da corrupção.

O cientista político estadunidense Samuel Huntington (1975) é autor central da discussão sobre a funcionalidade da corrupção. Ele a apresenta na sua obra “A ordem política nas sociedades em mudança”, publicada pela primeira vez na década de 1960. Ali, sua tese fundamental é a de que tudo foi, em grande parte, produto da rápida mudança social e da rápida mobilização de novos grupos para a política e, em paralelo, o desenvolvimento das instituições políticas tradicionais não acompanhou esse ritmo. Nesse sentido, observa que, em matéria de política e de economia, apesar do otimismo apresentado por alguns estudos macroeconômicos, tem aumentado o abismo entre os países ditos desenvolvidos e aqueles em vias de desenvolvimento. Estes últimos, por sua vez, têm como representantes os países em “modernização” da África, da Ásia e da América Latina. A preocupação de Huntington é indicar os modos de diminuir esse fosso e, justamente, uma das suas propostas consiste em recomendar que se preste atenção, também, nos efeitos compensadores da corrupção.

Antes de prosseguir, duas observações importantes: (1) a “ordem política” a que se refere Huntington é uma meta e não uma realidade; (2) a “modernização” é para ele um processo múltiplo que envolve mudanças em todas as áreas do pensamento e da atividade humana. Assim, a modernização social e política gera a instabilidade política, sendo o grau de instabilidade proporcional à taxa de modernização: o desenvolvimento econômico aumenta a desigualdade econômica ao mesmo tempo em que a mobilização social faz decrescer a legitimidade dessa desigualdade, gerando violência e corrupção.

Como bem pontuou Schilling (1999), em Huntington, a

Relação entre modernização e corrupção é dada por três fatores: a modernização implica numa mudança nos valores básicos da sociedade; contribui para a corrupção pela criação de novas fontes de riqueza e poder e, terceiro fator, por conta das mudanças que introduz nos resultados (*outputs*) do sistema político, com a multiplicação das leis aumentando as possibilidades de corrupção (SCHILLING, 1999, p. 31).

Posto isto, Huntington parte do princípio de que, naquelas realidades políticas, a corrupção e a violência se entrelaçam e tanto uma quanto outra “são meios ilegítimos de se fazer demandas [legítimas] ao sistema, mas a corrupção é também um meio ilegítimo de satisfazer tais demandas” (HUNTINGTON, 1975, p. 77). Assim,

A corrupção, como a violência, ocorre quando a ausência de oportunidades de mobilidade fora da política se combina com a existência de instituições frágeis e inflexíveis, canalizando energias para o comportamento político desviante (Idem, p. 80).

Deste modo, para o autor, a corrupção (e a violência) seria resultado do processo de modernização política e reflete a debilidade a que, em geral, as instituições políticas sofrem durante processos de mudança e/ou adaptação a novas realidades. Resumindo, a corrupção seria um meio alternativo, entre outros, pelo qual os atores sociais se relacionam com o sistema político. Dito de outra forma: a corrupção gera oportunidades para aqueles que estão excluídos do sistema político. A partir desta colocação, chamo atenção para a fragilidade de formulações que supervalorizam a corrupção e a apontam como “o” grande mal que afeta o poder público e, conseqüentemente, a vida pública; que ela é a causa decisivas da pobreza das cidades, dos países e dos povos; que ela corrói a dignidade do cidadão, contamina os indivíduos, deteriora o convívio social, arruína os serviços públicos e compromete a vida das gerações atuais e futuras. Evidentemente, pelo menos dentro de uma racionalidade desejável, principalmente quando se está diante de fenômenos complexos, nenhuma dessas colocações pode encontrar unanimidade.

Para rebater esse posicionamento, basta recorrer a Huntington que – sempre considerando a “ordem política” nas “sociedades em mudança” – aponta que “[...] aquele que corrompe as autoridades policiais de um sistema é mais suscetível de se identificar com o sistema do que aquele que ataca as delegacias policiais do sistema” (Idem, p. 77). Ora, não é benéfico que se conserve a ordem? Não é desejável que a ordem seja capaz de integrar os indivíduos da sociedade? São estes os questionamentos (irônicos) que estão nas entrelinhas do pensamento de Huntington. Inclusive, ele vai mais longe quando procura destacar a funcionalidade da corrupção sob a sociedade.

A corrupção em si pode ser um substituto da reforma e, tanto a corrupção quanto a reforma, podem ser substitutos da revolução. A corrupção serve para reduzir as pressões grupais para as mudanças políticas, assim como a reforma serve para atenuar as pressões de classe para as mudanças estruturais (Idem, p. 77).

Se, por um lado, a corrupção pode acentuar as desigualdades existentes – e continuar sendo um fator de reprodução do sistema e de estabilidade política – visto que privilegia aqueles que já detêm maior acesso ao poder político e, portanto, maior acesso às riquezas do país; ela também pode, por outro lado, ser um canal de acesso gradativo à

participação política e à integração de novos grupos no sistema. Da mesma forma, a corrupção decorrente da expansão da intervenção governamental pode estimular o desenvolvimento econômico. Por isso mesmo, para Huntington (1975), não por acaso, ao contrário da prática nos países desenvolvidos, “os países em modernização podem aceitar como normal a utilização difundida do cargo público para a obtenção de riqueza, enquanto, ao mesmo tempo, encaram de maneira mais rigorosa o uso da riqueza para a conquista de um cargo público” (Idem, p. 80).

O autor encara também o desafio de analisar a relação entre a corrupção e as leis e, entende que a corrupção pode ser um caminho a ser trilhado como forma de superar as normas tradicionais e/ou os regulamentos burocráticos que emperram o desenvolvimento econômico. Neste sentido, na visão de Shilling (1999), Huntington escreveu, provavelmente, a sua frase mais amplamente citada e criticada nos estudos teóricos sobre a corrupção: “em termos de crescimento econômico, a única coisa pior do que uma burocracia rígida, supercentralizada e desonesta é uma burocracia rígida, supercentralizada e honesta” (Idem, p. 83).

Uma sociedade relativamente incorruptível - uma sociedade tradicional, por exemplo, em que as normas tradicionais ainda são poderosas - pode descobrir que uma certa dose de corrupção é um lubrificante ótimo para acelerar a caminhada para a modernização. Uma sociedade tradicional desenvolvida pode ser melhorada - ou pelo menos modernizada - por um pouco de corrupção; mas é improvável que uma sociedade em que a corrupção já esteja difundida seja melhorada por mais corrupção (Idem, p. 83).

Existiriam, desta forma, “graus” de corrupção: o “benéfico” e o “maléfico” – quando esta já se estendeu excessivamente. Por outro lado, não ficou fora da sua análise o reconhecimento de que existem forças sociais bem diferenciadas utilizando-se das duas capacidades de formular demandas ao sistema (corrupção e violência), com a primeira respondendo às demandas dos estratos ou grupos sociais econômica e politicamente privilegiados e a segunda respondendo às demandas dos que têm menos acesso àqueles recursos. Segundo Schilling (1999), a grande contribuição deste polêmico e provocador autor para os estudos e análises sobre a corrupção reside no seu mérito de lidar com a questão de forma pragmática... “Huntington balança a discussão sobre esta [a corrupção] ao retirá-la do seu nicho tradicional e moral” (SCHILLING, 1999, p. 33).

Embora Huntington tenha sido um dos pioneiros no estudo sistemático do fenômeno da corrupção – e ao mesmo tempo inovador, visto que em suas análises se

distanciam da armadilha da moralidade como argumento – sua proposta de análise não teve muitos adeptos, fato que ficará evidenciado com sua ausência na exposição que se segue.

2.2.O debate internacional sobre a corrupção: breve revisão literária

A expansão capitalista tem efeitos exatamente inversos nos centros e nas periferias do sistema: integra as sociedades nos primeiros, fundando e reforçando a nação; desintegra as sociedades nas segundas, desmanchando-as alienando-as, destruindo-as como nação e aniquilando suas potencialidades.

Samir Amin

No capítulo anterior, mais especificamente no item 1.2. *Corrupção em Moçambique: legislação, políticas públicas e ações de enfrentamento*, apresentei o “estado da arte” do debate sobre o tema da corrupção em Moçambique: aponte, principalmente dois aspetos que mais predominam na abordagem do tema da corrupção no país: (1) um excessivo uso de argumentos morais na abordagem do problema e (2) uma excessiva culpabilização das instituições públicas pela ocorrência do fenómeno da corrupção. Obviamente, as discussões ali apresentadas, estão inseridas em um contexto mais amplo, que transcende as fronteiras nacionais na medida em que, são (também) influenciadas – e influenciam – por agentes externos. A opção de isolar “a discussão moçambicana da corrupção” naquele capítulo foi, única e exclusivamente, pela conveniência de fazê-lo dentro da apresentação e contextualização histórica do país, como forma de possibilitar uma melhor fluidez na leitura e uma melhor compreensão do debate em causa. Agora, darei continuidade às discussões ali apresentadas, desta vez, em um contexto da produção intelectual internacional.

Não pretendo aqui esboçar uma “história da corrupção” – o que demandaria a necessidade de voltar à experiência, às reflexões e aos relatos das civilizações antigas sobre o tema. Apenas, vou me ater à produção intelectual da teoria política pensada a partir do século 20 e que tomou a corrupção como guia. Uma primeira constatação é que diversos autores que neste período se ocuparam do tema da corrupção, apontaram para a escassez de estudos a respeito deste fenómeno Nye (1978), Leite (1987), Carvalho (1987), Rios (1987), Johnston (1987), Klitgaard (1994, 1995), Schilling (1998; 1999), Rose-Ackerman (1999; 2002), Avritzer (2008), Filgueiras (2008; 2009), entre outros. Neste sentido, ainda em 1967, Nye constatava que a tradição do pensamento social e político ainda não tinha sido capaz de chegar a um consenso universal a respeito do que

vem a ser corrupção. Uma década depois, Rose-Ackerman (1978), seguia lamentando a ausência de um corpo teórico estruturado para lidar com o problema da definição deste tema. Vinte anos depois da colocação de Nye (1970), Klitgaard (1988) entende que a literatura disponível à época era “especulativa” e “rala”, “com poucas construções teóricas, comparações internacionais e cuidadosos estudos de caso” (KLITGAARD, 1988, p. 58). Hoje, Avritzer (2008) e Filgueiras (2008), chamam atenção para o fato de que a tradição do pensamento social e político ainda não ter conseguido estabelecer uma teoria política da corrupção. Filgueiras (2008), entretanto, vai mais longe e sentencia que escrever sobre uma teoria política da corrupção pode representar um grande equívoco, na medida em que, ao longo da história, a tradição do pensamento político ocidental não foi capaz de estabelecer um consenso a respeito do que vem a ser a corrupção. Deste modo, “não se pode, portanto, falar de uma teoria política da corrupção, mas de diferentes abordagens deste problema de acordo com fins normativos especificados em conceitos e categorias” (FILGUEIRAS, 2008, p. 353).

De acordo com Filgueiras (2008), a partir do século 20, as pesquisas sobre o tema da corrupção estão organizadas em torno de suas grandes agendas: (1) a agenda relacionada à teoria da modernização, que fundou, no contexto posterior à Segunda Guerra Mundial, nos Estados Unidos da América, uma plataforma de pesquisa sobre o tema da corrupção no século 20, e (2) a agenda assentada na teoria da escolha racional, que, a quando da queda do Muro de Berlim – em que as ciências sociais deixaram de considerar o mundo (unicamente) a partir de grandes dicotomias – superou a anterior e se tornou hegemônica nos estudos da corrupção.

A teoria da modernização parte de uma perspectiva evolucionista da sociedade, tomando como pressuposto uma grande dicotomia entre “tradição”, “rural”, “não-industrializado”, “subdesenvolvido” (atraso) e “modernidade”, “urbano”, “industrializado”, “desenvolvido” (avanço), a qual marca dois tipos de estrutura social, concebendo a sociedade com tipos de organização determinantes para o processo de evolução. Estas teorias procuram identificar na organização dos países industrializados as variáveis sociais cuja mudança foi essencial ao desenvolvimento, com intuito de “facilitar” esse processo nos países não industrializados... dessa forma, a teoria da modernização está ancorada na ideia de que, “de um modo geral, a corrupção está relacionada [...] ao subdesenvolvimento” (Idem, p. 355). Ali, a tradição entrava o processo de mudança social, representando momentos de mau funcionamento das instituições e organizações políticas, criando contextos favoráveis a um comportamento

de autoridades públicas que se desviam das normas aceitas a fim de servir a interesses particulares.

Pensando a corrupção a partir dos processos de mudança social, a teoria da modernização associa o mau funcionamento do sistema político à idéia de subdesenvolvimento. Por outras palavras, toma a modernidade capitalista como modelo descritivo e normativo, reduzindo a narrativa da corrupção a uma narrativa das sociedades capitalistas. A forma de se combater a corrupção, seguindo o argumento dessa teoria, é adotar a visão de mundo e as instituições dos países desenvolvidos, segundo os critérios da modernidade capitalista (Idem, p. 356).

Os cientistas políticos Samuel Huntington (1975) e Joseph Nye (1967) seriam os principais nomes da teoria da modernização. Susane Rose-Ackerman (1999, 2001), por sua vez, adotando as premissas da escolha racional e do novo institucionalismo, figura entre os pioneiros dos estudos da teoria da escolha racional, que se tornaria hegemônica a partir dos anos 1990, principalmente, devido ao reconhecimento dado por instituições multilaterais (Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional), que adotaram esse tipo de perspectiva para defender um tipo de reforma de Estado.

[...] essa abordagem da corrupção está relacionada a uma nova agenda política, isto é, a um novo espaço de experiência em que importam os elementos para se pensar a reforma da política e da democracia, conforme os fins normativos da democracia e do mercado. É por esse motivo que a Ciência Política da corrupção se confunde com abordagens econômicas, em que pesam mais as preferências individuais dos agentes, conforme sua racionalidade e sua capacidade de acumular utilidade, e os contextos de cidadãos que influenciam essas preferências (*idem*, p. 357).

Nesta teoria, o debate sobre a corrupção assenta-se, predominantemente, no pressuposto básico de que ela ocorre na interface dos setores público e privado e que, como os esquemas de corrupção dependem dos recursos disponíveis – políticos ou materiais – para que os atores sociais pratiquem atos corruptos, então, a corrupção é uma ação que encontra motivação na proporção em que as falhas de mercado estão presentes na cena política. Esta ideia – quem tem alta aceitação entre os estudiosos do tema, está sistematizada na teoria *rent-seeking*¹⁰, “desenvolvida por Gordon Tullock, aprimorada por Anne Krueger” (FILGUEIRAS, 2008, p. 19) e amplamente articulada

¹⁰ A teoria *rente-seeking* destaca o comportamento dos agentes públicos, mediante o qual, tais os agentes políticos tende a maximizar sua renda privada. Essa maximização de bem-estar está inserida dentro de um contexto de regras determinadas e de uma renda fixada de acordo com as preferências individuais. Os agentes buscarão a maior renda possível, dentro ou fora das regras de conduta. O resultado seria a transferência de renda dentro da sociedade através da existência de monopólios e privilégios e, a existência de monopólios e privilégios no setor público constitui um mercado competitivo, no qual os agentes lutam pela renda obtida, transferindo-a de outros grupos sociais para si..

e difundida, principalmente, por Rose-Ackerman (1999). Assim, a teoria da escolha racional chama atenção para a necessidade de reformas institucionais, visando a consolidação do mercado e da democracia, onde as reformas teriam o papel de reduzir as burocracias estatais, restringindo a cobrança de subornos e a presença de propinas, ou seja, a ampliação das práticas corruptas. Filgueiras (2008) alerta que essa teoria é própria do pensamento neoliberal:

O fato é que, segundo essa abordagem econômica da política e da democracia, a corrupção é resultado de uma natural ineficiência do Estado e de seus órgãos burocráticos. A política é, naturalmente, o espaço dos vícios, em que impera a corrupção como prática corriqueira. O mercado, por definição, é o melhor espaço institucional de construção de bens públicos. Essa abordagem econômica da corrupção e da política colonizou o discurso político, de forma a criar um atual contexto de endemia social da corrupção, que denuncia a ineficiência estatal para produzir bens públicos (2008, p. 19-20).

Por fim, Filgueiras (2008) destaca que, “o limite dessas teorias é desconsiderar a dimensão dos valores e os traços culturais que organizam a própria idéia de corrupção” (p. 359). O autor alerta que é fundamental compreender que a concepção e a linguagem econômica da corrupção – presente nas duas agendas teóricas – colonizou o discurso político, fazendo com que a teoria e a prática da política sejam exclusivamente as articulações dos interesses em uma lógica de competição e cooperação de atores racionalmente orientados pelos fins.

De fato, a corrupção é um conceito fugidio, na medida em que se articula a partir de concepções normativas em correspondência com instituições e organizações públicas em seus distintos contextos socioculturais. Desta forma, apesar de serem incontornáveis na história dos estudos sobre a corrupção, tanto a agenda da teoria da modernização como a da escolha racional apontadas por Filgueiras (2008) não alcançam os propósitos deste trabalho, pelo simples fato de que, por não considerarem valores e fatores culturais na concepção do fenômeno da corrupção, são incapazes de embasar uma reflexão sobre a corrupção em contextos socioculturais de famílias alargadas, por exemplo, aspecto histórico muito presente na sociedade moçambicana de hoje.

Continuarei, entretanto, a tentativa de sistematizar aqui a descrição sobre como vem sendo debatido e/ou estudado o tema da corrupção, apontando agora, menos para questões filosófico-teóricas e mais para a praticidade do que vem sendo feito e/ou pensado.

Nye (1967), embasado no pensamento de Huntington (1975) analisa os custos e os benefícios da corrupção tendo em vista os processos de mudança social em curso a partir do pós-guerra. De acordo com este autor, a corrupção pode ser benéfica ao desenvolvimento político, para a superação das barreiras burocráticas, para a integração das elites políticas e de capacidade governamental. Ou seja, reafirma o pensamento de Huntington (1975) quando conclui que a corrupção representa um benefício à medida que pode colocar um país na rota do desenvolvimento econômico a certo custo. Por outro lado, se suas consequências incidirem em descontrole e decadência da legitimidade... No limite, em Nye (1967), a corrupção pode calibrar o desenvolvimento econômico, desde que mantida sob certo controle.

Arnold Heidenheimer (1970), ao lado de Huntington (1975) e Nye (1967), figura entre os precursores dos estudos sobre a corrupção no século passado. Sua principal contribuição está no agrupamento das definições mais utilizadas por estudiosos da corrupção. O faz em três tipos básicos: (1) *Uma definição centrada no ofício público* (também chamada de legalista), segundo a qual existe corrupção quando há o desvio por parte de um funcionário público dos deveres formais do cargo, devido à busca de recompensas para si ou para terceiros; (2) *Uma definição centrada no mercado*, para a qual o cargo público é utilizado pelo seu ocupante como uma forma de maximizar sua renda pessoal; e (3) *Uma definição centrada na ideia de bem público*, a qual afirma que uma prática é considerada corrupta quando o interesse comum, pensado como algo que tem existência e pode ser identificado, é violado em função da preocupação com ganhos particulares. Gibbons (1990) acrescenta àquelas, uma quarta definição: *Uma definição baseada na opinião pública*. Aqui, o autor parte da ideia de que o conceito de corrupção tem dimensões definíveis que são bem reconhecidas pelo público.

Já os trabalhos de Rose-Ackerman (1999, 2001) destacam os custos da corrupção; o seu impacto econômico – principalmente da corrupção em grande escala (corrupção praticada por altos funcionários) sobre as sociedades; elementos e sugestões de como reduzir os incentivos à corrupção; a viabilidade de aumentar os custos de combate à corrupção; a necessidade de pensar e repensar, constantemente, reformas no serviço público como forma de reduzir o pagamento de propinas, a patronagem e “presentes” recebidos em atos corruptos. Em síntese, para ela, aquelas falhas nascem da excessiva intervenção estatal na dinâmica do mercado e fazem com que os agentes públicos se comportem de maneira *rente-seeking*. De acordo com esta abordagem econômica da corrupção, o foco para a análise da corrupção são os sistemas/mecanismos de incentivos

criados pela burocracia e que geram o comportamento *rente-seeking*. Assim, as democracias competitivas e os mercados seriam as condições necessárias para um governo honesto, já que estabilizariam os interesses egoístas dos agentes em torno de regras mínimas de pacificação social, criando a estabilidade e o contexto de cooperação necessários para que haja prosperidade.

Nesta mesma linha (KRUEGER, 1980; BATES, 1990), defendem que é esperado que, quanto maior seja a intervenção estatal na economia, mais os políticos têm a oferecer, e mais oportunidades emergem para que funcionários públicos se beneficiem ilegalmente de sua função. Argumentam ainda que, uma vez que vivemos em um mundo de recursos e bens cada vez mais escassos, o maior controle destes bens, por parte do Estado, sempre aumenta o poder de barganha dos que esperam ser corrompidos. Assim, as redes de relações clientelistas que se estabelecem nas trocas corruptas só ocorrem porque o Estado intervém na economia (mercado). Esta lógica sugere então que, o ciclo das práticas corruptas se fecha quando a intervenção estatal, sob a forma de ampla regulamentação, torna os empresários dependentes das decisões administrativas e das políticas do Estado, aumentando assim seu interesse em influenciar as decisões e, para isso investe recursos materiais e políticos. Resulta disso que a corrupção aumenta na medida em que o setor privado se torna mais dependente do Estado, quando há maior interação entre empresários e funcionários públicos, tornando essa relação meticulosa e discricionária.

No que diz respeito à mensuração da corrupção por meio de índices, Geddes e Ribeiro Neto (2000) são categóricos ao afirmar que é “impossível” medir com precisão a corrupção na medida em que, os que nela se envolvem, naturalmente, procuram ocultá-la. Por isso mesmo, não há como saber se “os casos que chegam a vir à tona são representativos daquilo que permanece oculto. Os que denunciam a corrupção – jornalistas, adversários políticos, amigos ou sócios em conflito – têm seus próprios motivos para fazê-lo, de modo que não se pode dizer que um aumento das denúncias reflita um aumento da corrupção” (GEDDES e RIBEIRO NETO, 2000, p. 50). Por outro lado, Avritzer et al. (2008) ponderam que, embora os índices sejam capazes de aferir a percepção que se tem do fenômeno, eles não servem para esclarecer os mecanismos internos aos processos aludidos. Ainda assim, há que levar em conta que tais índices revelam a importância concedida pela população a fenômenos que possuem um peso negativo na avaliação geral das políticas públicas. “Elas apontam para o fato de

que a população em geral não apenas tem consciência do fenômeno, mas se preocupa com seus efeitos sobre suas vidas” (AVRITZER et al., 2008, p. 12).

Se se considerar o mais difundido e mais conhecido índice de percepção da corrupção – o da Transparência Internacional – elaborado através de questionários aplicados em empresários e analistas de diversos países acerca da sua opinião sobre o grau de corrupção em determinado país, é prudente pressupor que ele é elaborado para orientar as ações de agentes econômicos transnacionais na tomada de decisões, o que confere a este fator comparativo, um viés economicista. Com base no índice da Transparência Internacional, Avritzer (2008), enumera três pontos críticos aos índices de corrupção internacionalizados:

- 1) [...] eles são dependentes dos interesses e da visão política dos dirigentes de grandes corporações internacionais em relação a um país e ao seu governo. Assim, países como Bahrein, Emirados Árabes ou o Qatar estão relativamente bem localizados no índice da Transparência Internacional, provavelmente, porque os dirigentes das empresas transnacionais localizadas naqueles países não vêem problemas nas práticas de corrupção ali existentes.
- 2) [...] eles estão relacionados em termos de pluralismo existente e na mídia. Logo, se a mídia está interessada em não deixar um escândalo sair em pauta, ela pode alterar a sua percepção. Por outro lado, se existe uma mídia pluralista e com liberdade de expressão em um país, este fenômeno altera completamente a percepção da corrupção [...].
- 3) [...] As perguntas de pesquisas sobre a corrupção sempre se concentram no campo dos comportamentos dos funcionários públicos e quase nunca elaboram o papel do setor privado no estabelecimento de comportamentos problemáticos. As consequências deste tipo de abordagem é uma tendência a ignorar o fato de que, muitas vezes, a iniciativa de corromper é do setor privado e não do funcionário do setor público (AVRITZER, 2008, p. 506-507).

Assim, o autor destaca que o principal problema envolvido nos índices de percepção da corrupção é a falta de variáveis políticas para analisar o fenômeno, o que faz com que este cálculo expresse uma visão economicista da administração pública. E, para que haja uma comparabilidade mínima dos índices, são necessários segundo Avritzer (2008), duas mudanças principais: “(1) a perda de posição daqueles países que não possuem instituições democráticas ou liberdade de imprensa e (2) o aumento de posições de países que estão realizando operações administrativas e judiciais de combate à corrupção” (*idem*, p. 510).

Schilling (1999) registra que, durante os anos 60 e 70 do século passado, os estudos sobre a corrupção refletiam a ideia de que a ela existiria nos países desenvolvidos como atos “isolados” e, nos países em vias de desenvolvimento ou meridionais, como corrupção “generalizada”. Ainda segundo a autora, a partir dos anos

80, aparecem pesquisas que mostram uma mudança neste enfoque, devido ao crescimento do número de “casos” nos países desenvolvidos e levando à percepção de que, também nestes, a corrupção não pode ser considerada como um problema marginal, e sim como um fenômeno endêmico.

Une sorte de méta-système (DELLA PORTA /MÉNY, 1995, p. 12, citado por SCHILLING, 1999, p. 34). Espécie de meta-sistema ‘a primeira vista à margem das regras, dos procedimentos e das instituições regulares, porém, na verdade, verdadeiro parasita encravado no sistema e nutrido por ele’ (MÉNY, 1995, p. 19 citado por SCHILLING, 1999, p. 34).

Esta constatação consolidou a importância das análises que relacionam a “relação entre economia-política e corrupção” (idem, p. 35). Desta vez, não para sustentar a ideia neoliberal de que o Estado mínimo e a livre concorrência no mercado estabilizariam os níveis de corrupção, mas para pensar a corrupção em relação às realidades democráticas. Neste sentido, Schilling (1999) aponta que esta situação é analisada por Norberto Bobbio (1986) quando este discute a relação entre democracia e “poder invisível”. Assim, em Bobbio – onde a democracia é o governo do poder público em público – o governo da economia é, especialmente, invisível; pertenceria, em grande parte, ao poder invisível, escapando ao controle democrático e jurisdicional. “Vemos desta forma a discussão sobre a corrupção também escapando amplamente de sua qualificação como comportamento exótico, ligado ao atraso existente em sociedades tradicionais, como peculiaridade dos países periféricos” (SCHILLING, 1999, p. 35).

Outra vertente dos estudos sobre a corrupção relacionando-a com sistemas de governo é aquela que afirma que ela é mais susceptível de se alastrar nas sociedades democráticas do que em realidades totalitárias (SOUZA SANTOS, 1996). Esta afirmação do autor está sustentada na ideia de que nas sociedades democráticas a classe política é mais ampla, os agentes políticos são mais numerosos com um aumento das possíveis interfaces entre estes e os agentes econômicos (campo fértil para a promiscuidade entre os dois poderes); a competição pelo poder político é mais intensa, ocasionando uma dependência maior da política em relação aos centros de poder econômico. A ausência da competição pelo poder político – totalitarismo – por outro lado, contribuiria para conter a corrupção.

Ora, da mesma forma que o próprio autor destaca o papel da imprensa, das denúncias e das lutas contra a corrupção, é preciso, em primeiro lugar, considerar que aquelas ações só são possíveis, pelo menos a princípio, em realidades democráticas.

Segue-se que tais ações contribuem, não exatamente para contenção do alastramento da corrupção, antes sim, como aponta Schilling (1999) é mais prudente afirmar que, a visibilidade – e não o alastramento – da corrupção é maior em sistemas democráticos em decorrência do “papel da ‘luta contra’, colocando em questão os limites para o exercício do poder decisório, a quantidade de segredo e mentira toleráveis em uma democracia e a questão da participação na elaboração e gestão do que é considerado “público” (SCHILLING, 1999, p. 59).

Nas últimas décadas, as discussões que abordam a corrupção dentro de sistemas democráticos, reivindicando as possibilidades de participação na elaboração e gestão do bem público tendem a fazê-lo em torno da questão da prestação de contas pelo governo – a *accountability*. O conceito expressa um dos valores centrais da democracia: que os governos devem submeter-se a uma multiplicidade de controles a fim de assegurar o manejo responsável dos assuntos públicos. A *accountability* está intimamente relacionada com a ideia de governo representativo: refere-se a uma forma especial de vínculo que o poder político estabelece com a cidadania, na chamada democracia representativa. Em contraste com governos autoritários ou formas não representativas de governo, o governo representativo combina um marco institucional de autorização do poder orientado para assegurar mecanismos que efetivem a prestação de contas. Para Enrique Peruzzotti (2008), a noção de prestação de contas encerra uma dimensão “legal” e “política”. A dimensão política se refere à capacidade da cidadania para fazer com que as políticas governamentais reflitam suas preferências. Já a dimensão legal – que é a que mais interessa particularmente à discussão sobre a corrupção...

Refere-se àqueles mecanismos institucionais desenhados para assegurar que as ações de funcionários públicos estejam relacionadas a um marco legal e constitucional. A separação dos poderes, o estabelecimento de um sistema de pesos e contrapesos no interior do Estado, a criação de agências de controle especializadas, um sistema de direitos e garantias fundamentais são alguns dos mecanismos clássicos orientados a limitar a arbitrariedade do poder do Estado. O marco legal-constitucional divide o Estado em uma série de jurisdições legais rigorosamente circunscritas, que regulam o comportamento dos funcionários públicos, com o objetivo de evitar a utilização do poder público para fins pessoais, assim como o grau de discricionariedade da ação desses funcionários (Peruzzotti, 2008, p. 479).

Este autor lembra ainda que, para que a dimensão legal da *accountability* se efetive, é necessário que existam agências estatais com a capacidade efetiva de fiscalização e sanção. Estas agências podem ser órgãos funcionalmente especializados no exercício de prestação de contas (controladorias, auditorias, tribunais

administrativos, organismos anticorrupção, defensorias etc.), ou instituições cuja atividade principal não seja a prestação de contas, posto que cumprem uma variedade de funções, mas que intervêm na manutenção dos procedimentos constitucionais e das leis (Congresso e Judiciário).

Figueiredo (2001; 2005) e Pereira e Mueller (2000) afirmam de forma unânime sua descrença na *accountability*. Para eles, tanto as falhas da *accountability* “horizontal” (controles intra-estatais) e “vertical” (controle por atores externos ao Estado), se explicam, em grande parte, pelo simples fato de que dificilmente se pode pensar em governos que são, efetivamente fiscalizados pelos poderes legislativo e judiciário, bem como por outras agências criadas para este fim. O que se vê, ao contrário, é a concentração de poderes legislativos no executivo.

A independência do judiciário, entretanto, se estabelece como um elemento caro à discussão sobre a *accountability*. Assim, embora *surveys* com cidadãos sugiram insatisfação com o sistema judiciário em muitos países e autores como Rose-Ackerman apontem que sistema judiciário independente não é suficiente nos locais onde a corrupção é um lugar comum, sugerindo para estes casos reformas mais profundas no sistema político; o fato é que muitos países que já têm estatutos anticorrupção exemplares, mas pouco relevantes no mundo real. Aliás, há quase meio século atrás, Huntington (1975) já alertava para o fato de que um dos fatores da relação entre modernização e corrupção é que, por conta das mudanças que a primeira introduz no sistema político, multiplicam-se as leis, aumentando as possibilidades da corrupção se efetivar.

A esta discussão sobre a *accountability*, ou melhor, sobre as possibilidades, viabilidades e resultados da prestação de contas pelo governo à sociedade está ligada uma outra: a análise da corrupção é também parte de um debate, ainda incipiente, inconcluso e em progresso, sobre qual forma de governo seria a que melhor conduz ao crescimento econômico ou a um melhor e consequente bem-estar coletivo. Ora, mesmo considerando que boa parte dos países mais ricos são democracias, não há ainda como estabelecer uma correlação estatística simples entre crescimento econômico e governo democrático (HUBER, RUESCHMEYER e STEPHENS, 1993; PRZEWORSKI e LIMONGI, 1993). A razão para tanto não é difícil de compreender: a “democracia” é um conceito muito geral para capturar uma diversidade de formas efetivas de governo e que acabam sendo postas sobre a mesma rubrica. Além do mais, uma estrutura de governo que funciona bem em um país pode simplesmente ser disfuncional em outro

contexto. A este respeito, numa demonstração pragmática, Huntington (1975) registrou que, a diferença mais importante entre os países não é a sua forma de governo, mas o seu grau de governo. Em sua defesa, cita que os ex-Estados comunistas totalitários e os Estados liberais do Ocidente são sistemas políticos efetivos: a ex-União Soviética, a Grã-Bretanha e os Estados Unidos da América realizam formas diferentes de governo, mas há, entretanto, uma coisa comum a elas três – em todos eles, o governo governa. Ou seja, há instituições políticas fortes, partidos bem organizados, grau elevado de participação popular, sistemas viáveis de controle civil, extensa atividade do governo sobre a economia e sistemas razoavelmente eficazes de controlar eventuais conflitos políticos.

Assim, de fato, o que se convencionou chamar de regime democrático ou representativo representa um conjunto muito variado de tipos e subtipos institucionais. Pondero, entretanto, a especulações que apontam para regimes democráticos como dedutivamente – e apenas dedutivamente – menos corruptos que regimes autoritários. Miranda (2009) encerra essa questão apontando que, “o ponto de discussão fundamental é qual dentre os subtipos democráticos, conjuntamente com os subtipos autoritários, é o menos corrupto” (p. 66).

Conforme anunciei, este percurso sobre o que tem sido falado e/ou pensado sobre a corrupção pretendia apenas situar o debate como forma de colocar esta dissertação em diálogo com os demais trabalhos. Segue-se que, dali surgiram questões inevitáveis tais como: para que e para quem serve a corrupção? Para todos ou para alguns? Quem se beneficia... Quem são as vítimas da corrupção? Existem, de fato, vítimas da corrupção? Diante de tantas dúvidas que permanecem, como então encontrar uma definição para o fenômeno da corrupção? Antes de tentar responder a estas perguntas e com isto, tentar formular e apresentar aqui uma ideia válida do fenômeno da corrupção pelo menos para os propósitos deste trabalho, outra questão precisa ser respondida: afinal, o que faz da corrupção um problema?

2.3. Corrupção: um problema da república

O cabrito come onde está amarrado!
Ditado popular de autoria desconhecida

Afirmar anteriormente que a busca por soluções para eliminar ou conter a corrupção dentro de níveis aceitáveis e a sensibilização do olhar de diversos atores

sociais para seus efeitos negativos sobre o progresso das sociedades constituem o foco das abordagens e das políticas públicas de enfrentamento à corrupção na contemporaneidade. Estas ações partem da já disseminada ideia de que a corrupção é um “mal público”, como concluiu Schilling (1999) em trabalho que analisa as denúncias e as investigações sobre a corrupção no Brasil através das Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs). Entretanto, a autora, ancorada em Rios (1990), acrescenta que “não é óbvio” que a corrupção seja um mal, principalmente, quando analisada a partir das denúncias.

A relação corruptor-corrupto não é diretamente lesiva ou vitimogênica em relação a terceiros. O suborno, a fraude, o peculato só atingem terceiros através de uma categoria que é o bem comum. Por isso ninguém se queixa da corrupção [...] lesado é o público, o contribuinte, o consumidor, categorias amplas, impessoalizadas, sem uma protagonização clara na vida social [...] além disso e acima de tudo, há uma tolerância geral para o que se convencionou considerar lesão contra o Estado que está em toda parte, mas não é ninguém, e em sociedades não-participativas, é sentido como inimigo comum, a ser expropriado, saqueado (RIOS, 1990, p. 397).

Entretanto, ainda que nem sempre de forma inconsciente, os diversos argumentos apresentados nas discussões sobre a corrupção evocam, necessária e prioritariamente, valores da república. Este conceito dada na Idade Antiga pelo pensador político romano Marco Túlio Cícero (106-43 a.c.) para significar a *res* (coisa) *publica* (pública). Em seu sentido mais original, o termo república se refere a um princípio baseado na igualdade e na justiça como orientadoras das ações e relações sociopolíticas de uma determinada comunidade humana em direção a um *bem comum* a todos.

A questão aqui, então, é saber em que consiste o *bem comum*, já que ela se mostra como a essência da república e, qual sua relação com a corrupção? *Bem comum* representa o que é público, ou seja, o que pertence a todos em comum, contrapondo-se aos interesses particulares próprios da vida privada ou doméstica. Sendo a corrupção a elevação dos interesses privados ao interesse público, ela estabelece uma relação de contraponto à república, ou seja, na sua gênese, a corrupção é contrária aos valores pressupostos na república. Nela, portanto, o poder do governante é usado única e exclusivamente a serviço ou em função do *bem comum*, isto é, em benefício daquilo que é coletivo ou público. Decorre daí que, dentro dos pressupostos da república, a forma de organização social ideal (o governo ideal) é aquela que respeita o conjunto de leis estabelecidas em defesa do *bem comum*.

É importante referir que Cícero não contrapõe a república a outros regimes ou formas de governo – monarquia, aristocracia ou democracia – mas sim aos governos caracterizados pela injustiça e desigualdades, ou seja, aqueles que não se guiam pelo *bem comum*. Dito de outra forma, na perspectiva ciceroniana, não importa o regime ou forma de governo, mas sim o princípio norteador que deve guiar o governante, quer ele seja um rei, um aristocrata ou o próprio povo. Na república de Cícero, o poder é usado única e exclusivamente a serviço ou em função do *bem comum*, isto é, em benefício daquilo que é coletivo ou público.

Por entender que o princípio republicano prevalece independentemente da forma de governo, o conceito de república em Cícero é classificado por muitos teóricos como ideológico ou utópico (Dallari, 2005). Por outro lado, Ribeiro (2008) aponta que é justamente por essa característica que, na Idade Média – período em que o território europeu esteve sob o domínio da igreja católica e do império e que estes eram considerados a emanção da vontade de Deus para zelar pela paz e justiça entre os homens – o termo república foi empregado no sentido original que tinha na antiguidade.

A transição da Idade Média para a Idade Moderna foi marcada pela ascensão das monarquias nacionais europeias que se configuraram em Estados absolutistas. Deste modo, no período moderno, a clássica distinção entre monarquia, aristocracia e democracia é substituída pela tríade monarquia, república (podendo ser aristocrática ou democrática) e despotismo. Assim, estudos contemporâneos de áreas como ciência política, filosofia política e direito constitucional costumam apresentar a república como forma de governo que se opõe à monarquia. Nesse sentido, a república representaria a forma de governo marcada pela ideia de soberania do povo e teria como traços fundamentais a temporalidade, a eletividade e a responsabilidade dos governos (DALLARI, 2005). Ocorre que, embora essa descrição de república seja bastante comum e útil para a análise dos Estados modernos, não é muito coerente definir a república apenas ou principalmente como antagonista da monarquia, como demonstra o pensamento do filósofo político francês Charles Montesquieu (1689-1755), principal pensador da república na Idade Moderna.

Montesquieu chama atenção para o fato de que monarquia e república não se definem pelo mesmo critério e, ao cair nesse erro, deixa-se escapar o sentido político mais profundo e poderoso do termo.

Monarquia se define por quem manda: significa o poder (*arquia*) de um (*mono*) só. Já a palavra *república* não indica quem manda, e sim *para que* manda. O poder aqui está a serviço do bem comum, da coisa coletiva ou pública (RIBEIRO; 2008, p. 18).

Induz ao equívoco o fato de que, enquanto regime ou forma de governo, em Roma, a república substituiu a monarquia. Entretanto, bem vistas as coisas, com o surgimento de monarquias constitucionalistas a partir do século 20, há na atualidade, monarquias que respeitam mais as leis do que diversos regimes que se dizem republicanos no nome, mas são autênticas ditaduras. Portanto, o paradoxo é só aparente: “quando se fala em república dentro da monarquia, acentua-se o modo pelo qual ela (a monarquia) promove, gerencia, governa a *coisa pública*. O rei seria o defensor da coisa pública, o promotor da justiça, o paladino do bem comum” (RIBEIRO, 2008, p. 25).

Assim, da mesma forma que, o despotismo se sustenta no medo e a monarquia na honra, na Idade Moderna, a *virtude* é o requisito efetivo da república. Por virtude, “Montesquieu entende o que chamaríamos de *abnegação*, a capacidade de ceder a um bem superior as vantagens e desejos pessoais, ou de negar a si próprio em favor de algo mais alto” (RIBEIRO, 2008, p. 17).

Por outro lado, são muito comuns formulações que tendem a relacionar diretamente as diversas formas de democracia – do grego *demos* (povo) *kratos* (poder), isto é, poder do povo – com o problema da corrupção (Reis, 2008; Filgueiras, 2008). A meu ver, não se trata de um erro. Entretanto, é interessante notar que ao fazê-lo, estes autores evocam valores como justiça, igualdade e liberdade. Estes são, igualmente, pressupostos reivindicados pela república para o governo do *bem comum*. Deste modo, mais do que “uma face especial do problema geral da política democrática” (REIS, 2008, p. 391), a corrupção é essencialmente um problema da república (Ribeiro, 2001). Quer isto dizer que a democracia, enquanto governo do povo ou da maioria, serve mais como parâmetro para legitimar as decisões em um contexto em que diferenças são entendidas como um privilégio, visto que as liberdades de pensamento e de escolhas são respeitadas. Ora, essas qualidades não respondem, pelo menos de forma direta, às questões levantadas no debate sobre a corrupção:

Uma decisão pode satisfazer a grande maioria e, ainda assim, ser ilegítima – quando a união de todos se dá por vantagens pessoais, e não pelo bem comum. O bem comum não coincide com o bem de muitos, nem mesmo com o bem de todos. E isso porque o essencial, na república, não é quantos são beneficiados, e sim o tipo de bem que se procura. Bem comum é um bem público, que não se confunde com o bem privado. Por exemplo, um

candidato pode prometer vantagens a todos, à custa dos cofres públicos – enquanto outro, que reprime o acesso das pessoas ao erário, seria o verdadeiro defensor da *res publica* (RIBEIRO, 2001, p.20).

Essencialmente, argumento aqui que a república, enquanto governo do *bem comum* degrada-se, deixa de existir diante do fenômeno da corrupção. Ela (a corrupção) é um afronte aos valores mais básicos da república. É preciso reconhecer, no entanto, que a abrangência dos valores da república faz dele um regime muito exigente: nela, o bem pessoal é requisito para produzir o bem social. Ao reconhecer isso, parto do princípio que uma discussão sobre a corrupção, tal é o caso aqui, só produz resultados relevantes se prioritariamente reivindicar valores próprios da república. Dito de outra forma, quem se opõe à usurpação e apropriação da coisa pública por interesses particulares – ou seja, quem se opõe à práticas corruptas – clama, necessariamente, pelo reconhecimento e reestabelecimento dos valores da república. Ou seja, ainda que não faça menção ao termo sua ação é contemplada pelo conceito.

Afirmo, portanto, que a preocupação com a *coisa pública* é um dos catalizadores desta dissertação: ao perseguir uma compreensão da corrupção enquanto fenômeno problemático estou necessariamente preocupado em entender as forças que fazem os interesses particulares avançarem em direção aos interesses comuns em Moçambique. Afinal, em república, os interesses comuns são estabelecidos em defesa de uma gestão igualitária e justa da *coisa pública*.

Desta forma, reforço a interpretação de Charles Taylor (1998) quando afirma que o maior dano da corrupção é a perturbação do elo social básico – a confiança no outro. Segundo este autor, a corrupção está associada diretamente à incapacidade institucional de permitir a participação dos indivíduos na vida pública. A corrupção afeta os indivíduos, mas é na falência de seus vínculos com a sociedade que ela se manifesta de forma efetiva. Incapazes de participar, ou de assumir seu papel na instituição de um autogoverno, que para ele deve caracterizar um Estado republicano, os cidadãos perdem o sentido de identidade coletiva, que está na raiz das sociedades fortes e florescentes. A ideia de *bem comum* só pode aparecer em comunidades nas quais o sentimento de pertencimento a um todo é capaz de levar os indivíduos a agir em favor de objetivos que são reconhecidos e aceitos como de toda a comunidade. Perdido o elo dos cidadãos com o Estado republicano, as portas estão abertas para uma série de processos que ameaçam a sobrevivência das sociedades organizadas sob os valores da república.

Dito isto, é importante observar que a discussão contemporânea da república precisa conciliar as concepções dadas por Cícero e por Montesquieu. Hoje, é preciso estabelecer um meio termo entre a ideia original – de que há um *bem comum* superior ao particular – condenando a tendência de apropriação do bem público como se fosse patrimônio particular por parte de quem está no poder. Mas, por outro lado, é preciso também, se não aceitar e/ou respeitar, pelo menos considerar o fato de que em tempos de liberdades, os cidadãos são movidos, sobretudo, por interesses particulares.

Eis o compromisso que este trabalho assume com a república: tendo em vista as diferentes maneiras com que os atores sociais justificam práticas corruptas a partir de determinantes sociais, entender esta complexidade no contexto moçambicano.

A psicologia social – cuja ênfase está nos elementos subjetivos da dinâmica sociopolítica e com especial enfoque no processo de individualização como fator importante para o entendimento da sociedade – se distancia da sociologia clássica na medida em que, há nela uma forte ideia de coletividade e uma resistência em supervalorizar a influência dos sujeitos no “jogo social”. É, portanto, nos elementos que entendo como psicopolíticos presentes na sociologia compreensiva de Max Weber (2012) e na sociologia da vida cotidiana de Agnes Heller (1994) que se sustenta meu olhar sobre o problema da corrupção em Moçambique. No item seguinte, explico mais detalhadamente esta última afirmação.

2.4. Por uma concepção interdisciplinar da corrupção: da psicologia social à psicologia política

A necessidade indispensável de laços entre as diferentes disciplinas traduziu-se pelo surgimento, na metade do século XX, da pluridisciplinaridade e da interdisciplinaridade.

Basarab Nicolescu

Enquanto Celso Barroso Leite observa que “a corrupção é antiga, permanente e, ao que se receia, inerente à condição humana ou, pelo menos, inseparável da sociedade” (LEITE, 1987, p. 15), Shilling (1999) aponta para o caráter internacional do problema, destacando a especificidade brasileira.

Se na discussão internacional vê-se inicialmente uma ênfase na tentativa de uma definição do que é a corrupção, na construção de seus tipos e graus, ênfase posteriormente substituída por uma perspectiva que tenta analisá-la em suas relações com a economia e a política, propomos que, no Brasil, essa discussão se organiza principalmente em torno de alguns grandes temas, a

saber, a moral, a herança e o governo. Este problema nacional é visto, ora, espalhando-se mundialmente, como próprio de uma natureza humana imperfeita, falha e sujeita a tentações. A corrupção é algumas vezes situada nas origens do Brasil e relacionada com a herança, vista esta como peso a carregar com resignação ou indignação. É vista também como própria de determinados modos de governar (SHILLING, 1999, p. 18).

De fato, reconheço o caráter universal da corrupção. Passo, entretanto, a uma questão posterior e a que, de fato, interessa aqui: o que a diversifica em função das diferentes sociedades em que se ela ocorre? Em que a corrupção no Brasil é diferente daquela que ocorre em Moçambique, por exemplo? É fato que problemas como nepotismo, favorecimento e suborno em instituições públicas, superfaturamento em compras públicas e financiamento ilícito de partidos políticos são um problema porque revelam promiscuidades entre os poderes público e privado que, ao ganhar consistência, propiciam o aparecimento de poderosas organizações locais e globais. Estas, por sua vez, estabelecem outras formas de representação e dinâmicas sociais, ou seja, geram mecanismos de poder e contrapoder que se contrapõem aos padrões de normalidade e legitimidade anteriormente estabelecidos em defesa do exercício da soberania do povo. Dessa forma, a corrupção alimenta uma rede de clientes e produz uma economia informal e paralela alicerçada não somente na burocracia do Estado, mas antes, nas relações familiares, nos grupos específicos, nas cores e ideologias partidárias.

De tudo isso decorre que os princípios e os deveres próprios de uma racionalidade administrativa dão lugar a outras lógicas, outras dinâmicas, outros discursos que apenas uma análise holística, localizada e, ao mesmo tempo socialmente inserida, permitiria desvendar e compreender como este fenômeno se articula em determinada sociedade e o que a faz dela diferente. Em outras palavras, só a partir da apreensão destes elementos é possível partir em busca de uma definição, ou pelo menos, de uma formulação que elenca elementos a serem considerados em uma eventual definição sobre o que seria a corrupção. Aqui, já o disse, parto do princípio de que a corrupção é um mal, um problema que deve ser condenado e que, em maior ou menor grau, afeta a totalidade das sociedades. Do mesmo modo, rejeito o senso comum, que tende a supervalorizá-la, colocando o fenômeno da corrupção como o maior e o principal entrave ao progresso socioeconômico das nações e aceito ponderações como a de que existem certas formas de corrupção menos grave e que, sob determinados aspectos, têm seu lado negativo compensado por outros efeitos.

De fato, apesar de ser uma prática condenável, não se deve esquecer que, como alerta o cientista político estadunidense Michael Johnston, antes de condenar a corrupção é preciso compreendê-la. Depois disso, “... podemos continuar a irritar-nos com ela. Mas a nossa ira poderá então apoiar-se numa compreensão mais completa de como a corrupção se desenvolve e persiste [...] e poderá indicar o caminho para mais eficazes medidas contrárias e estratégias de adaptação” (JOHNSTON apud LEITE, 1987, p.16). Compreender a corrupção, portanto, significa estar a par de suas origens, especificidades, dimensões, alcance, capacidade de reinvenção e persistência apesar de forças e ações contrárias.

É bom esclarecer que aqui, não pretendo nem darei respostas a todas essas questões. Meu objetivo é mais específico, mais limitado e, de certa forma, anterior à maioria das questões supracitadas: apresentarei algo como uma análise da corrupção em Moçambique a partir dos sentidos que os atores sociais locais atribuem ao fenômeno, buscando saber que aspectos psicopolíticos estão envolvidos na concepção do fenômeno e que fatores subjetivos são mobilizados para a *negociação* – este termo se refere à vivência ou à experiência da vida cotidiana que pode conduzir à transformação social do indivíduo e, concomitantemente, da sociedade através do diálogo e da prática – que moçambicanas e moçambicanos estabelecem com a corrupção dentro da realidade sociopolítica e econômica moçambicana.

Para isso, busco aportes teóricos na sociologia compreensiva de Max Weber (2012) e na sociologia da vida cotidiana de Agnes Heller (1994) – sempre dentro dos limites que respondem às necessidades deste trabalho. Weber foca na compreensão das ações sociais significativas a ponto de estabelecer relações entre indivíduos ou grupos, condição que considera fundamental para explicar a realidade social. Heller resgata e coloca no centro do processo histórico – a vida cotidiana voltada para as atividades necessárias à sobrevivência do homem – a construção das relações sociais entre homens particulares que, para esse encontro, (necessariamente) carregam particularidades subjetivas e delas fazem uso. Na medida em que este trabalho é, fundamentalmente, elaborado a partir da problematização e análise dos sentidos atribuídos por moçambicanas e moçambicanos ao problema da corrupção e os efeitos que sua dinâmica na vida social moçambicana, tanto Weber como Heller, possibilitam uma análise a partir dos elementos que aqueles atores sociais carregam para seus discursos e/ou formulações.

Começo pautando como Max Weber (2012) concebe a própria *sociologia*, incorporando gradativamente os elementos que a especificam como *compreensiva*. Para Weber, a sociologia é uma ciência que permite enxergar “interpretativamente a ação social e assim explicá-la causalmente em seu curso e em seus efeitos” (WEBER, 2012, p. 3). Com isto, o autor quer dizer que o papel da sociologia é compreender como agem as pessoas no meio social, interpretando cada ação enquanto uma intenção com finalidade determinada no meio. Seguindo esse raciocínio, Weber (2012) define *ação social* como uma atitude tomada sempre na relação com o outro e que visa provocar ações e reações neste. Ou seja, sempre que uma ação tiver como objetivo a reação do outro, temos uma ação social.

Por “ação” entende-se, neste caso, um comportamento humano (tanto faz tratar-se de um fazer externo ou interno, de omitir ou permitir) sempre que e na medida em que o agente ou os agentes o relacionem com um *sentido* subjetivo. Ação “social”, por sua vez, significa uma ação que, quanto a seu sentido visado pelo agente ou os agentes, se refere ao comportamento de *outros*, orientando-se por este em seu curso (Idem, p. 3).

É preciso frisar que o termo *sentido*, em Weber, se refere apenas a algo subjetivamente visado pelo ou pelos agentes da *ação*, sem que a este *sentido*, o cientista social, por meio de uma indagação metafísica, confira atributos valorativos tais como “correto” ou “verdadeiro”. Aliás, é nisso que para Weber reside a diferença entre “as ciências sociais empíricas da ação, a Sociologia e a História, e todas as ciências dogmáticas, a Jurisprudência, a Lógica, a Ética e a Estética, que pretendem investigar em seus objetos o sentido ‘correto’ e ‘válido’ (Idem, p. 4). Apreendidos os sentidos, a sociologia, na proposta weberiana, está preocupada em interpretá-los, mas não para atribuir-lhes valores objetivos e, sim, para apreender neles alguma evidência racional que lhe permita compreender o sentido da ação social.

Esta pesquisa está fincada nestes pressupostos da sociologia weberiana. Aqui, se bem sucedido, pretendo apresentar uma análise fecunda, que permita conceituar o fenômeno da corrupção na sua dimensão social a partir da apreensão dos sentidos da ação corrupta quando protagonizada por moçambicanas e moçambicanos, sempre enquanto agentes sociais localizados em seu meio específico. Este tipo de empreendimento intelectual só é possível, ensinou Weber (2012), quando nos colocamos o desafio de tentar apreender o sentido atribuído pelos atores sociais àquilo que fazem. Ou seja, uma leitura sociológica da corrupção, tal é minha pretensão neste

trabalho, está preocupada em encontrar evidências ou justificativas racionais que sustentam as práticas corruptas em Moçambique.

Ora, é essencialmente nisto que consiste a sociologia compreensiva de Weber.

Nessa medida, e somente por esse motivo de conveniência metodológica, o método da Sociologia “Compreensiva” é “racionalista”. No entanto, é claro que esse procedimento não deve ser interpretado como preconceito racionalista da Sociologia, mas apenas como recurso metodológico. Não se pode, portanto, imputar-lhe a crença em uma predominância efetiva do racional sobre a vida. [...] O compreensível nele é, portanto, sua referência à ação humana, seja como “meio” seja como “fim” concebido pelo agente ou pelos agentes e que orienta suas ações. Somente nessas categorias realiza-se a compreensão dessa classe de objetos (Idem, p. 5).

Nesta linha de raciocínio, o foco deste trabalho consiste em analisar percepções, dizeres e saberes de atores sociais moçambicanos enquanto sujeitos de enunciados relativos ao fenômeno da corrupção, sempre objetivando compreender o sentido de suas ações e nelas identificar elementos que possam sugerir as causas sociológicas da corrupção em Moçambique. Assim, entendo que a sociologia compreensiva de Weber oferece uma base teórica que vai ao encontro das pretensões desta dissertação.

Posto isto, passo a apontar alguns elementos do pensamento de Heller (1989, 1994) que, igualmente, contribuem com subsídios teóricos para os propósitos desta dissertação. A contribuição de Heller aqui se dá, nem tanto para pensar os sentidos das ações sociais, mas para perceber *como* elas se estabelecem e *a partir* de que mecanismos essas relações sociais se reproduzem na dimensão da *vida cotidiana*, este último, conceito muito caro à autora.

Para formular o conceito de *cotidianidade*, Heller debruça-se sobre o a ideia de *homem particular*. Não para entendê-lo na sua dimensão isolada, mas para considerar os aspetos particulares do homem no processo da sociabilidade. O *homem particular* helleriano é resultado da insatisfação da autora no uso de diversas categorias conceituais das ciências sociais, cuja acuidade não alcança o indivíduo na sua dimensão particular, ou seja, conceitos que não permitem uma abordagem satisfatória do sujeito social que o considera como fazedor e produto da história (HELLER, 1994). Com essa insuficiência, muitas vezes, pesquisadores que quisessem atingir essa instância primeira de práticas e processos sociais se viam obrigados a lançar mão das *psicologias institucionais* ou das *sociologias institucionais*. A meu ver, este tipo de síntese é problemática na medida em que acaba por perder de vista a articulação dos processos intersubjetivos (entre sujeitos) com a estrutura da formação social.

A formulação de Heller, portanto, dialoga diretamente com minhas pretensões porque fundamenta que é no *simples* cotidiano da vida que as subjetividades ganham existência e se articulam com saberes que eventualmente alienam ou revolucionam mediante o processo histórico da humanização do indivíduo.

Todo hombre al nacer se encuentra en un mundo ya existente, independientemente de él. Este mundo se le presenta ya “constituido” y aquí él debe conservarse y dar prueba de capacidad vital. El particular nace en condiciones sociales concretas, en sistemas concretos de expectativas, dentro de instituciones concretas. Ante todo debe aprender a “usar” las cosas, apropiarse de los sistemas de usos y de los sistemas de expectativas, esto es, debe conservarse exactamente en el modo necesario y posible en una época determinada en el ámbito de un estrato social dado. Por consiguiente, la reproducción del hombre particular es siempre reproducción de un histórico, de un particular en un mundo concreto (HELLER, 1994, p. 21-22).

Segundo o pensamento helleriano, é neste processo de humanização do indivíduo que o homem se socializa, construindo e concretizando laços grupais com os demais, mas sempre, carregando para este encontro, suas particularidades construídas pela e na sua subjetividade. Assim, na experimentação da vida cotidiana, o homem – ainda em nível de indivíduo particular – integra uma imagem que reproduz o todo de uma sociedade respectiva (e seus estratos). Esse processo proporciona, “por una parte, una imagen de la *socialización* de la naturaleza y, por otra, el grado y el modo de su *humanización* (*idem*, p. 20).

Ademais, a obra de Heller está, em grande parte, subsidiada na cotidianidade como aspecto importante da vida social, mas que tem sido pouco considerada pela filosofia e pelas ciências sociais e/ou considerada útil para uma visão alternativa da vida social. Como já aponte, esta autora entende que no processo de sociabilidade, homens particulares encontram – independentemente do grau de dificuldade, afinal, trata-se de que uma questão de sobrevivência – possibilidades e espaços para se reproduzirem a si mesmos, negociando a partir de suas particularidades e subjetividades. A questão para Heller é onde essa relação, essa reprodução se concretiza: antes mesmo de processos complexos e tempos históricos longos, sistematizados e conjecturados, a autora prefere concentrar suas atenções na vida cotidiana. Ou seja, para Heller,

“La vida cotidiana es el conjunto de actividades que caracterizan la reproducción de los hombres particulares, los cuales, a su vez, crean la posibilidad de la reproducción social.
Ninguna sociedad puede existir sin que el hombre particular se reproduzca, así como nadie puede existir sin reproducirse simplemente. Por consiguiente, en

toda sociedad hay una vida cotidiana e *todo* hombre, sea cual sea su lugar ocupado en la division social del trabajo, tiene una vida cotidiana” (Idem, p. 19).

É importante pontuar que, na transcrição acima, o itálico em “todo” é uma ressalva que se contrapõe a toda e qualquer interpretação generalizante do conteúdo e da estrutura da vida cotidiana que as entende como idênticas em todas as sociedades e para todas as pessoas. Na verdade, o que Heller diz é que, na vida cotidiana, os homens têm poucas atividades em comum com os demais e, no limite, se elas são idênticas é somente no plano abstrato. “Todos necesitan dormir, pero ninguno duerme en las mismas circunstancias y por un mismo período de tempo; todos tienen necesidad de alimentarse, pero no en la misma cantidad y del mismo modo” (Idem, p. 19).

Posto isto, convém lembrar que a *vida cotidiana* em Heller se refere menos aos acontecimentos marcantes que se concretizam dia após dia e mais as *atividades* ordinárias do dia-a-dia concretizadas pelos homens particulares, aqueles que, nesta condição se humanizam socializando a natureza. A vida cotidiana, portanto, é marcada pela heterogeneidade em todos os aspetos e sentidos. Aliás, esta é a razão pela qual seu centro só pode ser o *particular*, desconsiderando-se assim a possibilidade de, a partir dela, se alcançar um valor que seja autônomo e/ou único (Heller, 1994).

De esto se desprende que la vida cotidiana no representa necesariamente un valor autónomo; si la continuidad que se han acumulado casualmente, la cotidianidad no tiene un “sentido” *autónomo*. La cotidianidad cobra un sentido solamente en el contexto de *outro medio*, en la historia, en el proceso histórico como sustancia de la sociedad (Idem, p. 93).

Assim sendo, não é possível então encontrar um valor autônomo, único para os diferentes aspectos da vida cotidiana como amor, ódio, desprezo, compaixão, participação, simpatia, antipatia, inveja, desejo, nostalgia, náusea, amizade, repugnância, veneração – para usar exemplos da própria Heller (1994). É neste sentido que este trabalho não quer propor mecanismos teóricos ou práticos preconcebidos para o enfrentamento da corrupção em Moçambique, mas antes, compreender o fenómeno localmente e a partir de uma conceituação sociológica da prática. Eventualmente, poderei indicar alguns elementos a serem considerados em políticas públicas de enfrentamento a este mal.

O sociólogo brasileiro José Arthur Rios (1987) traça um esboço dos propósitos de uma sociologia da corrupção com a qual coaduno e, em muito, reflete o espírito deste trabalho. Ele entende que uma...

[...] sociologia da corrupção busca a chave do processo na sua função ou disfunção social e no miolo do reconhecimento entre corrupto e corruptor, no jogo de interesses que os aproxima e define como atores sociais. [...] Na realidade, a vida social cria as oportunidades e os estímulos para a cupidez, para a ambição ilegítima, acionando nesse sentido as motivações latentes na alma dos indivíduos (RIOS, 1987:86).

Dito de forma mais sintética, neste trabalho, estou mais preocupado em encontrar e compreender *elementos, evidências e/ou justificativas* que sustentam a prática da *corrupção* enquanto *ação social* em Moçambique. Ao focar no indivíduo e suas preocupações localizadas no mundo da política, entretanto, este estudo ganha seu caráter psicopolítico. Ademais, as contribuições de Weber (que foca na *ação social*) e de Heller (no *homem particular* e nas suas realizações ordinárias próprias da *vida cotidiana*) para compreender os homens vivendo em sociedade, responderem positivamente às minhas pretensões neste trabalho. Ao mesmo tempo, convergem com propostas de autores como Ngoenha (1993); Ki-Zerbo (2009); Asante (2009); Castiano (2009), entre outros, que sugerem uma análise subjetiva do pensamento e dos saberes das classes subalternizadas, ao contrário da *racionalidade objetivante* muito comum no pensamento eurocentrado. Mais concretamente, resgato em Weber e Heller elementos psicossociais – que os entendo como psicopolíticos – que oferecem possibilidades teóricas para que este trabalho dê voz a moçambicanas e moçambicanos, identificando-os e conferindo-lhes autoria das reflexões e discursos elaborados em torno da discussão sobre a corrupção.

Assim, pretendo que este trabalho se constitua como um contraponto aos modelos hegemônicos de estudo da corrupção que, ao ignorarem sentidos sócio-históricos que regem os aspetos culturais e políticos, privilegiarem a concepção estrita da corrupção como problema econômico e naturalizam-na como resultado da ineficiência do Estado.

A seguir, discutirei mais detidamente os procedimentos teórico-metodológicos desta pesquisa e, ali, terei oportunidade não só de explicar a que me refiro quando falo de uma psicologia política, mas também como farei e o que significa fazer uma análise do fenômeno da corrupção na perspectiva psicopolítica.

CAPÍTULO III

PROCEDIMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA PESQUISA SOBRE A CORRUPÇÃO NA PERSPECTIVA DA PSICOLOGIA POLÍTICA

A busca de conhecimento está, desde o início, associada à necessidade de saciar a curiosidade intelectual e à de ter algum tipo de controle sobre a ambiência. Fosse o mundo um paraíso, talvez o homem não tivesse se deparado com a urgência de trilhar a pedregosa e incerta estrada do conhecimento. Talvez pudesse ter se entregado exclusivamente ao prazer de usufruí-lo. Mas desde tempos imemoriais o homem se vê confrontado com desafios que põem em risco sua própria sobrevivência. Aos poucos foi desenvolvendo a capacidade de dar respostas inteligentes aos problemas. E tal evolução intelectual culminou com a busca sistemática de conhecimento.

Alberto Oliva

Neste capítulo apresentarei as opções metodológicas que orientaram esta pesquisa sobre o fenômeno da corrupção em Moçambique, que vai desde a escolha do nosso referencial teórico até as técnicas e instrumentos de pesquisa propriamente ditos. Isso se faz relevante, pois, para investigar tal temática no enfoque psicopolítico, o rigor metodológico torna-se fundamental em função das raras pesquisas realizadas nesta perspectiva.

Deste modo, com vista a não poder de vista as dimensões psicossocial e psicopolítica do fenômeno da corrupção e de modo a considerar os processos interativos que estão na constituição das relações sociopolíticas presentes nos discursos de moçambicanos e moçambicanas sobre aquele fenômeno, a psicologia política me pareceu uma escolha que responderia positivamente às metas objetivadas aqui. O discurso – entendido aqui como a materialização das percepções – é um fenômeno complexo e as pessoas fazem uso dele construindo narrativas. Estas, por sua vez, estão indubitavelmente enraizadas em contextos específicos.

Prossegue que, os discursos dos entrevistados – moçambicanos e moçambicanas – são a principal “matéria-prima” da análise que apresentarei mais para o final desta dissertação. Afinal, a narrativa é a expressão dos elementos que estão presentes na memória dos atores sociais e permitem perceber a existência de um tempo múltiplo que se diferencia substancialmente do tempo cronológico e dos marcos de referência da história oficial. Como se há de perceber, os discursos produzidos pelos entrevistados seguem uma ordem diversa da cronológica e, mesmo se apoiando em marcos de referência históricos, eles se inscrevem em suas memórias e/ou quadro de experiências de forma diversa em seus respectivos grupos de pertença. É importante pontuar que

trata-se de marcos de experiências que foram significativos em suas vidas e que, na visão dos entrevistados, são – e/ou foram – capazes de modificar o seu cotidiano, alterar o ritmo de suas existências e que os levam a constituir uma outra história. Estas possibilidades estão inscritas e devidamente fundamentadas no referencial teórico de Halbwachs (1990). Para este autor, o relato das experiências expressa o tempo vivido e se refere ao que cada classe, cada grupo, cada pessoa vive de maneira diferente. Particularmente, estou interessado em uma experiência mais contemporânea, entretanto, como o leitor já deve ter observado, para contextualizá-las e interpretá-las, foi necessário uma rememoração da história de Moçambique, tarefa observada ao longo do primeiro capítulo deste trabalho. Lá, estão presentes os elementos necessários para que, de agora em diante possa centrar minha atenção nas falas, expressões, silêncios com vista a entender os processos nos quais se dá a concepção do fenômeno da corrupção em Moçambique.

3.1. O estudo da corrupção a partir do enfoque interdisciplinar da psicologia política

Até que os leões possam contar suas próprias histórias, as histórias de caça sempre irão glorificar o caçador.

Provérbio africano de autoria desconhecida

À medida que a discussão avança, é sempre bom lembrar que meu objetivo central neste trabalho é o de compreender os sentidos atribuídos ao fenômeno da corrupção em Moçambique a partir das percepções dos atores sociais locais. Parto do princípio de que este estudo dará indicações de que as ações, legislação e políticas públicas moçambicanas de enfrentamento a esta problemática tendem para o insucesso, na medida em que se constituem sem levar em consideração aspetos próprios da vida sociopolítica local, processo muito comum, aliás, em países “ocidentalizados”. Moçambicanas e moçambicanos, enquanto atores sociais, por sua vez, resistem à tendência alienante de um Estado nacional que os despersonaliza absolutamente. Segue-se que o farei através das lentes da psicologia política, buscando saber quais aspectos psicopolíticos estão envolvidos na concepção do fenômeno, ou seja, que fatores subjetivos são mobilizados por moçambicanas e moçambicanos na negociação que estes, enquanto minorias simbólicas, estabelecem com a corrupção e, até que ponto, tais aspectos estão considerados na abordagem do fenômeno localmente.

Para avançar nesse sentido é preciso, antes, esclarecer em que consiste a própria psicologia política, tarefa fundamental porque, como aponta o psicólogo argentino Elio Rodolfo Parisí (2008), se trata de uma “*manera – poco conocida y poco difundida – de realizar análisis coyunturales que contribuyen al conocimiento y crítica de la realidad, entrelazando dos disciplinas, la psicología (...) y la política (...)*” (PARISÍ, 2008, p. 20).

Compreender a psicologia política exige que, *a priori*, se tenha ciência de que sua essência está no exercício do pensamento dinâmico e interdisciplinar e que sua prática é contínua no tempo histórico e diversa a partir do lugar social. Dito de outra forma: é crucial conceber a psicologia política não como uma disciplina fechada, estática e nem com teorizações e métodos supostamente originais e próprios. Este “alerta” é importante porque em empreendimentos intelectuais deste tipo é procedimento padrão fazer a apresentação de determinada disciplina científica mais em função do seu referencial teórico-metodológico – síntese de suas contribuições para a construção do conhecimento – e menos a partir da sua praticidade ou dos temas ou problemas que procuram entender e, eventualmente, resolver.

Sendo assim, a psicologia política reúne elementos de diversos campos disciplinares do conhecimento e, desta forma, sua característica principal é a ampla possibilidade que ela oferece de compreender fenômenos e processos políticos articulando-os com processos subjetivos individuais e coletivos próprios da psicologia. Entretanto, sabe-se que é prudente *começar a explicar as coisas pelo começo*: definirei as partes que constituem a psicologia política. Isto significa responder a (1) *o que é psicologia* e (2) *o que é política*. Feito isto, acredito, estariam reunidas as condições mínimas para o desafio de entender a psicologia política, ou seja, para responder (3) *o que é psicologia política*. Em todas as questões, parto do princípio de que não há consenso sobre a que se refere cada um daqueles conceitos, por isso, farei escolhas epistemológicas buscando uma abordagem seletiva, tentando privilegiar as perspectivas que mais diretamente me auxiliam neste estudo.

Em relação ao primeiro elemento – *psicologia* – entendo-o conforme a perspectiva da psicologia social crítica, segundo a qual, é a disciplina que estuda o sujeito em sua relação com o mundo. Nessa relação com o mundo esse sujeito se constitui, ao mesmo tempo, como produto e como produtor da sua história e da história da sociedade em que vive. Segundo Lhullier (2001), há três palavras-chave que, quase que invariavelmente, estão presentes nas diversas definições do termo. São elas

[...] sujeito, relação e mundo. O sujeito é sempre sujeito da ação – seja ele indivíduo ou grupo, “eu” ou “nós”. Ele só existe porque age na sua relação com o mundo. Essa relação é o foco da análise, pois é aí que o sujeito se constitui, é aí que ele existe enquanto tal e é aí, portanto, que a Psicologia pode encontrá-lo como sujeito de conhecimento. [...] Trata-se aqui tanto da realidade/mundo “para si”, ou seja, como existência para o sujeito, quanto da realidade/mundo “em si” porque os efeitos da ação humana transcendem as existências particulares (p. 207-208).

Esta concepção da psicologia ensina que ela está para possibilitar uma leitura do mundo, na medida em que o resultado da ação transformadora do sujeito – individual ou coletivo – pode situar-se além dos limites de tempo e espaço por nós concebidos. Significa dizer que nossas ações no mundo, independentemente das intenções e propósitos, deixam marcas e geram movimentos individuais e coletivos cujos efeitos raramente se pode antever ou, nem mesmo, enxergar.

O segundo elemento é *política*? Vale dizer de antemão que, neste trabalho, concebo a política enquanto atividade essencialmente humana. Por isso mesmo, busco entender a política de forma ampla e simples, como atividade cotidiana dinamizada pela disputa de poder¹¹ entre indivíduos e/ou grupos organizados. Segundo Lane (1986) esta atividade implica em “ações encadeadas [por indivíduos], junto com outros indivíduos, para a satisfação de uma necessidade comum” (LANE, 1986, p. 16 apud LHULLIER, 2001, p. 208). Assim, tais *ações encadeadas*, opõem, de um lado, aqueles que buscam transformar uma determinada realidade sociopolítica – seja no plano macrossocial, seja no microssocial – e, do outro, os que buscam mantê-la. Esta perspectiva de política, por outro lado, “[...] reconhece que todo fazer humano é necessariamente comprometido com valores. [...] Da mesma forma não concebe estudar a ação humana – e, sobretudo a atividade política – desvinculada das suas determinações sócio-históricas” (LHULLIER, 2001, p. 208-209).

Feito isto, acredito ter reunido as condições básicas para explorar o mundo da *psicologia política*? Meu ponto de partida para conceber a psicologia política é a sintética definição avançada por Silva (2012). Diz ele que a psicologia política é, mais do que uma disciplina, um campo do exercício do saber, fruto da especial confluência entre a psicologia e a ciência política, pois, e é justamente desse encontro que nascem as

¹¹ É difícil pensar em política sem fazer referência à questão do poder. Bobbio (1992), em seu *Dicionário de Política* nos mostra como historicamente o conceito de política esteve “estritamente ligado ao de poder”, mais especificamente ao de poder político. Além disso, ele distingue poder político de outras formas de poder (poder econômico e poder ideológico) como pertencente “à categoria de poder do homem sobre o homem e não à do poder do homem sobre a natureza. Essa relação de poder é expressa de mil maneiras, onde se reconhecem fórmulas típicas da linguagem política: como a relação entre governantes e governados, entre soberano e súditos, entre Estado e cidadãos, entre autoridade e obediência etc.” (p. 955).

possibilidades efetivas de dar respostas a questões que a tradição disciplinar não tem conseguido responder. Ao se referir à psicologia política, ele refere que...

[...] tratar-se-ia de um campo de saber, e nem tanto uma disciplina, como tradicionalmente vem sendo abordada. Ela, portanto, se constituiria no interstício das fronteiras disciplinares, vivendo as idiossincrasias próprias desse espaço de encontros. Isso faz com que ela, muitas vezes, se veja refém de um processo identitário que tradicionalmente busca estabilidade e segurança na ideia de *ser*: ser uma disciplina própria com métodos e teorias, por exemplo. A questão é que, ao se constituir como um espaço fronteiriço, ela não possui uma territorialidade definida e deslindada, mas, antes, o contrário. Assim, a Psicologia Política se constituiria identitariamente desde um *estar* fluido e metamórfico (p. 94).

Por isso mesmo, a psicóloga e estudiosa da psicologia política costa-riquenha Mirta González Suárez reivindica a união inseparável entre a psicologia e a política. Ela justifica que a primeira é a disciplina que estuda o comportamento *“incluidos los procesos que nos hacen sentir, analizar y actuar en el medio, mientras que la política se centra en la distribución del poder, el cual, a su vez, se relaciona con la capacidad de influencia en la toma de decisiones”* (2008, p. 1). Assim, para Silva (2010), a psicologia política tem se mostrado útil na análise de distintos objetos de conhecimento como propaganda política, democracia, comportamento político, comportamento eleitoral, atitudes políticas, preconceito social; diferentes formas de racismo, xenofobia e homofobia; ações coletivas e movimentos sociais; intersubjetividade e participação; socialização política e saúde pública; relações de poder e instituições totais; valores democráticos e autoritarismos, participação social e políticas públicas.

Não por acaso, Maritza Montero (2009), psicóloga venezuelana e um dos mais influentes nomes da psicologia política na América Latina, ao se questionar sobre a serventia da psicologia política, encontra diversas razões que respondem diretamente à categorização dos temas supracitados como objetos de estudo:

La primera [razão], para ser esa voz que insiste en mostrar a la sociedad sus múltiples rostros, señalándole que no es uniforme, ni estable, ni quieta, ni perfecta; que dentro de Ella hay furzas que se debaten y que cuando se cree Haber alcanzado um límite ya hay otros por vencer. Para revelar los aciertos y los errores y mostrar las corrientes que por Ella discurren. Para mantener activa la condición dinámica y cambiante de la sociedad, contribuyendo con una mirada crítica a la construcción de esa sociedad que siempre se desea mejor, que siempre puede u debe ser mejor. Para no permitir el olvido y la vez para generar la conciencia de la fuerza y de la debilidad y de la necesidad de cambiar. Para ejercitar la memoria colectiva y la creatividad colectiva e individual.

Para mantener la búsqueda continua de un mundo mejor para todos los seres humanos. Hacer la utopía a partir de utopías que crean nuevas utopías generando la esperanza motivante y positiva...

Para permitir la diversidad em todos los campos de la vida social, sin reservas ni resquemores, sin culpa y sin vergüenza. Sin ser objeto de castigo. Por la libertad. Por la democracia. Por la vida (2009, p. 211).

Montero (1999) destaca ainda que a Psicologia Política pode ser observada a partir de quatro perspectivas. São elas:

I) *Perspectiva Psicosocial ou Psicosociológica (con dos tendencias): a) cognoscitiva; b) comportamental.* Caracteriza-se pela presença de análises de origem da psicologia social, com predominância de estudos na Europa e Estados Unidos, em torno de temas como atitudes, crenças, motivações, valores, estereótipos, representações e imagens;

II) *Perspectiva Psicoanalítica.* Domina o campo da psicologia política na Europa e Estados Unidos, com foco na análise dos fenômenos políticos a partir dos tópicos psicanalíticos estabelecidos por Freud;

III) *Perspectiva Discursiva (con dos tendencias): a) pragmática; b) teórica.* Presente nos estudos latino-americanos e europeus e visam compreender o fenômeno político a partir do discurso;

IV) *Perspectiva Estructural-Funcional.* Própria dos Estados Unidos, supõe a organização dos indivíduos a partir de um padrão de relações entre pensamento, linguagem e ação, com a função de integrar racionalmente conhecimentos, intenções, disposições à ação e comportamentos políticos.

A autora destaca ainda que as perspectivas supracitadas podem se manifestar em diferentes modelos. Evocada por Parisí, Montero chama atenção para o fato de que “*las perspectivas pueden vincularse con más de un modelo en particular y viceversa*” (p. 31). São eles:

I) *Modelo Liberacionista-Crítico.* De origem latino-americana, surge na década de 1980 com os trabalhos de Martín Baró, que se propunham, partindo de uma psicologia social crítica, pesquisar os fenômenos políticos e intervir nos mesmos a fim de gerar transformações sociais;

II) *Modelo Retórico-Discursivo.* Estabelece-se a partir da compreensão de que a realidade está na linguagem que se constrói. Compreende-se que seria nos estudos do discurso onde se encontrariam as razões e justificativas, das causas e dos efeitos do comportamento políticos;

III) *Modelo Psicohistórico*. Considera a história para a compreensão dos fenômenos psicopolíticos, por meio da análise de documentos relacionados a fatos históricos da vida de personagens políticos;

IV) *Modelo Racionalista*. Compreende que o comportamento político é racional, conscientemente motivado, produto de processos de comparação, evolução e tomada de decisões, obrigatoriamente orientado pela busca de equilíbrio e coerência com o contexto social em que se vive;

V) *Modelo Marxista*. Se baseia nas ideias marxistas, que compreendem que os processos e o comportamento psicopolítico são resultado da influência das instituições sociais e culturais que respondem a peculiares relações de produção;

VI) *Modelo da Psicología Colectiva*. Modelo desenvolvido na América Latina por Fernández Christtieb, e que se define a partir das análises dos sistemas de expressão e interpretação das experiências, acontecimentos e objetos dotados de sentidos que constituem a realidade coletiva.

Após esta descrição sumária das perspectivas e modelos da psicologia política, considero importante pontuar que tal foi feito apenas com o intuito de oferecer um mapeamento de como vêm se sistematizando os diversos estudos neste campo. É inútil, pelo menos para este estudo, a tentativa de situá-lo em uma das perspectivas ou modelos acima relacionados. Como bem assinalou Parisí (2007), uma determinada perspectiva pode vincular-se a mais de um modelo em particular e vice-versa. Diante de tamanha segmentação, o mais importante de ser retido aqui é que “Trata-se, mais, de um campo produzido nas encruzilhadas do conhecimento e que tem como preocupação o olhar para o objeto, para temas de interesse, de modo a focar nos encontros entre as dimensões subjetivas e objetivas dos fenômenos políticos” (Borges e Silva, 2010, p.148). Ainda assim, como autor, percebo que predomina aqui neste estudo – muito por conta do objeto em causa – uma tendência a uma correspondência mais acentuada tanto à perspectiva psicossociológica como ao modelo liberacionista-crítico.

Por outro lado, é gritante a marca interdisciplinar da psicologia política. Inclusive, é a partir da vocação interdisciplinar deste campo do saber que o psicólogo político galego José Manuel Sabucedo, autor de *Psicología Política*, “um clássico manual, quem sabe o mais conhecido na Ibero América” (Silva, 2012, p.126), defende que não há nada melhor que a pluralidade teórico-metodológica para definir a psicologia política, abrindo mão da busca pela afirmação de uma teoria e procedimentos científicos uniformes. Este autor parte do princípio de que a psicologia política é mais uma coleção

de diversas teorias e procedimentos de pesquisa em interação constante e menos um corpo coerente de formulações teóricas e estratégias metodológicas. Isto seria, inclusive, argumenta o autor, resultado da multiplicidade de temáticas estudadas e as respectivas sensibilidades que estão no seio deste campo do saber. Esta pluralidade está longe de ser um inconveniente, antes sim, é cientificamente necessária e enriquecedora.

La diversidad de los temas tratados en psicología política y su carácter interdisciplinar provoca que en el seno de la misma coexistan modelos teóricos y estrategias metodológicas muy diferentes. Pero ello, lejos de ser un problema se nos antoja que no solo es inevitable, sino también beneficioso. La existencia de esos diferentes puntos de vista sustantivos y metodológicos posibilita el debate y la crítica, tareas consustanciales a la empresa científica. Pero, al igual que ocurre en cualquier otra área científica, las diversas sensibilidades existentes en la psicología política, tratan de ocupar un papel hegemónico y convertirse en el mainstream de la disciplina. Para lograr ese objetivo se recurre, entre otros medios, a elaborar una historia de la materia en que legitime su posición. (...) En el nivel de análisis y los temas que un tema determinado identifican a una disciplina pueden ser el fruto de la imposición de un determinado punto de vista sobre otro o de la negociación entre diferentes perspectivas, pero casi nunca son resultado de un proceso aséptico o neutro que dejan al margen las sensibilidades, valores y marcos de referente culturales e ideológicos en el que esa área de trabajo se desarrolla (1996, p.3).

Assim, para Sabucedo a psicologia política é o “estudo das crenças, representações ou sentidos comuns que os cidadãos têm sobre a política, e o comportamento que estes, seja por ação ou omissão, tratem de incidir ou contribuir para a manutenção ou mudança de uma determinada ordem sócio-política” (SABUCEDO, 2000; p.15). Desta forma, o autor parece conceber uma psicologia política que responde diretamente às demandas aqui colocadas, visto que, aqui, objetivo uma compreensão psicopolítica dos sentidos que moçambicanas e moçambicanas, enquanto protagonistas sociais, atribuem à problemática da corrupção (que é política), quer seja por meio de *ações*, quer seja por meio de *omissões*.

Também é bom pontuar que a busca por uma institucionalização da psicologia política enquanto campo de conhecimento e merecedor de um lugar dentro da comunidade acadêmico-científico vem produzido uma vasta literatura e com variadas perspectivas. A este respeito, o autor afirma que

[...] dado el objeto de estudio de la Psicología Política, el análisis de las relaciones de los procesos psicológicos y políticos, son numerosas la líneas de investigación que existen dentro de este ámbito disciplinar [...]. Una de las razones que provoca la formalización de esta disciplina es la necesidad, percibida especialmente en su momento por las ciencias políticas, de utilizar el conocimiento psicológico para la explicación de determinados procesos

políticos [...] Por ello, la psicología política nace con una clara vocación interdisciplinar. Se trata de que las contribuciones de ambas áreas de conocimiento, ciencias políticas y psicología, posibiliten una mejor comprensión de los procesos y fenómenos políticos (SABUCEDO apud SILVA, 2012; p. 93).

Claramente, do encontro da psicologia e da ciência política emerge não necessariamente uma nova disciplina, mas um terceiro elemento, um *campo do saber* que, por sua vez, se apoia nas suas constituintes disciplinares como auxiliares. É dessa reflexão que Carlos Barracho, autor luso-angolano, conclui que a psicologia política é uma *expressão ambígua*, visto que se configura de diversas formas, dependendo do ponto de vista de quem a observa. Ou seja, para Barracho (2011), a psicologia política “acentua o lado subjetivo da vida política, diferenciando-se assim, das ciências políticas e da sociologia política. [...] diz respeito à vida cotidiana, às atitudes, opiniões e representações sociais que os cidadãos têm perante a vida política” (2011, p.60). Nos parágrafos que se seguem, tentarei explorar mais detalhadamente essa característica, buscando revelar como a interdisciplinaridade é fator determinante na gênese e nos sentidos do campo psicopolítico.

Conceitualmente, entendo a interdisciplinaridade a partir da formulação do físico teórico romeno Basarab Nicolescu (2008). Este concebe que ela se dá com a transferência do método de uma disciplina para a outra, na medida em que a finalidade de análise do objeto em causa ultrapassa os campos disciplinares. Para Nicolescu, a interdisciplinaridade pode ser observada em três graus:

a) um grau de aplicação. Por exemplo, os métodos da física nuclear transferidos para a medicina levam ao aparecimento de novos tratamentos para o câncer; *b) um grau epistemológico.* Por exemplo, a transferência de métodos da lógica formal para o campo do direito produz análises interessantes na epistemologia do direito e; *c) um grau de geração de novas disciplinas.* Por exemplo, a transferência dos métodos da matemática para o campo da física gerou a física-matemática; os da física de partículas para a astrofísica, a cosmologia quântica; os da matemática para os fenômenos meteorológicos ou para os da bolsa, a teoria do caos; os da informática para a arte, a arte informática (p.52-53).

Neste trabalho, procuro encaixar as análises no segundo grau da interdisciplinaridade de Nicolescu – o grau epistemológico – na medida em que, como aponta o filósofo francês Gérard Fourez (1995), há duas perspectivas que levam a uma consideração daquilo que se entende de visão interdisciplinar da ciência. A primeira delas vê a interdisciplinaridade como a mescla de diferentes disciplinas que resultará em

um novo enfoque – o terceiro grau de interdisciplinaridade de Nicolescu – e a segunda, como uma prática específica que visa solucionar problemas relativos ao cotidiano, sem a busca de um novo discurso científico – o segundo grau da interdisciplinaridade de Nicolescu.

Dito de forma mais clara, a segunda perspectiva de Fourez – relativa ao segundo grau de interdisciplinaridade de Nicolescu – está mais próxima da concepção e da constituição da psicologia política que aqui considero, visto que, mesmo reunindo elementos de diversos campos do conhecimento, o foco central está na oportunidade de observar dilemas políticos da vida cotidiana (individuais ou coletivos) de forma independente, localizando-os [os dilemas] em processos e ambientes sociopolíticos e econômicos específicos e, sem deixar de levar em conta o elemento subjetivo, que é próprio da psicologia.

Daí que, mesmo quando se concebe a psicologia política enquanto disciplina – como propositalmente faz o psicólogo político francês de origem chilena Alexandre Dorna (1989; 2006) – ressalta-se, sobretudo, seu caráter interdisciplinar. Para Dorna, as dificuldades de elaborar uma definição comum sobre a psicologia política residem justamente no fato dela ser um campo do saber, uma disciplina, um tipo de ciência que reúne diversas outras. Este seria, aliás, ainda segundo Dorna, o paradigma perdido das ciências humanas e sociais e que, desde a década de 1980, reaparecem nos estudos acadêmicos em função da necessidade de compreender os tempos de crise política muito em função das inquietações dos homens e das vicissitudes da modernidade. Dorna (1989, 2006) aponta uma série de eventos acadêmicos, em universidades europeias e norte-americanas, que reapresentaram trabalhos com enfoque psicopolítico, além das publicações de obras de Grawitz (1986), Moscovici (1987-1988) e Rouquette (1988), e da criação, em janeiro de 1978, da Sociedade Internacional de Psicologia Política, com sede nos Estados Unidos, como espaços para a retomada da Psicologia Política.

Trata-se aqui do que Fourez (1995) denominou de *o surgimento de novos paradigmas disciplinares*: quando novas preocupações científicas nascem da emergência de um novo contexto sociopolítico e econômico visando uma compreensão das novas estruturas que daí emergem, visto que, nem sempre há uma tradição disciplinar que as atenda satisfatoriamente, daí a necessidade de transpor a lógica disciplinar. Nesse sentido, o autor sugere que há objetos de estudos que só aparecem em um dado momento histórico e, a título de exemplo, cita que, para que se possa falar de

psicologia é necessário que [anteriormente] se tenha certa concepção do ser humano como indivíduo. Diz ele que...

[...] é característico do discurso científico apagar as suas origens; ele se apresenta muitas vezes como o da objetividade, fazendo rapidamente esquecer que um ponto de vista foi selecionado de início. Assim, para construir uma “ciência das cidades”, é preciso encontrar uma definição do que é uma cidade; isto só será possível após se ter escolhido um ponto de vista para descrever as cidades (p. 107).

E com a corrupção? Não seria necessário fazer o mesmo?

O filósofo destaca também que para a construção de uma disciplina que se pretenda científica, é fundamental que se estabeleça “certo número de regras, princípios, estruturas mentais, instrumentos, normas culturais e/ou práticas, que organizem o mundo antes de seu estudo mais aprofundado” (p. 105). Deste processo resultaria o estabelecimento de um novo “paradigma científico”, como resultado de uma ação humana e, nunca de um fato dado.

Assim, a busca do *paradigma científico* da psicologia política, é bom frisar, resulta de um longo processo de intensos e ricos debates e embates políticos e epistemológicos e que vêm contribuindo para a sistematização e reconhecimento deste campo de saber dentro da comunidade acadêmica. Esta tarefa tem se revelado naturalmente difícil na medida em que; por um lado, como já apontamos, os temas abordados pela psicologia política se estendem desde o estudo da conduta individual de profissionais da política até o sentido e repercussão social das identidades culturais e étnicas, abrangendo também o estudo da personalidade na medida em que se relacionada com processos de socialização e; por outro, revelam-se tendências de apropriação deste campo do saber por certas tradições disciplinares.

O argentino Angel Rodríguez Kauth (2001) confere autonomia à dimensão interdisciplinar da psicologia política enquanto campo de produção de conhecimento dentro da comunidade acadêmica. Coaduno com seu argumento e este trabalho se baseia nele:

[...] a Psicologia Política costuma ser entendida não somente como um campo separado da Psicologia Social, mas, fundamentalmente, como um nível superior de análise e de interpretação da realidade, no qual se utilizam tanto conceituações psicossociais os dados psicológicos e sociológicos de cunho político, e que é atravessada pela subjetividade, tanto individual como coletiva, visando conseguir um maior alcance teórico nos processos de pesquisa, assim como uma maior efetividade em relação à análise, à

compreensão e à intervenção nos fatos políticossociais que ocorrem a nossa volta. (KAUTH, citado por ROSA e SILVA, 2010, p. 13).

Todavia, apesar dos encontros disciplinares que se dão no campo da psicologia política, ainda é difícil a conquista de espaço na academia para a produção de um saber que não reproduza a lógica disciplinar e que possa constituir-se com uma base essencialmente interdisciplinar, enquanto uma possibilidade que transcende a lógica disciplinar, pois interdisciplinaridade, retomando o raciocínio de Fourez (1995), refere-se a um momento transitório que se constitui no processo de construção do conhecimento. A inserção definitiva da psicologia política dentro da comunidade acadêmica tornou-se assim, menos dependente da resolução de um entrave epistemológico e mais uma questão política (Dorna, 1989, 2006; Sandoval; Montero, 1999, 2009; Sabucedo, 1996, 2000 e; Silva, 2012).

É justamente dessas reflexões ontológicas, epistemológicas e metodológicas em torno da psicologia política que emergem contribuições significativas, quer para o reforço ou reafirmação das derivações disciplinares da psicologia política, quer para a diversificação de seus temas de interesse. É também desse processo permanente que a psicologia política vem se consolidando não enquanto disciplina científica propriamente dita, mas como um *campo de produção de saberes*, legitimando assim os estudos nele ancorados.

3.2. Corrupção em Moçambique: participação, percepção e consciência política

Assim, a luta de classes em África foi dirigida, a princípio, contra o imperialismo, e não contra a burguesia local. Foi isto que retardou o despertar das massas africanas, impedindo-as, por essa forma, de compreender mais cedo que a burguesia local era o seu real inimigo.

Kwame Nkrumah

A *participação* é um elemento incontornável nesta discussão sobre os sentidos que moçambicanas e moçambicanos atribuem ao fenómeno da corrupção em Moçambique. Segue-se que é a partir da relação entre o ato de participar e sua significação que este conceito se aproxima da noção de *consciência política*, “uma vez que esta última, enquanto um conceito psicossociológico, se refere aos significados que cada indivíduo atribui às intenções diárias e acontecimentos de suas vidas” (SANDOVAL, 1994, apud COSTA, 2012, p. 26). Assim, dada importância destes dois

conceitos (*participação e consciência política*) na formulação do problema em causa, farei uma explanação sintética e seletiva de cada um deles, sempre a partir do enfoque psicopolítico e sempre encaminhando para aspectos que mais diretamente iluminam o debate aqui proposto. Feito isto, reafirmarei meu argumento em favor de uma análise psicopolítica para o estudo do problema da corrupção em Moçambique a partir dos pressupostos da psicologia política, especialmente aquela de raiz latinoamericana.

3.2.1. Participação

Ao evocar aqui o tema da participação, meu objetivo é o de evidenciar a importância do reconhecimento da participação popular nas decisões sobre a coisa pública como pressuposto básico para a legitimação das decisões políticas e para a potencialização das possibilidades de eficácia das políticas públicas de enfrentamento do problema da corrupção em Moçambique.

Segundo Lucia Avelar (2007) participação é uma palavra latina do século XV, oriunda de *participatio*, *participationis*, *participatum*, e significa tomar parte, compartilhar, associar-se. O que mais diretamente interessa aqui é observar que desde a década de 1960, a palavra *participação* passa a ocupar lugar de destaque no vocabulário político popular. Isso aconteceu “na onda de reivindicações [...] de vários grupos que queriam, na prática, a implementação dos direitos que eram seus na teoria” (PATEMAN, 1992, p.9). Mais interessante ainda é perceber que se na década de 1970 Pateman (1992) entendeu que a intensificação dos movimentos em prol de uma participação maior e mais efetiva era, por si só, merecedora de especial atenção dos pesquisadores da teoria da democracia moderna; mais recentemente, Avelar (2007) constata que a participação tornou-se um fenômeno político e, desde que isso aconteceu, os estudiosos procuram compreender as diferentes formas de participação, cada um em seu contexto histórico.

Exemplo disso, aliás, é este justamente o Programa de Pós-graduação em Mudança Social e Participação Política (ProMusPP), no qual o presente estudo foi desenvolvido. Uma verdadeira inovação da Universidade de São Paulo (USP) visando responder a uma demanda crescente de propostas de estudos que buscam a compreensão dos desafios da participação política como ferramenta indispensável para as mudanças sociais que se julgam necessárias na contemporaneidade.

Neste cenário, a compreensão do que leva o cidadão a participar ou não, quase que monopolizou a atenção dos estudiosos da psicologia política, especialmente na América Latina. Montero (1995) observa que o uso do termo *participação* implicou na sua fraca exploração enquanto fenômeno político social e, por isso mesmo, a autora prefere adotar *ação política* ao invés de *participação*. Segundo ela, o primeiro concebe o sujeito como ator ativo e construtor da realidade e elimina qualquer possibilidade de entendê-lo como mero reprodutor de ideias e/ou ações em situação determinadas. O segundo, por sua vez, dá margens para uma forma de entendimento que enfatiza ideias, ações e movimentos da realidade cotidiana situados à margem da vida política partidária ou oficial e que funciona apenas de forma reativa às ações destes.

O conceito de ação política indica uma tomada de posição que considera, em primeiro lugar, que as pessoas são seres ativos, construtoras da realidade em que vivem, geradoras das mudanças, das tendências dominantes e das resistências. Esta posição está localizada dentro do paradigma relativista, construcionista, que a partir de meados da década passada surge como um contrapeso para a concepção predominantemente reativa a que nos acostumou o positivismo. Assim, a ação política é vista como parte da construção social cotidiana da realidade, como parte da evolução histórica e como conjunto de fenômenos, essencialmente dialéticos e dinâmicos. Conseqüentemente, a ação política inclui não apenas os feitos tradicionalmente considerados como "política", mas muitos outros, não menos políticos, mas também tradicionalmente negligenciados ou relegados à esfera da patologia social ou das "disfunções" sociais. Nesse sentido [...] sua perspectiva dos acontecimentos e de seus atores assume um caráter não apenas mais amplo, mas também mais democrático (MONTERO, 1995, p. 10 apud COSTA, 2012, p. 23).

Aqui, faço uso indiscriminado das duas expressões (*participação* e *ação política*). No entanto, elas devem ser sempre entendidas conceitualmente na definição de Montero (1995) para *ação política*. Destaco também que a *participação* é política na medida em que para se configurar como tal, é preciso que em suas reivindicações, sujeitos individuais e coletivos o façam em relação à política governamental institucionalizada. Quero com isto afirmar que “para se considerar uma ação como um ato de participação política é necessário haver a intenção de se querer mudar, de qualquer forma, as ações de governo, caso contrário, seria uma participação cidadã ou social, como no caso de algumas ações comunitárias ou de bairro”, (DELFINO e ZUBIETA, 2010; apud Costa 2012, p. 25).

Sabucedo e Arce (1991) também deram sua contribuição para que o tema da participação se estabelecesse como fenômeno político. Identificaram as principais modalidades de atividade política situadas além da dicotomia convencional/não-

convencional, ou ainda, legal/ilegal. Mencionados por Costa (2012), estes autores apresentam quatro tipos de participação política a saber:

I) *Persuasivo eleitoral*: se refere às ações bastante vinculadas às campanhas eleitorais, onde o sujeito é agente da influência (convencer outros a votar como um) e o objeto da mesma (ir a comícios);

II) *Participativo convencional*: se referem às ações que se mantêm dentro da legalidade e que objetivam alterar o curso dos acontecimentos político-sociais. Aqui se incluem condutas como votar, enviar cartas à imprensa, manifestações e greves autorizadas;

III) *Participativo com violência*: como o nome diz, se referem às formas violentas de participação, com ações que causam danos às propriedades e podem ser realizadas por meio de armas;

IV) *Participativo pacífico*: se referem às atividades que, mesmo que não estejam exatamente dentro da legalidade, também não são manifestações violentas, como ocupação de edifícios, boicotes, manifestações e greves não autorizadas.

Nesta mesma linha de raciocínio, Sandoval (1997) entende que as diferentes formas de participação concorrem na caracterização do comportamento político, isto somado à análise dos espaços sociais, onde comportamento e sequências de comportamento se desenvolvem em termos de espaços formalizados ou espaços não-formalizados. Dessa forma, o autor propõe o seguinte esquema:

FIGURA 5 – CARACTERIZAÇÃO DE FORMAS DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA (SANDOVAL, 1997).

Sandoval reafirma que o estudo do comportamento político é complexo e possui diversos determinantes sociais e psicossociais.

É por essa complexidade que entendemos que o estudo do comportamento político não poderá ser determinista em suas explicações. Teremos que adotar um enfoque compreensivo focalizando nas interações entre fatores, contextos e situações que impactam o processo comportamental pelo qual o ator elabora o tipo de participação que realiza na arena política ao mesmo tempo que se define como ator e atribui significado a suas ações (SANDOVAL, 1997, p. 23).

Tanto Sabucedo (1990) como Sandoval (1997) destacaram em seus estudos que as distintas formas de participação não são excludentes. Já a contribuição de Seoane (1990), consistiu na formulação de uma definição para o conceito de participação que, ao mesmo tempo, é criteriosa e abrangente:

Participar é querer ser levado em conta na forma em que se tomam decisões, na determinação de quem toma as decisões; participar também é querer ter informação sobre as decisões tomadas; até opor-se e resistir a uma decisão tomada é uma forma de participação. Ao contrário, o que não se constitui como participação nesse terreno é obedecer às decisões já tomadas; estes são atos de submissão política, que podem constituir uma virtude ou uma responsabilidade política, mas não é um ato de participação, posto que não têm a intenção de influenciar a tomada de decisões. A partir deste ponto de

vista, a conduta de voto é uma participação necessária, mas não suficiente, como diriam os lógicos (SEOANE, 1990, p. 176 apud COSTA, 2012, p. 25).

Esta reflexão de Seoane (1990) sobre o tema da participação é de grande contribuição para este trabalho na medida em que é o conceito que mais auxilia na concretização dos anseios deste trabalho: a partir de uma perspectiva psicopolítica, entender os sentidos que moçambicanas e moçambicanos atribuem ao fenômeno da corrupção e, a partir daí, tentar sugerir que tipo de consciência política pode ser atribuída àqueles, especialmente quanto estes refletem sobre o fenômeno em causa. Ou seja, espero que esta reflexão sobre o tema da participação política em Moçambique possa render subsídios que me permitam observar até que ponto, opiniões e percepções que moçambicanas e moçambicanos têm sobre a problemática da corrupção são consideradas *nos processos de tomadas de decisões políticas* relativas ao fenômeno da corrupção em Moçambique. Assim, parto então desta formulação de Seoane (1990) para colocar uma questão pertinente às preocupações que sustentam esta dissertação: ao lidar com a corrupção – agindo ou sendo omissos, enfrentando-a ou aceitando-a – moçambicanas e moçambicanos participam ou é-lhes dada a possibilidade de participar no jogo político que produz decisões concernentes ao enfrentamento do problema? Dito de outra forma: constitui-se em torno da problemática da corrupção em Moçambique, um campo de ação política em que atores autóctones influenciam a tomada de decisões relativas ao enfrentamento da questão?

3.2.2. Percepção

Está na gênese da psicologia social, da sociologia, da antropologia, da economia ou das ciências sociais e humanas como um todo, compreender por que as pessoas adotam determinados comportamentos. Ou melhor, como e por que elas fazem as escolhas que fazem diante de alternativas diversas. Ou seja, é útil para estas ciências saber como as pessoas pensam, saber identificar os mecanismos pelos quais grupos sociais fazem as escolhas que fazem ou saber compreender o tipo de conhecimento que esses mesmos grupos possuem sobre algo. Essas preocupações intensificaram estudos sobre a percepção nos anos 1970, sempre buscando identificar a relação dos problemas humanos com o centro psicológico da motivação, dos valores e atitudes que dirigem o comportamento humano (CHAUI, 2000). Assim, diversas áreas desenvolveram teorias

sobre percepção e conseqüentemente, possuem igualmente diferenciados enfoques sobre o que vem a ser percepção, Chaui (2000) e Del Rio (1999). Ainda assim, todos reconhecem o papel das sensações e dos sentidos na formação da percepção.

A sensação é o que nos dá as qualidades dos objetos e os efeitos internos dessas qualidades sobre nós. Para termos sensações precisamos dos sentidos da visão, do paladar, do olfato, da audição e do tato. E é desse conceito que retiramos o conceito de percepção que é, para a filósofa brasileira Marilena Chaui (2000), as sínteses das sensações. Assim, a percepção nos permite formar ideias, imagens e compreensões do mundo que nos rodeia. Ou seja, a percepção é a maneira pela qual o homem, imbuído de fatores culturais que lhe são intrínsecos, sente e compreende o meio em que se encontra inserido.

Na visão de Chaui (2000), três grandes concepções ou correntes de pensamento influenciam os trabalhos sobre a percepção: a *empirista*, a *intelectualista* e a *fenomenológica*. Em síntese, para os *empiristas*, a sensação e a percepção dependem de estímulos externos e o indivíduo é um ser passivo. A percepção é, portanto, a mera organização das sensações pontuais e independentes umas das outras, sendo que a repetição dessas sensações é a base para o conhecimento, ou seja, sem repetições de sensações não é possível conhecer. Os *intelectualistas*, por sua vez, acreditam que a sensação e a percepção dependem do sujeito do conhecimento e a coisa exterior é apenas a ocasião para que se tenha sensação ou a percepção. Neste caso o sujeito é ativo e a coisa que é sentida e percebida é passiva. “A passagem da sensação para a percepção é, neste caso, um ato realizado pelo intelecto do sujeito do conhecimento, que confere organização e sentido às sensações” (CHAUI, 2000; p.152). Por último, os *fenomenologistas*, ao contrário das correntes anteriores, entendem que não existem diferenças entre percepção e sensação, pois ambas se processam ao mesmo tempo. Por exemplo, quando o sujeito vê um cavalo, ele sente-o/percebe-o ao mesmo tempo e faz correlações entre todos os seus significados. Assim, “O cavalo percebido não é um feixe de qualidades isoladas que enviam estímulos aos meus órgãos dos sentidos (como suporia o empirista), nem um objeto indeterminado esperando que meu pensamento diga às minhas sensações: ‘Este objeto é um cavalo’ (como suporia o intelectualista). O cavalo-percebido não é um mosaico de estímulos exteriores (empirismo), nem uma idéia (intelectualismo), mas é, exatamente, um cavalo-percebido” (CHAUI, 2000; p. 153).

Neste estudo, me aproximo mais da concepção de percepção na visão dos fenomenologistas. Ou seja, parto do princípio de que a percepção é formada por dois

mecanismos que se complementam: os sentidos e a cognição. Esses mecanismos, por sua vez, são influenciados por fatores externos e internos aos indivíduos. Assim, aqui, estou entendendo a percepção como um processo ativo da mente, através do qual é possível interpretar o mundo e, esse processo (perceptivo) se dá, por um lado, com a indispensável contribuição da inteligência e, por outro, é influenciada pela motivação, pelos valores éticos e morais, pelos interesses, pelos julgamentos e pelas expectativas daqueles que percebem (CHAUI, 2000). Essa visão de Chaui (2000) está sistematizada no *Esquema Teórico do Processo Perceptivo* elaborado pelo urbanista brasileiro Vicente Del Rio (1990), no qual existem atributos específicos na formação da realidade percebida pelos indivíduos.

Figura 2: Esquema Teórico do Processo Perceptivo (DEL RIO, 1990)

Com base no esquema – largamente usado em estudos de percepção ambiental no Brasil – pode-se verificar que a realidade é abstraída não apenas pelos cinco sentidos humanos, mas é organizada e representada com base em esquemas mentais. Ou seja, decompondo o esquema, pode-se perceber como a realidade perpassa por esquemas mentalmente delineados que vão desde a simples visualização do fenômeno até sua abstração e aceitação ou negação conforme o indivíduo. Nota-se, inclusive, que os filtros culturais e individuais desencadeiam-se durante todo o processo influenciando sensivelmente cada etapa e resultado da realidade construída. Conclui-se, portanto que existem várias realidades apreendidas, pois as avaliações com relação ao mundo variam conforme a perspectiva das pessoas e, estas variantes sofrem a influência dos sentidos humanos, a visão, o tato, o paladar, o olfato e a audição. São estes sentidos em conjunto que possibilitam aos indivíduos a percepção de mundo.

Posto isto, para Chauí (2000), quando se fala de percepção, é preciso considerar que: ela é o conhecimento sensorial de configurações ou de totalidades organizadas e dotadas de sentido e não uma soma de sensações elementares, ou seja, a sensação e percepção são a mesma coisa... Ela é sempre uma experiência dotada de significação, isto é, o percebido tem sentido na história de vida do sujeito, fazendo parte do mundo do sujeito e de suas vivências... O próprio mundo exterior não é uma coleção ou uma soma de coisas isoladas, mas está organizado em formas e estruturas complexas dotadas de sentido.

Mais ainda. A autora destaca que para a percepção, o mundo possui forma e sentido e ambos são inseparáveis do sujeito da percepção. Ou seja, o mundo percebido é qualitativo, significativo, estruturado e as pessoas estão nele como sujeitos ativos, dando às coisas percebidas novos sentidos e novos valores, pois as coisas fazem parte de suas vidas e interagem com o mundo.

A filósofa considera ainda que a percepção depende das coisas e de nosso corpo, depende do mundo e de nossos sentidos, depende do exterior e do interior e, por isso, é mais adequado falar em *campo perceptivo* para indicar que se trata de uma relação complexa entre o corpo-sujeito e os corpos-objetos num campo de significações visuais, tácteis, olfativas, gustativas, sonoras, motrizes, espaciais, temporais e linguísticas. A percepção é assim uma conduta vital, uma comunicação, uma interpretação e uma valoração do mundo, a partir da estrutura de relações entre o corpo do sujeito e o mundo; a percepção envolve toda a personalidade, história pessoal, afetividade, desejos e paixões do sujeito, isto é, a percepção é uma maneira fundamental de os seres humanos estarem no mundo. O sujeito percebe as coisas e os outros de modo positivo ou negativo, como instrumentos ou como valores, reage positiva ou negativamente a cores, odores, sabores, texturas, distâncias, tamanhos. O mundo é percebido qualitativamente, efetivamente e valorativamente. Quando o sujeito percebe outra pessoa, por exemplo, não tem uma coleção de sensações que o daria as partes isoladas de seu corpo, mas a percebe como tendo uma *fisionomia* (agradável ou desagradável, bela ou feia, serena ou agitada, sadia ou doentia, sedutora ou repelente) e é por essa percepção que define sua relação com ela; a percepção envolve a vida social do sujeito, isto é, os significados e os valores das coisas percebidas decorrem da sociedade e do modo como nela as coisas e as pessoas recebem sentido, valor ou função. É dessa forma que, objetos que para determinada sociedade não causam temor, podem causar numa outra sociedade; a percepção nos oferece um acesso ao mundo dos objetos práticos e

instrumentais, no sentido em que orienta o sujeito para a ação cotidiana e para as ações técnicas mais simples. Por fim, a percepção não é uma ideia confusa ou inferior, como julgava a tradição, mas uma maneira de ter *ideias sensíveis* ou *significações perceptivas*.

Após esta breve incursão epistemológica em torno do tema da percepção, vale colocar que o mais importante a ser retido aqui é que o estudo da percepção pode revelar ideias, imagens e impressões que sujeitos individuais e coletivos possuem sobre algo e ele sempre considera que estes possuem necessidades, valores, interesses e expectativas. É com este entendimento sobre a percepção que sigo neste estudo.

3.2.3. Consciência política

Em seus trabalhos acadêmicos, principalmente aqueles produzidos no âmbito da psicologia social e da psicologia política, Martín-Baró (1984; 1996) destaca o papel da consciência em processos participação e de mudança social. Para ele, a consciência inclui, antes de tudo, a imagem que as pessoas têm de si mesmas e, ao mesmo tempo, ela é resultado da história de cada um. Isso me faz pensar que o autor reforça o caráter social deste conceito, pois, postula que não se pode falar de consciência como se de um assunto privado se tratasse. Ao contrário, ela, a consciência, “[...] inclui também as representações sociais e, portanto, todo aquele saber social e cotidiano que chamamos ‘senso comum’, que é o âmbito privilegiado da ideologia” (MARTÍN-BARÓ, 1996; p. 14).

Assim, a consciência não se constrói no âmbito do privado, mas nas percepções subjetivas que indivíduos adquirem nas suas interações sociais. Quer isto dizer que as interações sociais têm papel fundamental na concepção do que é tido como consciência, sobretudo porque cada pessoa “encontra o impacto refletido do seu ser e de seu fazer na sociedade, onde assume e elabora um saber sobre si mesmo e sobre a realidade que lhe permite ser alguém, ter uma identidade pessoal e social” (MARTÍN-BARÓ, 1996; p. 14).

A consciência é o saber, ou não saber sobre si mesmo, sobre o próprio mundo e sobre os demais, um saber prático mais que mental, já que se inscreve na adequação às realidades objetivas de todo comportamento, e só condicionada parcialmente se torna saber reflexivo (MARTÍN-BARÓ, 1996; p. 14).

Portanto, é fato que a consciência resulta necessariamente da atividade do ser humano, ou seja, na sua interação com o mundo. Entretanto, um dos aspectos que mais diretamente responde aos anseios desta dissertação é a possibilidade de traçar coerentemente uma consciência política de moçambicanas e moçambicanos especialmente quando lidam com o fenômeno aqui discutido. Ou seja, para dar seguimento à discussão de fundo deste trabalho, é importante saber o que faz da consciência uma consciência política?

Já o disse: neste trabalho, entendo a política na sua forma ampla. Isto quer dizer que é política a atividade humana suscitada pela disputa de poder entre sujeitos individuais e/ou coletivos visando a satisfação de suas necessidades. Decorre que a disposição para a “disputa” emerge quando o sujeito se percebe insatisfeito com o mundo e o desejo por mudanças o move em direção à participação, ou melhor, se concretiza na participação política. Ora, na medida em que o ato de participar pressupõe a elevação da consciência individual sobre as coisas do mundo a uma instância coletiva, essa consciência só pode ser política, já que ela é resultado de uma leitura crítica ao mundo político em que visa interferir.

Para Martín-Baró, nenhum estudo pode alcançar a consciência, tanto no plano individual quanto coletivo se “[...] não se projetar o indivíduo em seu contexto social e nacional e, por conseguinte, se ao mesmo tempo não se coloca o problema da sua autenticidade como membro de um grupo, parte de uma cultura, cidadão de um país” (MARTÍN-BARÓ, 1996; p.18). É desse raciocínio que Sandoval (1994) conclui que a consciência política é um conceito psicossociológico, ou seja, é por meio da percepção do mundo social que o sujeito ganha consciência de si e do mundo em que se encontra inserido.

Silva (2006), em seus estudos sobre ações coletivas reforça a aproximação da significação do ato de participar com o conceito de consciência política já apontada por Sandoval (1994). Ele destaca que “se de um lado há que se entender os elementos que levam à participação ou não, também há, por outro, que entender como a participação gera pertencas, desfaz pertencas, transforma as consciências individuais e as torna mais coletivas e homogêneas como é o caso do que se observa entre lideranças” (SILVA, 2006, p. 492). Ainda segundo este autor, em Martín-Baró, a questão da consciência assume um caráter psicopolítico, na medida em que, para ele, a psicologia deveria ter por objetivo específico os processos da consciência humana.

Em outras palavras, para ele [Martín-Baró] quando se trabalha com a consciência, se trabalha com o saber das pessoas sobre si mesmas, tanto no plano individual quanto no âmbito de uma coletividade, sendo que esse saber deve encontrar-se inserido na *práxis* cotidiana. Trabalhar com consciência é, para Martín-Baró, algo que não deve ser posto de forma implícita, inconsciente e ideologicamente naturalizada, pois isso implica na adequação às realidades objetivas (SILVA, 2006, p. 477).

Assim, a compreensão sobre o que seja e como se produz a consciência para Martín-Baró, nos remete ao modelo de consciência política desenvolvida por Sandoval já que este surge da e na interação entre cultura e cognição. É, aliás, através desse modelo sistematizado por Sandoval que analisarei as percepções sobre a corrupção em Moçambique já que ele permite uma visão sistematizada sobre a interação das opiniões individuais acerca do universo cultural, político e social e a compreensão dos sistemas ideológicos materializados nas diversas instituições. Dito de forma mais simples, o modelo de consciência política de Sandoval procura compreender o que leva os indivíduos a participar ou não do mundo da política. A apresentação do modelo e uma breve discussão teórica sobre sua concepção constam do item 3.3.3. *As categorias analíticas para a análise das percepções constitutivas dos sentidos da corrupção em Moçambique*.

Em seguida, trato de formular uma concepção psicopolítica para a análise do problema da corrupção em Moçambique a partir dos pressupostos psicopolíticos, mais especificamente, da psicologia política desenvolvida na América Latina. Começo lembrando que, em suas reflexões sobre a psicologia política enquanto campo de produção de saberes, Montero (2009) destaca a *sensibilidad* como uma particularidade no *modus operandi* da psicologia política latinoamericana.

En la América Latina hemos descubierto que para hacer Psicología Política esa [a sensibilidad] es una condición y es parte de lo que llama compromiso. Pero (...) no garantiza nada. Sólo es condición para hacer. Y es allí donde reside la característica saliente de esta Psicología Política: Su concepción transformadora, que asume la política como una actividad que trasciende las asociaciones partidarias, pero que no las descarta y que para bien o para mal, es esencial en la constitución de la vida social y en el desarrollo de las formas y procesos de acción públicos, de carácter individual y colectivo, que constituyen el campo de estudio de la Psicología Política (2009, p. 207).

Assim, diferentemente das origens da psicologia política estadunidense e europeia desenvolvida entre meados do século XIX e o mesmo período do centenário seguinte – grosso modo, preocupada em compreender o agir das massas para, a partir daí, a serviço

das elites de poder, garantir a conquista e a manutenção de ordens políticas vigentes¹² – a autora explicita que a psicologia política latinoamericana caracteriza-se por um fazer científico social e politicamente responsável, comprometido com um agir político. Ou seja, ao contrário, o exercício da psicologia política latinoamericana se direciona

[...] para la liberación, para la transformación social [...] la psicología política de la América hispano y lusoparlante halla el camino que la vincula a la acción y a los problemas más urgentes de estos países, pero no como lo planteara Le Bon a principios de siglo, desde el poder y para gobernar 'mejor': sino para construir una sociedad que pueda darse a sí misma un gobierno acorde a sus necesidades. (MONTERO Y DORNA, 1993, p. 12)

Em grande medida, a concepção, a construção e a consolidação de uma psicologia política latinoamericana – consubstanciada na “libertação” e na “transformação social” – largamente defendida e difundida por Montero (1993, 2009), está ancorada na relevante obra e papel intelectual e político de Ignacio Martín-Baró.

Sua obra se constrói a partir de elementos da Teologia da Libertação (foi um padre jesuíta nascido na Espanha e salvadorenho por opção) e das Sociologia e Pedagogia da Libertação [...]. Sua tese doutoral em Psicologia Social será um marco, pois defendida nos Estados Unidos da América, propunha que se fizesse um giro intelectual e político: propunha que a leitura psicossocial fosse feita desde onde se fazia Psicologia Social e, em seu caso, desde a Centro América. É com esse olhar que ele propõe uma Psicologia Política latino-americana, juntamente com intelectuais como Maritza Montero (Venezuela), Ignacio Dobles e Mirta Gonzalez Suárez (Costa Rica), Silvia Lane e Leoncio Camino (Brasil), Graciela Mota Botello e Pablo Christlieb (México) e Ángel Rodríguez Kauth (Argentina) (SILVA, 2012, p. 122-123).

A psicologia política latinoamericana é, assim, fruto de um tempo, de momentos históricos marcados pelas guerras civis, ditaduras e outras convulsões sociais que marcaram a região. Desta forma, a *participação* efetiva de sujeitos individuais e coletivos nas decisões políticas governamentais ocupa lugar central entre as preocupações da psicologia política latinoamericana. É, pois, na experiência comum da opressão colonial e da consequente dependência econômica, política e cultural dos povos latino-americanos e africanos em relação às nações industrializadas do ocidente

¹² Em *Psicologia Política, Movimentos Sociais e Políticas Públicas*, Alessandro Soares da Silva (2012) faz uma rememoração história da constituição da psicologia política. Lá, o autor aponta que, ainda no século XIX, obras de pensadores como o italiano Scipio Sighele (1868-1913), os franceses Gabriel Tarde (1843-1904) e Gustave Le Bon (1841-1931) e os estadunidenses John Watson (1878-1958), William James (1842-1910), John Dewey (1859-1952), George Herbert Mead (1863-1931) e Charles E. Merriam (1874-1953) os coloca na condição de pioneiros na concepção da psicologia política, ainda que muitos deles nunca tivessem feito menção explícita à terminologia. A obra destes autores fez aparecerem as chamadas *psicologia das massas* ou *psicologia das multidões* e, ainda mais recentemente, *psicologia coletiva*. Surgem como instrumentos a serviço das elites políticas e econômicas para o controle das ditas “formas irracionais”, que dominam e desviam a sociedade civilizada de seu rumo, impedindo a consolidação do progresso [civilizatório].

já no período pós-colonial que, sob meu ponto de vista, se concretiza a viabilidade de fazer uso das *lentes* da psicologia política latinoamericana para estudar as percepções sobre o problemático fenômeno da corrupção em Moçambique. A preocupação aqui é, igualmente, com a participação efetiva – ou, melhor dito, com a falta dela – de sujeitos individuais e coletivos nas decisões políticas governamentais. A questão que coloco é: diante do problema da corrupção em Moçambique, que considerações podem emergir do fato de moçambicanas e moçambicanos terem (ou não) a liberdade de participar, de fato, na construção de “uma sociedade em que possam dar-se, a si mesmos, um governo de acordo com as suas necessidades” (MONTERO e DORNA, 1993, p. 12 apud SILVA, 2012, p. 13).

Por isso mesmo, para a leitura correta deste estudo, a primeira coisa que deve ser compreendida é que minha preocupação aqui é essencialmente com os *sentidos* subjetivos e objetivos relativos à problemática da corrupção em Moçambique. Entendo que estes, quando materializadas em discursos, refletem experiências de vida pontuadas por referências a espaços e tempos históricos específicos, resultando em uma *consciência política* específica. Assim, o contexto, a história, a cultura, os valores, são categorias que, quando trazidas para o debate sobre fenômenos de ordem sociopolítica, tal é o caso da corrupção, contribuem grandemente para, por um lado, conferir legitimação e coerência do conhecimento produzido e, por outro, possibilitar que políticas públicas governamentais reflitam, respondam, dialoguem com a realidade (que é subjetiva) e os anseios de sujeitos individuais e coletivos.

É assim que ensina Ngoenha (1992;1993) quando afirma que contextualizar e analisar a produção das representações sobre o outro no interior das relações que o fizeram nascer, permite atingir um grau de conhecimento de relações interculturais mais equilibradas e mais rigorosas, do que se ficarmos a nível de uma só visão ou um só discurso. Dono de uma obra centrada no domínio da filosofia africana e nas questões históricas relacionadas à questão da participação em Moçambique, Ngoenha não faz menção alguma à psicologia política. Está, entretanto, igualmente carregado das mesmas preocupações dos psicólogos políticos latinoamericanos supracitados: a liberdade do Homem. Seu foco, contudo, é outro: a liberdade do povo africano e, mais concretamente, a liberdade e a participação de moçambicanas e moçambicanos nas decisões políticas relevantes para seu próprio futuro – a obra e as colocações de Ngoenha (1992; 1993) aparecem mais claramente no segundo capítulo desta dissertação. Lá, a partir de suas pertinentes reflexões, apresento uma visão crítica do

panorama sociopolítico moçambicano, elencando dilemas e desafios que, sob meu ponto de vista, precisam ser superados para que moçambicanas e moçambicanos consigam, finalmente, se apropriar de seus próprios problemas, tal é o caso da corrupção. De alguma forma, há em Ngoenha, elementos próprios da psicologia política.

Porquanto, é suficiente citar que o autor lamenta o papel exercido por moçambicanas e moçambicanos na construção da história de seu próprio país. A título de exemplo, cita que o projeto do Estado Novo português de 1924 desenhava o futuro da sua colônia de *d'além-mar*. Assim, em Moçambique, a administração portuguesa executou projetos de infraestrutura, reestruturou administrações e, inclusive, encorajou cidadãos portugueses a estabelecerem-se na colônia: tudo em nome do desenvolvimento e do futuro da metrópole. No entanto, nesse processo, jamais foi perguntado às moçambicanas e aos moçambicanos como estes viam o seu próprio futuro, quais as suas aspirações, seus sonhos. “[...] nossa participação era passiva. Estávamos lá para realizar a vontade dos outros, éramos instrumentos nas mãos dos que tinham o direito de programar, querer e escolher seu próprio futuro; o nosso futuro definia-se em função do futuro deles” (NGOENHA, 1993; p.10). Com a independência de Moçambique, em 1975, continua Ngoenha, o povo moçambicano saboreou a sensação de ser livre, vislumbrou a possibilidade de ser protagonista da própria história, do próprio futuro. No entanto, como já alertara o psicanalista caribenho Frantz Fanon, *mudaram-se os atores, mas não a trama*. Assim, o povo moçambicano se deixou mobilizar pelos grupos dinamizadores, pelos comícios populares onde se propalavam ideologias políticas e planos de desenvolvimento promovidos não mais pelos colonos portugueses, mas pela Frente de Libertação de Moçambique, a Frelimo. Era ela que estava no comando e convidou o povo a *participar ativamente* na construção do futuro moçambicano.

Só que esse futuro tinha cores bem precisas, tinha traços bem determinados. Uma vez mais não nos foi perguntado qual o tipo de futuro que sonhávamos para nós e para nossos filhos; uma vez mais se pretendia que fôssemos rápidos a responder com as nossas energias, planos e projetos, na construção de um futuro na elaboração do qual não tínhamos participado. E uma vez mais os militares estavam lá para nos obrigar a traduzir em actos, os planos futurísticos daqueles que tinham o privilégio divino de saber o que era bom para todos (NGOENHA, 1993; p.11).

É triste reconhecer, mas, de lá para cá, Moçambique tem conquistado dados macroeconômicos admiráveis, contudo, sua direção é incerta, visto que o faz na

condição de dependente de ajuda externa. Diante desta realidade, Ngoenha (1992, 1993) denuncia que, enquanto moçambicanos, sempre fizemos história, mas como instrumentos da vontade alheia e defende a participação como pressuposto fundamental para a liberdade do diverso povo moçambicano.

Assim, o entendimento de que a *sensibilidade do modus operandi* da psicologia política Montero (2009); o pressuposto da liberdade ideológica do Homem, bem como o da participação efetiva deste enquanto sujeito individual e/ou coletivo nas decisões políticas governamentais Martín-Baró (1996) e Montero e Dorna (1993); aliada à reivindicação do reconhecimento epistemológico da produção científica produzido nas “periferias do mundo” e a partir de suas próprias referências feita por Martín-Baró (1996) na América Latina e por Ngoenha (1992;1993) na África; constituem, no conjunto, o *corpus* básico de referência teórica-metodológica por mim adotada neste trabalho. Sustentado por estes, procuro compreender como o fenômeno da corrupção é percebido por moçambicanas e moçambicanos e, a partir daí, observar elementos que encaminhem para a compreensão de como este fenômeno se estabelece e se desenvolve localmente. Reafirmo, portanto, que a psicologia política ajuda na compreensão de como ali se dão os fenômenos políticos e por que eles se produzem da forma como se produzem.

Disso decorre que, didaticamente, se poderia dizer que em um primeiro nível organizativo da Psicologia Política estariam os cidadãos e as questões referentes ao *como e por que* pensam sobre a política e seu fazer; as expressões cidadãs e seus modos de materializar-se, de participar ou mesmo negar-se a participar nos processos políticos; ou, ainda, o modo como percebem a eficácia das instituições políticas, representantes e líderes, ou inclusive o governo em seu conjunto. [...] As motivações individuais, as ideologias e as tendências são importantes aspectos de estudos psicopolítico, já que indivíduos se agregam em partidos, movimentos e organizações que agrupam e consolidam o poder. Mas essas também guardam importante e estratégica relação com as motivações coletivas. Dessas relações nasce uma dialética indivíduo-coletivo, que permite a construção de novas sínteses acerca do homem e do mundo no qual vive (SILVA, 2012, p. 13-14).

São justamente as *motivações individuais e coletivas*, as *ideologias* e as *tendências* que moçambicanas e moçambicanos convocam para suas reflexões sobre o fenômeno da corrupção que me interessam aqui. Assim, entendo que o conceito de participação política enquanto uma ideia aberta, ampla e que invariavelmente referencia ações de sujeitos individuais e coletivos que visam objetivos políticos, ou seja, mudança nas estruturas que fundamentam o *status quo* de um sistema social quer seja no âmbito

local, nacional ou internacional. Por isso mesmo, neste estudo, adoto, sobretudo, a perspectiva de participação/ação política de Montero e Seone por entender que melhor explicam a realidade contemporânea e, ao mesmo tempo, possibilitam uma compreensão de fatores subjetivos envolvidos na ação do sujeito participante.

3.3. Pesquisado a corrupção em Moçambique: percurso metodológico

Explicar, explicare, é despojar a realidade das aparências que a envolvem como véus a fim de que se possa vê-la nua e face a face.
 Pierre Duhem

Apresentado o referencial teórico adotado nesta pesquisa sobre o fenômeno da corrupção em Moçambique, passo a elencar as opções técnico-metodológicas que a orientaram; ou seja, as técnicas e instrumentos de pesquisa propriamente ditos. Isso se faz relevante, pois, para investigar o tema da corrupção no enfoque psicopolítico, o rigor metodológico torna-se fundamental, principalmente porque, como já me referi, são ainda impopulares as pesquisas realizadas nesta perspectiva.

As escolhas feitas aqui são uma tentativa de não perder de vista a dimensão psicopolítica do fenômeno da corrupção, de modo que, a priori, na concepção do fenômeno estudado, considero os processos interativos. Por outro lado, venho apontando que a corrupção é um fenômeno complexo e que, para acessá-lo de forma minimamente sistemática, é fundamental que se busque uma visão holística deste mal. Assim, entendo que as narrativas construídas por moçambicanas e moçambicanos em torno da corrupção me permitem acessar as mais diversas facetas do fenômeno da corrupção.

De fato, as narrativas das entrevistadas e dos entrevistados serão a “matéria-prima” da análise que farei, uma vez que elas são a expressão das percepções que as pessoas fazem com base em experiências vivenciadas e sistematizadas em memórias (HALBWACHS, 1990) que constroem e guardam ao longo do tempo histórico e social. Aliás, é preciso destacar que as narrativas produzidas pelas entrevistadas e pelos entrevistados, além de não seguirem uma ordem cronológica padronizada, se apoiam em marcos de referência inscritos nas memórias individual e coletiva. Como apontou Halbwachs (1990), o tempo da memória é o tempo vivido, é aquele em que cada classe, cada grupo, cada pessoa vive de maneira diferente. Assim, a diversidade das percepções

registradas é resultado não só da forma, da intensidade e da significância (igualmente diferenciadas) que cada um – individualmente ou em grupo – vivenciou e/ou atribuiu a determinada experiência, como também devido ao fato de os entrevistados terem suas origens em diferentes grupos de pertença. Ansara (2005) chama aqueles registros de “marcos de experiência” e, segundo esta autora, eles se referem às experiências que “foram significativos em suas vidas, que são capazes de modificar o seu cotidiano, alterar o ritmo de suas existências e que os levam a constituir uma outra história” (ANSARA, 2005, p. 181).

Segue-se que, necessariamente, as narrativas coletadas nas entrevistas, estão permeadas de susceptibilidades ideológicas: este foi o fator em que exigiu de mim, enquanto pesquisador, cautela tanto na condução das entrevistas como na análise das percepções narradas e a construção dos sentidos atribuídos ao fenômeno em causa. Prossigo então, me referindo aos procedimentos adotados para (1) seleção dos entrevistados; (2) formulação e condução das entrevistas e (3) escolha das categorias analíticas para a análise das percepções sobre a corrupção neste estudo.

3.3.1. Seleção dos entrevistados

As 12 entrevistas foram realizadas nas três principais capitais de Moçambique: Maputo, localizada geograficamente ao extremo Sul (capital do país); Beira, no Centro e; Nampula, ao Norte. Refiro-me a estes municípios como “principais” por eles constituírem-se como os maiores centros urbanos e os mais importantes redutos econômicos do país. Assim, desde as primeiras eleições municipais, realizadas em 2003, estas cidades são prioritariamente pretendidas e disputadas pelas principais forças políticas de Moçambique. De fato, na última década, a Frelimo que, desde a virada moçambicana para o regime democrático, detinha hegemonicamente o controle político destas autarquias, perdeu duas delas (Beira e Nampula) para o Movimento Democrático de Moçambique (MDM), partido constituído formalmente em março de 2009, na cidade da Beira. Na essência, seus membros são dissidentes da Renamo, entre eles, o fundador e atual presidente, Daviz Mbepo Simango que, curiosamente, é filho de Uria Simango, ex-vice presidente da Frelimo e sobre o qual me referi no primeiro capítulo.

Este novo cenário indica uma nova configuração geográfica-política-ideológica em Moçambique que coincide com as previsões de diversos acadêmicos e analistas

políticos (Brito et col.,2003; Chichava, 2008) segundo as quais, por não verem membros de suas etnias ocuparem espaços de poder no governo nacional, que é composto majoritariamente por indivíduos do Sul, os eleitores das regiões Centro e Norte, tendem a preferir lideranças locais para as esferas político-administrativas mais imediatas com a esperança de vencer a discriminação étnica e equilibrar o acesso dos diferentes grupos populacionais aos recursos gerenciados pelo Estado. Afinal, da mesma forma que antes da independência nacional, os grupos políticos eram formados com base na origem étnica e proximidade geográfica, hoje, os partidos políticos continuam refletindo essa mesma realidade. Assim, a tendência é que esta pesquisa registre certa uniformidade de posicionamento e pensamento político em cada uma dessas cidades e, não se confirmando esta tendência, tratar-se-ia de mais um dado a ser olhado de perto, ainda que não neste trabalho.

É fundamental ressaltar que, neste estudo sobre o fenômeno da corrupção em Moçambique, não busco uma representatividade estatística de uma dada amostra da população para, por fim, apresentar um resultado cientificamente fundamentado sobre o que seria a corrupção para os moçambicanos. Busco, antes, indicar elementos constitutivos da consciência política que emergem das percepções que moçambicanas e moçambicanos têm sobre o fenômeno localmente.

Para a realização das entrevistas, estabeleci um *lócus* que considero de grande importância para este estudo, cuja perspectiva, lembro, é psicopolítica. Ele é constituído por moçambicanas e moçambicanos que não ocupam nenhum lugar ou situação privilegiada no que se refere ao entendimento sobre o fenômeno da corrupção, quer seja, ocupando um cargo em instituições que lidam direta ou indiretamente com a questão da corrupção, quer seja, estudando ou pesquisando o assunto. Este *lócus* refere-se aos que não possuem, a priori, poder de decisão e nem recursos para tal, pessoas que não foram investidas de autoridade e que, portanto, suas opiniões sobre este assunto são comumente tidas tacitamente, sem valor.

Em cada uma das cidades, foram realizadas quatro entrevistas divididas em duas pessoas de sexo feminino e duas do sexo masculino. Estes, por sua vez se subdividem em duas com histórico de participação política e outras duas sem essa experiência de vida. Também pela metade, as entrevistadas e os entrevistados foram divididos entre aqueles que têm ensino superior (completo ou em andamento) e os que jamais haviam frequentado este nível de ensino.

3.3.2. As entrevistas e os entrevistados

As entrevistas foram executadas individualmente com base em perguntas abertas. Estas foram semiestruturadas em forma de roteiro, ou seja, mais do que restringir a conversa nos pontos previamente estabelecidos, a lista que questões procuram prioritariamente auxiliar o entrevistador na condução da conversa, evitando que se o foco do debate se desloque ou se perca. As questões foram separadas em quatro blocos principais, totalizando 49 perguntas: o primeiro é composto por 10 questões e busca registrar a identidade do entrevistado e confirmá-lo dentro do *lôcus* pretendido; o segundo contém 24 perguntas que lançam o entrevistado para uma longa e densa reflexão sobre o fenômeno da corrupção; o terceiro é estruturado em sete (07) questões que além de registrar as opiniões dos entrevistados sobre o clima político nacional – a partir de uma breve discussão sobre “unidade nacional” – sugere pequenas reflexões sobre o ato de participar da vida política nacional e; por fim, o último bloco de oito (08) questões busca captar a sintonia do entrevistado com a legislação e as ações locais de combate ao fenômeno da corrupção, bem como de verificar, até que ponto, este fenômeno se relaciona com o conceito de justiça (social). O modelo do “Roteiro de Entrevista para Coleta de Dados de Pesquisa” está anexado a este texto de dissertação.

É importante frisar que as informações coletadas são a principal ferramenta desta pesquisa. De forma geral, elas me permitem identificar nas narrativas dos entrevistados, elementos históricos de ordem social e política que são convocados por aqueles quando refletem sobre o fenômeno da corrupção.

Os entrevistados foram escolhidos por mim em diversas situações: em conversas com pessoas e/ou grupos de pessoas que me são próximas (amigos e familiares); em abordagens que fiz a pessoas desconhecidas cujas falas proferidas na rua, nas redes sociais digitais, nos espaços públicos como banco, hospital ou transporte público, despertaram minha atenção por algum motivo e; no caso dos estudantes, me dirigi a instituições de ensino superior e, pessoalmente, enderecei convites para responderem à pesquisa.

Todos os entrevistados que concordaram em participar da pesquisa assinaram um “Termo de Consentimento”, cujo modelo segue anexado a este estudo. A maioria deles solicitou anonimato – fato que já havia previsto – e, portanto, optei por usar nomes fictícios, ainda que alguns deles tenham autorizado o uso de seus nomes verdadeiros fossem divulgados no texto final. Assim, em função desta decisão, a transcrição da

íntegra das entrevistas (cada uma delas registradas com os respectivos nomes verdadeiros dos entrevistados) será disponibilizada apenas para os membros da banca avaliadora desta dissertação e não na versão pública deste trabalho.

Considerando que as entrevistas emitem as opiniões dos entrevistados, elaboradas não só de acordo com sua visão de mundo, mas também respondendo aos mais diversos interesses particulares e pessoais, julguei interessante apresentar aqui – antes mesmo de proceder a uma análise mais aprofundada das entrevistas realizadas – breves perfis de cada um deles. Nesta pequena apresentação estão presentes também as experiências pessoais mais imediatas em relação ao fenômeno da corrupção. Desta forma o leitor poderá ir se familiarizando com estes “personagens” que, afinal, são protagonistas centrais deste estudo.

Na cidade de Maputo, conheci Martinha – uma jovem estudante universitária de 26 anos – por intermédio de uma prima. Na ocasião, ela lamentava o fato de estar no final do curso sem nunca ter trabalhado nem mesmo frequentando um estágio profissional. Havia cinco anos, Martinha vinha pleiteando uma vaga no mercado de trabalho e jamais conseguiu. Convidei-a para a entrevista porque, em Moçambique, o favorecimento ilícito para preenchimento de vagas de trabalho é uma prática corrente e era disso que Martinha reclamava, sentia-se injustiçada. “Nunca aceitei as propostas, que, aliás, para mim não são nem propostas, é chantagem; de ter um emprego à custa de dormir com alguém. A universitária acredita que a experiência de, ainda na adolescência, ter participado ativamente de uma associação juvenil do bairro que lutava por ações concretas ligadas aos direitos da criança e dos adolescentes, a alertou para esse tipo de “cobardia dos homens”. “Isso me prejudicou muito, imagina onde eu estaria agora com cinco anos de experiência de trabalho”. Edgar, 29 anos, é redator publicitário e famoso rapper moçambicano. Antes mesmo de chegar à Moçambique para o trabalho de campo, ele se comprometeu em me receber para a entrevista e, felizmente, cumpriu com a promessa, apesar de sucessivos desencontros. Pessoalmente, considero seus versos uma forma de intervenção política ao que ele concorda. “É através da música que pratico a democracia e endereço meus questionamentos sobre o que vai mal em nossa sociedade”. Edgar faz questão de separar a corrupção em “pequena” e “grande” e sua atenção está mais centrada na segunda. De acordo com ele, esta é praticada pelos “políticos, que também são os maiores empresários deste país”. “Por isso é que há casos de enriquecimento súbito dessas pessoas [...] Podemos até colocar a questão de outra forma: por que a nossa riqueza se concentra nas mãos dos moçambicanos aqui do Sul?”.

A senhora Silmara tem 43 anos, é formada em relações internacionais e mãe de duas filhas adolescentes. Vi-a pela primeira vez na televisão, dando declarações enquanto ativista feminista de uma grande organização de mulheres que lutam pelos direitos das mulheres com foco em áreas como a saúde reprodutiva e emprego. Procurei-a e ela me atendeu com muito gosto. “São essas questões que precisamos discutir, mas ninguém fala porque cada um está preocupado em encontrar seu lugar ao sol”. Sua opinião sobre a prática da corrupção em Moçambique tem o mesmo enfoque que a do rapper Edgar: segundo ela, a corrupção é praticada por “uma minoria”, aqueles que estão “[...] num nível mais alto. Feito por aqueles que eu nem preciso dizer quem são. Você, mesmo estando no Brasil há muito tempo, sabe de quem eu estou a falar. Bem, essa corrupção dessas pessoas é que acaba criando um desvio geral, sistemático, o dinheiro não chega onde deve chegar [...] Agora, se não chega nas escolas daqui do Sul mesmo, que é a casa deles, onde eles nasceram, imagina lá como são as escolas do Centro e do Norte!”. Já o senhor Valter, 59 anos, pai de quatro filhos e avô de quatro netos é um professor primário aposentado que trabalhava como auxiliar geral em uma repartição pública. Seus colegas, ao saberem o que fazia no país, me “obrigaram” a entrevista-lo, pois, ele é um “profundo conhecedor dos problemas moçambicanos”. Senhor Valter tende a se referir à corrupção em Moçambique a partir de uma visão endêmica do problema. “Eishhh... Nós bebemos, tomamos banho, mergulhamos na corrupção... Não há quem não é corrupto aqui... Mesmo uma criança da 5ª classe, não estuda e sabe que no dia do professor o pai oferecer algo ao professor ou professora, como caixa de cerveja, capulana [pano tradicional muito usado pelas mulheres moçambicanas]... Achas que esse professor vai reprovar essa criança... Então ela [a criança] também sabe que não precisa estudar porque meu pai tem [dinheiro]... Aqui, não há outra forma, somos todos corruptos mesmo. Sabes que dinheiro não se nega [...] Isso, na verdade, é muito por causa do nosso hábito aqui”.

Na Beira, conversei com o universitário Aníbal, de 29 anos de idade. Rapaz simpático e sorridente, abordou-me quando perambulava pelos corredores da universidade, convocando-me para participar de uma reunião de uma organização juvenil que cobra políticas públicas direcionadas à população jovem para frear a propagação da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (Sida), da qual ele é membro fundador. Aceitei como moeda de troca para a entrevista. Aníbal se apressa a negar a afirmação corrente de que todos os moçambicanos são corruptos e aponta uma solução que entende ser eficaz para que o problema seja “eliminado”. “Acho que a corrupção

deveria ser eliminada logo no topo [políticos e cidadãos política e economicamente influentes]. Se os do topo aparecessem na mídia, na televisão envolvidos em escândalos de corrupção, os da base [cidadãos comuns, sem influência econômica e política significativa] também haviam de perceber que não vale a pena”. E, acrescenta que “[...] é preciso dizer que nossos políticos daqui, daqui da Beira, daqui do Centro, estão a roubar megalhas pá, estão a sobreviver também como nós que não somos ninguém. O forte mesmo, nossa riqueza enquanto Moçambique todo, está lá com eles. Algumas coisas saem daqui pra lá no Sul e não voltam mais”. Ao contrário de Aníbal, a jovem Estela, de 22 anos, acredita que não se “sobrevive” em Moçambique sem entrar “no esquema da corrupção”. Coincidentemente, sua experiência mais marcante, também está relacionada às propostas de exploração sexual para favorecimento ilícito na corrida ao mercado de trabalho. “Aqui é assim! Se você não tem como pagar [por uma vaga de emprego], ainda te dizem que pode ser ‘daquele outro jeito’... Sabes né... [risos]. Se não, ficas desempregada mesmo! E se entras e depois não pagas, então acabam encontrando uma maneira de seres expulsa de emprego”, disse durante entrevista que gravamos poucas horas depois de nos conhecermos em uma papelaria onde comprava envelopes para endereçar currículos em busca de emprego.

As propostas ilícitas de troca de vagas de emprego por relações sexuais são, de fato, uma experiência relatada pela totalidade das jovens entrevistadas. O mesmo aconteceu com Juliana, 25 anos, secretária de uma firma de despachos aduaneiros e estudante universitária. Entrevistei-a por indicação de um amigo que dirige a firma onde Juliana trabalha “Na posição dela, ela vê muita coisa, tem muita história para contar, com certeza”, prometeu. “É normal eu te dizer que consegui este emprego honestamente e você não acreditar. Sabes por quê? Porque agora que estamos a falar, eu posso te dizer que a maioria das minhas irmãs aí fora que trabalham, ou pagaram, ou se envolveram com os chefes ou aqueles que contratam. Então, se você não acreditar em mim, é normal... Eu te digo Rogério, a corrupção, para nós, mulheres moçambicanas, é um meio de sobrevivência”. Por outro lado, o senhor Fernando, 67 anos, pai de sete filhos e avó de 12 netos, trabalha como motorista em uma repartição pública. Conhecêmo-nos durante a entrevista que fazia com Juliana. Ele manifestou interesse em “discutir o assunto comigo”. Para ele, a “modernização” e a “globalização”, ao envolver recursos monetários nas formas tradicionais de criar e manter laços sociais criaram o que hoje se chama de corrupção. “Mesmo no passado, sem conhecer, não era problema, mas hoje, o pagamento, e é pagamento tem que ser imediato e antes de o favor ser feito. Então você

não tem interesse humano em me ajudar e uma forma de ajudar só pode ser aquela, com dinheiro, porque hoje as pessoas não têm interesse humano de ajudar”.

Em Nampula, o professor universitário Rodrigo, 45 anos de idade, diz nunca ter testemunhado um ato de corrupção ou de tentativa de corrupção, apesar de ouvir corriqueiramente relatos de amigos e parentes. Gravamos a entrevista durante a viagem de ônibus entre Beira e Nampula, quando nos conhecemos. Ele aponta que, em Moçambique, nem todos são corruptos, mas “[...] alguns são sim. Se nós formos a ver aquilo que são as hierarquias das pessoas que estão no topo... Nós estamos a assistir que há uma perpetuação... Aquilo que nós podemos chamar de lei de bronze... [E, o que seria ‘lei de bronze’?] É essa teoria de tentar perpetuar o poder, quando tem uma idade que não dá para continuar, chama seu filho, seu sobrinho, fazendo que sua família permaneça no poder sempre. Então, essa tendência, nós também temos aqui. Qualquer ignorante pode ver isso na história da nossa política”. O farmacêutico Valter, 30 anos, divide apartamento com a pessoa que me recebeu em Nampula. Quando falei da pesquisa, Valter arrematou que jamais corrompeu alguém, apesar de ter sido alvo de várias propostas no cargo estratégico que ocupa em uma importadora de medicamentos. Durante a entrevista, disse, entre outros, que, em sua visão, em Moçambique, “[...] é impossível o povo não ser corrupto porque o próprio chefe do Estado é corrupto. Então, tu dizes, ‘se o próprio chefe do Estado é corrupto, quem sou eu para não ser corrupto’? Quando falo chefe do Estado é ele e a escumalha dele, é a nossa liderança política, os que estão no poder. Falar de corrupção aqui em Moçambique é falar da ‘Frelí’ [expressão muito usada para se referir à Frelimo]. Então, somos todos corruptos nesse sentido porque precisamos bajular os gajos da ‘Frelí’, ententes?”.

“Eu não mereceria estar a atender neste balcão. Não estudei para isso! Mas, como estamos em Moçambique, meu problema é não ter dinheiro, não ter ‘costas quentes’ e não aceitar ‘abrir as pernas’ em troca de qualquer coisa melhor”. São palavras de técnica em contabilidade Ana Paula, 33 anos e atendente de um balcão de venda de energia elétrica pré-paga. Ela ficou sabendo da pesquisa quando percebeu meu “sotaque brasileiro”. Para ela, “o pior é que, nós daqui [Norte] somos humilhados lá em Maputo e, agora que falta emprego lá também, os desempregados de lá, que nem têm estudo, são enviados pelos *bosses* [“chefões”] de lá, que mandam aqui também porque lá é que está a direção nacional, tás a ver? Talvez um dia, quando os macuas também forem diretores nacionais. É muito triste isso [...]”. Interessante também é a analogia que o senhor Alexandre, 73 anos, estabelece para descrever a corrupção em Moçambique. Enfermeiro

aposentado, senhor Alexandre me abordou porque me reconheceu e me deu as boas vindas como “novo vizinho”. O expliquei o que fazia em Nampula e gravamos entrevista. “Isso que você está a falar [corrupção], é como uma situação de que guerra... Quando chega o ataque inimigo, você salva, em primeiro lugar, sua família, sua esposa e seus filhos; e depois, seus sogros; e depois, seus vizinhos. Então, nunca vai chegar a riqueza de Moçambique aqui enquanto os machanganas não enxerem seus bolsos e de seus familiares. Nossa única estratégia é ser o próprio chefe da família, que salva a família, que distribui a riqueza, entendes meu filho?” Ele acrescenta que, em quarenta anos de serviço público acumulou histórias reais que, “para acreditar, primeiro precisa acreditar que o diabo existe e mora aqui perto”.

De fato, estas são as memórias mais consistentes que tenho de cada uma das pessoas que entrevistei para a pesquisa e, ao longo da análise que farei sobre os sentidos que eles atribuem o fenômeno em causa, me basearei, principalmente, nestes fatos. Em seguida, passo a descrever as categorias de análise que usarei neste estudo.

3.3.3. As categorias analíticas para a análise das percepções constitutivas dos sentidos da corrupção em Moçambique

Aqui, apresentarei o Modelo Analítico de Consciência Política proposto por Sandoval (2001) e que será usado no capítulo seguinte para analisar os sentidos que moçambicanas e moçambicanos atribuem ao fenômeno da corrupção em seu país. Ao fazer uso deste modelo, busco identificar elementos constituintes da consciência política daqueles sujeitos, especialmente quando refletem sobre o problema da corrupção em âmbito nacional.

Apontei anteriormente que Sandoval (1997) entende que o estudo do comportamento político é “complexo” porque, entre outros, encaminha, necessariamente, para a abordagem de “diversos determinantes sociais e psicossociais”. Prossigo, então, reafirmando que, neste estudo, parto do pressuposto de que a discussão do tema da corrupção – fenômeno social que está entre aqueles abordados em estudos do comportamento político – remete, necessariamente, ao entendimento de variantes sócio-históricas que influenciam o comportamento corrupto enquanto uma especificidade do comportamento político. Mais: parto de elementos da psicologia social que estão na base da psicologia política – cujo foco está no indivíduo enquanto

ser político – para alcançar as percepções e sentidos que moçambicanas e moçambicanas atribuem ao problema da corrupção. Assim, coaduno com o pensamento de Sandoval (1997) quando este diz que, é justamente por essa complexidade que os estudos do comportamento político não podem ser deterministas em suas explicações e, para isso, o caminho é adotar uma postura compreensiva que focaliza as interações entre “fatores, contextos e situações” que impactam o processo comportamental pelo qual o indivíduo entende sua participação na arena política bem como, que significado ele atribui a suas ações (SANDOVAL, 1997).

De fato, em Sandoval (1994, 1997, 2001) a consciência política, enquanto conceito psicossociológico, se refere aos significados que cada indivíduo atribui às suas interações diárias que ocorrem no curso dos acontecimentos que dinamizam a sua vida, quer seja no âmbito de suas ações particulares ou coletivas. A isto, acrescenta-se que – como aponta Silva (2006) – essas ações de participação política geram pertencças, desfazem pertencças ou, até mesmo, transformam as consciências individuais em consciências mais coletivas e homogêneas. Assim, para Sandoval, o cotidiano assume um papel relevante nas análises de questões relativas à consciência política. Afirmar, portanto, que a consciência não deve ser entendida como um mero espelhamento do mundo material, mas antes, como “a atribuição de significados pelo indivíduo ao seu ambiente social, que servem como guia de conduta e só podem ser compreendidos dentro do contexto em que é exercido aquele padrão de conduta” (SANDOVAL, 1994, p. 59). Na esteira deste raciocínio, o autor discute os escritos de Agnes Heller sobre os efeitos do cotidiano na forma de pensar dos sujeitos, segundo os quais, a rotina impactaria no desenvolvimento de um pensamento pouco crítico, imediatista e utilitarista, seja em função da naturalização que aquela impõe às situações da vida, seja em função do comodismo que os indivíduos adotam ao se relacionar com os fatos do dia-a-dia. Diante deste posicionamento, Sandoval ressalta que é preciso levar em conta que não apenas o cotidiano influencia a consciência do sujeito, mas também as instituições que ele entra em contato. Este argumento é complementado por Silva (2006). Diz ele que é a partir do processo de internalização das instituições, das crenças, da cultura e dos valores construídos socialmente; mediante o diálogo interior vivido por cada sujeito e que é pautado pelo que é internalizado; é que se dá a individuação do sujeito. “Baseado nesse diálogo que o sujeito faz consigo mesmo é que ele responde à dinâmica social da qual faz parte e constrói conhecimentos, simboliza o conhecido e experienciado” (SILVA, 2006, p. 501).

Desta discussão, resulta que o Modelo de Consciência Política sistematizado e proposto por Sandoval (2001) – e que passo a apresentar – busca compreender os processos que concorrem na construção da consciência política em sua totalidade, considerando as dinâmicas exteriores e subjetivas do indivíduo.

FIGURA 6 – ESQUEMA DO MODELO DE CONSCIÊNCIA POLÍTICA (traduzido por SILVA, 2006, p. 500).

É fundamental alertar para o fato de que, a forma como as diversas dimensões foram dispostas na figura responde única e exclusivamente ao apelo didático. Ou seja, a disposição das dimensões implica menos em uma sucessão obrigatória de cada um deles e mais uma maneira de compreender como os diferentes elementos objetivos e subjetivos relativos aos sujeitos concorrem no processo de consciência política dos mesmos. Conforme a figura, o modelo é composto por sete (07) dimensões estruturantes, às quais passo a definir pontualmente segundo o próprio Sandoval (2001).

1. Crenças, valores e expectativas sociais – esta dimensão leva em conta que as crenças, os valores, e as expectativas do indivíduo podem ser compreendidos como representações sociais sobre a natureza, a estrutura, as práticas e as finalidades das relações sociais. Assim, refere-se aos elementos socialmente determinados por meio de

diversos processos de dominação e que, por sua vez, impactam diretamente nas escolhas e no agir dos indivíduos.

2. Identidade coletiva – consiste no sentimento de pertencimento ou identificação do indivíduo com um ou mais grupos ou categorias sociais. Esta dimensão se relaciona com os investimentos sociais, políticos, econômicos, educacionais ou mesmo culturais, que os indivíduos ou grupos empenham, bem como o trabalho para manter o grupo coeso, tendo cada indivíduo desenvolvido um sentimento de unidade e pertencimento desenvolvido. Sobre esta dimensão, Silva (2006), destaca que ela se refere ao sentimento de solidariedade capaz de viabilizar laços interpessoais que conduzem a um sentimento de coesão social. “Essa coesão social permite ao indivíduo se identificar com uma ou mais categorias sociais, reconhecer-se como pertencente a ela (s) e ser reconhecido como pertencente a ela (s)” (p. 504).

3. Identificação de adversários e interesses antagônicos – se refere à maneira como interesses simbólicos e materiais de um grupo se opõem aos interesses de outros grupos. Este conflito possibilitaria a compreensão da existência de adversários coletivos na sociedade, o que, por sua vez, seria um elemento-chave para as ações coletivas. Para Sandoval (2001) a identificação de adversários e de interesses antagônicos auxilia na mobilização de indivíduos a agir contra um objetivo específico, mesmo sendo este um indivíduo, um grupo ou uma instituição, ou a posicionar-se em defesa de suas posições, consolidando-as. Na mesma linha, Silva (2006) acrescenta que ela aborda a relação entre indivíduo e estrutura social e política a que ele está inserido, uma vez que esta produz múltiplos significados, que, inclusive, podem explicitar os dissensos que constituem a sociedade.

4. Eficácia política – diz respeito ao sentimento individual de eficácia política e sobre seu sentimento em relação à sua capacidade de intervir em uma situação política específica. Esta dimensão procura identificar as causas e motivações que indivíduos atribuem aos fenômenos sociopolíticos. É decorrente da Teoria de Hewstone (ANSARA, 2009), que aponta três interpretações às referidas causas e motivações: (a) Forças transcendentais – fenômenos históricos, desastres naturais ou intervenção divina. Produz baixo sentimento de eficácia política, gerando, via de regra, situações de submissão e conformismo frente às situações de angústia social; (b) Soluções individuais – as pessoas atribuem a si mesmas as responsabilidades acerca do que acontece e, por isso, procuram soluções individuais para situações sociais e; (c) Ações de outros indivíduos ou grupos – as pessoas acreditam que situações de angústia social

são resultantes das ações de grupos ou indivíduos, o que pode levar a um sentimento de coragem para a mudança da situação. Neste caso o sentimento de eficácia política é o mais elevado entre os três, o que poderia resultar num processo de ação para a mudança.

5. Sentimento de justiça e injustiça – refere-se aos sentimentos pessoais de justiça e injustiça, sendo que os últimos, seriam comuns – via de regra – a integrantes de movimentos sociais, como uma forma de legitimar suas reivindicações. Para Silva (2006),

[...] o que constitui uma relação equilibrada de reciprocidade e o modo como o sujeito percebe a violação dessa relação são processos sócio-históricos complexos. Certamente, uma grande parte dos critérios para medir noções de reciprocidade é histórica e determinada a partir de seu contexto. Não obstante a isso, quando estes sentimentos de reciprocidade deixam de existir por alguma razão ou foram violados, constituindo, assim, uma situação injusta, provocam o descontentamento coletivo e o subsequente protesto. É comum notar que toda a reivindicação dos movimentos sociais se dá contra uma situação de injustiça. Por conseguinte, observamos que quando as pessoas sempre se referem a sua participação em movimentos sociais encontram-se embutidas nestas alguma referência à noções de injustiça que são utilizadas para legitimar suas reivindicações e responsabilizar os adversários (p. 508).

6. Vontade de agir coletivamente – consiste na predisposição individual em adotar ações coletivas para reparar injustiças cometidas. Esta dimensão focaliza alguns aspectos que, para Sandoval (2001), merecem destaque na medida em que, “aos custos e benefícios para lealdades interpessoais e laços resultantes da participação ou não no movimento [...] aos ganhos ou perdas de benefícios materiais resultantes de participação no movimento [...] à percepção do risco físico em se engajar em ações coletivas, dadas as condições conjunturais” (p. 189-190).

7. Metas de ação coletiva – se refere ao grau em que os participantes percebem uma relação entre os objetivos de determinada ação e/ou movimento social, as estratégias de atuação traçadas por eles, somadas aos seus sentimentos de injustiça, de seus interesses e sentimentos de eficácia política. Segundo Silva (2006)

Sandoval ressalta que, em ambas as dimensões [a sexta e a sétima], as decisões que os sujeitos tomam, seja individualmente como coletivamente, relativas à sua participação em um movimento social, são fruto de escolhas informadas e significadas que influenciam na participação e no compromisso dos sujeitos com o movimento social (SILVA, 2006, pp. 509-510).

É importante referir que este Modelo de Consciência Política sistematizado por Sandoval (2001) é resultado de um processo intelectual que recebe influências de

autores como Allan Tourraine, Charles Tilly; Willian Gamson e Hewstone (SILVA, 2006). Assim, segundo relata Silva (2006) Sandoval parte do modelo de consciência formulado por Tourraine, quando aquele tratava da consciência operária. Ao modelo de Tourraine composto por três dimensões (Identidade, Oposição e Totalidade), Sandoval acrescenta a dimensão “Vontade de Agir Coletivamente”. E, a partir de Gamson, Sandoval aprofunda sua discussão da relação entre o “eu” e a sociedade. Entretanto, diferente de Tourraine, Gamson entende a consciência política não somente como sustentação da ação coletiva, mas também como chave para compreender processos de desmobilização individual e coletiva, o que resultou na formulação das demais dimensões.

Silva (2006) aponta que este modelo oferece um referencial teórico consistente para a pesquisa da participação política, da participação coletiva, e serve como ferramenta conceitual para os trabalhos de socialização política desenvolvidos pelos dirigentes e militantes de movimentos sociais, bem como para a atuação daqueles que se dedicam a esse tipo de estudo. Já Sandoval (1994), afirma que é possível destacar também a importância do estudo da consciência política para a compreensão dos processos de consolidação da democracia, uma vez que esta constitui suas bases psicossociológicas. Ora, é considerando que este modelo permitiu a sistematização de reflexões em torno de temas como participação política, consciência política e democracia que reafirmo minha escolha de adotá-lo para a análise das percepções a partir das quais moçambicanas e moçambicanos, enquanto atores sociais, atribuem sentidos ao problema da corrupção e assim, indicar elementos constitutivos da consciência política dos mesmos. Ou, dito de outra forma, entendo que o referido modelo permite sistematizar as reflexões em torno de temas sociais e políticos – tal é o caso da corrupção – quando problematizados a partir das possibilidades do agir democrático a partir de uma consciência política que pode levar (ou não) a uma (ação) participação política. Afinal, como apontou Seoane (1990), “a complexidade política da sociedade atual requer [...] novas sensibilidades para as decisões políticas” (p. 181). Na psicologia política, enxergo, pois, possibilidades concretas de dar vazão a essa “sensibilidade” de que fala Seoane.

CAPÍTULO IV

CONSCIÊNCIA POLÍTICA: PERCEPÇÕES, DIZERES, SABERES E SENTIDOS DA CORRUPÇÃO EM MOÇAMBIQUE

Para o colonizado, a objetividade é sempre dirigida contra si próprio.
Frantz Fanon

Neste capítulo, o desafio consiste em aprofundar a análise – e, eventualmente, avançar discussões pontuais – das percepções que constroem os sentidos atribuídos ao fenômeno da corrupção em Moçambique a partir das entrevistas realizadas por mim naquele país com 12 moçambicanas e moçambicanos. De certo, muitas são as categorias possíveis de serem definidas a partir desse material. Contudo, reafirmo minha escolha de utilizar, como categorias principais, as sete dimensões da consciência política proposta por Sandoval (2001) em seu Modelo Analítico de Estudos sobre a Consciência Política que apresentei anteriormente. Lembro, são elas: i) crenças, valores e expectativas sociais; ii) identidade coletiva; iii) identificação de adversários e de interesses antagônicos; iv) eficácia política; v) sentimentos de justiça e injustiça; vi) vontade de agir coletivamente e vii) metas de ação coletiva.

A meu ver, o mérito destas categorias para este trabalho está na ampla possibilidade de serem alimentadas por conteúdos diversos que, por sua vez, estão inscritos sócio-historicamente na vida de sujeitos individuais e coletivos. Neste caso específico, trata-se de cada um dos sujeitos entrevistados e/ou provocados a se referirem à problemática da corrupção em Moçambique. Assim, ao analisar e atribuir determinado conteúdo discursivo à sua correspondente categoria, estarei identificando as percepções de cada um dos entrevistados que levam a construção de determinado sentido do problema da corrupção sempre a partir da perspectiva da psicologia política. Desta forma, posso afirmar que a análise dos dados resultantes das entrevistas, os resultados das observações e o cruzamento das informações coletadas nas entrevistas serão feitas sob “sete fios condutores” que, finalmente, vão permitir uma apreensão da consciência política de moçambicanas e moçambicanos no que se refere à problemática da corrupção em seu país.

Aqui, cada dimensão do modelo se configura como um subtítulo. Entretanto, é preciso considerar que tais subdivisões não são estanques, podendo, portanto, um

mesmo tema e/ou discurso dialogar com mais de uma das sete dimensões. Além disso, temas paralelos que me pareceram pertinentes à análise foram incorporados nesta exposição. Um exemplo claro disso, são as duas últimas dimensões – “Vontade de agir coletivamente” e “Metas de ação coletiva”. Nelas, precisei apurar melhor o sentido das colocações, fazendo uso da minha inserção no *linguajar moçambicano* para significar, de forma precisa, algo que, muitas vezes, poderia parecer mera repetição de informações. Por isso mesmo, considero que as dimensões da consciência propostas por Sandoval (2001) devem ser necessariamente interpretadas à luz de um procedimento dialético.

Uma das principais referências de metodologia de análise que usei para a produção deste estudo, e deste capítulo mais especificamente, é a dissertação de mestrado de Silva (2002), trabalho que analisa a formação da consciência política entre famílias do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Pontal do Paranapanema, cidade interiorana do Estado de São Paulo, no Brasil. Em seu capítulo de análise, correspondente a este, portanto, Silva (2002) afirma que seguiu “o caminho traçado por Andrade (1998) para o estudo da formação da consciência política. Inspirados nela, buscamos averiguar como era o cotidiano dos acampados e as possíveis alterações e/ou contradições presentes em seu cotidiano relativas às suas experiências grupais”, (Silva, 2002, p. 68). Assim, replico aqui as palavras de Andrade (1998) de que Silva (2002) fez uso, como se minhas fossem: “Estudos como este, que buscam captar o fenômeno em movimento (processo), exigem uma apreensão da consciência enquanto um momento de síntese, na interface das determinações macro-estruturais e dos significados pessoais. Buscamos não apenas descrever, mas também analisar esses momentos, através dos arranjos de conteúdo que configuram diferentes combinações” (Andrade, 1998, p. 218).

4.1. Crenças, valores e expectativas sociais

As crenças, valores e expectativas sociais estão na base da construção das realidades nas quais os sujeitos desta pesquisa estão inseridos e, por consequência, também na base da consciência política destes. Isto quer dizer que, muitas vezes – por meio de processos de internalização das instituições, das crenças, da cultura e dos valores construídos socialmente e mediante o diálogo interior vivido por cada sujeito

com todas essas instâncias – a individuação do sujeito e de seus discursos sobre a sua realidade demonstram a naturalização de processos e fenômenos sociais vinculando-os ao senso comum. Assim é o caso da corrupção em Moçambique. Ou melhor, é anterior a isso: assim é o caso da expressão “Vamos lá falar”, usado para pautar, para dar vida, para negociar, para materializar a dinâmica do fenômeno da corrupção enquanto prática social.

Disso decorre que, baseado nesse diálogo que o sujeito faz consigo mesmo é que ele responde à dinâmica social da qual faz parte e constrói conhecimentos, simboliza o conhecido e o experienciado. Assim, posso afirmar que o universo simbólico construído socialmente pelo sujeito “[...] tem suas raízes em suas experiências históricas de vida e da sociedade a que pertence [...]” (Sandoval, 1994:61). De fato, quase que invariavelmente, o uso daquela expressão evoca ou é reforçada por apelos estritamente vinculados à história do país: *sabes como é que é pa* ou *não preciso te dizer* ou ainda *é aquela situação que já conheces pá*. Além disso, há também a o uso de termos que apelam pela empatia do interlocutor como *mamã, ajuda lá tua filha* ou *ahhh, ouve lá, somos irmãos pá*.

Assim, neste tópico, apresentarei construções discursivas sobre o fenômeno da corrupção em Moçambique que mais chamaram minha atenção e que, no meu entender, ajudam a compreender como e que fatores sócio-históricos são convocados por moçambicanas e moçambicanos para atribuir sentidos ao fenômeno e/ou a prática da corrupção localmente e, com ele negociar.

Em Moçambique, quando se ouve a expressão “Vamos lá falar”, “[...] a gente já sabe, é dinheiro que está em jogo”, destaca Martinha. “[...] é uma forma de sugerir a outra pessoa [...] que determinado processo seja facilitado e aconteça de uma forma rápida [...]. É um primeiro passo para estar em uma situação de suborno, de corrupção”, diz Eduardo. Juliana revela que “[...] a expressão diz tudo... Que nesse processo precisamos acertar alguns trâmites ilegais [...]. Usa-se para introduzir, para iniciar uma conversa, digamos, fora do âmbito oficial”. Já Fernando explica que a expressão é usada quando “[...] a oportunidade se abre. Tudo que vai ser falado ali, fica só entre aquelas duas pessoas... Não é uma conversa normal... É uma conversa que sai do âmbito normal”.

De fato, a expressão foi popularizada por uma peça publicitária veiculada no início dos anos 2000 pela Moçambique Celular (MCel) – empresa moçambicana de telefonia móvel. Ela fazia alusão aos preços acessíveis das tarifas em vigor, “liberando”

o consumidor da preocupação com o tempo das ligações ao que, um dos personagens da propaganda dizia para seu interlocutor *vamos lá falar*. Entretanto, “as pessoas adaptaram para ‘vamos lá beber’, quando alguém vai te pagar cerveja, por exemplo... Ou ‘vamos lá trabalhar’, quando quer ajuda para alguma coisa. Mas, ‘vamos lá falar’, aí já é outra coisa, quer dizer alguma coisa que normalmente não se deve fazer. Não sei como ganhou esse significado, mas é isso”, completa Aníbal.

Ao que tudo indica, não parece haver entre moçambicanas e moçambicanos, algum tipo de dúvida sobre o caráter ilegal e/ou criminosa das práticas corruptas ou dos malefícios que ela causa individualmente e para a sociedade como um todo. E, de alguma forma, essa clareza explica, pelo menos em parte, o fato da expressão “vamos lá falar” ter sido adaptada para iniciar uma abordagem sobre algo ilícito. Tanto é assim que, para Eduardo

Existe essa expressão e existem outras também (...). São sempre expressões com duplo sentido, sempre dá pra entender de mais de uma maneira... [E, existe um motivo para que essas expressões tenham duplo sentido?] Sim, a ideia é não tornar o pedido explícito, tanto que se tu entenderes é porque já sabes do que se está a falar, que estás dentro do contexto e se não entenderes, ele também não precisou se expor naquela situação, mas se entenderes, que é o que interessa, já sabes que estás em um processo de ilegalidade, de algo ilegal... Então, é por aí, é uma forma de ver se a outra pessoa está dentro desse mundo... Imagina se alguém quer te vender droga, ele não vai te dizer de forma explícita, vai usar um vocabulário específico, e, se tu fores desse meio, vais entender do que se trata... Então, são códigos, na verdade são códigos [Eduardo. Maputo, 29/08/2013].

Alexandre também argumenta no mesmo sentido. Aponta para o caráter protetor das expressões usadas por corruptos e corruptores.

Ahhh, além de “vamos lá falar”? Sim, tem, muitas outras: “fala lá como homem”, “Não vai dizer nada?”, “Vais ficar calado aí mesmo?”, “Faz lá ver alguma coisa”... São muitas... Outros nem tem papas na língua, te pedem assim mesmo, dente-com-dente, de forma direta mesmo. É como eu estava a dizer, essas são formas de falar que todos usavam antes, sem maldade, mas para não haver queixa, você ir lá na administração ou na polícia, fazer a queixa, eles dizem coisas que não querem dizer nada de mal, que não fazem mal a ninguém, que não prejudicam ninguém, entende meu filho. Mas, para quem é moçambicano mesmo, basta ouvir uma dessas coisas, já sabe do que se trata. Não há como não saber! Mesmo no caso do refresco, tem lugar que se tu dares um refresco, a pessoa te insulta, fica ofendida porque o que ele quer mesmo, não é refresco. Refresco, qualquer um pode comprar, compra-se com moedas pá! Então, quando ele diz isso, está falar de outra coisa, que é maior, mais sério. Sim, quando ele pede um refresco, o assunto é sério! [Alexandre. Nacala, 31/07/2013]

Um dos aspectos que mais rapidamente me saltou aos olhos é que, quando os entrevistados se referem ou explicam a ocorrência da corrupção, os hospitais ou postos de saúde; as repartições públicas destinadas a oferecer serviços burocráticos como a emissão de documentos de identidade, passaporte ou licença para atividades comerciais e; a abordagem da polícia de trânsito são os exemplos mais citados. Ao mesmo tempo em que este aspecto demonstra uma ação corriqueira ou de grande incidência; por outro lado, me parece, ilustra uma visão do problema centrada no que tem se chamado de “pequena corrupção”. Alexandre explica que

Quando se fala de “Vamos lá falar”... Essa expressão tem um sentido. Se refere à ajuda que as pessoas querem te dar quando vais a um hospital, por exemplo. Sempre, pelo menos aqui em Moçambique, sempre, vai aparecer alguém que diz “Eu posso facilitar para o senhor” ou “ajudar o senhor”, entendes? Só que, essa ajuda não é de graça, para ele te dar essa ajuda, para ele efetivar essa ajuda, vais ter que “falar” primeiro, entendeste? (...) Isso acontece muito porque sempre há bicha nos hospitais. Não conheço nenhum hospital que não tenha bicha do Rovuma ao Maputo. Mas para ela te ajudar, você tem que pagar. Aqui, toda gente sabe disso: quando vais ao hospital, principalmente quando é ocorrência grave, tem que levar algum, sempre. Se não, você até pode ir para o hospital com uma febre de nada e morrer lá mesmo porque pode piorar até ser óbito. Então, é isso mesmo: para que a pessoa seja atendida mais rapidamente, a pessoa tem que pagar [Alexandre. Nacala, 31/07/2013].

Estela se refere às repartições públicas para exemplificar a ocorrência do fenômeno da corrupção. Ou seja, ao que as pessoas se referem quando dizem “vamos lá falar”.

É que está pedir para dar algum dinheiro para facilitar um processo para sair mais rápido. Porque aqui, quando você vai numa instituição pública onde tem processos, onde se trata processos, documentos e essas coisas, sempre demora. Sempre há de haver muita demora. Tem dias que você está muito aflito, precisa daquilo com urgência, e eles sabem disso... Então dizem, para poderem te ajudar e facilitar o processo, “Epa, tens um refresco aí”, então, tu já sabes né [Stela. Beira, 19/07/2013].

Já Martinha usa o exemplo da polícia de trânsito, também muito mencionada para descrever o oferecimento de suborno e, até mesmo, de extorsão por parte das autoridades públicas.

Então, quando é a polícia pedem refresco geralmente, às vezes dizem mesmo, “Tô com fome”... Às vezes mandam parar e nem pedem documentos e já dizem “Estou com fome”. Então, tu já sabes... E se tens algum problema ou falta-te algum documento, esse é o momento de você se antecipar, o que tens, entregas [...]. Pra mim, é uma das formas, ou é a forma principal que as

peessoas encontraram de aumentar a renda né, talvez... No caso da polícia, quanto recebe um polícia? Três, quatro mil sei lá, por aí, a forma dele de aumentar a renda, nós sabemos, é essa, é aldrabar as pessoas, tirando dinheiro se tem alguma coisa errada com o carro e mesmo quando não tem, eles pedem, usam a autoridade deles e as pessoas dão [Martinha. Maputo, 26/08/2013].

Aníbal, conta também sua experiência e, para isso, relata os abusos que sofreu por parte de atendentes de repartições públicas quando tentou, junto com um amigo, abrir um negócio de revenda de créditos de energia pré-paga:

Queres abrir um negócio, por exemplo... Até, aconteceu comigo há uns três anos atrás. Eu e um amigo meu queríamos abrir aquele negócio de vender credilec. Então, pra aquilo, tens que tratar muitos documentos, tipo, alvará, seguros, registro criminal e essas coisas. Só que, epa, quando vimos que o dinheiro que tínhamos como nosso capital inicial ia acabar antes de conseguir a última licença, antes do negócio começar a funcionar, desistimos. Não ia dar certo, íamos gastar dinheiro de graça, deitar dinheiro fora mesmo porque cada lugar que ías, pediam um extra, tipo uma ajuda para eles poderem nos facilitar, entendes?[Aníbal. Beira, 25/07/2013]

Ao longo deste trabalho, venho enfatizando que concebo a corrupção enquanto um fenômeno social problemático, no sentido de que sua prática, ou melhor, a opção por praticar e perpetuar suborno e/ou outras derivações deste mal expressa, por um lado, a funcionalidade da prática e, por outro, determinada incapacidade institucional que gera tal demanda. Por isso mesmo, para entender o fenômeno, é preciso perseguir também seus efeitos compensatórios (HUNTINGTON, 1975; LEITE, 1987). Neste sentido, despertou minha atenção o fato dos entrevistados usarem, com frequência, verbos como *ajudar*, *facilitar*, *contribuir* ou *sobreviver* para se referirem à funcionalidade da corrupção. Aliás, nas três falas acima, estes conceitos estão presentes e de forma altamente recorrente. A meu ver, é curioso que estas expressões sejam mais imediatamente e mais espontaneamente usadas para se referir à corrupção do que *prejudicar*, por exemplo.

O mais contundente exemplo é o do motorista Fernando quando explica como ele vem usando meios públicos para benefício próprio. Ou seja, àquilo que, pelo menos à luz da legislação se chamaria suborno e/ou peculato, Fernando atribui a designação “contribuição” visto que, ao “ajudar” pessoas necessitadas de transporte usando a viatura da administração pública, estas expressam sua gratidão com pequenas “contribuições” em dinheiro.

[Então, o uso da expressão “vamos lá falar” se refere a uma contribuição?] Yap, é uma contribuição sim. Porque, veja lá, eu estou a sair daqui da Baixa para Matacuane, por exemplo e, alguém me pede boleia, entendes? Ou mesmo não me pede, mas eu paro ali na paragem e pergunto: “epa, quem vai para Matacuane?”. As pessoas já sabem que como não é um *chapa*, não vão pagar aquilo que deveriam pagar num *chapa* normal, vão dar apenas uma contribuição. Então, com aquele dinheiro, não é que eu vou sair dali e fazer minha vida não, é também, por sua vez, uma contribuição para o meu vencimento no final do mês, entendeste? Por isso que eu digo que é uma contribuição para me ajudar. Eu também faço a minha contribuição para ajudar aquela pessoa que está, por exemplo, a atender nas repartições. Epa, eu chego ali com os despachos do dia, ele me vê, já me conhece e vem me anteder para eu não perder muito tempo. Então, o que eu faço, também deixo a minha contribuição e assim a vida vai andando a cada dia-a-dia [Fernando. Beira, 25/07/2013].

Já mencionei anteriormente e reforço a ideia de que todo esse universo simbólico que venho demonstrando aqui é construído socialmente pelos diversos sujeitos, pelos diversos atores políticos em Moçambique. Prossegue que, para que esse diálogo – simbólico e material – seja possível, é necessário algo que os ligue, que os conecte: neste caso específico são as suas raízes comuns alicerçadas em suas experiências históricas, a vida cotidiana própria da sociedade a que todos pertencem. De fato, quase que invariavelmente, o uso das expressões que dizem respeito às práticas corruptas evocam ou são reforçadas por apelos estritamente vinculados à história do país: *sabes como é que é pa* ou *não preciso de dizer* ou ainda *é aquela situação de sempre*. Além disso, há também o uso de termos que apelam pela empatia do interlocutor como *mamã*, *ajuda lá tua filha* ou *ahhh, ouve lá, somos irmãos pá*.

Assim, a meu ver, torna-se inevitável a abordagem de questões legadas às dificuldades de vida impostas, primeiro, pelo sistema colonial e, em seguida, à luta contra pobreza que perpassa toda a história de Moçambique independente. Esta última, por sua vez, foi agravada pelo conflito armado que dividiu a nação e colocou o país em uma condição mais precária ainda, com problemas estruturais de saúde pública e de insuficiências técnicas e econômicas que pudessem garantir acesso da maioria da população à nutrição básica. Em conjunto, estas questões levaram o país à situação de extrema pobreza na medida em que corroboraram para a inviabilidade de produção interna que se desdobrou em impasses de ordem política que a nação atravessa(va).

Quero, antes de continuar, chamar atenção para o fato de que não estou aqui argumentando que a corrupção em Moçambique é consequência dos fatores que ora listei. A questão é, na verdade, mais complexa que isso: estou considerando a hipótese de que todos esses problemas tenham desenvolvido entre moçambicanas e

moçambicanos a ideia de resistência e de sobrevivência na medida em que, em raríssimos (ou em nenhum) momentos da história de Moçambique independente os cidadãos puderam contar com instituições políticas críveis, eficazes e abrangentes no sentido de atender as demandas de todos aqueles que se dizem moçambicanas ou moçambicanos, independente das suas crenças políticas, dos seus privilégios sociais e econômicos e do pertencimento a determinado grupo étnico. Ou seja, na vida cotidiana, moçambicanas e moçambicanos sempre legitimaram o ato de ajudar ao próximo, à mãe, ao irmão ainda que, para isso, burlem à lei e à ordem supostamente estabelecidas. Afinal, a lei e a ordem são traçados, são determinados por uma elite política que, ao longo da história recente do país jamais deu conta de se autosignificar, de se autolegitimar enquanto representantes do complexo e diverso povo moçambicano. A maioria de moçambicanas e moçambicanos viveram uma dura realidade na presença do colono português e continua sendo assim com os governantes atuais: ambos são entendidos por aqueles como opressores do povo. É daí que resulta o não respeito às instituições políticas e/ou públicas ao que, a busca pela sobrevivência depende delas e muitas vezes, tal é o caso aqui, vai de encontro à atuação de tais instituições.

Assim, as crenças, os valores e as expectativas sociais de moçambicanos e moçambicanas em relação ao problemático fenômeno da corrupção devem ser compreendidos como representações sociais sobre a natureza, a estrutura, as práticas e as finalidades das relações sociais. Isto quer dizer que, em Moçambique, a corrupção está alicerçada em elementos socialmente determinados por meio de diversos processos de dominação e exploração que, por sua vez, impactam diretamente nas escolhas e no agir dos indivíduos.

4.2. Identidade coletiva

A construção da identidade coletiva de moçambicanas e moçambicanos no que se refere aos sentidos atribuídos ao problema da corrupção em Moçambique confirmou – na medida em que não se trata de uma prática desconhecida do senso comum – a configuração de dois grupos identitários principais. A meu ver, ambos revelam práticas sociais, no mínimo, alarmantes.

O primeiro, diz respeito à opressão de gênero masculino sobre o feminino que se materializa na exploração sexual do segundo grupo pelo primeiro em troca de *favores*

ou *facilitações* inseridos no contexto de práticas corruptas que ocorrem no mercado formal de trabalho. O segundo – que, ao se “formatar”, desfaz o primeiro – se refere à percepção de que indivíduos (mulheres e homens) ou grupos de indivíduos desprovidos de privilégios político e social e, por consequência, econômico, seriam as vítimas da corrupção em oposição aos detentores daqueles mesmos privilégios e que, por consequência, são entendidos como os beneficiários da corrupção em Moçambique. Na prática, esta diferenciação se dá, principalmente, em relação às moçambicanas e moçambicanos da região Sul de Moçambique (em oposição aos do Centro e Norte) na medida em que os primeiros seriam os privilegiados que usam o seus poderes para *concentrarem as riquezas na sua região e se favorecerem entre eles*. Na decorrência da formação destas duas identidades coletivas, chama atenção o fato de que as mulheres seriam, em tese, duplamente exploradas: seja enquanto mulheres em oposição aos homens, seja enquanto mulheres pertencentes ao grupo dos excluídos política e socialmente.

De fato, diante da fragilidade dos elementos que ora aproximam, ora distanciam os diversos atores sociais quando confrontados pelo fenômeno da corrupção – quer seja para resistir ou para aderir – as noções dos coletivos “mulheres” enquanto minoria simbólica marginalizada e sexualmente explorada e os “não do Sul”, enquanto minorias étnicas (simbólicas) que, *injustamente*, arcam com o ônus do jogo da corrupção são extremamente fortes.

Vou me ater, primeiro, ao grupo identitário “mulheres”, o que me obriga a versar sobre o problema das relações de gênero (sempre de forma pontual, já que, não é este o foco desta dissertação). Afinal, a dialética da inclusão/exclusão e a subordinação que orienta as relações de gênero produz a vulnerabilidade das mulheres na sociedade moçambicana. Assim, essa questão relaciona-se com o tema aqui em discussão na medida em que, entender como se dá a articulação destes conceitos no cotidiano deste grupo é fundamental para compreender como elas constroem suas consciências políticas em meio aos processos de interação social específicos.

Começo lembrando que o conceito de gênero é usado para caracterizar uma relação de ordem epistemológica para fins de análise das relações sociais. Tal conceito nasce do esforço das estudiosas do feminismo que, ao voltarem-se para a condição da mulher, para si mesmas, tentam construir um conceito de gênero desvinculado do sexo, da identidade biológica de um indivíduo. Assim, gênero é uma construção social do sujeito masculino ou feminino e não a condição natural de macho ou de fêmea expressa

nas genitálias, o que implica em dizer que as relações afetivas, amorosas e sexuais não se constituem como realidades naturais, mas são construídas por meio de processos culturais.

Joan Scott (1989) é evocada por Silva (2005) quando este afirma que, ao associar a categoria gênero ao patriarcado, ao marxismo e a psicanálise, explica a subordinação da mulher e a dominação masculina, sendo o gênero o elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças entre os sexos. Assim, entende que as relações de gênero possuem uma dinâmica própria, a qual se articula com outras formas de dominação e de desigualdades sociais. Nesta perspectiva, as relações de gênero manifestam relações de poder, as quais são relações primitivas de poder. E isso se dá calcado em quatro dimensões, a saber: a subjetiva, a simbólica, a normativa e a organizacional.

Ao analisar as esferas da subjetividade e simbólica, Scott (1989) aponta para a necessidade de compreender as formas com que a identidade de gênero se estabelece e se relaciona com atividades, historicamente situadas, de cunho organizacional, social e cultural, bem como as múltiplas contradições e os inúmeros dualismos presentes nas diversas formas de significação da realidade. Já nas esferas organizacional e normativa, ela observa o lugar e a forma com que as instituições sociais propiciam, aprofundam e perpetuam as assimetrias entre os gêneros. Essas observações são possíveis mediante as interpretações do significado dos símbolos, os quais tentam limitar e conter suas possibilidades metafóricas, sua duplicidade semântica no processo de definição do que seja o masculino e o feminino.

Teresita Barbieri (1992) propõe que a categoria gênero surge e se expande da sociedade, sendo esta também o elemento gerador da subordinação feminina. Assim, a categoria gênero constitui-se a partir de questionamentos de verdadeiras ordens epistemológicas até então dominadas pelos homens. Para Silva (2005):

Nessa trajetória traçada mediante o diálogo entre o movimento social feminista e a academia, a categoria analítica do gênero, percorreu espaços transversos, inter e transdisciplinares, marcando um novo olhar sobre os fenômenos das relações humanas. Portanto, gênero é um conceito que ilustra as diferenças reais entre homens e mulheres e a cadeia de desigualdades socialmente construídas a partir delas (p. 37).

De fato, sabe-se, a exclusão social da mulher é secular e diferenciada, baseada na visão bipolar do sexo, sendo que a reprodução da exclusão social feminina se estabelece

mediante a força secular do patriarcado, que, na visão da socióloga e militante feminista brasileira Heleieth Saffioti, é o mais antigo sistema de dominação exploração e incide negativamente e especialmente, na condição da vida social do gênero feminino:

(...) o patriarcado não se resume a um sistema de dominação, moldado pela ideologia machista. Mais do que isto, ele é também um sistema de exploração. Enquanto a dominação pode, para efeitos de análise, ser situada essencialmente nos campos político e ideológico, a exploração diz respeito diretamente ao terreno econômico. (...) Desta sorte, fica patente a dupla dimensão do patriarcado: a dominação e a exploração (SAFFIOTI, 1987, p. 50-51).

Seguindo essa perspectiva, ao lançar os olhos para a história da humanidade observa-se que as relações entre homens e mulheres, ao longo dos séculos, mantêm um caráter excludente, visto serem construídas mediante a bipolarização à que se refere Saffioti (1987): os ideólogos burgueses destacaram a inclinação natural das mulheres para o lar e a educação das crianças. Assim sendo, se atribui à ela a condição de inferior; restringindo-se a sua ação à vida privada, a casa, à cozinha, à Igreja e à escola (dos filhos). Deste modo, ainda que mais recentemente se proclame a mudança nas relações entre homens e mulheres, ela ainda é inexpressiva, pois, no meu modo de ver, a maioria dos formadores de opinião continua a reproduzir e perpetrar a doutrina da submissão feminina à superioridade masculina.

Como podemos notar, esses limites da ação feminina imputados à mulher reforçam a base da exclusão do feminino na sociedade. Reverter esse quadro tem tomado longo tempo das feministas, as quais se empenham em elaborar conceitos de equidade entre os sexos e, assim, propiciar à mulher um ambiente menos propenso à exclusão (SILVA, 2005, p. 32).

Afinal, aqueles que ocupam as esferas de poder na sociedade não estão e nunca estarão dispostos a abrir mão de parte de seu poder, por menor que possa ser esta parcela. Tal concessão significa enfraquecer-se e, por conseguinte, fortalecer ao inimigo. Segue-se que o crescimento da ação feminina no mundo dos homens sempre será barrado e qualquer sinal de melhora da condição feminina será fruto de muita luta e, por que não dizer, de muito sangue, suor e lágrimas. Da mesma forma, é também importante esclarecer que é um equívoco confundir patriarcado com transmissão matrilinear da hereditariedade, também o seria pensar-se que homens e mulheres encontraram-se na mesma posição social, com igualdade de força, poder e oportunidades. A ser assim, o movimento feminista mundial já teria alcançado o fim de

sua história. Não é o que se vê, por exemplo, em Moçambique, onde a intelectual e militante feminista Coniceição Osório ocupa lugar de destaque nessa luta, registrando, de forma crítica, a situação da mulher em vários âmbitos da vida econômica, política e social moçambicana (2002, 2004, 2008, 2010). Em estudo que analisa a participação das mulheres no processo da corrida eleitoral de 2009 em Moçambique, Osório (2010) aponta que...

Em Moçambique, e após a independência nacional em 1975, a presença das mulheres no espaço público é tomada no discurso político como um dos pilares da construção do novo país. Desenvolve-se, a partir desse período, uma estratégia de promoção do acesso das mulheres a recursos que permitem a satisfação das suas necessidades práticas, sem que, contudo, seja posto em causa o modelo cultural que configura e hierarquiza os papéis sociais em função do sexo. Assiste-se a uma convivência ambígua entre a igualdade formal contida na narrativa política e uma estrutura de discriminação que continua a regular as relações sociais de género. Esta situação é claramente expressa no facto de, ao mesmo tempo que a organização do Estado se apresenta como neutral (no que diz respeito ao sexo), a família continua a orientar-se por uma hierarquia fundada na desigualdade entre mulheres e homens (p. 18).

Assim, para Osório (2010),

A igualdade de género expressa nas políticas do Estado coabita com uma perspectiva de direitos fundada na cultura. Esta ambiguidade, tão cara ao relativismo cultural, tem como resultado que, ao mesmo tempo que se promove o acesso das raparigas à educação, se ignora os mecanismos que estruturam as relações de dominação patriarcal (p. 18-19).

E, essa triste condição (de dominação e exploração) que a sociedade dos homens esforça-se para garantir à mulher pode ser muito bem vista no campo do trabalho. Neste, a exclusão da mulher não encontra explicação (apenas) nas conjunturas econômicas, pois suas raízes estão fincadas em matrizes diversificadas, em diversos sistemas de dominação-exploração que Saffioti (1987) identificou como sendo o patriarcado. Deste modo, essa desigualdade de género se estruturou de tal forma em Moçambique que, todas as entrevistadas do sexo feminino se referiram ao problema da exploração sexual, sempre se posicionando como vítimas coletivas *à priori* e que, na sua condição de indivíduos de sexo feminino, vislumbram poucas ou nenhuma possibilidade de defesa, tal é a fragilidade das instituições que deveriam sair em sua defesa.

Dado curioso é que, só uma das entrevistadas se referiu a um suposto forte poder dos *homens opressores*, ou seja, expressou a ideia ou enxergou na figura do homem, ou melhor, do género masculino, como seu algoz. Em vez disso, a maioria, de uma maneira

ou de outra, faz referência à força das necessidades que impõem *sacrifícios* em um contexto de *vida difícil*, de *sobrevivência*, fato que as fragiliza e as encaminha para atitudes passivas diante de tamanha agressão física e psicológica. Por outro lado, chama atenção o fato de que nenhum dos indivíduos do sexo masculino que entrevistei se referiu a este aspecto como prática específica do problema da corrupção em Moçambique.

Começo com o relato de Martinha, que é exemplar, inclusive, para ilustrar a prática de aliciamento sexual de jovens mulheres no mercado formal de trabalho. Ela conta, no detalhe, a abordagem de um funcionário que a seguiu na rua, instantes depois de ela depositar seu currículo para uma vaga de emprego na recepção da empresa onde aquele era empregado:

[...] e depois ele segue-me, já na rua e manda-me parar. Diz assim “Mas... Tu queres mesmo trabalhar?”. Eu disse “Quero!”. Ai, ele disse, “Está bem, eu posso mesmo te arranjar emprego”. Eu disse “Ah, tá bom, é isso mesmo que eu quero!” Depois disse, “Mas tem uma condição”. É aí onde geralmente se fala de “vamos lá falar” tás a ver? Então eu perguntei diretamente... Eu disse assim, “O que é que queres, dinheiro?” Eu perguntei assim, diretamente. Depois eu disse “Porque dinheiro assim, eu não tenho porque não estou a trabalhar e nem tenho onde arranjar esse dinheiro. Então, estou a procura de emprego exatamente para ter dinheiro”. Então, ele: ahhhhh... Ouve lá, eu não quero teu dinheiro. Eu: queres o quê? Ele disse, “Vais falar de outras formas”. Eu: ah! Que formas? Ele: ahhh... Assim... Tipo... Tu és mulher, eu sou homem. “Está bem, eu ainda não entendi”, fiz-me de desapercebida, “Eu ainda não entendi”. Ele: ahhh, podemos nos encontrar mais logo... Ai, ele já estava a ser franco né “Ahhh podemos marcar de nos encontrar mais logo e tal... fazemos alguma coisa por aí e depois então... sei lá, você sabe” [...]. Então eu disse “Está bem. Se for para eu arranjar emprego não vai ser desse forma aí que você está a dizer” Ele disse “Eh, não queres trabalhar afinal?”. Eu disse “Quero, mas se esse emprego não é pra mim, há de aparecer outro, sem eu precisar de fazer essas coisas todas”. Ele disse... E, ele não estava envergonhado nem nada, falava assim... Falava mesmo... Então, ele disse “Faz assim, vais pra casa, não precisa me responder agora. Vais pra casa, pensas um pouco... Vais pensar tá bom?”[Martinha. Maputo, 26/08/2013].

Para Sandra, o individualismo é o centro motor deste tipo de prática corrupta que, aliás, é cometida inclusive por homens – considerando sua condição social – de que menos se espera tal comportamento e/ou prática.

[...] Tem outra maneira de você me explicar como é que um homem, um pai de família, que tem suas filhas em casa, pode aproveitar que é um chefezito em algum lugar qualquer para dormir com criancinhas... E, não são criancinhas de rua, criancinhas que andam por aí só a curtir ou a beber, são meninas de família que querem trabalhar, estão à procura de um emprego para se sustentarem ou até mesmo para ajudarem suas famílias. Mas aí, encontram esses *mamparras* e eles fazem esse tipo de chantagem, entendeste? “Epa, temos vagas de emprego aqui, podemos te admitir como

nossa secretária”... “Como nossa assistente”... “Mas, primeiro, vamos lá jantar, almoçar, viajar...”. E aí, elas, coitadas, vão fazer o quê se querem aquele emprego? E sabem que muitas das vezes, não adianta recusar porque noutro lugar qualquer, vai ser a mesma coisa. Então, isso, para mim, é ser individualista porque são homens que têm filhas daquela mesma idade, mas não conseguem pensar o mal que estão a fazer para a sociedade, só pensam no prazer que vão ter. Nesse caso, por exemplo, é o individualismo que leva à corrupção [Sandra. Maputo, 12/07/2013].

Se por um lado, são *pais de família* que lançam mão a estas práticas, suas vítimas, não precisam ser necessariamente, *solteiras*, ou seja, de condição diferente de seus algozes, conforme conta Juliana.

Graças a Deus eu sempre trabalhei com homens de caráter. Mas aqui em Moçambique tem muitas irmãs nossas que para conseguirem emprego, envolvem-se com os chefes ou com as pessoas que indicam [...] Elas fazem isso mesmo namorando, sendo casadas, com filhos em casa. É normal e ninguém vai te condenar por causa disso [...] Cabe a cada uma de nós saber até onde quer ir, mas que é comum, que as pessoas fazem, isso é, não tenhas dúvidas. É só uma noite mesmo? Às vezes há o azar de algumas pessoas gostarem e te perseguirem, te atormentarem a vida inteira... Ninguém consegue as coisas assim do nada, as pessoas corrompem ou se deixam corromper [Juliana. Beira, 24/07/2013].

Para Martinha, esta situação se torna um fardo ainda mais pesado para as mulheres não só porque elas se sentem desamparadas pelas autoridades legais, mas também devido à tendência de naturalização de situações como esta pela sociedade moçambicana em geral e, mais especificamente, por familiares e/ou pessoas mais próximas, de quem elas deixaram de esperar indignação, proteção e conforto.

[...] Nós não sabemos como fazer para acabar com isso. Aqui, é terrível essa coisa. [...] Ainda mais, o pior, é que quando consegues um emprego, mesmo seus familiares acham que conseguiste emprego por essas vias. Essas coisas, sabes, não é novidade para ninguém, acontece todos os dias... [Martinha. Maputo, 26/08/2013]

Esse desamparo também foi expresso por Juliana. Para ela, as mulheres que conseguem um emprego são estigmatizadas pela sociedade. Dela, ela só espera o olhar carregado de preconceitos de tal forma estabelecidos que Juliana não mais se esforça para deles se desvencilhar. Vale mais, na sua visão, o esforço para dar vasão ao instinto de sobrevivência diante dessa injustiça que acomete as mulheres em seu país.

É normal eu te dizer que consegui este emprego honestamente e você não acreditar. Sabes por quê? Porque agora que estamos a falar, eu posso te dizer que a maioria das minhas irmãs aí fora, que trabalham, ou pagaram, ou se envolveram com os chefes ou aqueles que contratam. Então, se você não acreditar em mim, é normal... [Juliana. Beira, 24/07/2013].

Aliás, essa dura realidade levou Juliana a racionalizar a problemática da corrupção em Moçambique, enxergando nela, inclusive, aspectos ou efeitos positivos, na medida em que, práticas corruptas permitem a integração socioeconômica, o acesso a bens e serviços de pessoas ou grupos desprovidos de qualquer tipo de poder (social, político ou econômico).

Eu te digo Rogério, a corrupção, para nós mulheres, aqui em Moçambique é um meio de sobrevivência. É por isso que eu digo que é positivo quando olhamos para esse sentido, de ajudar as pessoas a levarem a vida para frente. É um meio de sobrevivência diante da nossa sociedade moçambicana onde os poderosos, de todos os níveis, oprimem, exploram, principalmente às mulheres. Fazem tal igual faziam os portugueses, sem escrúpulos mesmo! [...] Eu sei que é pesado dizer isso, até abriste os olhos [risos]. Mas, infelizmente, é a verdade. Não estou a dizer que tem que haver mais corrupção para nós mulheres sermos livres, não é isso. Mas, como isso já acontece e todos sabem e não fazem nada, por outro lado, hoje em dia, há muito mais mulheres trabalhando fora de casa porque há essa possibilidade. Antes não era assim. Hoje, estudamos, mas temos dificuldades de conseguir emprego e, às vezes, uma boa parte consegue dessa maneira. *Epa*, sofres uma vez e prontos, tocas a sua vida para frente. “Mas isso é bom?”. “Isso é positivo?”, vais me perguntar. Não! Claro que não! Ninguém quer isso... Ninguém, nem as piores inimigas merecem isso. Por isso eu não digo que isso é viver, é sobreviver [Juliana. Beira, 24/07/2013].

Outro aspecto que chama atenção é que, mesmo as entrevistadas tendo consciência de que pesa sobre as mulheres empregadas no mercado de trabalho o estigma de profissionais que deram seu corpo em troca de vaga de trabalho, diante das injustiças a que mulheres e homens são submetidos, não se pode exigir de ninguém uma postura sublime, de resistência. Conforme relatou anteriormente Juliana, *ninguém condena as mulheres por isso* e, esse posicionamento é reforçado por Ana Paula, que revela uma espécie de acordo tácito para que não se condene as mulheres que se submetem a esta situação.

[...] Tenho muitos amigos que preferiram fazer isso, sair do aparelho do Estado e abrir o próprio negócio. É melhor do que ser explorado. Mesmo minhas amigas que dormiram com os chefes para serem promovidas, ou para conseguirem um emprego, eu posso condenar? Não! Cada qual faz o que acha que tem que fazer. É terrível... E você ainda diz que quer sair do Brasil e vir viver aqui [risos] [Ana Paula. Nacala, 02/09/2013].

De fato, o que estas entrevistadas retratam é uma das especificidades de uma prática comum no mercado formal de trabalho em Moçambique: a venda ilícita de vagas de emprego. Abaixo, o relato em que Estela destaca o particular sofrimento das mulheres neste contexto de exploração e de injustiça:

Aqui, até mesmo para arranjar emprego, é preciso pagar. Para as pessoas da entrevista facilitarem, te escolher, tens que pagar... Ou o primeiro salário ou outros cobram uma parte do seu salário para toda vida... Aqui é assim! Se você não tem como pagar, ainda te dizem que pode ser daquele outro jeito, sabes né [risos]... Já viste o que é isso, estás a ver a nossa situação, a situação da tua irmã? As mulheres nesse caso sofrem ainda mais com a corrupção. Se não fazes nada do que eles pendem, ficas desempregada! E se entras e depois não pagas então acabam encontrando uma maneira de seres expulsa de emprego. Com aquela influência que a pessoa te pôs ali, eles usam para te tirar se tu não pagas, entendes? [...] O povo é que é prejudicado. Quando digo “o povo”, falo do pessoal como nós, as famílias que as rendas não são altas, que recebem pouco, que não tem condições. Esses são mais prejudicados e, dentro disso, principalmente as mulheres [Estela, Beira, 19/07].

A prática, segundo Juliana, é comum tanto no setor público como privado.

Não tem diferença nenhuma... Não tem diferença nenhuma. Isso sempre acontece quando a empresa tiver pessoas que estão a explorar esse *business*. Varia muito porque uns te pedem parte do salário durante um, um ano e meio ou dois anos, outros te pedem os três primeiros salários, outros, quando te conhecem, sabem que você tem onde recorrer, te pedem adiantado. Muda muito a forma de pagamento, mas que é preciso pagar por uma vaga de emprego, isso sim, tem que pagar. Eu posso estar a falar por situações que já me ocorreram e você pode entrevistar outras pessoas que vão falar que não, não é assim. Mas eu te digo que, para mim, 75% das pessoas conseguem emprego dessa forma aqui em Moçambique, porque não é um problema só da Beira, é em todo lugar aqui em Moçambique. Nós que somos mulheres então, sofremos mais. Eu já sofri várias vezes para conseguir emprego. Eles dizem, “Esta bem, deixa seu número”. Aquele número não é pra outra coisa, tu vais receber telefonemas, vais receber mensagens... Então, aquilo vai te coagir a tomar uma decisão, se aceitas ou se não aceitas. Tem muitos casos desses que estão a acontecer agora que nós estamos aqui a conversar [Juliana, Beira, 24/07/2013].

Há também entre as mulheres, o sentimento de que a corrupção em Moçambique ou, como Martinha gosta de se referir, *o esquema*, tem impactado profunda e negativamente a vida das mulheres que resistem a esse tipo de aliciamento. No seu caso específico, a corrupção retardou suas realizações académicas e profissionais visto que, para ela, naquele momento em que conversávamos em uma sala de aula da faculdade em que ela frequentava, ela já devia – não fossem as intermitências da corrupção – estar com o curso universitário terminado e com carreira profissional consolidada:

[...] talvez não estaria onde estou... Bem, já tive uma situação de concorrer para uma universidade, ter notas boas e altas e não entrar e entrarem pessoas com notas baixas.... Então, onde eu estaria hoje se não fosse esse esquema de corrupção? Talvez, já formada, trabalhando e, onde eu estou? As pessoas diziam “vai lá pagar”. E eu não tinha dinheiro pra pagar. “Mas, tu és mulher, podes pagar sem dinheiro!”... Talvez, eu já estaria fazendo outras coisas hoje, estaria mais a frente... [Martinha. Maputo, 26/08/2013]

Para que se possa lograr uma mudança social na qual a diferença, a diversidade e igualdade entre gêneros seja real, se faz necessário que verdadeiras políticas de equidade sejam implementadas. Como aponta Tomaz Tadeu da Silva (1999), a diferença e a diversidade são o ponto de partida para a construção da identidade. Assumir que estas questões estão no domínio da cultura e não devem ser encaradas como naturais possibilitará superar as contradições oriundas de uma percepção dicotomizada, maniqueísta e despolitizada acerca do fenómeno da identidade. Somente quando se perceber que este constructo social encontra-se marcado por questões de ordem subjetiva e política, pela diversidade cultural e pela diferença, é que seremos capazes de apontar identidades, visto que a diferença constitui a face da identidade e ambas se constroem na relação entre o eu e os outros.

Agora, passo a me referir ao segundo grupo identitário que, doravante, chamarei de “Os não do Sul” para me referir às moçambicanas e aos moçambicanos das regiões Centro e Norte em oposição a seus conterrâneos da região Sul, “Os do Sul”. Como tratei de explicar no primeiro capítulo deste trabalho, em Moçambique, sobram acontecimentos e razões históricas que levam moçambicanas e moçambicanos das regiões Centro e Norte do país a se sentirem excluídos, ou menos privilegiados no que se refere à sua participação nos poderes político, social e económico ou no acesso aos bens e serviços públicos que lhes é de direito. Argumentei que a constituição desta atmosfera sociopolítica e sua perpetuação têm fortes implicações na discussão sobre a corrupção em Moçambique ao que, acredito, ficará mais evidente nos próximos parágrafos onde, relatos pessoais darão sustentação às formulações teóricas anteriormente formuladas.

O que mais chama atenção aqui é que, em geral, da mesma forma que para as mulheres vítimas da exploração sexual como forma de acesso ao mercado formal de trabalho, seus vilões não são *os homens*, mas sim, *a generalizada vida precária que se vive em Moçambique*; no discurso adotado pelos entrevistados das regiões Centro e Norte que se percebem marginalizados pelo *Estado corrupto* – nas mãos de moçambicanas e moçambicanos do Sul – transparece menos o desejo de uma justiça

conciliatória que puniria os corruptos e resgataria o verdadeiro papel do Estado como provedor da sociedade, e mais uma mera substituição dos *do Sul* pelos *do Centro e do Norte* no leme do aparelho do Estado. Mais ainda: ao contrário do que imediatamente se pode imaginar, esta posição não tem um sentido de vingança pura e simples na medida em que, enxergo, de certa forma, não exatamente uma legitimação, mas uma identificação de “Os não do Sul” com os procedimentos adotados pelos que agora detêm o poder político por meio do controle do aparelho do Estado. Senão, o que dizer das palavras de Alexandre:

[...] Porque, essa situação de corrupção, é como... Imagina lá uma situação de calamidade, de guerra. Se, de repente, começar uma guerra, vais salvar a quem em primeiro lugar? Hein? [*Não sei, acho que eu mesmo né!*] Já viste? Começa por você, vais querer se salvar... Se tiveres mulher, filhos... Vais querer salvar sua família, depois outros familiares mais assim... Afastados e depois, os vizinhos. Quando você ver que, *epa*, essas pessoas que iam te ajudar também já estão seguras, vais começar a dizer “Olha, não devemos fazer mais guerra!”... “Vamos lá nos perdoar”, “Vamos lá chegar a um acordo porque somos irmãos”... Dizes isso enquanto estás a encher os bolsos porque sabes que não vais ficar ali para sempre, não é uma situação segura para sempre. Não é isso? Então, a corrupção aqui em Moçambique é como se fosse uma guerra mesmo. Por isso é que o pessoal lá do Sul que está no poder diz essas coisas sem saber o que nós passamos. Por isso que eu acho que, quando, se um dia acontecer de um João daqui ser presidente da república, vai ser a mesma coisa: primeiro, seus familiares e etc. etc. vão ser ministros, diretores nacionais e essas coisas e, ao mesmo tempo, vão querer acalmar aqueles que estão a reclamar. Mas é assim mesmo... Não é que é maldade por maldade só, o homem é assim mesmo, ajuda quem está mais perto dele [Alexandre. Nacala, 31/07/2013].

O posicionamento de Alexandre, cujo raciocínio está baseado numa espécie de essência ou instinto humano para ajudar ou agir em defesa dos iguais e/ou próximos, é também seguido por Juliana que, por sua vez, localiza no *individualismo* do partido Frelimo um dos fatores influenciadores do seu discurso sobre a suposta concentração da riqueza e de privilégios (lícitos e ilícitos) entre os *do Sul*. Para ela:

O fato de Maputo ser a capital, faz com que as outras cidades sejam pobres... Aqui é assim e isso é muito errado. Tudo está em Maputo... Isto é individualismo. E isso não é de hoje... Eu não acredito muito que faria sentido votar em outro partido que não seja a Frelimo. Não vale a pena votar em outro partido só por birra. A história é única, a Frelimo está aí, beneficiando o seu grupo e mais alguns aqui e ali, e cada um que ainda não se sente beneficiado, ou é do grupo e espera ser contemplado um dia, ou então, espera ser um daqueles poucos escolhidos de outros grupos... [*A que você se refere quando fala em grupos?*] Falo de grupos mesmo, de forma alargada, família, etnia, tribos, amizades mais próximas... É isso entre os *machanganas*. Bom, acho que não vai ter outro partido a governar Moçambique. Então, todos estão à espera da sua vez de serem recompensados pela Frelimo. Quando a Renamo, um dia, assumir, chegar ao

governo, também vai ter os seus para atender e a história vai se inverter, mas não vai mudar. Por isso é que eu digo que a corrupção não vai acabar nunca aqui. Infelizmente. Digo isso, não é porque eu quero assim, mas porque é assim, é a realidade. Mesmo as nossas universidades cá, não são assim tão... Não tem aquele peso de qualidade quanto às do Sul. Por isso todo mundo tem que ir para Maputo. As pessoas da Beira têm vergonha de dizer que são da Beira quando estão em Maputo, mas as pessoas de Maputo, quando estão aqui, não se relacionam com os da Beira, tem grupos deles aqui, só andam entre eles aqui. O que levou as pessoas a terem esses pensamentos? Foram questões políticas. Se fores a reparar, todos nossos dirigentes foram pessoas do Sul. Por isso que há rejeição para quem não é do Sul [Juliana. Beira, 24/07/2013].

Aníbal, mesmo fazendo distinção entre algo que se pode chamar de *níveis de corrupção*, corrobora com a mesma ideia de Alexandre e Juliana. No limite, ele não necessariamente condena a corrupção, mas se entende como excluído dela. Ou seja, se esforça para pontuar algo que, para ele, está claro, é controverso: Aníbal aponta para *uma injustiça dentro de um jogo injusto em uma disputa sem regras muito claras e/ou delimitadas*.

E, ainda tem outra coisa que é importante porque há corrupção e há corrupção! Entendeste isso? Há corrupção e há corrupção! Olha, a corrupção começa com os políticos, mas, os nossos políticos daqui, daqui da Beira, daqui do Centro, estão a roubar megalhas *pá*, estão a sobreviver também como nós que não somos ninguém. Mas, experimenta lá ver quanto vai para o bolso de um diretor provincial corrupto daqui e quanto vai para o bolso de um diretor provincial corrupto de Maputo. Nem se compara. A maioria do que este país produz, do Rovoma ao Maputo, de ponta-a-ponta, vai para Maputo. É lá que estão os ricos, ricos honestos e ricos corruptos [Aníbal. Beira, 25/07/2013].

Na fala de Aníbal, é interessante observar como ele se apropria da própria corrupção como elemento capaz de desempenhar o papel social e econômico estabilizador e responsável por uma justa distribuição das riquezas do país pelas suas diferentes regiões e seus respectivos povos.

O problema é que aqui no nosso país, a corrupção é preocupante porque ela está a transformar certas populações, de certas origens... Dizendo a verdade, está a tornar os *machanganas* do Sul mais ricos, donos do poder e de toda a máquina produtiva do Estado. É o que te falei, há corrupção aqui na Beira também, em Napula, Cabo Delgado, mas as pessoas até entendem porque é uma forma de sobrevivência. O Estado, os políticos e diretores das empresas que ficam todas lá em Maputo, não garantem nada para ninguém daqui, só para seus familiares, entendes? Aqui, quando alguém daqui do Centro ou Norte consegue um cargo razoável, as pessoas até apoiam a corrupção dele tá a ver né? Isso é uma forma de fazer as coisas se igualem. Então, quando entra um daqui, tem que meter mais gente daqui e vice-versa. Por isso é que,

aqui em Moçambique, o problema da corrupção é mais sério porque está a dividir a população, cada um dos grupos a tentar ver a sua própria vida [Aníbal. Beira, 25/07/2013].

De fato, pela incidência dos relatos, parece que, em Moçambique, há sempre a tendência de associar a ideia de poder político e econômico, ou melhor, do acesso aos poderes político e econômico, ao partido Frelimo. Na dinâmica da disputa do poder em Moçambique, impera, segundo relata Rodrigo, a “lei do bronze”.

Se nós formos a ver aquilo que são as hierarquias das pessoas que estão no topo... Nós estamos a assistir que há uma perpetuação... Aquilo que nós podemos chamar de lei de bronze... [E, o que seria “lei de bronze”?] Em ciências políticas, é essa teoria de tentar perpetuar o poder, quando tem uma idade que não dá para continuar, chama seu filho, seu sobrinho, fazendo que sua família permaneça no poder sempre. Então, essa tendência, nós também temos aqui. Qualquer ignorante pode ver isso na história da nossa política [Rodrigo. Nacala, 04/08/2013].

É curioso que, a clara convicção entre “Os não do Sul” da sua condição de excluídos da participação na República, não encontra entre “Os do Sul” oposição, ou melhor, moçambicanas e moçambicanas que discordam, que deslegitimam sua condição de *inferiorizados, desprezados, marginalizados e excluídos*.

Eduardo, por exemplo, em vez de apresentar argumentos para refutar as acusações, prefere localizar a força motriz da corrupção no país. Ou seja, para ele, em Moçambique, ao mesmo tempo em que a corrupção serve para, eventualmente, possibilitar o acesso ao poder, ela é também utilizada para mantê-lo nas mãos de quem já o detém.

[...] só através de corrupção é que determinados grupos fazem a manutenção do seu poder, os líderes têm o que têm por causa da corrupção... Isso é o primeiro grande entrave porque não existe vontade política para combater a corrupção [...]. Ai, a corrupção tem outra função, já não é pra poder comer, mas sim para enriquecer e, mais do que isso, controlar os negócios fazendo com que o mínimo de pessoas participe do esquema. É preciso demarcar território: “eu que mando aqui, então se você quer entrar aqui, tens que me dar uma parte, eu que mando aqui” [Eduardo. Maputo, 29/08/2013].

Sandra, por sua vez, fazendo referência a essa disputa tácita entre “Os não do Sul” e “Os do Sul”, não só reconhece a ausência do Estado de forma igualitária ao longo do território moçambicano como também aponta para a existência de *níveis de corrupção* existentes no país e os perigos de uma corrupção que sistematicamente exclui, desintegra.

As pessoas ainda fazem num nível pequeno, que é a maioria da população. Mas, há aquela corrupção que está num nível mais alto, feito por aqueles que eu nem preciso dizer quem são. Você, mesmo estando no Brasil há muito tempo, sabe de quem eu estou a falar. Bem, essa corrupção dessas pessoas é que acaba criando um desvio geral, sistemático, o dinheiro não chega onde deve chegar... Nas escolas, hospitais, então aí cria outros problemas... Agora, se não chega como deve ser nas escolas daqui do Sul mesmo, onde é a casa deles, onde eles nasceram, imagina lá como são as escolas do Centro e do Norte? É uma cobra pra mim, é uma cobra muito venenosa... [Sandra. Maputo, 12/07/2013]

Para Martinha, a razão para essa desigualdade está na “arrogância” de quem detém o poder.

É que os nossos governantes atuais são muito arrogantes e eles lá no Norte sentem-se excluídos e nós temos privilégios e tal... Temos que mudar, deveríamos fazer alguma coisa para isso acabar. Não há vantagem nisso, só desunião, acho que, se cada um se preocupasse com isso, com a unidade nacional, seria melhor sim [Martinha. Maputo, 26/08/2013].

Posto isto, é válido pontuar que, conforme mencionei anteriormente, o segundo grupo identitário (“Os não do Sul”) se estabelece, muitas vezes, desfazendo o primeiro (“mulheres”). Tanto é assim que o relato de Juliana, que integra o grupo que chamei de “Os não do Sul”, quando se dirige para “Os do Sul”, contempla Martinha, por exemplo. Entretanto, esta, mesmo estando entre “Os do Sul”, se sente igualmente injustiçada e excluída ainda que para Juliana ela esta entre os *privilegiados do Sul*. Martinha, por sua vez, vai se auto enquadrar em um subgrupo identitário que a diferencia dos *privilegiados do Sul* – “as mulheres”. Por outro lado, em alguma medida, ambas legitimam as justificativas usadas para a prática da corrupção em Moçambique:

E quem quer deixar de ter um leite em casa, um carro, combustível... São regalias que o Estado oferece, tás a perceber. Eu estou a falar do Estado mas há empresas privadas também em que isso acontece. Mas lá no Estado eu acho que é pior porque, como dizem, tipo aqui, os que são ricos são os que foram à luta. Então, todo mundo quer enriquecer aqui... Aqui não há quem diz que *epa*, eu nunca vou ser corrupto. Todo mundo quer entrar no esquema. Falamos porque estamos fora, mas todo mundo quando está a lutar para entrar no esquema... Eu penso assim [risos] [Martinha. Maputo, 26/08/2013].

E, mais para frente, continua...

Não é por acaso que as pessoas aqui, os jovens têm que ter o cartão vermelho [*nome popular do cartão de filiação ao partido Frelimo*] porque *epa*, é

preciso! É preciso ter para bajular os que estão lá em cima, tem certas entrevistas de emprego que vão te perguntar se tens o cartão, então, é preciso ter, quase todos têm esse cartão... Por isso que eu digo, todos queremos entrar nesse esquema porque há é esse medo de lançar a primeira pedra né...

Este dado me remeteu ao que assinala Silva (2000) sobre a não-rigidez das identidades, uma vez que estas seriam construídas a partir dos processos sociais vivenciados. Dito de outra forma: *o que eu sou não é definido por um ou mais elementos fixos, mas pelos processos que vivencio e que me auxiliam na significação de mim mesmo, orientando assim meus comportamentos*. Daí uma aproximação direta com a noção de identidade coletiva de Sandoval (2001), que estaria relacionada ao sentimento de pertencimento ou identificação do indivíduo com um ou mais grupos ou categorias sociais, orientando os investimentos sociais, políticos, econômicos, educacionais ou mesmo culturais, que estes (indivíduos) empenham nas próprias situações da vida.

Daí a dificuldade de se pensar a tão propalada “unidade nacional” em Moçambique. Na verdade, quase todos entrevistados não têm dúvidas sobre a proposta política por detrás da ideia de unidade nacional, mas mostram desconfiança em relação à sua realização. A fala de Rodrigo sintetiza o que todos os entrevistados entendem por unidade nacional: “[...] algo indivisível, que é um só. Portanto, estaríamos a ver Moçambique e seu povo, apesar da diversidade de línguas e grupos étnicos, nós estaríamos unidos como uma mão com cinco dedos. Se eu sou do norte, olharia para aquele do sul como irmão”.

Entretanto, a ordem do dia parece desafiar constantemente essa ideia. Para Martinha, “reforça-se muito agora, por causa daquela discussão sobre separar Moçambique e, os de cá, estão a ver os recursos que estão lá...”. Ou seja, essa proposta é levantada para combater “Aquela coisa de que os do Sul, são melhores... Ou aquela coisa de que quem está a governar o país são pessoas do Sul, são as pessoas das etnias do Sul...”.

Para Eduardo, “[...] para haver unidade, tem que haver igualdade, ainda que não absoluta, que aí também acho muito utópico, mas pelo menos uma igualdade relativa de oportunidades”. Valter acredita que “vai haver unidade nacional, quando de fato, no governo, nós vemos todos os diversos tipos de moçambicanos no poder. Alternando ou diversificando os mandatos, etc.”. Ana Paula é mais desconfiada ainda e afirma que o conceito foi criado “para tapar as nossas vistas, fazer nós acreditar que Moçambique é

um só. Acho que fomos um só durante a guerra, para tirar daqui os portugueses, mas não para dividir a riqueza e viver em paz. Agora somos *massenas, mandaus, machanganas, macuas*... Agora é cada um por si. Parece que para dividir a riqueza não chega para todos”.

Assim, para finalizar, cabe ainda discutir aqui o fato de que os diversos atores sociais e grupos que compõem a complexa sociedade moçambicana, ao se manifestarem em relação à corrupção a partir de uma discussão sobre a tão propalada “unidade nacional” em Moçambique, fragilizam ainda mais a noção do coletivo. Quero dizer que, me parece, o sentimento de pertencer a este ou aquele grupo é reforçado ou determinado pelas circunstâncias concretas da vida: ora eles se aproximavam por conta de uma dada situação, ora se afastavam em função de outro contexto, sem, contudo, haver um elemento integrador que não seja o fato de em algum momento, a corrupção o beneficiar e, noutro, prejudicar.

4.3. Identificação de adversários e interesses antagônicos

Na dimensão anterior, sintetizei dois grupos identitários que mais espelham a forma como os discursos e o debate foram conduzidos durante as entrevistas com diversos atores políticos: *mulheres*, vítimas de esquemas abusivos de corrupção muito frequentes no mercado formal de trabalho em Moçambique, que consiste na sua exploração sexual em troca de favorecimento na admissão para vagas de emprego e; *Os não do Sul*, que entendem, por pertencerem a regiões Centro e Norte, sabidamente habitadas por minorias étnicas em Moçambique, estão excluídos não só do acesso aos serviços públicos como também se vêem como os mais prejudicados pela corrupção em seu país.

É preciso salientar que nos discursos das mulheres e de Os não do Sul é possível identificar quem eles têm como adversários, não “os homens” e “Os do Sul”, respectivamente. Surpreendentemente, ambos se vêem como vítimas da *generalizada vida precária que se vive em Moçambique*. Desse infortúnio, entendem, passa a reinar em Moçambique uma espécie da ética do salve-se quem puder. Este raciocínio decorre do fato de que, entre as vítimas, transparece menos o desejo de uma justiça conciliatória que puniria os corruptos e mais uma mera substituição dos que agora exploram a corrupção por novos detentores da “licença” para explorar o negócio da corrupção.

Este dado introduz a discussão sobre a “identificação de adversários e interesses antagônicos” porque, me parece, esta dimensão tem uma relação muito direta com a dimensão anterior, que diz respeito à “identidade coletiva”. Dito de outra forma, espera-se que, a partir da possibilidade de traçar identidades coletivas, por consequência, enxerga-se, de forma quase que imediata ou por decorrência, seus respectivos adversários e defensores de interesses antagônicos aos seus.

Silva (2002), entretanto, alerta para o fato de que, frequentemente, identificar adversários nem sempre é algo fácil ou até mesmo possível. É comum que em disputas aparentemente muito claras, alguns sujeitos políticos se mostrem capazes de perceber os seus reais adversários e outros não os terem tão distintos assim, apesar de transparecerem isso na introdução de seus discursos, mas revelando conflitos e contradições no aprofundamento da reflexão. Ao mesmo tempo, para Sandoval (2001), a identificação desses interesses antagônicos e de adversários ocupa um importante lugar no estudo da consciência política apoiada na ação coletiva. Sem a noção de um adversário visível é impossível mobilizar os indivíduos a agir e coordenar ações contra um objetivo específico, seja este um indivíduo, um grupo ou uma instituição.

Na medida em que a totalidade dos entrevistados se posicionou como vítima da corrupção em Moçambique, suas posições sobre quem seriam seus adversários ou defensores dos interesses antagônicos aos seus – sempre pensando em relação à problemática da corrupção no país – ficaram mais claramente colocadas quando respondiam sobre que pessoas ou grupos de pessoas se beneficiavam da corrupção em Moçambique e que pessoas ou grupos de pessoas mais eram prejudicadas por este mal.

“O governo”, “o Estado”, “os ricos”, “Os do Sul” e as pessoas com influências políticas se estabeleceram como os principais adversários das vítimas da corrupção em Moçambique na medida em que, repito, a totalidade dos entrevistados se colocou como “povo” e consequente vítima da corrupção no país, fato muito bem ilustrado na fala de Rodrigo:

Existe uma camada que é prejudicada, a camada de população pobre, que não tem escolaridade, o povo mesmo. Estes, praticamente são alvos na maior parte das vezes. Eles estão ali, a fazer o sistema funcionar, a fazer o sistema da corrupção funcionar, mas não decidem nada, não sabem de nada até. Alguns, até pensam que estão a ganhar alguma coisa, mas nada, é vítima também, é povo, é população porque ganha medalhas e até, quando é apanhado é punido, é preso ou é demitido do seu trabalho. Agora, tem aqueles que controlam o sistema, os empresários que, aqui no nosso país dizer empresário é o mesmo que dizer políticos. Esses sim, esses e seus capangas sim. Esses é que fazem a grande população sofrer, que faz o

trabalhador, o assalariado, o pai de família sofrer [Rodrigo. Nacala, 04/08/2013].

Ana Paula é da mesma opinião e, inclusive, especifica ainda mais os adversários e defensores de interesses antagônicos aos seus:

Eu acho que os prejudicados somos nós, sempre. Os que estão em cima, os que têm amigos no aparelho do Estado estão bem... Nós ficamos a lutar entre nós, mas quem ganha só fica lá de cima a olhar e eles é que ganham, há quem ganha hoje e perde amanhã, pouquinho, mas há quem ganha sempre, independentemente de tudo. Então, de uma forma mais geral, pensando no país inteiro, há mais riqueza concentrada lá no Sul. Por quê? Porque é lá que está quem decide as coisas, quem manda. É por isso que Dlakama queria levar a capital para Beira. Naquela altura, eu não concordava, mas agora vejo que sim, se tivessem feito isso, as coisas estariam melhores... *[Com melhor distribuição da riqueza do país e com melhores oportunidades de corrupção para todos?]* Os dois, porque, lá fica muito longe e quando dizem uma coisa, você, às vezes, não sabe se é verdade ou não. Então tem que esperar a direção nacional confirmar, o ministério. Já a corrupção, que é o que estamos a falar, não sei, mas acho que seria a mesma coisa. Acho que passaria a haver mais corrupção aqui e mais riqueza também. Porque é assim mesmo, onde há corrupção, há riqueza também. *[Tem certeza disso?]* Não é que há riqueza em si, mas há pessoas ricas, que fazem os negócios. Então, as decisões daqueles lá de cima, estaria aqui mais perto e com pessoas daqui também. Porque essa história de desprezar os outros, começou com eles lá do Sul e agora que estão no poder, precisam governar é que vem com esse papo de Moçambique para todos, que somos todos iguais [Ana Paula. Nacala, 02/09/2013].

Mais uma vez, é interessante notar que no discurso da alternância do poder político entre *Os do Sul* e *Os não do Sul* formulado por Ana Paula está, mais uma vez, não para possibilitar a participação dos excluídos na tomada das decisões políticas ou para o amadurecimento da democracia em Moçambique. O que está em jogo, é algo de certo modo perverso. Ou seja, quer-se a democratização do acesso ao controle do próprio problema em causa: a corrupção. Ela, a máquina da corrupção é vista por alguns dos entrevistados como o fim a ser alcançado e é nesse sentido que a alternância do poder político é fundamental. Os fundamentos de Alexandre para defender o mesmo ponto de vista que o da Ana Paula estão, segundo ele, na perpetuação do poder nas mãos de *Os do Sul*:

[Mas, por que os machanganas, o que eles têm a ver com isso? O que eles têm a ver coma corrupção?] Olha meu filho, aqui nesta Terra, quem manda são eles e eles estão a comer as nossas riquezas sozinhos. É isso que eles fazem, entre eles. Mesmo quando eles colocam ministros ou diretores daqui do Norte ou do Centro, tem que ser aqueles mais quietinhos, que coadunam com eles, só para enganar os *matrecos*! Qualquer lugar, te digo uma coisa, qualquer lugar que tem esquema de corrupção, você vai encontrar os

serviçais – como chamávamos no tempo colonial – que hoje, são os *senas*, os *ndaus*, os *macondes*... Mas o grosso mesmo, o dinheiro de verdade, que faz a pessoa ficar rico de verdade, vai parar na mão dos machanganas, de uma maneira ou doutra, esse dinheiro vai parar na mão deles. Você não vai saber o nome, nem vai ver a cara. Às vezes, aqueles mesmos que trabalham, que recolhem dinheiro nas repartições do Estado do Rovuma ao Maputo, também não conhecem o chefe, massabem que o dinheiro vai para lá, para o chefe. Afora, diz-me lá meu filho: tem um chefe grande, quando vais a algum lugar vês um chefe, chefe de verdade, não é esses chefezinhas, esse chefe, o grande, é de onde? É de Manica? Sofala? Mas quando!? Quando não é de Maputo, quando muito, é de Gaza ou Inhambane e pára aí mesmo! *[Entendi!]* Então é isso mesmo... Por isso sofremos todos, mesmo aqueles que não concordam, que não querem ser corruptos, sofrem também. Mesmo aqueles que querem ter uma vida honesta, sem se infectar, sofrem e precisam se infectar para viver. O mundo está ao contrario mesmo (...). Então, é isso, a corrupção é uma coisa, um comportamento maldoso para com o país que afeta toda a sociedade. Mas como todos às vezes perdem e às vezes ganham com a corrupção, nunca vai haver alguém que vai dizer basta, chega. Quando diz, é porque está naquela fase de perder! [Alexandre. Nacala, 31/07/2013].

Outra questão que conduziu os entrevistados a refletirem sobre quais seriam seus adversários e defensores de interesses contrários aos seus em relação ao problema da corrupção no país foi a discussão da difundida ideia de unidade nacional em Moçambique. Busquei saber o que eles entendiam por unidade nacional e, até que ponto ela, caso fosse uma realidade, influenciaria na problemática da corrupção. Justamente porque há um intenso trabalho das mídias estatais e do aparelho do Estado em geral de positivar e promover a ideia de unidade nacional em Moçambique, aspecto que passou a integrar a rotina cotidiana materializada em bordões como “stamos juntos”, julguei relevante promover uma reflexão mais aprofundada e centrada sobre esse aspecto, rompendo com a *rotina*: uma espécie de introdução da racionalidade frente às práticas diárias.

Sandoval (1994) ressalta que esferas não problemáticas de realidade rotineira podem perdurar até serem interrompidas pelo surgimento de problemas, conflitos ou fatos não-explicáveis. Assim, penso que qualquer que seja a análise da consciência deve-se considerar sempre os parâmetros da reflexividade e da escolha. Com esta provocação, a interrupção da rotina cotidiana colocaria em evidência um eventual comodismo utilitarista e pragmaticista que seria substituído por um estado de permanente reflexibilidade em função dos perigos que os interesses antagônicos e os adversários representariam. Considero também que este esforço foi necessário e importante na medida em que nesta dimensão, o pensamento utilitarista e superficial bem como o comodismo podem trazer efeitos nefastos ao indivíduo e a seus grupos de pertencimento.

Pessoalmente, considero a longa fala de Eduardo expressiva nesse sentido. Percebe-se nela uma reflexão que relaciona diretamente a ideia de unidade nacional em Moçambique e o problema da corrupção demonstrando o quanto a primeira mascara a segunda:

Para mim, não possível haver unidade sem haver igualdade... É complicado o cidadão do Norte do país sabendo que tem menos infraestruturas sentir-se unido ao cidadão do Sul, sabendo que ele tem tudo que ele tão tem... Então, é complicado. Não há uma relação de união, são pessoas que vivem em realidades completamente diferentes no mesmo país... Então, para mim, para haver unidade, tem que haver igualdade, ainda que não absoluta, que aí também acho muito utópico, mas pelo menos uma igualdade relativa de oportunidades. Sabe, as crianças de Norte terem a mesma oportunidade de ir a escolas iguais as escolas que tem aqui no Sul... Sim, porque mesmo que a gente ainda não tenha as melhores escolas aqui, do jeito que a gente quer, ainda assim, elas são bem melhores que as do Norte. E isso que estou a dizer também serve para hospitais e outras infraestruturas de serviço básico. Sim, somos privilegiados à nossa maneira. Como se explica uma família que não tem recursos ter que viajar do Centro ou do Norte para o Sul, pra aqui pra Maputo, às vezes, são mais de três mil quilómetros e dias de viagem, só para fazer uma simples operação no Hospital Central? Querendo ou não, uma família nas mesmas condições e que mora em Maputo, tem certa vantagem, entendes? Sabe, à medida que nós formos combater as desigualdades, automaticamente, a unidade aumenta, o sentimento de unidade aumenta e isso pode trazer resultados em termos de combate à corrupção porque os moçambicanos, do Rovuma ao Maputo, sentiriam que *yap*, o país é nosso e os serviços e os recursos são nossos. Não posso dizer que todos sentimos isso, é mentira. Então, sem unidade nacional a luta fica comprometida, e muito. Todos querem correr atrás das desvantagens, todos querem levar a melhor, é uma questão de sobrevivência. Nós os moçambicanos não sentimos que vivemos no mesmo país, então nossos interesses mais imediatos também são diferentes e isso não se refere só na questão de direitos básicos. Tu podes encontrar num grupo de trinta pessoas passando fome, elas são unidades porque vivem a mesma coisa e lutam pelo mesmo objetivo, mas se houver gente que come ali, vai ser complicado unir as pessoas. Então, dizer que existe unidade nacional em Moçambique é o mesmo que dizer que não há desigualdades, que não há discriminação social, o que não é verdade! Tem pessoas que têm uma visão romântica e supostamente somos unidos, mas eu prefiro perguntar: “As condições para sermos unidos estão criadas?” Eu acho que não! E as pessoas acham que esse discurso romântico é patriótico, eu acho que não, acho que nós precisamos nos fazer essa pergunta e ela só tem uma resposta que é “não, essas condições não estão reunidas!”. A gente faz discursos apaixonados e deixamos de olhar a realidade. Tem gente que acredita naquele discurso de que “Vamos produzir a riqueza e depois vamos distribuir...” Não é verdade, todos temos que produzir, todos temos o direito de produzir e depois usufruir dessa riqueza, entendes? O problema é que não se dá a todos o direito de produzir essa riqueza e, no final, uns aparecem como bonitinhos e são os que quase que fazem caridade ao repassar um pouco dessa riqueza aos outros, entendes? O que precisamos é de um sonho sonhado por todos e isso é o que está a faltar em Moçambique. Unidade nacional está nos discursos e nos comícios [Eduardo. Maputo, 29/08/2013].

Fernando, também pensa da mesma forma:

Acho que não há assim, uma forma de pensar igual em relação a isso. Uns ve de uma uma forma e outros de outra forma diferente (...). É só ver a partir da riqueza. Não a riqueza das pessoas, mas das regiões deste país. Hoje, quando nós aqui no centro ou norte reclamamos que não temos isso ou aquilo, os que estão no poder, anotam e quando chega a hora da eleição, eles trazem... Ou é escola, ou posto de saúde e, quando chegam, nas inaugurações, falam de unidade nacional. Essa é a nossa unidade nacional. Não conheço outra. Não há unidade nacional quando há desigualdade nos privilégios de uns irmãos com relação a outros. Acho que todos estão interessados em combater o que está mal e as pessoas fazem esforço, mas com aquele problema da aflição e a saber que outros estão a ganhar algum, a encher os bolsos, o que aparecer para mim, eu vou fazer os meus familiares ganharem também. É assim que funciona as coisas no nível mais dos governos, então, eu digo que há unidade nacional na política, só para não haver uma divisão de vez. Porque nós, que estamos aqui, não estamos em Moçambique [Fernando. Beira, 25/07/2013].

Assim, a percepção que o sujeito tem das classes dominantes é de especial importância para a construção de consciência política seja em relação a que problema ou questão for. Neste sentido, vale lembrar que, segundo Sandoval (1994), a ênfase da dimensão que se refere a identificação de adversários e interesses antagônicos está no caráter antagonístico das relações de classe (na medida em que esses são conflitos de interesse) e no significado que o indivíduo atribui ao antagonismo em termos de obstáculos para lograr benefícios materiais e políticos.

4.4. Eficácia política

Eu só posso dizer o que eu penso. Não sei se o que eu penso é o correto para vocês que estudam. Mas eu tenho minha opinião, que é aquilo que eu vejo acontecer todos os dias... *[Claro, é isso mesmo que me interessa... É exatamente o que senhor pensa que eu quero saber.]* Pois bem então, como eu vejo, a corrupção no meu modo de entender é um doença. Uma doença muito grave que pode afetar pessoas ou então um país inteiro, uma população de uma de uma vez para sempre. Sabe aquele tipo de doença como o Sida, que hoje há remédios para a pessoa melhorar, levar sua vida nas calmas, mas há de chegar uma hora que não há mais nada a fazer. Então, é esse tipo de doença que é a corrupção. *[Na sua opinião, então, Moçambique é um país doente?]*. Por demais, por demais até. Foi como que cada um contagia o outro, assim sucessivamente, até ficarmos todos doentes, todos picados, assim como faz conosco o Sida. Mas como a maioria já está picada, infeccionada, como se diz, parece que é uma coisa normal, já né se nota que estamos a conviver com uma doença, entende meu filho? É assim que eu vejo. Porque é assim: hoje em dia, eu, não posso viver e fazer as minhas coisas sozinho. Certo ou errado, não posso fazer nada sozinho. Preciso daquele e daquele, então, eles já são soropositivos, mas eu não sei. Então, só vou saber depois que já estou envolvido com aquela pessoa. Então, com a corrupção é mesma coisa... eles fazem você chegar a um nível que falta pouco para conseguires o que queres e depois dizem... *[Dizem vamos lá falar!]*. Exatamente! Então, dali para frente, yap, tens que molhar a mão de

não sei quem ... então já estás contaminado porque não queres perder teu tempo ou as suas coisas são mais importantes e vais pagar... Por exemplo, queres abrir um posto de saúde, vais pedir autorização na direção provincial da saúde, te dão. Depois vais na direção provincial das finanças, te dão. Depois vais na direção provincial do trabalho, te dão. Depois vais pedir o alvará aqui no município, ele te pede um refresco. Prontos, vai largar tudo o que fizeste durante meses, ou até anos por causa de um *machangana* filho da puta? Nada disso! Pagas! [Alexandre. Nacala, 31/07/2013]

Neste estudo, nada poderia ser mais preocupante – e, por consequência, merecedora de uma intervenção urgente – do que constatar que em Moçambique está presente essa “concepção infectocontagiosa” do problema da corrupção, conforme trecho extraído do depoimento de Alexandre. Não por acaso, iniciei a discussão sobre a eficácia política destacando-a. Ademais, é triste reconhecer que este equívoco cometido por Alexandre é partilhada pela grande maioria dos entrevistados: eles se vêm completamente impotentes perante o avanço da legitimidade e normatização da prática da corrupção no país. Mais: entendem que ela, inclusive, está na base das relações sociais, políticas e econômicas.

De fato, esta dimensão do Modelo de Consciência Política de Sandoval (2001) se refere, em certa medida, ao grau em que os atores sociais percebem ou estabelecem as possibilidades de sucesso em uma eventual síntese entre sua vontade de participar, de fato, dos processos referentes às estratégias de atuação traçadas para promover determinada mudança, motivada pelos seus sentimentos de injustiça e a defesa de seus interesses.

Assim, quando observo os discursos dos sujeitos políticos a respeito da eficácia política percebo, na maioria desses sujeitos, a consciência de que muitas vezes eles se vêm diante de situações, ações e estratégias absolutamente ineficazes e consideravelmente desmobilizadoras tal é a força e poder que a corrupção ganhou nas relações sociais e políticas em Moçambique.

A boa notícia é que há, contudo, a clareza de que inexiste a possibilidade de desistir da luta... Ao menos de desistir de ter esperança, de esperar pelo dia de glória, do dia em que as coisas serão diferentes. Entretanto, já o disse, entendo como problemática, principalmente entre Os não do Sul, a forma como essa vitória é concebida na medida em que ela não combate nem busca eliminar a corrupção – pelo menos no primeiro momento – mas sim, perpetuá-la, desta vez, sob sua “direção”.

O trecho a seguir, também extraído do depoimento de Alexandre, é bastante significativo e ilustra esse contexto:

Só pra chegar lá, pra ser presidente, você já tem que estar no esquema. E, quando já és presidente, vais ver a porta do seu gabinete. Um por um, “e então?”, “e então?”, “e então?”. São as pessoas que te ajudaram, que você sabe que, se não fossem elas, não estarias ali. Mas também tem que, há um pensamento de que quando entrar alguém daqui, tem que ajudar os daqui, para fazer um equilíbrio das coisas com o Sul. Isso, não é justo, eu sei, mas vai acontecer. Eu te digo, vai acontecer mais dia menos dia. Então, quando você me pergunta se vai acabar, ou se é possível acabar com a corrupção aqui em Moçambique, eu te digo: não. Agora se você me dizer que sim, eu te digo de novo: talvez, mas vai demorar muito porque aqui, as pessoas até já nem passam tanta fome como antes. Então, nós aqui, não queremos mais megalhinhas, queremos o poder mesmo. Queremos ver como se comportariam eles sem o poder, sendo mandados por nós. Queria ver eles falarem de unidade nacional e essas coisas todas que falam na TVM [Alexandre. Nacala, 31/07/2013].

Conforme se vê, está presente no depoimento de Alexandre, o sentimento de “vingança” e isso é deveras preocupante porque ao invés de Alexandre pensar na construção de algo maior, que ultrapasse a corrupção e os problemas que dela derivam, ele está preocupado com a vingança em si. Ou seja, deseja que, acima de tudo e necessariamente, os que hoje se beneficiam da corrupção experimentem a condição de excluídos e injustiçados sem que isso possibilite a construção de uma nação mais justa e igualitária perante a coisa pública. O depoimento de Estela também deixa clara a tendência de normalização da corrupção na sociedade moçambicana na medida em que, ao contrário da esperada condenação social e/ou legal, há uma aceitação e, inclusive, as pessoas têm “inveja” de que tem a possibilidade de ganhar a vida a partir da corrupção. Ela entende que há corrupção em todos os lugares do mundo, no entanto, em Moçambique...

[...] é normal, a pessoa não vai pra cadeia, não é mal olhado nem nada. Pode viver muito bem enquanto todos sabem que aquele dinheiro ali é dinheiro que ele recolhe de pessoas necessidades, entendeste? Acho que em outros países não é assim. As pessoas pelo menos tem onde queixar e quem faz isso, sem esconder bem, quando descobrem vai pra cadeia. Tem outros países até que quando a pessoa sabe que epa, já me descobriram, ele se mata porque sabe que não vai escapar. Que, não há como escapar. Agora aqui, quando vai chegar esse dia? Não estou a dizer que a pessoa tem que se matar, mas pelo menos, ter vergonha de andar na rua. Sabes por que ele não tem vergonha. Porque sabem que as pessoas, em vez de queixarem, têm inveja, querem estar no lugar dele, a fazer o que ele faz. Então, as pessoas em vez de ter raiva e queixar, não, as pessoas têm inveja. É um povo isso mesmo, é um país assim, para você aprender a ser cidadão do bem? Não né! [Estela. Beira, 19/07/2013].

Outro elemento de que lancei mão para entender o sentimento de eficácia política em relação ao fenómeno da corrupção foi questionar os entrevistados acerca das

políticas públicas levadas a cabo ou que podem ser desenvolvidas para fazer frente ao problema da corrupção no país. Mais uma vez, foi quase unânime a ideia de que sendo os agentes de tais políticas públicas pessoas interessadas no *status quo* estabelecido – onde prepondera a prática da corrupção, onde a corrupção é um meio de vida – suas ações já estariam “infectadas”, para me fazer entender a partir da expressão usada por Alexandre. Observe-se, por exemplo, o que pensa Aníbal sobre a possibilidade de combater a corrupção a partir da concepção e efetivação de políticas públicas pensadas exclusivamente para este fim. O estudante acredita nelas...

[...] Principalmente se bem implementadas, bem controladas, podem ajudar sim e muito. Mas o problema não é esse... [*Qual é?*] O problema é justamente que vai fazer essas políticas públicas, entendes? Como eu te falei, as pessoas complicam os serviços que são simples para você ter que pagar então, talvez, não há possibilidades de termos essas políticas públicas com essa lisura toda que era de se esperar... Eu já conversei sobre isso com colegas aqui... Mesmo se você pagar o caso dos funcionários das alfândegas, que dizem que tem os melhores salários do país, digo isso porque se calhar, mesmo a questão dos salários não resolve... Então, mesmo esses que dizem que têm bons salários, também dizem que são os mais corruptos de todos. Então, é complicado. Mesmo a denúncia, acho que só um slogan do governo... [*As pessoas denunciam a corrupção?*] Já ouvi alguns casos, mas bem poucos... Mas nessa nossa realidade, você denuncia, as pessoas vão achar que você é um extraterrestre entendes. Aqui, é muito normal, então, as pessoas fazem às vistas de todos mesmo e te mostram que não estão com receio de você denunciar... De certa forma, é uma intimidação entendes? Eles mostram que há um sistema forte e que não adianta você fazer nada. As pessoas que iam trabalhar com isso, ou que trabalham com isso, também sentem essa mesma pressão. Então, digamos, eles já fazem parte desta realidade que estamos a viver, que estamos a tentar enfrentar, mas não estamos a encontrar uma saída [Aníbal. Beira, 25/07/2013].

Rodrigo também pensa do mesmo jeito:

Acho que é difícil, não acredito porque são eles mesmos. Pode-se implementar, se institucionalizar uma lei que projete ele. Aliás, é isso que acontece. Implementa-se coisas em seu próprio benefício ou sabendo que essa norma vai prejudicar aqueles que querem incomodar eles, entendes? É isso mesmo! Agora, estamos a falar de coisas práticas, é isso mesmo. Eles têm tudo lá, são intocáveis porque eles é que fazem as próprias leis e fazem para que projete a eles, para que beneficie a eles mesmo. Então, o poder política também está nesse jogo [Rodrigo. Nacala, 04/08/2013].

De fato, ouvindo essas colocações dos entrevistados me faz pensar que é cada vez mais forte o sentimento de ineficácia, de insucesso quando eventualmente se vislumbra possibilidades de promover ações busquem mudar ou resistir ao fenômeno da corrupção. Ou seja, inocuidade de tais ações se estabeleceu enquanto uma crença social

altamente enraizada nas experiências vivenciadas por moçambicanas e moçambicanos e que, de forma relativamente exaustiva, relatei no primeiro capítulo deste texto. Por outro lado, estas mesmas colocações relacionadas a eventuais políticas públicas de enfrentamento ao problema da corrupção em Moçambique me remeteu àquela frase de Huntington (1975), segundo a qual, em termos de uma discussão que relacione a corrupção e o crescimento econômico. Para este autor, neste caso, a única coisa que pode ser pior do que uma burocracia rígida, supercentralizada e desonesta é uma burocracia rígida, supercentralizada e honesta. Esta observação – altamente polêmica por sinal – resulta do fato de que, ele encara o desafio de analisar a relação entre a corrupção e as leis e entende que a corrupção pode ser um caminho a ser trilhado como forma de superar as normas tradicionais e/ou os regulamentos burocráticos que emperram o desenvolvimento econômico. Vejamos o que diz Sandra a respeito:

Muitas das vezes, por mais honesta que uma pessoa seja, por causa do meio onde está, pode se ver numa situação, não porque ela quer, mas por causa do meio onde se encontra, ela se vê sufocada... Ela diz “Eu não posso! Não posso, não posso, não posso” Mas esse não posso significa travar um esquema de muitas outras pessoas que se beneficiariam e que estão a esperar daquilo que essa pessoa está a travar ali entendes... E, o mais perverso, é que essa pressão vem de cima, a gente sabe, temos um Estado que é corrupto e, de alguma forma, você se opor a corrupção é se opor a máquina do Estado, não é perverso isso? Então, por causa da pressão, às vezes ela acaba cedendo mesmo, mesmo que não queira...Hoje em dia contam-se várias histórias por aí de pessoas que eram assim no trabalho e, epa, morreram misteriosamente por causa disso, porque não queriam se envolver, não queriam se entregar à corrupção, a esse mundo desonesto [*...e, você conhece alguma história, alguém que você conheça mais de perto que passou por isso?*] Não que eu conheça, aliás, o caso mais famoso é do próprio Samora Machel. Afinal, já sabemos que ele foi assassinado né. Mas, por quê e por quem? Acho que depois daquilo que o país virou com a morte dele, dá pra concluir muita coisa não achas? Acho que esse é um bom exemplo da alta, da grande corrupção mesmo. Samora Machel estava a travar os negócios ou a possibilidade de negócios de muita gente e gente que, também tinha certo poder e mostraram esse poder [Sandra. Maputo, 112/07/2013].

Alexandre, não só usa a mesma expressão que Sandra – “travar” – como também defende a mesma ideia...

Mas, na maioria das vezes, mesmo que você, individualmente, tem vontade de fazer diferente, honestamente, é influenciado, é engolido pelo sistema, como costumamos dizer aqui, entendes, então, nem sempre dá para ser honesto ... [*Como assim?*] Na maioria das vezes, por mais honesta que uma pessoa seja, por causa do meio onde está, pode se ver numa situação em que você tem que jogar as regras do jogo, senão você é a pessoa que atrapalha tudo e tem que ser afastada, descartada. A máquina precisa rodar, funcionar, a máquina da corrupção funciona em coletivo, se um não funciona, não faz a sua parte, trava tudo, é preciso trocar, entendes? É como a peça de um carro,

pode ser pequena, mas quando está estragada, avariada, o carro por mais grande que seja, não anda por causa daquela peça [Sandra. Maputo, 12/07/2013].

Ainda que polêmica, esta visão do problema que os entrevistados manifestam está, de certa forma, prevista nos estudos sobre a corrupção. Basta lembrar que, em Huntington (1975), se por um lado, a corrupção pode acentuar as desigualdades existentes – e continuar sendo um fator de reprodução do sistema e de estabilidade política – já que privilegia aqueles que já detêm maior acesso ao poder político e, portanto, maior acesso às riquezas do país; ela também pode, por outro lado, ser um canal de acesso gradativo à participação política e à integração de novos grupos no sistema. Assim como a corrupção decorrente da expansão da intervenção governamental pode estimular o desenvolvimento econômico. Por isso mesmo, para este autor, não por acaso, ao contrário da prática nos países desenvolvidos, os países em modernização podem aceitar como normal a utilização difundida do cargo público para a obtenção de riqueza, enquanto, ao mesmo tempo, encaram de maneira mais rigorosa o uso da riqueza para a conquista de um cargo público.

Posto isto, para finalizar, gostaria – porque julgo pertinente – lembrar aqui a interpretação de Charles Taylor (2000) quando afirma que o maior dano da corrupção é a perturbação do elo social básico – a confiança no outro. Segundo este autor, a corrupção está associada diretamente à incapacidade institucional de permitir a participação dos indivíduos na vida pública. A corrupção afeta os indivíduos, mas é na falência de seus vínculos com a sociedade que ela se manifesta de forma efetiva. Incapazes de participar, ou de assumir seu papel na instituição de um autogoverno, que para ele deve caracterizar um Estado republicano, os cidadãos perdem o sentido de identidade coletiva, que está na raiz das sociedades fortes e florescentes. A ideia de *bem comum* só pode aparecer em comunidades nas quais o sentimento de pertencimento a um todo é capaz de levar os indivíduos a agir em favor de objetivos que são reconhecidos e aceitos como de toda a comunidade. Perdido o elo dos cidadãos com o Estado republicano, as portas estão abertas para uma série de processos que ameaçam a sobrevivência das sociedades organizadas sob os valores da república.

De qualquer forma, se esta dimensão diz respeito ao sentimento em relação à sua capacidade individual e/ou coletiva de intervir em uma situação política específica e nela estão previstas três interpretações para identificar as causas e motivações que indivíduos atribuem aos fenômenos sociopolíticos – (a) Forças transcendentais:

fenômenos históricos, desastres naturais ou intervenção divina. Produz baixo sentimento de eficácia política, gerando, via de regra, situações de submissão e conformismo frente às situações de angústia social; (b) Soluções individuais: as pessoas atribuem a si mesmas as responsabilidades acerca do que acontece e, por isso, procuram soluções individuais para situações sociais e; (c) Ações de outros indivíduos ou grupos: as pessoas acreditam que situações de angústia social são resultantes das ações de grupos ou indivíduos, o que pode levar a um sentimento de coragem para a mudança da situação – vale pontuar que, este estudo indica que, em Moçambique está mais presente a primeira interpretação: a de forças transcendentais. Ou seja, no país, registra-se um baixo sentimento de eficácia política.

4.5. Sentimento de justiça e injustiça

Ao analisar a construção dos sentimentos de justiça e injustiça entre moçambicanas e moçambicanos no que respeita ao fenômeno da corrupção, a primeira constatação a ser mencionada é que esta dimensão está estritamente ligada àquela que se ocupa da formação das identidades coletivas. Pode-se até dizer que esta dimensão – sentimento de justiça e injustiça – é decorrente daquela, ou até mesmo, motivadora do reconhecimento do grupo e do pertencimento a ele.

Quando tratei das identidades coletivas considerei que em torno desta discussão se formaram dois grupos identitários principais: as *mulheres* e *Os não do Sul* e que ambos se colocavam como vítimas da corrupção em Moçambique. Na ocasião, assinalei também que, diante da fragilidade dos elementos que ora aproximam, ora distanciam os diversos atores sociais quando confrontados pelo fenômeno da corrupção – quer seja para resistir ou para aderir – tanto a noção do coletivo *mulheres*, enquanto minoria simbólica marginalizada e sexualmente explorada e; de *Os não do Sul*, enquanto minorias étnicas simbólicas que arcam com o ônus do jogo da corrupção, são extremamente fortes. O dado surpreendente – e que demandou a retomada da discussão sobre as identidades coletivas para ser considerada aqui na análise da dimensão sobre o sentimento de justiça e injustiça – é que ambos os grupos identitários, em vez de indicarem os *homens* e *os do Sul*, respectivamente, como seus algozes, entenderam que são vítimas das necessidades extremas que impõem sacrifícios em um contexto de vida difícil, de sobrevivência.

Por isso mesmo, neste momento, a tarefa de analisar os sentimentos de justiça e injustiça revela-se especialmente difícil e complexa. Tanto é assim que raríssimas vezes os entrevistados fizeram uso das palavras “justiça” e “injustiça”, exceto quando estes dois conceitos foram mencionados na questão a ser respondida. Assim, da mesma forma que julguei alarmante a não identificação dos algozes previstos à priori, sou invadido agora pelo mesmo sentimento: é preocupante que nos discursos sobre a corrupção em Moçambique raramente, mas muito raramente mesmo se fale – instintiva ou voluntariamente – em justiça ou injustiça. Isso encaminha para o fato de que, há elementos mais do que suficientes para se pensar que, em Moçambique, a corrupção está normalizada como parte da vida, do cotidiano ordinário da vida.

Vejamos algumas das respostas à pergunta “Quando você se depara, quando você assiste ou presencia um caso de corrupção, que tipo de sentimento isso gera em você?”. Claramente, a questão, mesmo se fazer menção às palavras justiça ou injustiça, remete a elas. Eduardo, por exemplo, respondeu:

Epa, pra mim é complicado porque... Eu sou anticorrupção, não gosto de corromper nem de ser corrompido e, acredito que a maioria dos moçambicanos, desprovidos do poder, pensam como eu... Quando eu presencio algo assim é difícil intervir porque é como se você estivesse apontando o dedo para toda a sociedade, não é para aquela ou para aquelas duas pessoas específicas que você está apontando o dedo, é para toda a sociedade... Então, é como se tu não tivesses razão porque aquilo é uma norma, se todos fazem, tu é que é que és anormal... É um sentimento de impotência porque ao denunciá-los, é como se estivesse a quebrar um pacto... É um pacto – acho que essa palavra ajuda muito – é um pacto, não foi assinado, mas existe e quando tu denuncias ou acusas, estás a quebrar um pacto. E, as pessoas podem te rejeitar por isso. A forma que tenho de não ficar indiferente é através da minha música. Às vezes eu posso não querer participar de uma transação corrupta e essa hipótese sempre existe, mas vai ser complicado denunciar... [O que é que falta para denunciar, por que é que é complicado?] É aquilo que eu estava a dizer... É como se quisesse julgar o diabo no inferno, é complicado porque toda a gente vai rir de ti... Ninguém é proibido de denunciar, mas questionaste-me muito sobre isso porque a probabilidade da pessoa que vai receber sua denúncia ser corrupta também é muito grande... Depois também isso gera uma certa frustração porque ficas a pensar “eu não sou corrupto”, “não aceito”. Mas termina nisso, apenas vou salvar a minha integridade, mas ir além, que seria bom, é difícil porque o sistema que deveria nos proteger é muito frágil... Há muito amiguismo e clientelismo, não sabes até que ponto essas pessoas não estão macunadas e não sabes se eles vão se vingar de ti. Para mim, o fundamental é mudar a consciência das pessoas, yap, a consciência das pessoas... Há sempre o risco de represálias... Depois aqui, como se diz, que está por trás da lei é a autoridade e os moçambicanos no geral não são autoridades... Se as instituições de combate à corrupção nos apresentassem resultado, provavelmente teríamos mais coragem de denunciar, não temos exemplos sérios de pessoas que são punidas... Então fica difícil, fica muito difícil porque você se vê muito pequeno, muito desamparado nessa luta toda

ai, que é pra gente grande, entendes? Pelo menos esse é o sentimento [Eduardo. Maputo, 29/08/2013].

A resposta de Sandra chama especial atenção na medida em que ela relata uma situação de abuso de poder por parte de autoridades policiais em que ela foi vítima de tentativa de extorsão. Entretanto, mesmo relatando uma experiência difícil pela qual passou, jamais usou as palavras justiça ou injustiça:

Mesmo eu já fui abordada na estrada pelos polícias de trânsito. Param, exigem documentos, quando seu farol, por exemplo, não acende bem e ele diz “Epa, vou ter que passar a multa minha senhora” e você não tem diz “Pode passar a multa”... Mas ele não quer passar a multa e te diz assim mesmo... Ahhh... “Vais querer a multa mesmo em vez de resolver comigo aqui, é só eu ir tomar uma cerveja aí e prontos” e ainda dizem pior, assim “Porque queres me dar trabalho, vamos lá resolver entre nós mesmo... Tás a ver, quando você exerce seu papel de cidadão, se prontifica a pagar a multa, ele diz que você quer dar trabalho. Mas, afinal, ele está ali para fazer o quê afinal? Então é assim que acontece, as coisas estão tão invertidas que, quando as pessoas saem de casa de manhã, para irem trabalhar, não estão a pensar no salário do fim do mês, estão a pensar nas negociatas que vão fazer naquele dia estando no trabalho. E, pior, se aproveitando do cargo ou lugar que ocupam nas empresas. É assim que os moçambicanos pensam, entendes... É que, por mais que você tenta não generalizar, ser politicamente correto como se diz, eu acho que, na verdade é a maioria das pessoas que faz assim, acho que, yap, o moçambicano é corrupto mesmo... [Sandra. Maputo, 12/07/2013]

Aníbal, idem... Não falou nem de justiça, nem de injustiça, limitou-se a dizer que é uma situação que o faz sentir-se mal porque retira-lhe aquilo que lhe é de direito como cidadão moçambicano que é.

Realmente, me sinto muito mal porque tenho que estar sempre a pedir o que, como cidadão, é do meu direito, entendes? Me sinto mal mesmo e acabo por cair na corrupção porque chegando lá, pra tratar um documento, por exemplo, tenho que conversar com a pessoa, saber o nome dela, pedir o telefone, porque preciso estreitar relações para ele me atender, mesmo sabendo que a única coisa que eu deveria dizer não é nada mais do que um bom dia ou um boa tarde, entendes, percebeste? Isso é muito chato, mas acredito que tal como eu, muitos moçambicanos não têm saída, não há outra maneira. Aqui, realmente, a vida não anda sem a corrupção. Aqui, você acaba caindo nesse sistema, então, eu sinto-me mal mesmo. Não acho que seja uma coisa positiva [Aníbal. Beira, 25/07/2013].

Já a colocação de Juliana possibilita uma análise um pouco mais profunda na medida em que, ao responder à pergunta, tal qual a maioria, não usou as palavras “justiça” e “injustiça”. Por outro lado, fez questão de se colocar em primeira pessoa: a primeira situação em que ela seria prejudicada pela corrupção, Juliana revela que, para este caso, o sentimento seria de satisfação, afinal, algum desejo foi realizado apesar dos

meios e; outra, em que ela seria prejudicada, o sentimento desta vez seria de frustração e indignação por não ter sido respeitada e/ou considerada em detrimento de alguém. Em suas próprias palavras:

É assim... Quando não é do meu benefício, é claro que fico indignada, mas quando estou aflito, preciso daquilo, tenho que corromper. São sentimentos que mudam muito de acordo com as circunstâncias em que estás a viver aquilo. Porque, às vezes, quando és tu que te beneficias, queres que as outras pessoas entendam, como se elas também não tivessem suas preocupações. Mas, quando és tu o prejudicado, não consegues pensar assim porque quando estás aflito, isso, com qualquer pessoa, quando estás aflito, sempre achas que a sua preocupação merece a maior das prioridades em relação às outras. Então, por isso não há só um sentimento em relação a corrupção, são vários mesmo. Então é assim, quando você está ali, é bom, é vantajoso, a outra pessoa se chateia, mas todas as pessoas vivem os dois lados, por isso é que elas não conseguem se condenar, entendes? A mesma pessoa que condena hoje, tira proveito amanhã e assim a vida vai, o dia-a-dia. Mais uma vez, eu repito, é nossa forma de sobreviver, enquanto alguém não resolver o problema como um todo, vamos continuar sobrevivendo assim mesmo? [Juliana. Beira, 24/07/2013].

Outro detalhe interessante é que, mais uma vez, está presente na fala de Juliana a questão da *sobrevivência* diante da corrupção. De fato, existem mais exemplos que ilustram este aspecto. Entretanto, vou colocar aqui, apenas para fins de registro, a única ocasião em que, para esta questão, foi mencionada a palavra injustiça. Seu autor foi o Valter, que disse, de forma sucinta: “Mal, me sinto mal porque a corrupção não tem como acontecer sem causar injustiças nesse nosso mundo... É feio. Não pode assim e não dá pra você fazer nada, é só lamentar mesmo”.

Por outro lado, a totalidade dos entrevistados fez a relação entre justiça e corrupção. De uma forma geral, pode-se dizer que estabeleceram que a corrupção só tem lugar, só se realiza e se perpetua na ausência da justiça... Entendem, de fato que a corrupção causa injustiças no mundo. Alexandre preferiu mostrar um aspecto particular da corrupção em Moçambique:

Olha, a relação existe, só que neste país, ao contrário. A justiça, não pune os corruptos, mas as vítimas da corrupção, que é o povo. Onde o governo funciona, sim, há menos corrupção porque a justiça é feita contra os corruptos, seja de pequeno, médio ou grande escalão. Quem faz coisa errada, vai para cadeia. Não há conversa [Alexandre. Nacala, 31/07/2013].

Ana Paula destacou a ideia de que a corrupção impede o desenvolvimento de potenciais talentos para diversas áreas de atividade social, política e econômica. Reforça também que ela cria o abismo entre ricos e pobres e, os segundos, no caso específico de

Moçambique, só podem lograr algo caso conheçam alguém que seja influente. Diz ela, por exemplo que, “infelizmente, mesmo com dinheiro na mão, pronto pra abrir um negócio, se você não conhecer alguém poderoso, não vais conseguir fazer nada. Então, além de teres o dinheiro para molhar as mãos das pessoas, tens que conhecer aqueles que decidem tudo [...]”. Como mulher, queixou-se que seu grupo é explorado sexualmente em Moçambique:

Hoje, precisamos dormir com alguém para conseguir emprego, o que é muito chato, acho que é porque o governo não faz o que tem que fazer e as pessoas se aproveitam disso. Então, há relação sim, porque quem faz a justiça é um órgão do governo e quando ela não faz, as pessoas sabem que não há problema, então fazem a corrupção, aos olhos de todos... Não sei se vai acabar a corrupção, depende lá dos nossos líderes [Ana Paula. Nacala, 02/09/2013].

A dicotomia entre Os do Sul e Os não do Sul também está presente na reflexão de Ana Paula que relaciona a corrupção à justiça e, para ilustrar isso, ela usa sua própria experiência. Ali, é possível ver o sentimento de injustiça como operadora do sentimento de revolta.

Eu fico muito indignada, muito revoltada mesmo, com muita raiva. Imagina você, na minha posição, uma situação que eu passo quase todos os dias lá no meu serviço. Eu te digo, se fosse com qualquer outra pessoa, já teria perdido a paciência. Nem eu, eu não sei o que ainda estou a fazer ali naquele sítio. Sabias que aquele pessoal que trabalha na administração, quando tem problemas lá dentro, me chamam, eu que estou no balcão, para ajudar a resolver, ou pelo menos indicar uma solução? Acreditas? Não sabem nada... Ai dizem... ‘verifica lá bem essa planilha e se tiver algum erro nos avisa, assim já vais treinar pra quando fores promovida’. Coisas fáceis sabe, coisas que você aprende ainda no curso, digo, esses cursos de computadores. Ou então, contas e procedimentos que, epa, qualquer contabilista, no primeiro semestre, já aprende... Eu faço e quem é reconhecido pelo chefe são eles. Quanto tempo você aguentaria isso? Dá raiva sabe? Vais queixar onde? Epa, fico superchateada, é revoltante [Ana Paula. Nacala, 02/09/2013].

Fernando aponta para o fato de que a justiça em Moçambique estar à serviço da corrupção o que tira qualquer possibilidade de moçambicanas e moçambicanos denunciarem as práticas corruptas visto que, quando isso acontece, os denunciantes é que arcam com as consequências negativas de terem agido como cidadãos responsáveis e exemplares.

Em Moçambique há sim, uma relação de serem cúmplices um do outro. É aquela coisa que falei de meter queixa. Se você mete queixa, a juiz e os polícias não te garantem nada, já sabemos de que lado ela está. Então, em vez

de haver aplicação da justiça para essas pessoas, não, não há. Quem sofre na verdade és tu mesmo que apresentas a queixa, a denúncia [Fernando. Beira, 25/07/2013].

Se antes, a injustiça gerava o sentimento de revolta, aqui, ela gera o sentimento de humilhação. Já Estela, aponta para o fato de que a falta de justiça para punir e/ou responsabilizar os corruptos em Moçambique, além de reforçar o sentimento de impunidade, tira das pessoas que, por opção, não querem cometer atos ilícitos a possibilidade de serem cidadãos corretos. Ou seja, já que a ausência da justiça pune quem denuncia, ou que não quer “fazer parte do esquema”, para Estela, muitas pessoas se vêm obrigadas a integrar o esquema como forma de salvaguardar sua integridade, como forma de sobrevivência. Em suas próprias palavras:

Deveriam se relacionar sempre... A justiça deveria ser feita para aqueles que praticam a corrupção. Mas isso não acontece aqui. O que acontece aqui é injustiça para os que denunciam ou negam ser corruptos. Há vários casos de pessoas que não querem, mas são obrigados a ser corruptos. Nosso governo não protege [Estela. Beira, 19/07/2013].

Por fim, Martinha denuncia o fato de que a justiça em Moçambique está à serviço dos “fortes” e pune “só os fracos”. Ou seja, só caem nas barras da justiça – e isso acontece raramente – autores da chamada pequena corrupção. Já os protagonistas da grande corrupção ficam totalmente impunes, a justiça age sempre a seu favor. Dito de outra maneira, a justiça é injusta.

Ahhh, parte-se do princípio que a corrupção é um crime e a instituição que temos que resolve esse tipo de problema é a justiça, o ministério da justiça, no caso... Por isso é uma relação que deveria funcionar, mas ahh, acho que não está a funcionar essa relação... O gabinete, por exemplo, leva uns pra cadeia, outros para julgamento, outros pagam multa, enfim... mas os grandes mesmo, a gente nunca vê ser presos, ser julgados, só os mais pequeninos, que recebem sei lá, cinquenta ou cem mil... Acho que é uma relação que deveria existir, mas pelo menos aqui, não existe! [Martinha. Maputo, 26/08/2013].

De todos esses relatos, podemos considerar duas hipóteses: a primeira – que confesso, estou mais inclinado a acreditar – é que a falta da citação das palavras “justiça” e “injustiça” nas reflexões sobre a corrupção seja resultado de que a falta dela (da justiça) seja algo corriqueiro. Daí que os entrevistados não mencionam essas palavras especificamente porque entendem que essa é uma questão dada, um fato concebido e que, portanto, seria redundante fazer menção a elas: o mais importante,

pensam eles, é pensar para além disso, além desse debate que, ainda que necessário, é primário demais para o atual estágio das coisas. A segunda hipótese seria a de que a falta do uso destes conceitos seja o reflexo do fato de não haver um inimigo, um algoz concreto, personificado a quem possam depositar as responsabilidades. Desta forma, da mesma maneira que os inimigos dos grupos coletivos são o *problema em si*, é também, por consequência, abstrato (governo, sistema judiciário, etc.) o elemento a quem depositariam a responsabilidade das eventuais injustiças causadas pela corrupção no país.

Contudo, o mais importante a reter aqui é que os sentimentos ligados a esta dimensão constituem a consciência política na qual estão compreendidas as formas como o sujeito percebe os arranjos sociais em termos de sentimentos de reciprocidade social entre os atores considerados pelo sujeito. Baseando-se no conceito de justiça social de Moore (1978), Sandoval afirma que ela é “a expressão de sentimentos de reciprocidade entre obrigações e recompensas. [...] Sempre que os indivíduos acreditarem que foram contrariados no equilíbrio das relações de reciprocidade, ele entenderão esta ruptura da reciprocidade em termos de injustiça.” (Sandoval, 2001:189)

De fato, o que constitui uma relação equilibrada de reciprocidade e o modo como o sujeito percebe a violação dessa relação são processos sócio-históricos complexos. Assim, certamente uma grande parte dos critérios para medir noções de reciprocidade são histórica e contextualmente determinados. Não obstante a isso, quando estes sentimentos de reciprocidade deixam de existir por alguma razão ou foram violados, constituindo, assim, uma situação injusta, provocam o descontentamento coletivo e o subsequente protesto. É comum notar que toda a reivindicação dos movimentos sociais se dá contra uma situação de injustiça. Por conseguinte, observamos que quando as pessoas se referem a sua participação em movimentos sociais fazem alguma referência à noção ou sentimento de injustiça que são utilizadas para legitimar suas reivindicações e responsabilizar os adversários. Entretanto, em Moçambique, me parece, a necessidade de lidar com a injustiça como forma de sobrevivência deturpou esse encadeamento dos sentimentos que levam à participação.

4.6. Vontade de agir coletivamente

Esta penúltima dimensão do Modelo de Consciência Política de Sandoval (2001) se refere ao grau de disposição dos atores sociais em participar ou à vontade individual de participar, de fato, de processos reivindicatórios em que estão envolvidos. Aqui se observa seu posicionamento no que se refere à vontade de agir frente a problemas que enxergam à sua volta, as estratégias de atuação traçadas por eles, somadas aos seus sentimentos de injustiça, de seus interesses e sentimentos de eficácia política.

Há dois aspectos que venho pontuando neste capítulo e que, mais uma vez, se faz necessário retomar: o primeiro, diz respeito às fronteiras tênues entre as sete dimensões que constituem este modelo de análise, isto é, muitas vezes, determinado discurso pode servir ou se enquadrar em mais de uma dimensão e; o segundo, se refere às possíveis relações de correspondência, ou melhor, de continuidade que vai de uma para outra dimensão. Desta vez, me refiro à possibilidade de determinado discurso, que aparentemente desconexo, com pouca ou nenhuma lógica, pode encontrar sua continuidade, seu sentido, em outro momento do discurso (de um mesmo sujeito) que se enquadra em alguma outra dimensão.

Reforçar esse aspecto aqui se faz necessário – e isto é válido inclusive para a próxima e última dimensão de análise – porque a sexta e a sétima dimensão, não só são as duas últimas na ordem como as listei aqui, mas também, de alguma maneira, sintetizam tudo que foi dito pelos atores sociais e, por consequência, as análises que faço sobre os discursos. De fato, me parece, estas duas dimensões respondem mais diretamente ou são mais úteis para estudos que visam perceber ou analisar processos reivindicatórios de ações coletivas e de movimentos sociais (é bom lembrar que este não é o caso aqui). Afinal, diferentemente de todas as cinco dimensões anteriores, a sexta e a sétima – vontade de agir coletivamente e metas de ações coletivas, respectivamente – são as únicas orientadas para o futuro.

Dito isto, ao analisar a vontade de agir coletivamente contra a corrupção, os discursos de moçambicanas e moçambicanos entrevistados neste estudo, estão presentes sim, indícios de que há vontade, ou melhor, pensa-se que, caso existisse algum movimento, personalidade ou instituição que tivesse como objetivo principal combater a corrupção eles apoiariam. Entretanto, em nenhum dos discursos analisados se percebe o protagonismo de determinado entrevistado para este tipo de empreendimento político. Este aspecto me leva a pensar que a vontade de agir coletivamente está dependente da

emergência e a consolidação de sentimentos de eficácia política e de identidade coletiva geradas em torno da questão. Assim, penso que é importante pensar na mudança da cultura política em Moçambique como forma de dar vazão a estes fenômenos.

Retomando as entrevistas, a resposta de Valter quando questionado sobre se seria capaz de corromper alguém, é ilustrativo disso:

Nunca precisei fazer isso até agora, nunca vi necessidade, mas não posso dizer que nunca vou fazer isso, porque amanhã posso precisar entendes? Mas se houvesse um corrente forte que eu pudesse contribuir de alguma forma para que eu não precisasse da corrupção amanhã, yap, eu entraria nessa corrente porque eu não quero ter que fazer isso um dia. Acho que a maioria dos moçambicanos também não querem. Mas, na verdade, como vivemos num salve-se quem puder, então é mais difícil prever o futuro. Agora, todos, os pequenos e os grandes corruptos, devem ser identificados e punidos caso chegue um dia da verdade [Valter. Nacala, 01/08/2013].

Juliana também tem o mesmo posicionamento de Valter. Ela não pensa e nem fala em protagonizar algum ato ou ação coletiva contra a corrupção, mas se mostra claramente inclinada a participar de algo do gênero caso alguma outra pessoa ou instituição encabece tal iniciativa.

Eu sempre digo que se, de repente, todos, de uma só vez, se revoltarem, disserem “chega”, podemos acabar com essas coisas aqui em Moçambique, mas falta o primeiro passo, falta alguém para dar o primeiro passo, para atirar a primeira pedra. Quem vai dar o primeiro passo? Para dar esse primeiro passo é preciso, sei lá, pelo menos um gabinete, uma ONG ou uma comissão séria que garante que yap, você que queixou, que fez a queixa, que queixou, continuará sua vida normal, sem vinganças, sem ninguém depois te perseguir. Mas isso não há, não tem como. Experimentá-la você meter queixa contra um política por exemplo, vão rir de você e não vão fazer nada com ele... Então, acho que o que precisamos é isso, uma forma de as pessoas queixarem e serem protegidas. Assim podemos dizer que yap, há esperança de combater esses hábitos que não trazem benefícios a ninguém. Quer dizer, beneficiar sempre beneficia alguém, mas prejudica o país... A corrupção faz isso, prejudica o país [...]. A corrupção em Moçambique nunca vai acabar. Sabes por quê? As pessoas têm que ser, não fazer de conta. Para sanarmos a corrupção, a pessoa tem que ter em mente que “Eu não sou assim”. Enquanto nós formos egoístas, enquanto formos empurrados, empobrecidos para sermos egoístas, não, a corrupção não vai acabar em Moçambique. Mas se houver gente lá do topo com vontade mesmo, é um problema que pode muito bem ser resolvido. Se a coisa não começar lá no topo, podemos ver, contar até, um a um daqueles que quiserem fazer alguma coisa sem ter poder nenhum, entendes? Então, para acabar a corrupção aqui, tem que, primeiro, tirar os que estão no topo agora e ver o que pensam os outros. Acho que serão corruptos também, mas epa... Então, vê, o ciclo continua porque se entrarem outros, entrarão já devendo favores e vão precisar pagar. Epa, eu queria te dizer que tem jeito, que tem como resolver, na verdade, acho que tem, mas ainda não sei bem como acabar com a corrupção aqui no nosso país [Juliana. Beira, 24/07/2013].

Estela, por sua vez, acredita que é possível acabar com a corrupção em Moçambique, desde que, para isso, o seja o governo moçambicano a tomar as rédeas das ações a serem empreendidas a este respeito. Afinal, segundo ela, para isso, basta o próprio governo querer. A questão pertinente a ser colocada, na visão de Estela, é “... Mas, quem quer isso?”. Ela mesma responde: “Ninguém! Você acha que se o governo quisesse, tomar medidas, eu não vou apoiar? Porque eu não vou apoiar para acabar com uma coisa que me prejudica. Mas isso não acontece. Mas não é fácil, não se pode dizer que é uma coisa fácil de se fazer. É possível acabar com a corrupção em qualquer lugar, em qualquer país, é só haver colaboração de ambas as partes”. Mais adiante, Estela destaca a viabilidade de empreender essa luta de forma coletiva, argumentando que as possibilidades de conseguir resultados satisfatórios por meio de ações individuais são escassas. Inclusive, a estudante se mostra esperançosa em relação às ações que já vêm sendo levadas a cabo neste âmbito pela sociedade civil moçambicana que, em sua opinião, ainda não se resignou diante desta luta:

Não, não sucumbiu? Já houve marchas, publicidades, campanhas contra a corrupção. Por isso eu acho que ainda não aceitamos assim, totalmente. Aquilo que ainda podemos fazer, se houver uma grande organização, vamos fazer, acredito que os moçambicanos vão fazer, porque os corruptos, os que ganham mesmo, são poucos, só que eles têm poder, tem dinheiro. Então, agora assim, individualmente, fica difícil [Estela. Beira, 19/07/2013].

Estela não é a única que ainda deposita confiança na sociedade civil moçambicana quando o assunto é a luta contra a corrupção. Eduardo também se mostra esperançoso o que sugere o coletivo, ou melhor, o fortalecimento da luta coletiva como potencia da mudança, como, aliás, parece sugerir Estela. Já Eduardo, chama atenção para o fato de que se existe uma resignação em relação ao problema da corrupção, ela não completa.

Felizmente ainda olhamos como uma coisa negativa... Porque a primeira consequência da corrupção é tirar o direito das pessoas e isso ninguém gosta, ninguém se sente confortável e quando isso acontece, as pessoas vão exigir que haja mudança... Então, é complicado ficar indiferente à corrupção... Então, ainda olhamos para isso como um problema. Outra coisa é a questão da criminalidade que pode estar associada à corrupção... Porque ele alimenta o mundo do crime, a questão da impunidade. Outra coisa é o passado que temos... Em algum momento da nossa história nós tivemos um povo quase que improdutivo, naquele período pós-independência, no período samoriano, vamos dizer assim, é uma espécie de baús com valores, mas depois nos afastamos desses valores, estamos cada vez mais diferentes daquilo que fomos... Então, essa referência histórica, também contribui para entendermos que a corrupção é uma coisa errada na nossa sociedade, embora quase toda a gente pratique, a maioria, por uma questão de sobrevivência. Eu acho que se houver uma corrente forte, ou um político que age duramente contra a

corrupção ele vai ter apoio da população, com certeza e eu seria o primeiro a manifestar esse apoio, votando nele na esperança de que ele mude as coisas. A corrupção aqui em Moçambique já é demais! [Eduardo. Maputo, 29/08/2013].

Por último, a fala de Alexandre a respeito da vontade de participar de ações coletivas na luta contra a corrupção, me parece, é que mais ilustra os elementos que constituem o jogo dos prós e contras de se aventurar nessa empreitada política, especialmente em Moçambique. É muito claro em seu discurso que a eventual falta de ações contra a corrupção ou a aparente apatia da sociedade moçambicana encontram razões e/ou motivos na história antiga e recente da política nacional:

Olha, nesse ponto, às vezes, tenho um pouco de otimismo e até dá vontade de ser jovem de novo. Se essa possibilidade existisse, muitas coisas que eu fiz, eu ia fazer diferente sabes? Mas bem pouco porque, hoje em dia, de vez em quando, principalmente a camada mais jovem, tem feito alguma coisa né! Tem se pronunciado, tem se mostrado contrariado com o que está acontecer com o nosso país. O problema é que essas coisas não duram. Um jovem aparece com boas ideias, cria uma associação que luta por alguma coisa, basta começar a dar certo, vais ouvir dizer que, epa a associação já não existe, ou está muito fraca, mas o fulano de tal, que era o mobilizador da coisa, já é diretor nacional de não-sei-o-que. Então, é isso que acontece em geral por aqui. Vimos muitas pessoas com ideias novas e, de repente, já estão no governo. Ai, você vai me perguntar “mas isso não é bom para o país”. Eu te digo “seria se o governo fosse bom, mas, neste país, não é. Temos um governo de ladrões, então, eles também, não aguentam quando chegam lá. Outros até acham que estar ali, é um prêmio pelo que fizeram, pelas reivindicações que fizeram. Até que é, porque, neste país, fazer o que fazem os políticos de oposição, é arriscar a vida mesmo porque, dependendo, você pode acabar muito mal. Hoje em dia já não matam, mas vais ver, epa, não tens mais seu emprego, promoção só para os outros e essas coisas. Então, sim, acho que ainda temos pequenos heróis, principalmente jovens. Mas eles também não resistem quando são aliciados. O que eu acredito, o que eu ainda acredito neste país, é a juventude. Acho que eles ainda vão fazer alguma coisa por Moçambique [Alexandre. Nacala, 31/07/2013].

Esse posicionamento de Alexandre remete aos fundamentos da dimensão “vontade de agir coletivamente” (a que se refere a metas de ações coletivas também). Ou seja, é, em certa medida, a mais instrumental de todas as dimensões na medida em que pressupõe a apresentação de elementos que indicam a predisposição de um indivíduo de empreender o jogo das ações coletivas como um modo de buscar corrigir injustiças. Silva (2002) escreve que essa dimensão encontra como base teórica os estudos de Bert Klandermans (1992). Este, por sua vez, propõe três aspectos que condicionam a participação coletiva. O primeiro aspecto enfoca a relação custo/benefício da manutenção ou não da lealdade. Essa escolha tem caráter determinante na tomada de decisão por parte do sujeito quanto a participar ou não de

movimentos sociais, de ações coletivas. Sandoval (1989) considera que “[...] aspectos lógicos do não participar, é dizer pensando racionalmente em termos de custos e benefícios relacionados ao ato de participar politicamente, pode-se dizer que as pessoas seriam mais predispostas a não participar do que o contrário” (SANDOVAL, 1998, p. 62). Para exemplificar os fatores psicossociológicos que levam o sujeito a participar em mobilizações coletivas a despeito de existirem pressões contrárias, o autor recorre a raciocínios desenvolvidos pela Teoria dos Jogos, sendo o chamado *Dilema do Prisioneiro* um exemplo dessa primeira situação. Segundo Sandoval, ele exemplifica didaticamente um dos aspectos que desaconselha a participação em esforços coletivos: quais são os custos e os benefícios dessa participação.

O segundo aspecto se refere especificamente aos gastos percebidos ou à perda de benefícios materiais que resultam no envolvimento do sujeito em movimentos sociais. Partindo da mesma lógica do *Dilema do Prisioneiro* encontramos o chamado *Dilema da Participação Coletiva*. Em Sandoval (1989), esse outro dilema ilustra “[...] a problemática da participação dos indivíduos nos movimentos sociais da ótica de custos e benefícios que uma pessoa de camada popular possa ter como resultado de participar ou não participar de um movimento social” (SANDOVAL, 1989, p.64).

O terceiro aspecto diz respeito aos riscos físicos percebidos ao ocupar-se de movimentos sociais e ações coletivas dadas as condições em que se dá tal ocupação. Essa avaliação do sujeito servira para que ele possa pesar as possibilidades que o movimento social, no qual está engajado, tem de implementar as ações coletivas a que se propõe. Tanto esta como a próxima dimensão da consciência política encontram subsídios em trabalhos de teóricos racionais (Olson, 1965) que estudam os determinantes da participação coletiva. Sandoval ressalta que, em ambas as dimensões, as decisões que sujeitos tomam, seja individualmente como coletivamente, relativas a sua participação em um movimento social, são fruto de escolhas informadas e significadas que influenciam na participação e no compromisso dos sujeitos com o movimento social. Segundo o autor, estas escolhas são informadas e significadas pelo sujeito a partir de suas identidades coletivas; de suas convicções, valores sociais e expectativas em relação à sociedade; de seus sentimentos de eficácia política; de suas percepções acerca de adversários e sentimentos egoístas enfrentados por eles e, por fim, dos seus sentimentos de justiça e injustiça.

Assim, a vontade de agir coletivamente manifestada pelos sujeitos entrevistados esbarra na delegação da ação do outro que deve promover a mudança... O medo

implícito inibe o sujeito de transformar a vontade de agir em uma ação concreta que faça frente ao fenômeno da corrupção. O que se percebe, de fato, é que apesar do desejo da mudança os sujeitos são paralisados pelo medo.

4.7. Metas de ação coletiva

Quando o assunto é encontrar soluções, analisar medidas já executadas ou em andamento para enfrentar o problema da corrupção em Moçambique, as metas de ação coletiva de moçambicanas e moçambicanos entrevistados nesta pesquisa não passam de aspirações teóricas dispersas e distantes de uma realidade concretizável a curto, médio e longo prazos. Ao contrário do que se pode imaginar, não se trata de um comportamento comodista ou de resignação do povo moçambicano em relação a este problema. Antes, me parece, há ali uma consciência clara do problema em causa e dos seus contornos no seio da sociedade moçambicana. Pois, é exatamente a consciência dessa complexidade das questões que estão direta e indiretamente envolvidas na abordagem da corrupção que alimentam, de fato, uma descrença nas possibilidades efetivas de fazer frente a este problema. Aliás, a exposição analítica que fiz das seis dimensões anteriores, me parece, esclarece esse ponto.

Assim, reafirmo que há uma grande discrepância entre as possibilidades de ação que podem ser teoricamente traçadas e a realidade que os atores sociais percebem em relação às crenças, valores e expectativas sociais, à identidade coletiva, à identificação de adversários e interesses antagônicos, aos seus sentimentos de justiça e injustiça, de eficácia política e da própria vontade particular de agir coletivamente. Deste modo, a diversidade e a complexidade das percepções possíveis em relação a estas questões – que são anteriores a uma eventual ação – inviabilizam qualquer tentativa de materializar metas concretizáveis. Aqui, mais uma vez, vale chamar atenção para os dilemas *do prisioneiro* e *da participação coletiva* discutidas na dimensão anterior.

O discurso de Martinha, por exemplo, demonstra claramente a coerência entre seu posicionamento no que diz respeito às crenças, valores e expectativas sociais em relação ao problema da corrupção em Moçambique, à identificação de adversários e interesses antagônicos no que se refere ao combate à corrupção e a vagas metas de ação coletiva que ela traça para fazer frente a este problema social:

Mas acho que as pessoas também deveriam fazer esforço para não aceitarem, contrariarem esse hábito de viver a base da corrupção. *Yap*, acho que só assim, com muitas pessoas a dizer não à corrupção no dia-a-dia, com ações mesmo, podemos diminuir a corrupção aqui no nosso país.

Ora, trata-se de um lugar comum sem dúvida, mas compreensível na medida em que, é bom lembrar, para Martinha, não está muito claro nem quem são os inimigos, nem quais são os interesses a serem confrontados e muito menos a quem ela poderia se aliar para eventual ação.

Por isso, para mim, a única forma de acabar com a corrupção é começar de cima para baixo, temos que focar nos líderes... Eles precisam ser o exemplo e depois serão seguidos pelos outros, pelos demais, pelo seu povo... Isso é muito complicado porque são pessoas que estão a viver noutro mundo... Então, é muito complicado porque aquelas regalias todas que eles têm, será que um dia vão abrir mão daquilo tudo só porque não querem ser chamados de corruptos? Eu acho que não, acho que é muito complicado... Por isso acho que nós, o povo, temos que fazer alguma coisa! [Martinha. Maputo, 26/08/2013].

“Fazer alguma coisa”, mas o quê, de fato? Mais uma vez, é evidente a vontade, mas a ausência de metas que ultrapassem as generalidades se fazem necessárias. Assim, está claro no depoimento de Eduardo a consciência de que *o povo precisa fazer* “alguma coisa”, já que, dada a situação favorável de quem, na sua opinião, se beneficia da corrupção, eles “não vão abrir mão daquilo”. A questão continua sendo “fazer o quê, exatamente?”. Mais ainda: “com quem e para quê?”. Eduardo continua sua fala em relação a essa questão. Entretanto, percebe-se que quanto mais ele avança, mais dispersas e vagas são suas ideias e propostas e, como é muito comum em situações como estas, recorre-se sempre à educação como forma de resolver o problema – seja ele qual for. Por outro lado, ao dizer que “acredita em Moçambique” mostra que está disposto a participar... Está disposto a continuar acreditando apesar das forças contrárias.

Eu acredito neste país, entendes, sempre acreditei, mas muita coisa precisa mudar... De uma forma geral, uma das coisas que nós devemos fazer, a primeira é educação, tem que se investir muito na educação e a outra coisa é a economia, tem que se saber como é que sobrevive a economia moçambicana... Quando nos sentirmos mais autosuficientes, começarmos a produzir mais o que precisamos para sobreviver, talvez aí deixa de existir de forma tão presente na vida das pessoas as necessidades extremas e a corrupção... [Eduardo. Maputo, 29/08/2013].

De fato, a ausência de metas indica uma desorientação para a ação. Há ali uma espécie de consciência fragmentada e dividida entre o desejo de superação da corrupção e a necessidade iminente de usá-la como modo de seguir em frente, de continuar sobrevivendo, sempre com a esperança iluminada por uma *luz no fundo do túnel*.

Percebe-se na fala de Sandra, ao mesmo tempo em que se refere aos programas e ações protagonizadas pelo Estado para enfrentar a corrupção como sendo mais pontuais e menos sistemáticos; avança que a sociedade civil, por outro lado, precisa ser mais atuante. A questão central – *como?* – permanece no ar. Quando questionada sobre se o Estado moçambicano tem se posicionado contra a corrupção, Sandra respondeu que:

Sim, mas pontualmente. Não fez nada ainda que seja sistemático... Mesmo a sociedade civil precisa ser mais atuante, criar mecanismos eficazes de denúncia, de represálias, educar a população para saberem quais os males que a corrupção causa. Inclusive, educar nossos próprios políticos para que aqueles que são corruptos não se entendam como sortudos de estarem ali, mas como cobardes porque estão a usar o suor de todos nós em benefício próprio [Sandra. Maputo, 12/07/2013].

Já Aníbal é um dos que enxerga com clareza o inimigo em causa e seus interesses. Por isso mesmo, consegue traçar metas mais imediatas para fazer combater a corrupção em Moçambique. Seu discurso começa com uma questão altamente pertinente e rara entre os demais:

Mas, epa, como fazer isso? Acho que a corrupção deveria ser eliminada logo no topo. Acho que assim, os da base poderiam perceber que a corrupção está sendo estancada. Se um dia nós conseguirmos fazer com que os do topo aparecessem na mídia, na televisão envolvidos em escândalos de corrupção, os da base também haviam de perceber que não vale a pena seguir aquele caminho, que há consequências pesadas, que, epa, seu nome vai ficar mal visto pelas pessoas e ninguém mais vai te dar emprego porque ninguém vai confiar na sua pessoa, entendes? [Aníbal. Beira, 25/07/2013].

Percebe-se na fala de Aníbal a identificação da mídia como agente de mudança. Entendo que ao se pensar neste interlocutor pode-se, inclusive, vislumbrar metas mais ambiciosas como, por exemplo, mudar a cultura política em Moçambique, direcionando-a para a tomada de consciência política que mobilize a sociedade para a ação. Mas Aníbal também negocia bastante com a questão dos interesses que envolvem as práticas corruptas o que, influencia bastante a sua colocação anterior.

É como eu disse... Às vezes, por mais que não tenhas intenção, mas queres ver os seus desejos realizados... Às vezes, não é por isso, mas da parte de com quem vais tratar esses assuntos pode haver barreiras, aí, és obrigado... mas é possível sim se todos tivermos na mente de que é algo errado, de que no geral, só nos prejudica [Aníbal. Beira, 25/07/2013].

Em relação às ações e projetos do Estado que visam fazer frente persiste entre os entrevistados uma clara noção de que as políticas públicas, por serem parte da realidade moçambicana e por serem executadas por agentes que fazem parte desta mesma realidade, são incapazes de se colocarem como medidas efetivas contra este mal. Veja-se, por exemplo, a fala de Estela, onde a figura “governo” oscila entre “aliado” e “adversário” na medida em que os interesses são sempre antagônicos:

É isso que estou a dizer. Se existir uma grande ação, podemos vencer a corrupção, então acho que o governo, pode fazer isso. Mas para fazer isso, é preciso ser outro governo, não este. Porque como é que os políticos, que já estão lá no poder podem fazer isso? Para prejudicar a eles mesmo? Só se acontecer como acontece nos filmes, tipo, um querer lixar o outro, denunciar, e esse que foi denunciado também denunciar e todos se darem mal. Ai sim, quando um novo governo quiser pode fazer, não esse. Esse já não tem condições. Eu acho que eles não fazem, não tem interesse [Estela. Beira, 19/07/2013].

Rodrigo também não vê possibilidades de enfrentar a corrupção por meio de políticas públicas do Estado.

Acho que é difícil, não acredito porque são eles mesmos. Pode-se implementar, se institucionalizar uma lei que projete ele. Aliás, é isso que acontece. Implementa-se coisas em seu próprio benefício ou sabendo que essa norma vai prejudicar aqueles que querem incomodar eles, entendes? É isso mesmo! Agora, estamos a falar de coisas práticas, é isso mesmo. Eles têm tudo lá, são intocáveis porque eles é que fazem as próprias leis e fazem para que projete a eles, para que beneficie a eles mesmo. Então, o poder política também está nesse jogo [Rodrigo. Nacala, 04/08/2013].

Por fim, mais um discurso que, me parece, é digno de fechar este capítulo na medida em que, deixa acesa a luz da esperança em relação ao problema aqui discutido. Refiro-me não só à confiança que Valter tem de que um futuro melhor é possível, mas que esse futuro melhor será resultados da resistência das gerações atuais que, mesmo diante das dificuldades preferem acreditar em um mundo diferente daquele em que vivem e, para isso, procuram dar uma educação diferente do senso comum às crianças, às gerações futuras. Abaixo ele diz que os valores moçambicanos foram corrompidos, mas que os moçambicanos ainda não os perderam totalmente:

Ainda conseguimos preservar porque estamos a lutar. É por isso que eu gosto quando falou da unidade nacional, essa é uma coisa que está a ficar forte e vai nos ajudar a combater a corrupção porque todos vão ter interesse em combater... Então, estamos a resistir. São problemas que temos, que se deixarmos, pode estragar nossos costumes tradicionais, mas como estamos a lutar, estamos a defender eles, ensinando as crianças como deve ser, como deve agir. Ameaças, xiconhocas, sempre vão existir aqui ou na China, mas um povo bom, é aquele que resiste, que luta e moçambicano é um povo bom do jeito que eu vejo [Valter. Nacala, 02/08/2013].

Antes do ponto final, apenas para que fique claro, vale lembrar que a dimensão “metas de ações coletivas” enfoca a análise do grau identificação existente entre as metas e ações empreendidas por determinado movimento e suas lideranças em relação ao adversário em um determinado momento e os interesses materiais e simbólicos, os sentimentos de injustiças despertados nos sujeitos por esse adversário percebido. Importa nessa dimensão que as ações coletivas propostas pelo movimento social esteja dentro das expectativas do sentimento de eficácia política dos sujeitos. O trabalho de promover o emparelhamento entre as metas do movimento e as aspirações e capacidades de seus membros propiciam sérios desafios às lideranças e aos demais participantes do movimento.

Assim, esta dimensão diz respeito a forma com que os outros componentes da consciência política interagem com características de organização de determinado movimento ou ação. Essa interação proporciona um ambiente *psicossocialmente* predisposto à ação coletiva.

4.8. Descrevendo uma consciência política heterogênea

Vale e pena lembrar nesta ambiência tricontinental, onde as experiências abundam e os exemplos não escasseiam, que por maior que seja a similitude dos casos em presença e a identificação dos nossos inimigos, infelizmente ou felizmente, a libertação nacional e a revolução social não são mercadorias de exportação. São (e se-lo-ão cada vez mais) um produto de elaboração local – nacional – mais ou menos influenciável pela ação dos fatores externos (favoráveis e desfavoráveis), mas determinado e condicionado essencialmente pela realidade histórica de cada povo, e apenas assegurado pela vitória ou a resolução adequada das contradições internas de vária ordem que caracterizam essa realidade.

Amílcar Cabral

Sabe-se, as percepções e as consequentes representações sociais de determinada realidade se modificam constantemente através das interações sociais e, o potencial

dessas mudanças se eleva à medida que indivíduos e/ou grupos têm a possibilidade de compartilhar conhecimentos, dizeres, saberes, valores, atitudes etc. Digo isso porque enquanto pesquisador, a oportunidade de entrevistar moçambicanas e moçambicanos sobre o fenômeno da corrupção em Moçambique modificou, antes, minha percepção sobre o tema e, de forma mais genérica, sobre o mundo. Da mesma forma, acredito que esta mesma experiência tenha deslocado meus entrevistados das suas convicções iniciais. Tanto é assim que, em alguns casos, as ideias e opiniões emitidas em seus discursos se refizeram e, eventualmente, se contradisseram. Dito isto, reafirmo que é justamente nessa dialética da relação indivíduo-grupo ou grupo-indivíduo que a consciência emana e constitui-se, necessariamente, em um processo de transformação contínuo onde diversos sentidos são atribuídos aos fenômenos sociais.

Decorre daí que, em vez de buscar traçar aqui uma tipologia da consciência política de moçambicanas e moçambicanos em relação ao tema da corrupção em Moçambique – o que é mais comum em estudos que usam o Modelo de Análise da Consciência Política de Sandoval (2001) – prefiro, antes, falar de uma apreensão da consciência política a partir dos sentidos que moçambicanas e moçambicanos construíram quando refletiram sobre o fenômeno da corrupção em sua sociedade. Assim, me aproximo menos da ideia de algo acabado e fechado (e, por consequência estanque) no que se refere à consciência política dos entrevistados e encaminho minhas considerações para uma exposição de elementos constitutivos de uma consciência política em constante movimento.

Aliás, como tratei de argumentar ao longo deste trabalho (e, ao que me parece, os depoimentos apresentados neste capítulo são demonstrativos disso), moçambicanas e moçambicanos apresentam modos específicos – e, não raras vezes, bem distintos e contraditórios – de perceber e atribuir sentidos ao fenômeno aqui estudado: afinal, partem de lugares sociais e políticos diversos e, muitas vezes, antagônicos. E, como bem definiu Sandoval (1999), consciência política nada mais é do que um processo contínuo de elaboração de visões de mundo e seus sentidos normativos, pragmáticos-situacionais e cognitivos-informáticos.

Deste modo, passo à tentativa de traçar considerações referentes à apreensão de uma consciência política que chama atenção por ser essencialmente heterogênea. Para tal, de forma breve, vou me referir, primeiro, a uma consciência política subalternizada. Em seguida, a partir deste elemento, vou me debruçar sobre as possibilidades de entender a transgressão como um pressuposto de resistência, argumentando em favor da

existência de um movimento de ideias e atitudes efervescentes e que fazem dos entrevistados desta pesquisa sujeitos representativos de uma consciência política transformadora.

4.8.1. Elementos de uma consciência política subalternizada

Aqui, vou argumentar que, nas ideias, opiniões, reflexões e nos relatos elaborados pelos sujeitos desta pesquisa em torno do tema da corrupção em Moçambique identifiquei elementos constitutivos de uma consciência política que prefiro cunhar de *subalternizada* sendo que na literatura que me serve de suporte chamam-a de “consciência de senso comum” (SANDOVAL, 1994) ou de “consciência fragmentária” (ANDRADE, 1998). Para me referir à consciência subalternizada identificada, vou me aproximar: (1) da ideia de *comodismo* presente nos pressupostos do modelo de consciência de Sandoval (1994, 2001), (2) da ideia de *fatalismo* presente no racionalismo crítico de Martín-Baró (1998) e, ambas vão estabelecer um diálogo com (3) a ideia de *dependência da ajuda externa multidimensional* de Castel-Branco (2011). Em síntese, este último fala de dependência de ajuda externa multidimensional para se referir aos problemas estruturais resultantes da falta de autonomia político-econômica do Estado moçambicano em relação aos seus “parceiros” econômicos internacionais.

Para Sandoval (1994), os padrões de comportamento, as crenças sociais, os pontos de vistas políticos, os modismos estão persentes na vida cotidiana dos indivíduos e são expressos de maneira não racional e espontânea, uma vez que, “(...) o cotidiano impõe sobre as pessoas uma forma de pensar imediatista e utilitária, favorecendo o desenvolvimento do pensamento superficial” (p. 64) que leva ao *comodismo* e à alienação do sujeito que é tipicamente manifestada na rotina da vida cotidiana. Para este autor:

(...) a rotina quotidiana é aquele aspecto da realidade social que mais se presta à alienação, a qual se manifesta na co-existência silenciosa entre as tarefas envolventes do viver diário e da ordem social maior que o determina. Alienação é tipicamente expressa em suposições não-questionadas da inevitabilidade da rotina diária e o ‘natural’ das desigualdades e dominação nas relações de poder na sociedade, tal como se encontram estruturadas. A aceitação espontânea de normas sociais e em última instância da estruturação de classes, desigualdades sociais, e submissão política disfarçada de ‘requisito’ do viver rotineiro, podem ter o efeito de tornar o indivíduo um conformista na medida em que carece da instrumentação intelectual para um raciocínio

sistemático e crítico, e das práticas diárias do exercício democrático de direitos e obrigações de cidadania. Essa alienação, evidenciada no fragmento da consciência das pessoas, é melhor ilustrado na dificuldade que tem de conceitualizar a estrutura social, a estratificação social e o regime democrático (Sandoval, 1994, p.64-65).

Assim, ao analisar os diversos discursos coletados sobre o tema da corrupção em Moçambique, é possível notar o *comodismo* de moçambicanos e moçambicanas em relação ao problema social aqui em causa na medida em que, com muita frequência, os entrevistados se referiam à corrupção como “forma de sobrevivência”, como “uma maneira de ajudar o outro” perante uma força opressora maior ou ainda como “uma forma de ganhar algum” para complementar a renda já que os salários são “muito baixos” e “não dão para nada”. Esses *lugares comuns* foram usados seja para definir o fenômeno, seja em situações em que os sujeitos procuravam explicar ou justificar a prática da corrupção em Moçambique. É interessante notar que, de forma geral, todos os entrevistados condenam a prática, mas, quase nunca, de forma intransigente e terminante (daí a característica *cômoda*).

Ao contrário, o que se percebe é uma postura compreensiva... que tende à empatia: *a corrupção é um mal, mas um mal tolerável haja visto os motivos nobres pelos quais os que a ela recorrem fazem essa escolha*. Ora, o imediatismo e o utilitarismo apontados por Sandoval (1994) estão presentes nesta premissa reveladora de uma consciência política subalternizada ou de senso comum na medida em que, antes mesmo de buscar entender as causas que levam a que a sociedade entenda o problema da corrupção como “uma coisa normal” moçambicanos e moçambicanas procuram tirar proveito de algo sabidamente ruim e malévolos. A justificativa é que, pelo menos imediatamente, pontualmente, a prática ajuda a solucionar ou superar as dificuldades da vida como “alimentar a família” ou “garantir seu emprego”.

Ocorre que, dada a predisposição para aceitar, tolerar ou normatizar a prática da corrupção, não é mais justificável seu caráter pontual, eventual porque considero que a corrupção é parte da dinâmica da vida sociopolítica moçambicana... A corrupção, de tanto ser reinventada, caiu no *senso comum*, ainda que, os sentidos a ela atribuídos refletem os diversos lugares de percepção.

Em certa medida, o comodismo de Sandoval (1994) guarda similaridade com a ideia de fatalismo de Martín-Baró (1998). A diferença é que o primeiro, centra sua análise no indivíduo e, o segundo, no conjunto, no grupo, no social. Martín-Baró afirma que as instituições sociais como a família, a escola e a moral (entendida como normas

reais que regem o comportamento concreto e os costumes de uma sociedade ou grupo social) produzem a dependência, a passividade e o individualismo (unido a certo fatalismo pré-determinista e a-histórico). Para este autor, o fatalismo:

(...) es aquella comprensión de la existencia humana según la cual el destino de todos está ya predeterminado e todo hecho ocurre de modo ineludible. (...) En cuanto tal, el fatalismo pone de manifiesto una particular relación de sentido que establecen las personas consigo mismas e con los hechos de su existencia y que se traducirá en comportamiento de conformismo y resignación ante cualquier circunstancia, incluso las más negativas (MARTÍN-BARÓ, 1998, p. 76).

Segundo este autor, a aceitação ideológica do fatalismo supõe uma aceitação prática da ordem social opressiva. Assim, o fatalismo passa a ser um grande aliado do sistema estabelecido, principalmente, por justificar uma postura de conformismo e submissão às condições sociais e políticas que lhes são impostas, facilitando a opressão e reproduzindo as condições de domínio social. A partir desta visão de Martín-Baró (1998), é possível considerar que o fatalismo está presente na sociedade moçambicana como consciência de senso comum. É bom lembrar que, na sua proposta epistemológica, conhecida como “realismo crítico”, o autor questiona o senso comum e defende o rompimento com o fatalismo – um dos objetivos da sua psicologia da libertação.

Entretanto, interessa pontuar que, se por um lado, os sujeitos entrevistados consideram importante recontar a história do país chamando a atenção para dados históricos que produziram indivíduos e/ou grupos privilegiados (e que se beneficiam de esquemas corruptos) e, então, se colocar na posição de desprivilegiado (e vítima da corrupção), por outro, nem todos o fazem para transformar essa realidade de opressão e exploração. Frases conformadas como “É preciso molhar a mão deles para ter um negócio mais ou menos neste país” ou “Nem adianta ires queixar ao chefe porque o chefe também faz parte do esquema. E, é melhor não saberes onde vai terminar essa escada de chefes” indicam que indivíduos e/ou grupos que exploram o negócio da corrupção consolidaram de forma definitiva sua posição por meio de normas e/ou *status quo* que se mostram inexoráveis. À este fator concreto, soma-se outro de caráter simbólico presente em um depoimento em especial, onde o entrevistado argumenta sobre o que dificulta a luta e o enfrentamento da corrupção em Moçambique:

Acho que a corrupção aproveitou-se da nossa própria identidade cultural para enraizar-se... O que eu quero dizer com isso... Eu acho que a própria cultura dos moçambicanos e africanos... Nós somos muito hierarquizados... Onde a opinião dos mais velhos é muito importante e conta muito, tem o líder religioso e político, a opinião deles conta muito. Nós estamos habituados a viver assim, nessa ordem de superioridade e a respeitar seja qual for a opinião do mais velho e dos líderes sem nunca se contrapor... É como se os líderes estivessem se aproveitando dessa autoridade para diminuir a possibilidade de serem confrontados... Está errado, mas como és um líder... Como africano, é complicado chamar atenção ao meu pai, minha mãe, meu avô... Aqui na nossa cultura, toda e qualquer pessoa que está na faixa etária do meu tio, é meu tio, os que estão na faixa do meu pai, são meus pais e do meu avô, meus avôs e eu não devo, aprendermos isso, não devo chamar atenção nem contradizê-los nunca... Por isso, fica complicado e essa estrutura ajuda a disseminar a corrupção porque eles fazem e sabem que não serão confrontados... Eles conhecem a posição que ocupam e entendem que é um privilégio... Acredito que a corrupção aproveitou-se da nossa fragilidade, da nossa cultura... Para quebrar a autoridade deles tem que quebrar muitos tabus, mas se nós estivéssemos a viver numa sociedade de relacionamentos mais horizontais talvez já tivéssemos sentado e conversado a respeito, chamar as coisas pelos seus próprios nomes... Mas aqui és logo a ovelha negra da família, és da oposição, és rebelde, dão-te logo um nome. A nossa cultura permite que a corrupção se enraizasse nas nossas relações interpessoais... Porque vais denunciar o teu tio? O teu avô? O teu pai? O recriminado vais ser tu. Muitos males que assolam as sociedades africanas estão relacionados com isso.

A aceitação deste pressuposto encaminha, quase que necessariamente, para a assimilação de uma realidade dura e que se mostra incontornável a qual, cabe ao sujeito desprivilegiado aceitar e procurar formas alternativas de sobrevivência, entre elas a predisposição e eventual aderência à prática da corrupção.

Dito isto, a meu ver, esta análise seria preconceituosa, limitada, simplista, superficial e, de senso comum se apenas reafirmasse que *moçambicanas e moçambicanos são acomodados e fatalistas, razão pela qual a corrupção atingiu níveis alarmantes no país*. Aliás, esta dissertação, já o disse, quer se colocar como uma alternativa a esta visão sobre a corrupção em Moçambique – e nos países africanos em geral – considerando outros aspetos que encaminhem para uma discussão um pouco mais aprofundada sobre o tema em debate.

Ora, ao perpassar estes dois conceitos – o *comodismo* de Sandoval (1994) e o *fatalismo* de Martín-Baró (1998) – pelas sete dimensões da consciência política de Sandoval (1991), pude observar nas falas dos entrevistados sentidos diferenciados e, por vezes, antagônicos da realidade narrada; sentimentos de injustiça e avaliações constantes da capacidade de intervir na realidade que lhes é imposta: o que me levou a sintetizar a ideia de uma consciência política subalternizada dos sujeitos. Esta formulação encontra ressonância na ideia de *dependência de ajuda externa multidimensional* de Castel-Branco (2011), que se refere às (in)capacidades e/ou

(im)possibilidades do Estado moçambicano e suas mais diversas instituições de interferirem, de forma autônoma, na realidade do país. Mas, é bom lembrar, a dependência de ajuda externa é multidimensional não só quando “afeta a cultura institucional, o pensamento, as políticas e as opções dos sistemas de governação, bem como as interações entre os agentes, as opções de políticas públicas, o financiamento dessas políticas”, mas também quando essa dependência “vai para além dos recursos financeiros básicos (financiamento de déficit público, da balança de pagamentos e de investimentos na economia) e das capacidades básicas (técnicas, de gestão, de informação e monitoria, de desenvolvimento e análise de política) para incluir muitos outros aspetos da vida” (CASTEL-BRANCO, 2011, p. 402).

Ora, quais seriam estes “outros aspetos da vida” a que se refere Castel-Branco? A meu ver, da mesma forma que a ajuda externa multidimensional prejudica a capacidade das instituições locais de se autogerirem, moçambicanas e moçambicanos, reproduzem o comportamento dependente do Estado que os representa, desta vez, em situações micro, corriqueiras e ordinárias da vida. Aliás, como se viu, mesmo quando alguns dos entrevistados fazem alusão à necessidade de acabar com a corrupção, muitas vezes, o protagonismo dessa mudança é delegada a organismos internacionais ou a sujeitos abstratos, mas que, caso dessem as caras receberiam deles, de moçambicanas e moçambicanos *todo o apoio*.

Nota-se, aqui está presente a ideia de que, *internamente e a partir de meios locais, a coisa não poderia mudar*. Decorre daí que muitos autores defendem que a sociedade capitalista, ao produzir interpretações segmentadas de visões de mundo que fragmentam as consciências dos indivíduos, impede a formação de uma consciência política crítica (SANDOVAL, 1994). Em continuidade a esta colocação, vale pontuar que sendo Moçambique dono de um sistema capitalista incipiente, inconcluso e problemático, penso que o mais adequado é apontar para uma consciência política subalternizada, ou seja, resultante de um problema estrutural maior e que transcende a capacidade ordinária de senso crítico de moçambicanas e moçambicanos que, como se sabe, são sujeitos de um processo alienante que ora ocorre em Moçambique.

4.8.2. Transgressão e resistência: por uma consciência política transformadora

Em *O cotidiano e a história*, Heller (1972) discute essencialmente questões ligadas à rotina da vida. Ali, a autora parte do princípio de que, ao nascermos, somos imediata e automaticamente inscritos no “mundo da vida” que, por sua vez, é regido pelo senso comum. Este aspecto é particularmente importante para a abordagem da *consciência política transformadora* na medida em que, se esta não nasce necessariamente da *consciência subalternizada* (ou consciência de senso comum ou consciência fragmentária) – ela é, necessariamente, posterior a ela. Sobre isso, Sandoval (1994) diz que “a característica fundamental da vida quotidiana é a sua espontaneidade. Isso equivale a dizer que a assimilação de padrões de comportamento, crenças sociais, pontos de vista político, modismos etc. é feita de maneira não-racional (não refletida)” (SANDOVAL, 1994, p. 65). Afirma o autor:

O imediatismo do pensar e do comportamento quotidiano obscurece a diferença entre o ‘possível’ e o ‘correto’, tanto quanto no comportamento diário tende a reduzir o correto ao possível e, em decorrência, a encobrir as questões de direito de cidadania e moralidade política. Assim, a atitude quotidiana é tipicamente pragmática. Essa falha na racionalidade e a ênfase no pragmatismo se refletem no caráter fragmentário do pensamento das pessoas combinando a mescla não-sistemática de material cognitivo e juízos superficiais de valores, convertendo a pressa no ‘desejável’ a eficiência no ‘natural’, na medida em que as opções de comportamento delas lhe permite continuar no ritmo do dia-a-dia com um mínimo de perturbação (SANDOVAL, 1994, p64).

Heller (1972) aprofunda essa reflexão afirmando que “(...) os grandes eventos não-quotidianos da história emergem da vida quotidiana e, eventualmente, retornam para transformá-la (...)” (HELLER, 1972, p.71). Pois, é a esta *transformação* de que fala Heller que quero me referir aqui. Minha pretensão é de afirmar que, em meio à heterogeneidade dos sentidos atribuídos ao fenômeno da corrupção em Moçambique – e, conseqüentemente, essa diversidade se espelha nas diferentes tipologias das consciências políticas dos sujeitos desta pesquisa (ainda que chame mais atenção a consciência subalternizada) – percebi também, elementos, ideias, reflexões, frases, opiniões que, se não encaminham para uma consciência política revolucionária (SANDOVAL, 1994) certamente, têm potencial para constituir uma consciência política transformadora (ANDRADE, 1998).

Como alertei anteriormente, neste tópico, escusei-me de identificar os sujeitos das falas visto que, muitas vezes, seus posicionamentos começaram se enquadrando e um

tipo de consciência e terminam em outro. Daí que, aqui, agora, encaminhando para o desfecho, estou mais preocupado em construir considerações que, a partir de um olhar mais geral sobre todos os discursos coletados – já os olhei mais de perto ao analisá-los à luz das sete dimensões de consciência política – apontar para possibilidades concretas de se vislumbrar uma consciência política transformadora em Moçambique no que se refere ao problema da corrupção.

Esta tentativa pretende ser a mais significativa contribuição que este estudo poderia dar para que moçambicanas e moçambicanos consigam traçar e implementar um projeto filosófico emancipatório capaz de libertá-los da dependência multidimensional à que se refere Castel-Branco (2011) e, assim, entenderem-se enquanto sujeitos da própria história e, deste modo, serem capazes de “(...) formular uma síntese cultural [e política] em referência à situação da qual emergem (NGOENHA, 1993, p. 113). Para isso, chamo atenção para a importância de observar a prática da corrupção – que, lembre-se, implica na transgressão à norma, à moral, à lei e à ordem e, portanto, um mal social – como a única forma possível de resistência concernente à disputa de poder, ou antes, de inserção econômica, política e social de indivíduos e/ou grupos marginalizados na sociedade moçambicana (HUNTINGTON, 1975). Em outras palavras, a corrupção é, no dizer de vários dos sujeitos desta pesquisa a “única forma de sobreviver” em Moçambique.

Ora, se ela – a corrupção – emerge de algo tão instintivamente humano (me refiro à predisposição, à aptidão para a sobrevivência), é mais do que coerente considerar, se questionar, em primeiro lugar, sobre o que coloca número significativo de moçambicanas e moçambicanos na condição de *sobreviventes*. Com isso, quero sinalizar que, no caso de Moçambique, mesmo a corrupção sendo um problema de ordem social e cujos efeitos negativos são mais visíveis no campo econômico é preciso – é urgente até – que se olhe o problema em uma perspectiva cultural e política. Em outras palavras, um projeto grandioso que visa confrontar este problema em Moçambique tem de ser um projeto essencialmente político. Senão, o que dizer das ideias expressas nos relatos que se seguem:

Mas também tem que, há um pensamento de que quando entrar alguém daqui [Norte], tem que ajudar os daqui, para fazer um equilíbrio das coisas com o Sul. Isso, não é justo, eu sei, mas vai acontecer. Eu te digo, vai acontecer mais dia menos dia. Então, quando você me pergunta se vai acabar, ou se é possível acabar com a corrupção aqui em Moçambique, eu te digo: “não”. Agora se você me dizer que sim, eu te digo de novo: “talvez”. Mas vai demorar muito

porque aqui, as pessoas até já nem passam tanta fome como antes. Então, nós aqui, não queremos mais megalhinhas, queremos o poder mesmo. Queremos ver como se comportariam eles sem o poder, sendo mandados por nós. Queria ver eles falarem de unidade nacional e essas coisas todas que falam na TVM.

Ou então:

Porque, essa situação de corrupção, é como... Imagina lá uma situação de calamidade, de guerra. Se, de repente, começar uma guerra, vais salvar a quem em primeiro lugar? Hein? [Não sei, acho que eu mesmo né!] Já viste? Começa por você, vais querer se salvar... Se tiveres mulher, filhos, vais querer salvar sua família, depois outros familiares mais assim... afastados e depois, os vizinhos. Quando veres que epa, essas pessoas que iam te ajudar também já estão seguras, vais começar a dizer “Olha, não devemos fazer guerra!”... “Vamos lá nos perdoar”, “Vamos lá chegar a um acordo porque somos irmãos”... Enquanto estás a encher os bolsos porque sabes que não vais ficar ali para sempre, não é uma situação segura para sempre. Não é isso? Então, a corrupção aqui em Moçambique é como se fosse uma guerra mesmo. Por isso é que o pessoal lá do Sul está a poder diz essas coisas sem saber o que nós passamos. Por isso que eu acho, quando, se um dia acontecer de um João daqui ser presidente da república, vai ser a mesma coisa: primeiro, seus familiares e etc. etc. vão ser ministros, diretores nacionais e essas coisas e, ao mesmo tempo, vão querer acalmar aqueles que estão a reclamar. Mas é assim mesmo... Não é que é maldade por maldade só, o homem é assim mesmo, ajuda quem está mais perto dele.

Ou ainda...

Bom, acho que não vai ter outro partido a governar Moçambique. Então, todos estão a espera da sua vez, de serem recompensados pela Frelimo. Quando a Renamo, um dia, assumir, chegar ao governo, também vai ter os seus para atender e a história vai se inverter, mas não vai mudar. Por isso é que eu digo que a corrupção não vai acabar nunca aqui. Infelizmente. Digo isso, não é porque eu quero assim, mas porque é assim, é a realidade. Mesmo as nossas universidades cá, não são assim tão, não tem aquele peso de qualidade quanto às do sul. Por isso todo mundo tem que ir para Maputo. As pessoas da Beira, tem vergonha de dizer que são da Beira quando estão em Maputo, mas as pessoas de Maputo, quando estão aqui, não se relacionam com os da Beira, tem grupos deles aqui, só andam entre eles aqui. O que levou as pessoas a terem esses pensamentos, foram questões políticas. Se fores a reparar, todos nossos dirigentes foram pessoas do sul... por isso há rejeição para quem não seja do Sul.

Estes discursos são significativos na medida em que apontam para o fato de que a etnicidade¹³ (e não necessariamente “conflitos étnicos”) aparece como o grande guarda-chuva dos elementos constitutivos de uma consciência política de moçambicanos e moçambicanos referente ao fenômeno que aqui se discute. Ou seja, ela, a etnicidade, é

¹³ Em Barth – e aqui também – este conceito é pensando não como um conjunto intemporal, imutável de traços culturais (crenças, valores, símbolos, ritos, regras de conduta, língua, código de polidez, práticas de vestuário ou culinárias etc.), transmitidos da mesma forma de geração para geração na história do grupo étnico. Ela provoca sim, ações e reações entre este grupo e os outros em uma organização social que não cessa de evoluir.

um referencial importante para um olhar localizado do problema da corrupção em Moçambique. Quer isto dizer que as ações e reações e/ou reflexões e discursos decorrentes do fenômeno ou da prática da corrupção em Moçambique evocam, quase que invariavelmente, elementos sócio-históricos ligados à pertença étnica – crenças, valores, símbolos, ritos, regras de conduta, língua, código de polidez [...] – dos atores sociais em causa. Reforço, portanto, a importância das sete dimensões de Sandoval (2001) para a análise deste fenômeno visto que, ele integra análises macro e microsociológicas bem como psicossociológicas sem cair no sociologismo ou no psicologismo. Uma compreensão global acerca do comportamento político de sujeitos só poderá ser alcançado de modo eficaz caso se efetua o cruzamento de determinantes psicológicos e sociológicos. Separar aspectos sociológicos de aspectos psicológicos só poderia ser feito de maneira artificial e consistiria na fragmentação da análise desses fenômenos. A este respeito Sandoval (1998) lembra que

Privilegiar um aspecto sobre o outro seria distorcer a realidade e truncar o esforço de conhecimento científico, uma vez que o fenômeno se dá na interação entre fatores estruturais, as relações sociais interativas, as visões de mundo com seus pré-conceitos de fundo cultural e as reflexões conscientes de custos e benefícios de participar (SANDOVAL, 1998, p. 68).

Assim, a meu ver, qualquer debate sobre a corrupção em Moçambique precisa, necessariamente, considerar elementos que dizem respeito à questão da etnicidade enquanto uma questão política (ainda) latente no país. Ou seja, o debate sobre a corrupção em Moçambique deve fluir a partir de uma dialética entre etnicidade, Estado, política e sociedade. Não por acaso, as análises aqui feitas me levaram a pontuar que:

- Mais do que um problema social, quando moçambicanos e moçambicanas concebem o fenômeno da corrupção fazem-no sob o prisma de uma fatalidade derivada de uma experiência anterior (e dolorosa). Assim, a corrupção pode ser entendida como uma resposta possível a que os grupos (étnicos) historicamente excluídos da participação política, social e econômica lançam mão para ter acesso a bens e serviços que lhes são de direito na medida em que Moçambique é, oficialmente, um Estado de Direito. Ou seja, diante disto, o *vamos lá falar* evoca uma empatia entre as

partes e que encaminha para crenças, valores e expectativas sociais que a entendem como *um mal necessário* para a sua sobrevivência diante do caos instalado e, aparentemente, imutável;

- A diversidade e a complexidade dos elementos constitutivos da sociedade moçambicana abrem possibilidades para intermináveis composições de identidades coletivas que se forjam diante deste problema específico. Lembro que ao longo da dissertação considere dois deles: *mulheres* e *Os não do Sul*. O segundo diz respeito à etnicidade e;

- O *Estado*, o *partido no poder*, *Os do Sul*, *Os do Topo*, *Os ricos* e a própria *precariedade das condições de vida* são entendidas como os adversários e defensores dos interesses antagônicos de um Moçambique que, mesmo que não pareça, quer se ver livre da corrupção. Segue-se que, no caso das falas dos sujeitos desta pesquisa, todos aqueles elementos estão “viciados”, ou são ilegítimos porque são caracterizados por uma circunscrição étnica.

Assim, ao não considerar esses elementos, as diversas ações que visam “combater” a corrupção tendem ao insucesso. Dito isto, recomendo então que aspetos sócio-históricos estejam no horizonte de toda e qualquer análise social e política sobre Moçambique visto que, a etnicidade é, em minha opinião, um elemento incontornável na história de Moçambique. Só um grandioso projeto filosófico-político é capaz de enxergar a sobrevivência de que falam os sujeitos deste estudo como um problema, mas um problema que, ao mesmo tempo, se constitui como a força motriz que contém nela o potencial de transformação. Quer isto dizer que está nas moçambicanas e nos moçambicanos, corruptos ou não, a possibilidade de transformar a realidade na medida em que ninguém em sã consciência pode querer “sobreviver” eternamente. A ideia de sobreviver pressupõe uma travessia difícil e, portanto, uma caminhada para a vida plena. Sobreviver é resistir e só resistimos quando enxergamos possibilidades de transformação.

Para transformar, então, é necessário que moçambicanas e moçambicanos participem questionando instâncias importantes que, quer queiram, quer não, regem suas existências enquanto cidadãos. É preciso questionar, é preciso querer participar do *Estado* e da *nação*; da *república* e da *democracia*. Resumindo, moçambicanas e moçambicanos precisam escrever sua própria história nos termos em que recomendou Ngoenha (1993) em obra que esboça os caminhos para a liberdade do homem africano:

O nosso tipo de história não é aquele que se escreve nos manuais de escola. O conhecimento do passado no Ocidente é ordenado em função de ideias de Estado. Colocar as nossas histórias em função e a partir de histórias do Ocidente só pode fazer-se ressuscitando reinos, tribos, estados que talvez não constituam a nossa existência principal enquanto “histores”; mas sobretudo correm o risco de suscitar atritos que não correspondem ao tipo de sociedade que queremos construir e à qual a história é chamada a servir de suporte. Escrever a nossa história em função do Ocidente é, sobretudo, pormo-nos em oposição de seguidores, de imitadores. A história que escrevemos não corresponde a nossa cultura histórica, é uma história que não corresponde à nossa forma de participar da história. Experimentemos tentar descobrir as experiências verdadeiras que fazem de nós testemunhas, e experimentemos orientar as nossas experiências em função das nossas ideias, das nossas opções e das nossas escolhas (NGOENHA, 1993, p. 123).

Pois então, repito: experimentemos!

APONTAMENTOS FINAIS

Tchova xi ta duma!

Ouvi certa vez que, “uma dissertação de mestrado, a gente não termina, a gente abandona!”. Não é o caso aqui: a citação é apenas para expressar que tenho ciência de que ao finalizar esta jornada, o que disse aqui, não esgota, nem de longe, a discussão do tema em causa. Entretanto, espero ter encaminhado satisfatoriamente as questões específicas sobre as quais me propus debuchar. Por isso mesmo, chamei este tópico final de “apontamentos” e não “conclusão” ou “considerações finais”. A discussão continua aberta e, se este texto conseguir se colocar como um ponto de partida possível, já é o bastante.

Posto isto, reforço que aqui, aponte para o seguinte aspecto: uma leitura psicopolítica do fenômeno da corrupção em Moçambique viabilizou mais concretamente as possibilidades de uma observação privilegiada da interface entre a realidade sociopolítica e econômica local e as reflexões dos respectivos atores sociais. Tanto é assim que José Manuel Sabucedo, define a psicologia política como o...

[...] estudo das crenças, representações ou sentidos comuns que os cidadãos têm sobre a [vida] política, e o comportamento que estes, seja por ação ou omissão, tratem de incidir ou contribuir para a manutenção ou mudança de uma determinada ordem sócio-política (SABUCEDO apud LHULLIER, 1997, p. 209).

Entendo que as pretensões deste trabalho foram amplamente acolhidas pela definição de Sabucedo, mas também, de forma geral, ao longo das páginas precedentes.

Realizar este trabalho me motivou a continuar e, quem sabe, em um futuro estudo, investigar o mesmo tema – a corrupção – mas, desta vez, tendo como horizonte uma psicologia política da corrupção. Percebo que uma psicologia política da corrupção passa necessariamente pelo estudo da consciência. Ou seja, não há como transformar o problema da corrupção do ponto de vista estrutural – porque esta é a preocupação central – sem apropriar-se desta estrutura a partir da subjetividades dos indivíduos e ou grupos que a estabelecem. Acredito que neste desafio, estão escondidos os caminhos que levam a uma psicologia política da corrupção. De sobra, um estudo deste porte implicaria a investigação de temas paralelos que também são do meu interesse como o Estado, a participação, a democracia, a nação e a república.

Já o disse, essa discussão não se esgota aqui e, no meu caso específico, tenho certeza, ela vai continuar a me “perturbar”. Para me livrar desse “incômodo”, refugio-me em um dito popular moçambicano: *tchova xi ta duma!*, que significa algo como *empurre que uma hora pega no tranco!* Essa expressão deu nome a uns carros de mão que eram usados para transportar mercadorias de vendedores de bazares em Moçambique. Andavam tão pesados que, para conseguir empurrá-los, era preciso uma espécie de fé cega de que, a qualquer momento, mesmo que o carrinho não seja motorizado, em um súbito tranco, ele ia pegar e se mover com suas próprias energias. Para me referir à *tchova xi ta duma*, aqui, consultei muitos conterrâneos para saber se esse é o nome que se deu ao carrinho ou se é uma expressão usada para batizar o carrinho. Ninguém me respondeu ao certo. Mas, o que de fato interessa é que enquanto pesquisador não sou movido de uma fé cega, mas continuarei *tchovando*, procurando colocar questões que nos levem às mudanças que se fazem necessárias.

E, pra terminar – de fato – apesar de ter São Paulo como minha segunda casa, vou usar uma expressão mineira: *foi lindo!*

BIBLIOGRAFIA¹⁴

ANDRADE, M. R. de O. **A formação da consciência política dos jovens no contexto dos assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra**. 1998. Tese (doutorado) – Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

ANSARA, S. **Memória política**: repressão e ditadura no Brasil. Curitiba: Juruá, 2009.

ASANTE, M. K. **Afrocentricidade**: notas sobre uma posição disciplinar. In: NASCIMENTO, E. L. (Org). **Afrocentricidade**: uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: Selo Negro, 2009, p. 93-110.

AVELAR, L. **Participação política**. In: AVELAR, L.; CINTRA, A. O. (Org.). **Sistema político brasileiro**: uma introdução. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

AVRITZER, L. **Esfera Pública**. In: AVRITZER, L.; BIGNOTTO, N.; GUIMARÃES, J.; STARLING, H. (Org). **Corrupção**: ensaios e críticas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, p. 133-137.

_____. **Prefácio**. In: MARQUES, A. C. S. (Org). **A deliberação pública e suas dimensões sociais, políticas e comunicativas**: textos fundamentais. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: 12ª ed., HUCITEC, 2006.

BARBIERI, T. **Sobre a categoria de gênero**: uma introdução teórico-metodológica. Recife: SOS Corpo, 1992.

BARRACHO, C. **Psicologia política**. Lisboa: Escolar Editora, 2011.

BATES, R. **Macropolitical economy in the field of development**. In: ALT, J.; SHEPLSE, K. (Org.) **Perspectives on Positive Political Economy**. Nova York: Cambridge University Press, 1990.

BOBBIO, N. **Estado, governo, sociedade**: para uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BORGES, E. **A política cultural em Moçambique após a independência**. In: FRY, P. (Org). **Moçambique**: ensaios. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001, p. 225-247.

BRANDÃO, C. R. **Reflexões sobre como fazer trabalho de campo**: sociedade e cultura, v. 10, n. 1, jan./jun., p. 11-27, 2007.

¹⁴ De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas: **NBR 10520**: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

BRITO, L. de; FRANCISO, A.; PEREIRA, J.C.G; ROSÁRIO, D. Do (Org.). **Moçambique 2003: uma avaliação do potencial do conflito**. Maputo: Centro de Estudos de População da Universidade Eduardo Mondlane, 2003.

BRITO, L. de. **Revisão da legislação eleitoral: algumas propostas para o debate**. In: Instituto de Estudos Sociais e Econômicos. **Desafios para Moçambique 2011**. BRITO, L. de; CASTEL-BRANCO, C. N.; CHICHAVA, S.; FRANCISCO, A. (Org). Maputo: IESE, 2011, p. 91-107.

CABAÇO, J. L. **Moçambique: identidade, colonialismo e libertação**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

CABRAL, A. **A arma de teoria**. In: África Minha. **Amílcar Cabral: documentário**. Lisboa: Edições Cotovia, 2008, p. 167-202.

CACCIA-BAVA, E. C. E.; THOMAZ, O. R. **Moçambique em movimento: dados quantitativos**. In: Fry, P. (Org.). **Moçambique: ensaios**. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2001, p. 21-60.

CAHEN, M. **Mozambique: analyse politique de conjoncture**. Paris: Indigo Publications, 1990.

CARVALHO, G. **Da contravenção à cleptocracia**. In: LEITE, C. B. (Org.). **Sociologia da corrupção**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed. 1987, p. 61-82.

CASTEL-BRANCO, C. N. **Dependência de ajuda externa, acumulação e ownership: contribuição para um debate de economia política**. In: Instituto de Estudos Sociais e Econômicos. **Desafios para Moçambique 2011**. BRITO, L. de; CASTEL-BRANCO, C. N.; CHICHAVA, S.; FRANCISCO, A. (Org). Maputo: IESE, 2011, p. 401-466.

CASTIANO, J. P; NGOENHA, S. E. **Pensamento Engajado: ensaios sobre filosofia africana, educação e cultura política**. Maputo: Editora EDUCAR da Universidade Pedagógica de Moçambique, 2011.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político**. São Paulo: Contexto, 2006.

CHAUÍ, M. S. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. São Paulo: Editora Cortez, 2001.

_____. **Convite à filosofia**. São Paulo: Editora Ática, 2000.

_____. **Política e cultura democráticas: o público e o privado entram em questão**. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. [s.l.], n.32, jun. 1991.

CHICHAVA, S. I. **Armando Guebuza e a pobreza em Moçambique**. In: Instituto de Estudos Sociais e Econômicos. IDEIAS – Informação sobre Desenvolvimento, Instituições e Análise Social (12). Maputo: IESE, 2009. Disponível em <http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_12.pdf>. Acesso em fevereiro de 2010.

_____. **Por uma leitura sócio-histórica da etnicidade em Moçambique.** In: Instituto de Estudos Sociais e Econômicos. **Discussion Paper nº01/2008.** Maputo: IESE, 2008. Disponível em http://www.iese.ac.mz/lib/publication/dp_2008/DP_01_ArtigoEtnicidade.pdf. Acesso em janeiro de 2012.

_____. **Discurso político e pobreza em Moçambique: uma análise crítica.** In: comunicação apresentada no Congresso Internacional de Análise Política sobre África. Bordéus: Instituto de Estudos Políticos de Bordéus, 2008.

CHIMOLE, B. F. **Papelório, demoras e corrupção?** Avaliação da Organização e Procedimentos na Alfândega do Porto de Maputo. Monografia de licenciatura. Maputo: Faculdade de Economia da Universidade Eduardo Mondlane, 1997.

COELHO, J. P. B. **A literatura quantitativa e a interpretação do conflito armado em Moçambique (1976-1992).** In: Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Disponível em <<http://www.ces.uc.pt/.../Moçambique>>. Acesso em 4 de novembro de 2012.

CORTÊS, E. **Análise do fenômeno da corrupção no setor da saúde: o caso do Hospital Central de Maputo.** Monografia de licenciatura. Maputo: Departamento de Administração Pública e Ciência Política da Universidade de São Paulo, 2005.

COSTA, G. B. da. **Consciência, participação e negociação: uma leitura psicopolítica do processo de produção do Plano de Manejo da APA Várzea do Rio Tietê.** 2012. 207f. Dissertação (Mestrado) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

_____; SILVA, A. S. da. **Democracia no Brasil e os desafios da participação política.** In: ALMEIDA, M. A. B. de; SILVA, A. S. da; PEDRO, F. C. (Org). **Psicologia política: debates e embates de um campo interdisciplinar.** São Paulo: Edições EACH, 2012, p. 149-177.

COSTA, G. P. **Cidadania e participação: impactos da política social num enfoque psicopolítico.** Curitiba (PR): Juruá, 2009.

DALLARI, D. A. **Elementos de teoria geral do Estado.** São Paulo: Saraiva, 25ª ed., 2005.

DARCH, C.; HEDGES, D. **Não temos a possibilidade de herdar nada de Portugal: as raízes do exclusivismo e vanguardismo político em Moçambique 1969-1977.** In: VILAS BÔAS, G. (Org.). **Territórios da língua portuguesa: culturas, sociedades, políticas.** Anais do IV Congresso Luso-Africano-Brasileiro, 1 a 5 de setembro de 1996. Rio de Janeiro: IFCS, 1999, p. 135-149.

DELFINO, G. I.; ZUBIETA, E. M. **Participación política: concepto y modalidades.** In: Anu. investig., Ciudad Autónoma de Buenos Aires, 2010.

DEL RIO, V. **Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento.** São Paulo: Editora Pini, 1990.

DEMO, P. **Participação é conquista**: noções de política social participativa. São Paulo, Cortez, 1999.

_____. **Pobreza política**. Campinas: Autores Associados, 2001.

DORNA, A. **Démocratisme et citoyenneté**: une réflexion critique. In: DORNA, A.; SABUCEDO, J. M. (Org.). **Études et chantiers de psychologie politique**. Paris: L'Harmattan, 2006.

_____. **Crisis de la democracia y liderazgo carismático**. México: Ediciones Coyoacán, 2003.

_____. **La psicología política**: ausencia de proyectos políticos y la crisis de las ciencias sociales. **Revista de Psicología Política**, nº 24, 2002, p. 31-44.

_____. **La psychologie politique**: un carrefour pluridisciplinaire. **Hermès**, 1989, p. 181- 199.

_____; SABUCEDO, J. M. **Les thèmes d'urgence de la psychologie politique**. In: DORNA, A.; SABUCEDO, J. M. (Org.). **Études et chantiers de psychologie politique**. Paris: L'Harmattan, 2006.

_____; BERTHELIER, I.; GEORGET, P.; LEBREUILLY, J. **Le démocratisme à la mode de Caen**: perceptions et pratiques. In: DORNA, A.; GEORGET, P. (Org.). **La démocratie peut-elle survivre au XXI^e siècle?** Psychologie politique de la démocratie. Paris: Press Editions, 2004.

ÉTICA MOÇAMBIQUE. **Principais resultados do estudo sobre a boa governação**. Maputo: 2003.

_____. **Estudo Sobre Corrupção**. Maputo: 2001.

FAEL, B. **O Gabinete Central de Combate à Corrupção (GCCC) de Moçambique**. Comunicação apresentada no congresso **Empowering Anti-Corruption Agencies: defying institutional failure and strengthening preventive and repressive capacities**. Lisboa: ISCTE, 14-16 de maio de 2008.

FANON, Frantz. **Os condenados da Terra**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2010, 1^a reimpressão.

_____. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: Edufba, 2008.

_____. **Em defesa da revolução africana**. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1980.

FERNANDES, F. **Mudanças sociais no Brasil**. São Paulo: Global Editora, 2008.

FIGUEIREDO, A. M. C. **As CPIs e a falta do que fazer**. In: **Insight Inteligência**, v. 30, 2005, p. 55-62.

_____. **Instituições e política no controle do executivo.** In: Dados - Revista Brasileira de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 44, n.4, 2001, p. 689-727.

FILGUEIRAS, F. **A tolerância à corrupção no Brasil:** uma antinomia entre normas morais e prática social. In: **Opinião Pública**, vol. 15, nº 2. Campinas: 2009, p. 386-421.

_____. **Interesses.** In: AVRITZER, L.; NEWTON, B.; JUAREZ, G.; STARLING, H. M. M. (Org.). **Corrupção:** ensaios e críticas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, p. 155-162.

_____. **Corrupção, democracia e legitimidade.** Belo Horizonte: Editora UFMG: 2008.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Diplomacia e ditadura.** São Paulo: 17 de outubro de 2007. Editorial. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1710200701.htm>. Acesso em: outubro de 2008.

FORQUILHA, S.C.; ORRE, A. **Transformações sem mudanças?** Os conselhos locais e o desafio da institucionalização democrática em Moçambique. In: Instituto de Estudos Sociais e Econômicos. **Desafios para Moçambique 2011.** BRITO, L. de; CASTELBRANCO, C. N.; CHICHA, S.; FRANCISCO, A. (Org). Maputo: IESE, 2011, p. 35-53.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso.** São Paulo: Loyola, 2005.

FOUREZ, G. **A construção das ciências:** introdução à filosofia e à ética das ciências. São Paulo. Editora UNESP. 1995.

FRADE, A. M. D. **A corrupção no Estado pós-colonial em África:** duas visões literárias. Dissertação de mestrado. Porto: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, 2007.

FRY, P. H.; [RAMALHO, J. R.](#) **Moçambique:** transição para a democracia. Tempo Presença, v. 274, 1994, p. 13-22.

FRY, P. H. (Org.). **Moçambique:** ensaios. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2001.

GEDDES, B.; RIBEIRO NETO, A. **Fontes institucionais da corrupção no Brasil.** In: ROSEN, K.; DOWNES, R. (Org.). **Corrupção e reforma política no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2000.

GEFFRAY, C. **La Cause des armes au Mozambique:** anthropologie d'une guerre civile. Paris: CREDU, 1990.

GELLNER, E. **Nations and nationalism.** Oxford: Basil Blackwell, 1983.

GOHN, M. da G. **Conselhos gestores e gestão pública.** Revista Ciências Sociais, Unisinos. v. 42(1), p 5-11, jan/abr 2006.

_____. O papel dos conselhos gestores na gestão urbana. In: RIBEIRO, A. C. T. (Org.) **Repensando a experiência urbana na América Latina**: questões, conceitos e valores. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

GUIMARÃES, A. S. A. A. **Classes, raças e democracia**. São Paulo: Editora 34, 2002.

HALBWACHS, M. A **Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HANLON, J. **Boletim sobre o processo político em Moçambique**. Número 49 – 16 de Abril de 2011. In: Centro de Integridade Pública. Disponível em <>. Acesso em abril de 2013.

_____. **Are donors to Mozambique promoting corruption?** In: Comunicação apresentada na conferência Towards a New Political Economy of Development Sheffield. Londres, 2002, p. 3-4.

_____. **Matando a galinha dos ovos de ouro**. Maputo: Jornal Metical. Disponível em <<http://www.mol.co.mz/noticias/metical/2001/mt010917.html>>. Acesso em 24 de maio de 2014.

HEDGES, D. (Org). **História de Moçambique**: Moçambique no Auge do Colonialismo, 1920 - 1961. Maputo: Livraria Universitária, 1999, 2ª Ed.

HEIDENHEIMER, A. J. **Introduction**. In: HEIDENHEIMER, A. J. (Org.). **Political corruption**: readings in comparative analysis. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1970.

HELLER, A. **La revolución de la vida cotidiana**. Barcelona: Península, 2ª ed., 1994.

_____. **Sociologia da vida cotidiana**. Barcelona: Península, 4ª ed., 1994.

_____. **O cotidiano e a história**. São Paulo: Paz e Terra, 3ª ed. 1989.

HOBBSBAWN, E. **Globalização, democracia e terrorismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HUBER, E.; RUESCHEMEYER, D.; STEPHENS, J. **The impact of economic development on democracy**. In: Journal of Economica Perspectives, 7, 1993.

HUNTINGTON, S. P. **A ordem política nas sociedades em mudança**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975.

JOHNTSON, M. **O paradoxo da corrupção**: efeitos grupais e sistêmicos. In: LEITE, C. B. (Org.). **Sociologia da corrupção**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987, p. 138-152.

KAUTH, A. R. **La Psicología social y la psicología política latinoamericana: ayer y hoy.** In: *Psicología Política*, nº 22, 2001, p. 41-52.

_____. **La corrupción y la impunidad, leídas desde la psicología política.** In: OBLITAS, L. A.; KAUTH, A. R. (Org.). *Psicología Política*. México: Plaza y Valdés, 1999.

_____. **Psicología social, psicología política y derechos humanos.** San Luis / Buenos Aires: Editora Universitaria y Editora Topía, 1992.

_____. **La psicología latinoamericana ante la guerra nuclear o la lucha por la paz.** In: MONTERO, M. et. al. *Psicología política latinoamericana*. Caracas: Panapo, 1987.

KI-ZERBO, J. **Para quando a África?** Entrevista com René Holenstein. Rio de Janeiro: Pallas, 2009.

KLITGAARD, R. **A Corrupção sob controle.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

KLITGAARD, R. **Estrategias a nivel nacional e internacional para reducir la corrupción.** In: Pena y Estado-Corrupción. Buenos Aires: Ed.del Puerto, 1995.

KRUEGER, A. **The political economy of rent-seeking society.** In: BUCHANAN, J.; TOLLISON, R.; TULLOCK, G (Org.) *Toward a theory of the rent-seeking society*. Texas: College Station, A&M Press, 1980.

LEITE, C. B. **Desonestidade de pessoas honestas.** In: LEITE, C. B. (Org.) *Sociologia da corrupção*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987, p. 35-60.

LHULLIER, L. A. **Psicologia política.** In: JACQUES, M. G. C.; STREY, M. N.; BERNARDES, N. M. G.; GUARESCHI, P. A.; CARLOS, S. A.; FONSECA, T. M. G. (Org.). *Psicologia social contemporânea*. Petrópolis: Editora Vozes, 4ª ed. 2001, p. 207-218.

_____. **Autoritarismo, democracia e consciência moral: uma perspectiva psico-política.** In: CAMINO, L.; LHULLIER, L.; SANDOVAL, S. (Org.). *Estudos sobre comportamento político: teoria e pesquisa*, 1ª ed. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1997, p. 25-38.

LOPES, C. **Amílcar Cabral: uma inspiração para os dias de hoje.** In: LOPES, C. (Org.) *Desafios Contemporâneos da África: o legado de Amílcar Cabral*. São Paulo: Unesp, 2011, p. 7-13.

MACAMO, E. **Planícies sem fim.** Maputo: Ndjira, 2010, 2ª ed.

_____. **A Influência da religião na formação de identidades sociais no sul de Moçambique.** In: SERRA, C. (Org.). *Identidade, moçambicanidade, moçambicanização*. Maputo: Livraria Universitária da Universidade Eduardo Mondlane, 1998, p. 35-64.

MACATA, N. C. **50 para a polícia e 50 para o ladrão: representações sobre a polícia de proteção e gestão quotidiana do crime no bairro de Bunhiça-Matola.** Monografia de licenciatura. Maputo: Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo, 2011.

MANJATE, K. C. **Cultura da corrupção no setor da saúde: o caso do Hospital Geral José Macamo (2000 – 2006).** Monografia de licenciatura. Maputo: Departamento de Sociologia da Universidade Eduardo Mondlane, 2008.

MARTÍN-BARÓ, I. **Poder, ideología y violencia.** Madrid: Trotta, 2003.

_____. **O papel do psicólogo.** In: **Estudos de Psicologia.** 2(1) 1996, p. 7-27.

_____. **El método en psicología política.** In: MONTERO, M. (Org.) **Acción y discurso: problemas de psicología política en América Latina.** Caracas: Panapo, 1991, p. 39-58.

_____. **Acción y ideología.** San Salvador: UCA, 1985.

MATULE, I. A. P. **Crédito mal-parado em Moçambique: dimensões, causas e soluções.** Monografia de licenciatura. Maputo: Faculdade de Economia da Universidade Eduardo Mondlane, 2000.

MAZAMA, A. **A afrocentricidade como um novo paradigma.** In: NASCIMENTO, E. L. (Org.) **Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora.** São Paulo: Selo Negro, 2009, p. 111-127.

MIRANDA, L. F. **Corrupção e regimes democráticos.** In: *Revista Polêm!ca*, v. 8, 2009, p. 66-71.

MONDLANE, E. C. **Lutar por Moçambique.** Lisboa: Terceiro Mundo, 1975.

MONTERO, M. **Fortalecimiento de la ciudadanía y transformación social: área de encuentro entre la psicología política y la psicología comunitaria.** *Psyke*, vol. 19, nº 2, 2010, p. 51-63.

_____. **¿Para qué psicología política?** In: **Revista de Psicologia Política**, São Paulo, v.9, n.18, 2009, p. 199-213.

_____. **Modelos y niveles de análisis de la psicología política.** In: OBLITAS, L.; KAUTH, A. R. **Psicología política.** México: Plaza y Valdés, 1999.

_____.; DORNA, A. **La psicología política: una disciplina en la encrucijada.** *Revista Latinoamericana de Psicología*, año/vol. 25, nº 001, 1993, p. 7-15.

_____.; M. **Acción y discurso: problemas de psicología política en América Latina.** Caracas: Panapo, 1991.

_____. (Org.). **Psicología política latinoamericana.** Caracas: Panapo, 1987.

_____. **A través del espejo: una aproximación al estudio de la conciencia social en América Latina.** In: MONTERO, M. (Org.). **Psicología política latinoamericana.** Caracas: Panapo, 1987, p. 163-202.

MONTEIRO, V. A. **O papel da comunidade local no combate à corrupção no setor da saúde: caso do distrito de Boane (2009 – 2010).** Monografia de licenciatura. Maputo: Departamento de Ciência Política e Administração Pública da Universidade Eduardo Mondlane, 2011.

MOSCOVICI, S. **Psicologia das minorias ativas.** Petrópolis: Editora Vozes, 2011.

MOSSE, M. **Corrupção em Moçambique: alguns elementos para debate.** Maputo: Centro de Apoio à Informação e Comunicação Comunitária (CAICC). Disponível em <<http://www.caicc.org.mz/index.php/biblioteca/corruptcao/2845-corruptcao-em-mocambique-alguns-elementos-para-debate>>. Acesso em: outubro de 2012.

MOTA, G. **La “négotiation” politique: la construction de la collectivité.** In: DORNA, A.; SABUCEDO, J. M. **Études et Chantiers de Psychologie Politique.** Paris: L’Harmattan, 2006.

MOTTA, A. R. **O combate ao desperdício no gasto público: uma reflexão baseada na comparação entre os sistemas de compra privado, público federal norte-americano e brasileiro.** Dissertação de mestrado. Campinas: Instituto de Economia da Unicamp, 2010.

MUELLER, B.; PEREIRA, C. **Institutional change and the design of regulatory agencies in Brazil.** *Paper* apresentado na Fourth Annual Conference of the International Society for New Institutional Economics, Tübingen, Alemanha, 22-24 de setembro de 2000.

MULLER, P. **Les politiques publiques.** Paris: PUF, 2009.

NCOMO, B. L. **Uria Simango, um homem, uma causa.** Maputo: Edições Novafrica, 2004. 2ª Ed.

_____. **Sobre a Renamo, o apartheid e a guerra civil em Moçambique.** In: Moçambique para Todos. Disponível em <http://www.macua.blogs.com/moambique_para_todos/2005/07/sobre_a_renamo>. Acesso em 4 de novembro de 2012.

NGOENHA, S. E.; CASTIANO, J. P. **Pensamento Engajado: ensaios sobre filosofia africana, educação e cultura política.** Maputo: Editora EDUCAR da Universidade Pedagógica de Moçambique, 2011.

NGOENHA, S. E. **Machel: ícone da 1ª República?** Maputo: Ndjira, 2009.

_____. **Identidade moçambicana: já e ainda não.** In: SERRA, C. (Org.). **Identidade, moçambicanidade, moçambicanização.** Maputo: Livraria Universitária da Universidade Eduardo Mondlane, 1998, p. 17-34.

_____. **Filosofia africana: das independências às liberdades.** Maputo: Edições Paulistas – África, 1993.

_____. **Por uma dimensão moçambicana da consciência histórica.** Porto: Edições Salesianas, 1992.

NKRUMAH, K. **A luta de classes em África.** Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1977.

NICOLESCU, B. **O manifesto da transdisciplinaridade.** Lisboa: Hugin, 2000.

NYE, J. **Corruption and political development: a cost-benefit analysis.** In: The American Political Science Review, 1967, p. 416.

NOBRE, M. **Participação e deliberação na teoria democrática: uma introdução.** In:

COELHO, V. S. P.; NOBRE, M. (Orgs). **Participação e deliberação: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo.** São Paulo: Ed. 34, 2004.

OLIVA, A. **Filosofia da Ciência.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

OLIVEIRA, E. **Crimes de corrupção.** Rio de Janeiro: Forense, 1991.

OLIVEIRA, I. D. de. **Identidade negada e o rosto desfigurado do povo africano (os Tsongas).** São Paulo: Annablume – Universidade Católica de Goiás, 2002.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios & procedimentos.** Campinas: Pontes, 9ª Ed, 2010.

ORNELLAS, A. D. **Raças e línguas indígenas em Moçambique.** Lisboa: A Libera – Oficina Typographica, 1901.

OSÓRIO, C. **Gênero e democracia: as eleições de 2009 em Moçambique.** Maputo: WLSA Moçambique, 2010.

OSÓRIO, C; SILVA, T. C. e. **Buscando sentidos. Género e sexualidade entre jovens estudantes do ensino secundário em Moçambique.** Maputo: WLSA Moçambique, 2008. Disponível em < http://www.iese.ac.mz/lib/PPI/IESE-PPI/pastas/governacao/justica/artigos_cientificos_imprensa/Buscando.pdf>. Acesso em outubro de 2014.

OSÓRIO, C. **Subvertendo o poder Político? Análise de género das eleições legislativas em Moçambique (2004).** Maputo: WLSA Moçambique, 2004. Disponível em < http://www.iese.ac.mz/lib/PPI/IESE-PPI/pastas/governacao/justica/artigos_cientificos_imprensa/Eleicoes2004.pdf>. Acesso em outubro de 2014.

OSÓRIO, C; ARTHUR, M.J. **A situação legal das mulheres em Moçambique e as reformas actualmente em curso.** Outras Vozes, nº 1, Outubro de 2002. Disponível em

<<http://www.wlsa.org.mz/lib/articles/A%20situacao%20legal%20das%20mulheres.pdf>>. Acesso em outubro de 2014.

PATEMAN, C. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PARISI, E. R. **Definiendo a la psicología política**. In: PARISI, E. R. (Org.). **Psicología política y otros temas de psicología**. Espanha: Ediciones Cooperativas, 2007.

PÊCHEUX, M. **Discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas: Pontes, 1990.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**. Campinas (SP): Pontes, 2009.

PERUZZOTTI, E. **Accountability**. In: AVRITZER, L.; NEWTON, B.; JUAREZ, G.; STARLING, H. M. M. (Org.). **Corrupção: ensaios e críticas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, p. 477-483.

PRZEWORSKI, A.; LIMONGI, F. **Political regimes and economic growth**. In: Journal of Economic Perspectives, 7, 1993.

REIS, F. W. **Corrupção, cultura e ideologia**. In: AVRITZER, L.; NEWTON, B.; JUAREZ, G.; STARLING, H. M. M. (Org.). **Corrupção: ensaios e críticas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, p. 391-397.

RIBEIRO, R. J. **A República**. São Paulo: Publifolha, 2008.

_____. **Hobbes**. In: AVRITZER, L.; NEWTON, B.; JUAREZ, G.; STARLING, H. M. M. (Org.). **Corrupção: ensaios e críticas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, p. 65-71.

RIOS, J. A. **Argumento e papéis da corrupção**. In: OLIVEIRA, E. (Org.). **Criminologia Crítica**. Belém: Edições CEJUP, 1990.

_____. **A fraude social da corrupção**. In: LEITE, C. B. (Org.). **Sociologia da corrupção**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987, p. 83-123.

ROSE-ACKERMAN, S. **A economia política da corrupção**. In: ELLIOTT, K. A. (Org.). **A corrupção e a economia global**. Brasília: Editora UnB, 2002, p. 59-105.

_____. **Corruption and government: causes, consequences, and reform**. Cambridge: Cambridge University press, 1999.

SABUCEDO, J. M. **Participación política**. In: SEAONE, J.; RODRÍGUEZ, A. **Psicología política**. Madri: Pirámide, 1988.

_____. **Psicología política**. Madrid: Síntesis, 1996.

_____. **Psicología y participación política**. In: **Boletín de Psicología**, Espanha, Vol 5, Set., p. 61-77, 1984.

_____.; ARCE, C. **Types of political participation: a multidimensional analysis.** In: **European Journal of Political Research**, Volume 20, Issue 1, Jul., 1991, p. 93–102.

SADER, E. **Para outras democracias.** In: SANTOS, B. de S. (Org.). **Democratizar a democracia.** Os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SAFFIOTI, H. I. B. **O poder do macho.** São Paulo: Moderna, 1987.

_____. **Eqüidade e paridade para obter igualdade.** Revista O social em questão, I, 1, jan-jun, 1997.

SANDOVAL, S. A. M. **The crisis of the brazilian labor movement and workers political consciousness.** In: Revista Psicologia Política, v. 01. São Paulo, 2001, p. 173-195.

_____. **O comportamento político como campo interdisciplinar do conhecimento.** In: CAMINO, L.; LHULLIER, L.; SANDOVAL, S. (Org.). **Estudos sobre comportamento político: teoria e pesquisa**, 1ª ed. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1997.

_____. **Algumas reflexões sobre cidadania e formação de consciência política no Brasil.** In: SPINK, M. J. P. (Org.). **A cidadania em construção: uma reflexão transdisciplinar.** São Paulo: Cortez, 1994.

_____. **Considerações sobre aspetos micro-sociais na análise dos movimentos sociais.** In: **Psicologia & Sociedade**, 1989, p. 61-73.

SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil para a análise histórica.** Educação e Realidade, V, 20(2), 71-100, 1995.

SANTOS, B. S.; AVRITZER, L. **Para ampliar o cânone democrático.** In: SANTOS, B. S. (Org.). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____.; MARQUES, M. M.; PEDROSO, J. **Os tribunais nas sociedades contemporâneas.** In: *RBCS*, n. 30, ano 11, fevereiro de 1996.

_____. **Uma cartografia simbólica das representações sociais: prolegómenos a uma concepção pós-moderna do Direito.** In: *Revista do IBCCrim*, ano 4 n.13 jan-mar, 1996.

_____. **Justiça popular, dualidade de poderes e estratégia socialista.** In: FARIA, J. E. (Org.). **Direito e Justiça.** São Paulo: Editora Ática, 1989.

SARTRE, J. P. **Prefácio.** In: FANON, F. **Os condenados da Terra.** Juiz de Fora: Editora UFJF, 2010, pp. 23-48.

SCHILLING, F. **Corrupção e modos de governo:** desafios para a democracia. In: Revista do Instituto dos Advogados de São Paulo. São Paulo: v. 13, 2010, p. 241-260.

_____. **Corrupção: ilegalidade intolerável?** CPIs e a luta contra a corrupção no Brasil (1980-1992). São Paulo: Editora do IBCCRim/ Damásio de Jesus, 1999.

_____. **Governantes e Governados, Público e Privado:** alguns significados da luta contra a corrupção, o segredo e a mentira na política. In: Revista USP. São Paulo: nº37, 1998, p. 20-33.

SEMO, R. J. Z. **O SISTAFE como instrumento de combate à corrupção:** um estudo antropológico sobre as percepções e representações sociais, face à sua introdução na Função Pública. Monografia de licenciatura. Maputo: Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo, 2012.

SEOANE, J. **Psicología política de la sociedad contemporánea.** Valência: Promolibro, 1990.

_____; RODRÍGUEZ, A. R. **Psicología política.** Madri: Pirámide, 1988.

SERRA, C. **Em cima de uma lâmina:** um estudo sobre a precaridade social em três cidades de Moçambique. Maputo: Imprensa Universitária – Universidade Eduardo Mondlane, 2003.

_____. (Org.). **História de Moçambique:** primeiras sociedades sedentárias e o impacto dos mercadores, 200/300 – 1885 (Parte I). Maputo: Livraria Universitária – Universidade Eduardo Mondlane, 2000.

_____. (Org.). **Identidade, moçambicanidade, moçambicanização.** Maputo: Livraria Universitária da Universidade Eduardo Mondlane, 1998.

_____. **Como a penetração estrangeira transformou o modo de produção dos camponeses moçambicanos.** Maputo: Núcleo Editorial da Universidade Eduardo Mondlane, 1986.

SILVA, A. S. da; ROSA, L. **A psicologia política:** um breve olhar sobre as Américas. In: ALMEIDA, M. A. B. de; SILVA, A. S. da; PEDRO, F. C. (Org.). **Psicologia política:** debates e embates de um campo interdisciplinar. São Paulo: Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo, 2012, p. 10-34.

SILVA, A. S. da; ZONTA, C. **A psicologia política no cenário Ibero-latinoamericano.** In: **Revista Psicologia Política.** São Paulo: v. 11, 2011, p. 9-15.

SILVA, A. S. da. **A RPP em Revista:** 10 anos contribuindo para a psicologia política brasileira. In: **Revista Psicologia Política.** São Paulo: v. 10, 2010, p. 192-197.

_____. **Psicologia política, movimentos sociais e políticas públicas.** Tese de livre-docência. Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

_____. **Luta, resistência e cidadania: uma análise psicopolítica dos movimentos e paradas de orgulho LGBT.** 1ª ed. Curitiba: Juruá, 2008.

_____. **Marchando pelo arco-íris da política: a parada do orgulho LGBT na construção da consciência coletiva dos movimentos LGBT no Brasil, Espanha e Portugal.** Tese de doutorado. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: São Paulo, 2006.

_____. **Diversidade sexual, Gênero e Exclusão Social na produção da Consciência Política de Travestis.** Athenea Digital - num. 8: 27-49 (otoño 2005)

_____. **Consciência política, identidade coletiva, família e MST nos estudos psicossociais.** In: Revista Psicologia Política. São Paulo: 3(5), 2003, p. 55-88.

_____. **Acampados no "Carlos Marighella": um estudo sobre a formação da consciência política entre famílias do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Pontal do Paranapanema – SP.** Dissertação de mestrado. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2002.

_____. **Consciência e participação política: uma abordagem psicopolítica.** In: Revista Interações da Universidade São Marcos. São Paulo: v. VI, n. 12, 2001, p. 69-90.

SILVA, F. L. L. da. **Para uma genealogia da corrupção.** Dissertação de Mestrado. Departamento de Linguística do Instituto de Estudos de Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, 1992.

SILVA, T. T. da. **A produção social da identidade e da diferença.** In: SILVA, T. T. da (Org). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.** Petrópolis: Vozes, 2000.

SITOE, B. **Breve história da lexicografia de línguas bantu faladas em Moçambique.** In: SOTOE, B. **Lexicografia da língua Tsonga – uma proposta metodológica.** Varsóvia: Universidade de Varsóvia, 1991.

SMITH, A. **The ethnic origins os nations.** Oxford: Basil Blackwell, 1993.

SUÁREZ, M. G. **Psicologia política.** San José: Editorial UCR, 2008.

TAYLOR, Charles. **Multiculturalismo.** Lisboa: Instituto Piaget, 1998.

THOMAZ, O. R. **Não vamos esquecer!** In: CABAÇO, J. L. **Moçambique: identidade, colonialismo e libertação.** São Paulo: Editora Unesp, 2009, p. 15-17.

_____; CACCIA-BAVA, E. C. E. **Moçambique em movimento: dados quantitativos.** In: Fry, P. (Org.). **Moçambique: ensaios.** Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2001, p. 21-60.

TILLY, C. **Democracy.** New York: Cambridge University Press, 2007.

_____; WOOD, L. J. **Los movimientos sociales, 1768-2008: desde sus orígenes a facebook**. Barcelona: Crítica, 2010.

Trecho do discurso do presidente Armando Emílio Guebuza, na Cerimonia da Tomada de Posse em 2004. Disponível em <[http:// www.moçambiqueparatodos.blogspot.com](http://www.moçambiqueparatodos.blogspot.com)>. Acesso em março de 2011.

Trecho do discurso do presidente Joaquim Alberto Chissano, na Cerimonia do Lançamento oficial da Estratégia Global da Reforma do Sector Publico em 25 de Junho de 2001. Disponível em < <http://www.malembe.blogspot.com>>. Acesso em março de 2011.

Trecho do discurso do Presidente Samora Moisés Machel durante o governo de Transição em 20 de setembro de 1974. Disponível em <http://www.moçambiqueonline.blogspot.com/2008>. Acesso em março de 2011.

USAID. **Avaliação da corrupção: Moçambique Relatório Final**. In: Agência norte-americana para o desenvolvimento internacional < http://pdf.usaid.gov/pdf_docs/Pnadg268.pdf>. Acesso em janeiro de 2013.

VAZ, E. **Da guerra de desestabilização a guerra civil: historiador moçambicano fala sobre o conflito entre a FRELIMO e a RENAMO (Entrevista)**. In: Deutsche Welle. Disponível em <[http://: www.dw.de/de-guerra-de-desestabilização-a-guerra-civil-historiador-moçambicano-fala-sobre-o-conflito-entre-a-frelimo-e-a-renamo/a-16262237](http://www.dw.de/de-guerra-de-desestabilização-a-guerra-civil-historiador-moçambicano-fala-sobre-o-conflito-entre-a-frelimo-e-a-renamo/a-16262237)>. Acesso em 4 de novembro de 2012.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

WEBER, M. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 4ª ed., v.1 e v.2, 2012.

WICK, A. **A nação no pensamento de Amílcar Cabral**. In: LOPES, C. (Org). **Desafios contemporâneos da África: o legado de Amílcar Cabral**. São Paulo: Unesp, 2011, p. 69-105.